

Agosto 2009

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação, é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila
- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Domingas Mota e Ilda Sebastião

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Adão Adriano, Gelson Gaspar, Azancoth Ventura, Massomba Dominique, Helga Silveira, José Catito.

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 ECONOMIA E REDUÇÃO DA POBREZA	1
1.1 Angola ultrapassa Nigéria na produção de petróleo	1
1.2 Angola volta a ultrapassar a Nigéria na produção de petróleo	1
Angop	1
1.3 Transacções em multicaixas ascendem a mais de USD mil milhões	1
1.4 Reservas sobre o exterior caíram para USD 12,1 mil milhões em Junho	2
1.5 Angola volta a ultrapassar a Nigéria na produção de petróleo	2
1.6 Medidas anti-crise mostram-se insuficientes	2
1.7 Banco Mundial revê em alta crescimento económico do país	3
1.8 Pobres estão cada vez mais pobres	4
1.9 BNA cria central de risco de crédito	4
1.10 Aumento das receitas nas Finanças	5
1.11 Política fiscal é elogiada pelo FMI	5
1.12 Taxa de câmbio no formal e paralelo com diferenças acentuadas	6
1.13 Arcebispo quer distribuição justa de riquezas	7
1.14 Opção correcta	7
1.15 Crimes contra a economia	8
1.16 AIA quer eliminação de impostos para produção dos bens nacionais	9
1.17 Angola terá 54 lojas de proximidade até 2012	10
1.18 Inflação chega a 7,47 por cento	10
1.19 Missão do FMI volta a Angola em Setembro	11
1.20 Risco de desvalorização do Kwanza persiste	11
1.21 Economia Angolana crescerá 6,4% em 2010	12
1.22 Preços continuam a aumentar	12
2 MICROFINANÇAS	14
2.1 Banco concede crédito às peixeiras	14
2.2 BPC Mais de mil jovens gerem pequenos negócios com micro-crédito	14
2.3 Crédito agrícola sem O crédito à produção agrícola	15
2.4 Milhares de jovens receberam créditos	15
2.5 Muito ainda por fazer	16
2.6 Crédito à agricultura levanta algumas dúvidas	16
2.7 Concessão de micro-créditos para garantia da alimentação	17
2.8 Pequenos e médios produtores têm acesso ao crédito mais fácil	17
2.9 Programa “Angola Jovem” está a criar mais empregos	18
2.10 Vendedoras do Londuimbale receberam os micro-créditos	18
2.11 Micro crédito preocupa Mulher	18
3 MERCADO INFORMAL	19
3.1 Como surgiu o mercado Roque Santeiro	19
3.2 General ordena demolição da Feira Ngoma	19
3.3 Bebidas caseiras e drogas estão a matar muita gente	20
3.4 Um negócio que cresce nas ruas de Luanda	20
3.5 A sobrevivência destes profissionais depende de si mesmo	22
3.6 O negócio da “Mãe Veronique”	23
3.7 Bancos acusados de incentivar venda de divisas na rua	24
3.8 O pandemónio faz morada	24
3.9 Venda ilegal de Combustíveis Uma forma de sustento	25
3.10 O marketing dos zungueiros é um caso de estudo	26
3.11 Produtores ilegais de carvão foram apanhados pelos fiscais	27
3.12 Minas da sobrevivência	27
3.13 Negócio de inertes avança em Luanda	28

3.14	Vendedores solicitam boas condições para o mercado municipal do Chitato	29
3.15	Preços são imbatíveis no mercado da Canjala há tudo menos as condições de higiene	29
3.16	Angola lidera lista de países africanos empreendedores	30
3.17	Polícia encerra fábrica ilegal de água mineral	31
3.18	Governo cobra taxas mas não cria condições	32
3.19	Venda de lugares a estrangeiros prejudica angolanos	33
4	OGE, INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARÊNCIA	34
4.1	Oge revisto, estimado em mais de 28 biliões de dólares	34
4.2	Transparência	34
4.3	PIB de Angola pode contrair em dois por cento em 2009	35
4.4	Formação a gestores públicos sobre o Orçamento de Estado	36
4.5	AN “chumba” orçamento para conferência de Ombudsman	37
4.6	Parlamento analisa proposta de orçamento para 2010	37
4.7	Reforma fiscal na pauta do Governo	37
5	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	39
5.1	Sambizanga conta com um forum de desenvolvimento	39
5.2	Conheça os seus direitos Decreto-lei nº 2/01	39
5.3	"É justo reconhecer transparência nas contas públicas angolanas"	40
5.4	Comissão Constitucional esclarece sociedade civil	40
5.5	Seminário de divulgação dos "11 compromissos"	41
5.6	Governadora de Luanda ouve problemas dos sobas	42
5.7	Comissão Técnica reuniu com sociedade civil	42
5.8	Sociedade civil "chumba" federalismo	43
5.9	Sambizanga aposta nos serviços sociais	43
5.10	Sociedade civil quer alargamento do período das consultas públicas	44
5.11	"Segundo autoridade de Benguela" Open Society fomenta intrigas e mentiras	44
5.12	Anibal Rocha anuncia remodelação em Cabinda	45
5.13	Governo prepara censo populacional em 2010	46
5.14	Governo quer conhecer o número exacto da população	46
6	URBANISMO E HABITAÇÃO	47
6.1	Terra é alternativa ao betão armado	47
6.2	Ministro afirma que crescimento dos centros urbanos provoca queda na qualidade de vida	47
6.3	Ministro do Urbanismo quer Bancos no financiamento da habitação social	48
6.4	Bengo está a construir milhares de habitações	49
6.5	Programa de Habitação do Bengo chega as autoridades tradicionais	49
6.6	Jovens beneficiam-se de casas no bairro da juventude	49
6.7	Lubango acolhe reunião do Ministério do Urbanismo e Habitação	50
6.8	Programa de Habitação do Bengo chega as autoridades tradicionais	50
6.9	Requalificação sem desalojar ninguém	50
6.10	Prédios do bairro Caputo em obras de beneficiação	51
6.11	Moradores beneficiam de moradias localizadas no bairro da Juventude	51
6.12	Programa de habitação é exemplar	52
6.13	50 Mil lotes disponíveis para a auto-construção	53
6.14	Milhares de moradores estão a ser construídas	54
6.15	Sambizanga, Prenda e outros projectos no papel	55
6.16	Materiais para construção de casas sociais estão isentos de impostos de importação	57
6.17	Milionário egípcio está em Luanda para lançar a "Cidade Sambizanga"	57
6.18	Novas demolições na forja	58
6.19	Bairro de habitação social é inaugurado em Setembro	59
6.20	Omunga preocupada com processos de privatização de espaços públicos	59
6.21	Luanda é um luxo para pouco	59
6.22	Cazenga sem capacidade para a expansão habitacional	60

6.23 Bancos financiam programa habitacional	61
6.24 Modelo conseguido de requalificação	61
6.25 Omunga preocupada com processos de privatização de espaços públicos	62
6.26 Governo provincial promoveu no Kuito conferência sobre urbanismo e habitação	63
6.27 Mais um projecto habitacional apresentado no Kilamba Kiaxi	63
6.28 Mais um projecto habitacional apresentado no Kilamba Kiaxi	63
6.29 Comissão Nacional de Habitação aprova orçamento para comissões técnicas provinciais	64
6.30 Comuna do Zango nasce a nova cidade	64
6.31 Proprietário acusa inquilina de tentar usurpar imóvel	65
7 TERRA	67
7.1 Mulher enforcou-se devido à demolição da sua casa	67
7.2 Iraque e Bagdad	67
Mais quente que o inferno	67
7.3 Administrador de Cacucaco apela jovens a denunciarem ocupantes ilegais de terrenos	69
7.4 Governo vai dar cem mil lotes de terra	70
7.5 Novas demolições na forja	70
7.6 Jurista provocador	71
7.7 Demolições em Camama inquietam poder político	71
7.8 Mãos livres marcha contra demolições	72
7.9 Aquisição anárquica de terrenos	73
7.10 Novas demolições na forja	73
7.11 Terrenos para hospitais e escolas estão a ser acautelados no Zango	73
7.12 Terrenos para a construção estão prontos na província da Huíla	74
7.13 Viver sob o Medo	75
7.14 Professores e estudantes universitários em sobre a aquisição de casas e terrenos	76
7.15 A lei e as demolições	77
7.16 Bento Soito	78
7.17 De quem partiu afinal a Ordem?	78
7.18 OMA contra ocupações anárquicas de terrenos	79
7.19 Urbanização de terrenos nas reservas fundiárias	79
7.20 A saga das demolições sem garantias de realojamento	80
7.21 A saga das demolições sem garantias de realojamento	80
7.22 A declaração de Benguela sobre as Demolições	81
7.23 Administração municipal do Sumbe indignada com construção anárquica	82
7.24 Loteamento de terrenos começa em Setembro	83
7.25 Sociedade civil contra despejo	83
7.26 Lobito está sob pressão devido a pedidos de terrenos	84
7.27 Sociedade Civil nacional levanta-se contra demolições do regime	84
7.28 Negociação com proprietários de direito sobre terrenos tem sido controversa	87
7.29 Estado partiu e não indemniza	87
7.30 Sobras de um bairro	87
8 AGUA E SERVIÇOS BASICOS	90
8.1 Projecto "Água para todos em acção nas zonas rurais	90
8.2 Água potável chega à periferia de Porto-Amboim	90
8.3 Operação contra roubo de água desactiva ligações clandestinas	91
8.4 Bairros alagados a tempo inteiro	91
8.5 Empresas seleccionadas para abastecimento de água	92
8.6 Cassenda em decomposição	92
8.7 Samba: água em abundância	93
8.8 Rangelistas na diáspora desiludido com o bairro	95
8.9 Consumidores de energia não pagam custos reais	96
8.10 Projecto "água para Todos" chega a famílias nos Gambos	97
8.11 Programas de Água e Saneamento beneficiam mais de 750 mil cidadãos	97

8.12 Novo sistema de captação de água no, Dondo	98
8.13 Projecto "Água para Todos " chega a comuna do Luinga"	99
8.14 Estradas atrasam desenvolvimento de Marimba	100
8.15 Estradas atrasam desenvolvimento de Marimba	100
8.16 Bairro do Paraíso volta a ter água potável	101
8.17 Dondo conta com novo sistema de captação e tratamento de água	101
8.18 Projecto "Água para todos" prevê atingir 300 mil localidades	102
8.19 Novo sistema de tratamento de água foi inaugurado na cidade do Dondo	103
8.20 Governo do Huambo garante melhorias na distribuição de energia e água potável	103
8.21 Reabilitada mais de 20 quilómetros de passeios na Ingombota	104
8.22 EPAL abre Centro da Mulemba	105
8.23 Abastecimento de água garantido em Quilengues	105
8.24 Há cinco anos que os moradores não têm água potável	105
8.25 "Esta rua nos envergonha"	106
8.26 Há cinco anos que os moradores não têm água potável	106
8.27 "A Dona Amália de hoje não se compara com a do passado"	107
8.28 Programa Nacional Agua Para Todos" beneficia três milhões de habitantes.	107
8.29 Recolha de lixo vai melhorar	108
8.30 População do Cantão com água potável	108
9 AMBIENTE	109
9.1 Ministra quer sociedade na defesa do ambiente	109
9.2 Abate indiscriminado de árvores	109
9.3 Garimpeiros sugam areia no Panguila	109
9.4 Governo manifesta disponibilidade de cooperar com EUA na preservação do meio ambiente	110
9.5 Paula Godinho	111
9.6 As negociações sobre o clima e os seus Mitos	111
9.7 Agência de Investimentos Privados assina contrato sobre biocombustíveis	112

1 ECONOMIA E REDUÇÃO DA POBREZA

1.1 Angola ultrapassa Nigéria na produção de petróleo

Jornal de Angola 2 de Agosto de 2009

A Nigéria foi ultrapassada, pela primeira vez, por Angola ao nível africano da produção petrolífera.

Os graves conflitos explicam a perda do dinamismo nigeriano. É um momento histórico na produção de petróleo mundial. Angola ultrapassou a Nigéria como o maior produtor de crude em África, revelou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

No mês de Junho, segundo dados avançados pela Reuters, Angola produziu 1,82 milhões de barris diários de crude, enquanto a Nigéria se ficou pelos 1,73 milhões de barris. Aliás, segundo dados oficiais, a produção média deve rondar de 1,3 a 1,6 milhões de barris.

"A produção angolana excedeu a da Nigéria como resultado da violência militar no delta do Níger (rio) que levou à interrupções nos projectos onshore e offshore de baixa profundidade", explicou ao jornal português Diário Económico, Mónica Enfield, directora de mercados na PFC Energy.

Uma situação que alguns analistas concordam poder vir a alterar o panorama da produção africana.

"Se nada melhorar na Nigéria, Angola pode ultrapassá-la definitivamente. A produção nigeriana tem vindo a descer e o país não tem tido capacidade para resolver os seus problemas internos", disse à agência de notícias Reuters, Peter Odell, professor de estudos internacionais de energia na Universidade Erasmus, em Roterdão.

1.2 Angola volta a ultrapassar a Nigéria na produção de petróleo Angop

3 De Agosto de 2009

Angola ultrapassou a Nigéria na produção de petróleo. O país produziu, só no mês passado, 1,82 milhões de barris dia contra os 1,73 milhões da Nigéria. Os dados foram avançados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) à Reuters.

Segundo os analistas, a situação de conflitos na Nigéria, irá causar grandes influências no mercado petrolífero mundial.

Sexta-feira última, o petróleo fechou a perder mais de 1% e, aproxima-se a primeira queda mensal desde Janeiro deste ano. No mercado norte-americano, o crude recua 1,5% para os 66 dólares e 24 cêntimos. Em Londres, mercado de referência para Angola, o Brent, perdia 0,73 % para os 69 dólares e 55 cêntimos. Apesar de ter subido mais de 5%, a matéria-prima continua a ser penalizada.

1.3 Transacções em multicaixas ascendem a mais de USD mil milhões

Jornal de Economia 04 De Agosto de 2009

As caixas electrónicas automáticas da rede Multicaixa registaram um volume de transacções acima dos USD mil milhões em operações, durante o primeiro semestre deste ano, segundo o director de tecnologia e segurança da Empresa Interbancária de Serviços (Emis), Eduardo Pinto.

De acordo com a fonte, os terminais automáticos de multi-caixas (ATM) registaram transacções estimadas em USD 229 mil, ao passo que os de pagamento automático (POS) registaram cerca de USD 16 mil.

No referido período, foram ainda registados em levantamentos cerca de USD 948 milhões, enquanto que USD 130 milhões foram utilizados em compras.

Comparativamente ao mesmo período de 2008, Eduardo Pinto disse que a crise financeira mundial e a instabilidade que se viveu na banca nacional resultou na retracção dos depósitos bancários pelos clientes, assim como a fraca movimentação nos terminais, fazendo com que no primeiro semestre de 2009 a taxa de crescimento não fosse tão alta, estando estimada em cerca de 60% nos ATM e 150% nos POS.

"As pessoas gastaram menos neste período e recorreram também menos vezes ao multicaixa. Porém, esta situação será diferente no segundo semestre, porquanto já sentimos o retorno à normalidade", disse.

Segundo ele, todas as instituições bancárias, por imperativo legal, têm activo o serviço de cartões multicaixas, o que, de certa forma, tem aliviado os balcões espalhados pelas diferentes cidades.

Ele considera este instrumento como um mecanismo de redução de custos para os bancos. Aumento de terminais.

Tendo em vista a realização do Campeonato Africano das Nações (CAN), em Janeiro, a Emis pretende aumentar a disponibilidade de caixas automáticas e sobretudo, os terminais de pagamento nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla e Cabinda, por serem estas as que vão albergar a competição.

De acordo com a fonte, existem em carteira vários programas para se implementarem durante a realização do campeonato.

O aumento de caixas automáticas assume-se como o principal, mas outros serviços complementares serão oferecidos aos turistas e delegações.

Além dos Multicaixa, estão disponíveis com aceitação na rede os cartões de pagamentos internacionais Visa, nos próximos tempos, o sistema deverá já receber os Master Card.

1.4 Reservas sobre o exterior caíram para USD 12,1 mil milhões em Junho

MacauHub 6 de Agosto de 2009

As reservas sobre o exterior de Angola caíram para 12,1 mil milhões de dólares em Junho depois de em Maio se situarem em 12,2 mil milhões de dólares, informou quarta-feira em Luanda o Banco Nacional de Angola.

Angola, que depende das exportações de petróleo para 90 por cento das suas receitas, assistiu no primeiro semestre à queda de 30,5 por cento das reservas sobre o exterior. De acordo com dados oficiais do banco central, as reservas sobre o exterior ascendiam a 17,49 mil milhões de dólares em Dezembro de 2008.

Os preços do barril de petróleo nos mercados internacionais aumentaram depois de uma queda abrupta na segunda metade de 2008 mas mantém-se a menos de metade dos 147 dólares atingidos em Julho de 2008.

1.5 Angola volta a ultrapassar a Nigéria na produção de petróleo

Angop 06 De Agosto de 2009

Angola ultrapassou a Nigéria na produção de petróleo. O país produziu, só no mês passado, 1,82 milhões de barris dia contra os 1,73 milhões da Nigéria.

Os dados foram avançados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) à Reuters.

Segundo os analistas, a situação de conflitos na Nigéria, irá causar grandes influências no mercado petrolífero

mundial.

Sexta-feira última, o petróleo fechou a perder mais de 1% e, aproxima-se a primeira queda mensal desde Janeiro deste ano. No mercado norte-americano, o crude recua 1,5% para os 66 dólares e 24 cêntimos.

Em Londres, mercado de referência para Angola, o Brent, perdia 0,73 % para os 69 dólares e 55 cêntimos.

Apesar de ter subido mais de 5%, a matéria-prima continua a ser penalizada.

1.6 Medidas anti- crise mostram-se insuficientes

Semanário Factual 14 a 21 de Agosto de 200

Para travar a redução drástica das reservas foram aplicadas várias medidas de carácter monetário e cambial, nomeadamente o aumento das reservas obrigatórias de 20 por cento para 30 por cento, bem como da taxa de redesconto e passou-se a adoptar uma nova restrição nos mecanismos de transferência de divisas, incluindo a importação de bens.

Paralelamente, os bancos Comerciais, pressionados pela excessiva procura repentina de divisas, adoptaram algumas medidas restritivas, tanto para os clientes quanto para a venda ao público de dólares.

Em alguns pontos da cidade de Luanda a nota de cem dólares já chegou a ser comercializada à 9.700 Kwanzas, no mercado informal, estando por enquanto cotada em média a 90 dólares a venda e ultrapassa os 94 kwanzas a compra.

O hiato entre a compra e a venda, segundo vendedores de rua, está relacionado com a forte procura por dólares e um conseqüente aumento dos Kwanzas, mas alertam que na maioria das vezes os clientes vão aos bancos mas como não conseguem os dólares suficientes recorrem ao mercado informal para compensar as diferenças.

Nos bancos e nas casas de câmbios nunca há dólares para o público, as restrições que se esperavam temporárias ganham agora contornos mais duradouros. Conseqüentemente, a taxa de juros subiu por causa do risco da taxa de câmbios, o que leva já vários funcionários que contraíram crédito a reclamar pelo aumento das prestações mensais a pagar.

"O dinheiro ficou mais caro tanto para os bancos quanto para os consumidores que beneficiam do crédito", destacou um economista, salientando que a taxa de redesconto aumentou de 19,27 por cento em

Janeiro para 2S por cento em Março.

Recorda-se que o ministro da economia, Manuel Júnior, referiu no Parlamento, aquando da aprovação do Orçamento Geral do Estado revisto para 2009, que os efeitos da crise levaram a uma queda da taxa de crescimento da economia para 6,2 por cento e que também afectaram as reservas internacionais líquidas, o que levou a uma redução da oferta de divisas no mercado e contribuiu para a depreciação do Kwana, alertando que existe uma escassez relativa mas perfeitamente aceitável perante a conjuntura que se vive.

Manuel Júnior chamou a atenção pela pertinência com que foram tomadas as medidas contra os efeitos da crise, porque se as medidas não fossem tomadas a tempo as consequências seriam piores, tendo em conta a "liquidez estrutural" que existia na economia, o que teria levado "a uma situação de exaustão das reservas" e que entre outros estragos levaria ao aumento vertiginoso dos preços, situação que poderia trazer uma certa instabilidade social. Porém, frisou, "o Governo soube tomar as medidas no momento certo".

Contudo, a diminuição das reservas persiste embora no primeiro semestre seguisse uma queda da taxa decrescente. Em Janeiro de 2009 as reservas correspondiam a 16,6 mil milhões de dólares, no mês de Fevereiro reduziu para 15,3 mil milhões.

Já em Março a quebra acentuou-se e fixou-se em 13,2 mil milhões de dólares. No mês seguinte a queda foi mais moderada e as reservas situaram-se perto dos 12,4 mil milhões. Em Maio eram 12,2 mil milhões e em Junho reduziu para 12,1 mil milhões de dólares.

Em Junho, as taxas de juros reais activas, ou seja para o crédito de até 180 dias ultrapassou 10 por cento, um segmento a que corresponde uma parte significativa da procura por créditos. Um sinal do encarecimento do "preço do dinheiro" e das dificuldades com que os empresários e os consumidores puderam se confrontar para liquidarem as suas dívidas, o que poderá aumentar o risco do crédito mal parado.

Na prática, as medidas anti-crise adoptadas no sector bancário para conter o excesso de liquidez na economia e minimizar o "risco de explosão da taxa de câmbios" mostram-se insuficientes para travar a tendência altista do dólar.

A manutenção da taxa de câmbios assegura-se como um factor chave para a preservação da estabilidade macro-económica devido à forte dependência das im-

portações, que leva à procura enorme por divisas e pode agravar a instabilidade dos preços dos bens e serviços, devido ao peso da inflação induzida pela taxa de câmbios e do agravamento da taxa de juros motivado pela indexação ao dólar.

1.7 Banco Mundial revê em alta crescimento económico do país

Agora 15 de Agosto de 2009

O economista do Banco Mundial para Angola, Ricardo Gazel, disse que a decisão do Governo de produzir mais petróleo do que a quota autorizada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) fará com que o país evite um crescimento negativo este ano.

De acordo com um documento interno da Opep a quota de Angola é de 1,52 milhões de barris por dia embora Luanda afirme tratar-se de 1,656 milhões de barris.

Ricardo Gazel adiantou que o crescimento económico do país poderá mesmo ser positivo caso o sector petrolífero cresça mais de 10 por cento, embora preveja um crescimento daquele sector à volta de 9 por cento, atendendo às condições de política macroeconómica e da economia global.

"Já estou a assumir um crescimento do sector não-petrolífero bastante forte para um ano em que os mercados internacionais e a economia global estão em recessão e o governo tem adoptado medidas bastante restritivas, quer na parte fiscal quer monetária", sublinhou.

Entretanto, as negociações de Angola com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o apoio financeiro à economia estão ainda em fase "exploratória" mas são um sinal "extremamente positivo".

"Esta primeira visita foi mais de diagnóstico, numa fase exploratória, mas já se fala em voltar em Setembro, o que significa que as negociações vão continuar", referiu o economista, que não arriscou as previsões sobre se as negociações vão, de facto, resultar um apoio financeiro por parte do FMI.

"A missão teve discussões produtivas com a equipa económica do Governo, instituições financeiras. Angola enfrenta uma difícil situação económica em 2009, como resultado da crise económica global", refere o documento produzido no final dos trabalhos da comitiva do FMI.

1.8 Pobres estão cada vez mais pobres

Angolense 15 a 22 de Agosto de 2009

Segundo alguns entendidos na matéria, a medida do BNA que limita o levantamento de divisas veio propiciar a inflação que já se faz sentir na economia nacional, visto que com a aplicação da referida medida, as "Kinguilas" (que procedem ao câmbio informal de divisas), que já estavam a desaparecer do mapa, voltaram a ganhar fôlego, facilitando toda operação cambial.

Como resultado, referem, o nosso Kwanza perdeu valor e muitos funcionários públicos optaram por caminhar a pé, não pelo gosto de querer queimar algumas calorias mas pelos magros salários que recebem, pois, no final das contas, não resta nada para o candongueiro que, em determinados períodos do dia, cobram 200 kwanzas por corrida.

No mercado informal e mesmo formal, os preços dispararam, isto mesmo foi constatado numa ronda que o Angolense fez, nesta semana, a alguns estabelecimentos comerciais.

Para se ter uma ideia, 4m saco de 50 quilos de arroz custa KZ 4.500, a lata de leite em pó a 2.100, uma caixa de massa a 1500, a caixa de óleo chega a custar 2.500 Kwanzas.

Por tudo isso, hoje por hoje, dizer que a situação económica está controlada é como que tapar o sol com a peneira. Aliás, na ronda que fizemos, os luandenses que vivem na pele as consequências da depreciação da moeda nacional falaram à nossa reportagem.

António Gouveia, Funcionário Público, disse que a vida na sua casa hoje é um pesadelo comparativamente ao ano passado. Em sua opinião, com a queda do Kwanza face ao dólar, até para comprar uma caixa de óleo é preciso muita ginástica, quer da sua parte quanto da esposa.

Não fosse assim, explicou "as panelas teriam entrado de férias porque o salário já é magro e ainda chega tarde". Contudo, mostrou-se esperançoso que o governo vai mandar reajustar os salários e aí sim as coisas poderão voltar a normalidade.

Outro funcionário público, que também vê a vida apertada, é Domingos Fernandes, para este, a principal causa da desvalorização do Kwanza tem a ver com a medida do Banco Nacional de Angola que orientou a restrição no levantamento das divisas, de acordo com o interlocutor, antes da medida o dólar estava estabilizado

entre 74 a 75 e qualquer cidadão podia adquirir num dos bancos, o que não se verifica agora, como consequência, avançou, o mercado do dólar está nas mãos das "Kinguilas", que ditam as regras do jogo.

Cada Fonseca, jovem angolana que reside em Lisboa (Portugal), não está por dentro da realidade angolana mas, o pouco tempo que se encontra de visita em Luanda foi suficiente para apurar que tudo está muito difícil. "A vida está dura, tudo está muito caro.

Uma nota de USD 100 está a 9.000 Kwanzas, valor que, comigo, acaba em minutos, se soubesse das minhas necessidades", reclamou, para, de seguida, dizer que "acho que o Governo tem que fazer alguma coisa para este povo".

1.9 BNA cria central de risco de crédito

Jornal de Angola 16 De Agosto, 2009

O Banco Nacional de Angola (BNA) está a criar a central de informação de risco de crédito, um projecto já em curso, informou o vice-governador do BNA, Ricardo D'Abreu, na cerimónia que marcou o 34º aniversário da tomada da banca pela classe bancária angolana, em 1975.

Além deste objectivo, o BNA prossegue os esforços para concluir o programa definido para o corrente ano que inclui a representação da Lei das Instituições Financeiras, em fase conclusiva, e a criação de mecanismos que contribuam para o aumento numeral da bancarização do sistema.

No programa está ainda a aceleração o processo de conclusão de bancarização dos salários da função pública, a introdução do seguro de depósitos e a criação da base de dados da dívida externa.

Ricardo D'Abreu deixou a promessa de o BNA continuar a trabalhar na perspectiva de criar parcerias com todos os actores do sistema financeiro nacional, visando sucesso comum.

"Novos desafios são-nos impostos e exigem de nós a mesma prontidão e eficiência que já se tornou característica da classe, para estabelecer uma parceria natural com o Governo, em particular a direcção da economia", referiu Ricardo D'Abreu.

Numa cerimónia em que veio a terreiro a discussão sobre o sector, o Sindicato Nacional dos Empregados Bancários, na pessoa do seu secretário-geral, Patrício Costa, deixou expresso a defesa do bem-estar dos trabalhadores da banca, através do reforço das acções

de índole social e programas de desenvolvimento.

O Sindicato conta com a colaboração de sindicalistas brasileiros, que num estudo comparativo transmitiram a sua experiência aos angolanos, por via da palestra que teve lugar no dia da comemoração. A apresentação da experiência foi feita pela coordenadora e pelo secretário de Relações Internacionais das Centrais Sindicais do Cone Sul do Brasil, Rita Berlofa e por Ricardo Jacques.

O momento deu lugar a homenagens. Em nome do conselho de administração do BNA, Ricardo D'Abreu rendeu homenagem a todos quantos lutaram para a tomada da banca em Angola.

“A todos quanto ousaram lutar para a tomada da banca, acto que viria a marcar para sempre o processo de edificação e solidificação da autonomia política e administrativa e económica do sistema bancário angolano, a nossa homenagem”, disse.

Se a ocasião serviu para homenagem, também o foi para pedaços de história de tudo quanto decorreu no dia 14 de Agosto de 1975, quando se davam os primeiros passos para edificação do processo do sistema bancário angolano.

Com a fuga massiva de capitais naquela altura, foi determinado, a partir do 14 de Agosto de 1975, a suspensão dos órgãos sociais das instituições bancárias domiciliadas na então colónia de Angola e nomeada uma comissão coordenadora da actividade bancária que tinha como missão a direcção e coordenação das instituições bancárias.

Realizações importantes Pretendeu-se na altura a instituição de um rigoroso sistema de controlo da economia nacional através do plano das finanças e da banca.

A tomada da banca às autoridades coloniais foi a primeira barreira ultrapassada pela classe bancária nacional, o que provou a sua competência e entrega à causa do bem-estar e do futuro de todos aqueles que decidiram viver no país.

No dia 8 de Janeiro de 1977 começou em todo território nacional a troca da moeda, com a substituição do escudo português pelo Kwanza. Seguiram-se várias reformas monetárias, a 22 de Setembro de 1990, 3 de Julho de 1995 e 12 de Novembro de 1999.

A taxa de inflação anual desceu de forma acentuada, de 105,6 em 2002 para 13,20 em 2008.

Em 1999, no mercado cambial, foi emitido um conjunto de base de regulamentação que deu início a liberalização, que inclui a institucionalização do mercado monetário, com a emissão de Títulos do Banco Central (TBC).

Com 20 bancos autorizados e 19 a funcionar, o sistema bancário angolano está em pleno crescimento.

1.10 Aumento das receitas nas Finanças

Jornal de Angola 17 De Agosto de 2009

A repartição fiscal de Finanças no Lobito arrecadou, de Janeiro ao Junho deste ano, 14,73 mil milhões de kwanzas, informou no sábado o director da repartição, Fausto a repartição registou um aumento de receitas de 3,425 mil milhões de kwanzas.

Fausto Serôdio, que falava à Angop no Lobito, disse que apesar das consequências negativas que a crise financeira está a provocar às empresas e famílias, o sector das Finanças registou um aumento significativo de receitas.

Contribuíram para este aumento de receitas a cobrança de imposto industrial, predial, de selo e sobre rendimentos e ainda taxas de circulação. A repartição fiscal do Lobito também atende os municípios do Bocoio e do Balombo.

1.11 Política fiscal é elogiada pelo FMI

Jornal de Angola 19 De Agosto de 2009

O Fundo Monetário Internacional (FMI) enalteceu as medidas de política fiscal e monetárias adoptadas pelo Governo angolano para estabilizar as reservas líquidas internacionais do país, face à crise financeira internacional.

O reconhecimento vem expresso num relatório da instituição sobre a visita de trabalho de uma missão liderada pelo chefe adjunto da Divisão do FMI para a África, Lamin Leigh, que esteve em Luanda de 3 a 7 de Agosto.

A visita surgiu na sequência de um convite do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ao director-geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn, feito em Áquila (Itália) na cimeira do G-8.

Durante quatro dias, a missão reuniu-se com os membros da equipa económica, instituições financeiras e potenciais doadores.

Diagnosticou a situação económica e financeira de Angola, com principal incidência sobre os efeitos da crise economia e financeira internacional e concluiu que as “medidas de política fiscal e monetária tomadas foram acertadas”.

O diagnóstico do FMI permitiu saber que, apesar dos esforços das autoridades para minimizar os efeitos da crise, Angola está numa situação que precisa de ajuda especial do fundo, principalmente para estabilizar a balança de pagamentos, mecanismo que reflecte o que o país vende e compra do exterior.

Depois desta missão, Angola recebe uma segunda em Setembro próximo, a que segue uma terceira, em Outubro.

Caso as negociações sejam conclusivas, o FMI pode vir a assinar um acordo especial de financiamento com o Governo de Angola para minimizar os efeitos da crise na balança de pagamentos.

O acordo especial pode entrar em vigor a partir de Janeiro de 2010.

Nos últimos meses, o Governo adoptou restrições de moeda estrangeira no mercado financeiro para estabilizar as reservas líquidas internacionais, que passaram de 19,5 mil milhões de dólares, em meados do ano passado, para 12,4 mil milhões de dólares, em função, principalmente, da queda do preço do petróleo, principal fonte de recursos do Estado.

Durante seis anos, Angola teve uma taxa de câmbio regular. O Banco Nacional de Angola (BNA) teve de injectar, nos bancos comerciais, quantidades de dólares suficientes para que a procura do dólar não fosse exponencial.

Ao mesmo tempo que agradeceu a cooperação das autoridades angolanas pela sua abertura ao longo das discussões, os especialistas do FMI afirmaram que se o Governo angolano não tivesse tomado medidas de restrição da moeda externa em tempo útil, as reservas líquidas internacionais do país teriam sido “gravemente afectadas”, com reflexos negativos para um país em reconstrução e desenvolvimento.

1.12 Taxa de câmbio no formal e paralelo com diferenças acentuadas

Expansão 21 de Agosto de 2009

As taxas de câmbio entre o mercado formal e o informal estão a registar diferenças significativas nos últimos tempos. No mercado primário, a taxa de

câmbio mantém-se quase estável (ligeiras flutuações não superiores a um kwanza), há mais de dois meses, com a compra a fixar-se nos 77,61 e venda a 78,00 Kzs.

O maior spread cambial, no formal, regista-se nos bancos comerciais e nas casas de câmbio, particularmente aquelas que, neste momento, vendem divisas. As taxas de câmbio estão a variar entre os 81 a 84 Kzs a compra, ao passo que a venda oscila entre 84 e 86 Kzs, por dólar. As casas de câmbio seguem mais a tendência do mercado informal.

Segundo um funcionário sénior do BNA, não há razões para que haja tal diferença cambial entre o mercado primário e o secundário.

"Os bancos comerciais não têm necessariamente de utilizar esta taxa", disse. "Para os clientes empresas, que, maioritariamente, necessitam de dólares para fazer pagamento, e para quem apresente comprovativo de viagem, as taxas de câmbio não têm de ser entre 85 e 87 Kzs, por um dólar".

No mercado informal, a taxa de câmbio também não está a ser uniforme.

É mais elevada no centro da cidade, sendo que a diferença em relação às zonas periféricas podem atingir os 350 Kzs. Assim sendo, a compra está a oscilar entre os 85 e 87 Kzs, face ao dólar, ao passo que a venda varia entre os 90 e 94Kzs.

As diferenças cambiais entre o mercado formal e informal estão a ter reflexos na actividade dos operadores económicos e das famílias. As empresas que têm com os seus trabalhadores contratos de trabalho, cuja remuneração é feita em dólares, estão a ter dificuldades em honrar, na medida em que o montante financeiro gasto com pagamento de salário está a variar constantemente para cima.

Artur Joaquim de Almeida, operador de económico do sector dos serviços, disse ao Expansão que hoje encontra dificuldade para pagar salários aos seus quarenta colaboradores, com os quais gasta mensalmente cerca de 20 mil USD.

"Antes comprava ao banco dólares para pagar os salários, gastando cerca de um milhão e meio de Kzs. Hoje sou obrigado a gastar pelo menos dois milhões."

Como Joaquim, estão outros pequenos médios e grandes empresários que vivem dificuldades tremendas, com mudanças constantes nos custos operativos dos negócios, levando-os a um exercício de pesquisa cons-

tante ao mercado.

Para além dos operadores económicos, os trabalhadores, de forma geral, estão a ser afectados pela diferença constante nas taxas de câmbio entre os dois mercados.

Os que auferem em dólares aparentam ter vantagem, por verem o poder de compra dos seus salários iguais e, em alguns casos mesmos, superiores que antes do eclodir da crise.

Deodato Júnior, funcionário de uma empresa de consultoria no sector da construção civil, revelou-nos que aquilo que anteriormente era uma desvantagem para ele, tornou-se competitivamente vantajoso. "Antes da crise pagava o meu crédito com 16 mil Kzs por mês, o que correspondia a 220 USD.

Hoje pago cerca de 190 dólares, ou seja menos 30."

O inverso também está a acontecer. Os trabalhadores que auferem remunerações em kwanzas ficaram afectados no seu poder de compra, ao passo que o pagamento do crédito ficou mais caro. Caetano Simão, funcionário público, explica que, com a crise, passou a pagar 34.340 mil Kzs contra os 31.916 anteriores.

Para as famílias, os efeitos, para além de estarem no aumento do preço dos bens e serviços, estão sobretudo no facto de afectar as poupanças, por efeito da corrida aos dólares.

Para alguns economistas, as grandes variações cambiais entre o mercado formal e o informal só vão diminuir quando o BNA der sinais de aumento na disponibilização de divisas ao mercado.

Segundo o economista José Alberto, o banco central não aumentará consideravelmente a venda de divisas aos bancos comerciais a breve prazo, apesar da pressão, porque o mercado tem estado a aguentar-se bem. Justificou o actual spread entre o mercado formal e informal mais resultante de especulação do que propriamente de uma necessidade "tremenda" de divisa.

"Caso assim não fosse, o spread seria maior", considera. Esta situação, aliada a retenção de divisas por parte dos bancos comerciais, provocou um aumento dos depósitos em moeda estrangeira na banca de 255,4 milhões USD em Janeiro, para 320,8 milhões em Junho.

1.13 Arcebispo quer distribuição justa de riquezas

Agora 22 de Agosto de 2009

"A Igreja e os bispos saúdam o clima de paz e de reconstrução das infra-estruturas, que o país está a viver há 7 anos, mas apelam à consolidação da paz social.

Não basta só acabar com a guerra, mas sim reflectir sobre todos os aspectos de forma integral", disse D. Damião Franklin, sublinhando que a paz social é um desafio muito importante que envolve todos os angolanos.

"Penso que, neste momento, para materializar-se esta paz social decorrem palestras, conferências e reformas, tal como a educativa, criação de empregos, numa tentativa de resolver os problemas pelo diálogo".

Paras o clérigo os investimentos nos sectores da educação e saúde são ainda insuficientes para a satisfação dos direitos fundamentais dos cidadãos, tendo destacado o contributo da Igreja Católica na formação da consciência democrática dos cidadãos e apelado à tolerância e ao espírito de reconciliação.

"O desenvolvimento não é só material, mas também espiritual. A nível da igreja pedimos aos nossos fiéis que sejam mais activos, empenhados nas suas áreas de trabalho, sempre para o bem comum", concluiu.

1.14 Opção correcta

Jornal de Angola 24 De Agosto de 2009

É sabido que as infra-estruturas constituem, e qualquer país, a base do crescimento e desenvolvimento económico e social.

Para se atingir o crescimento e o desenvolvimento económico é necessária uma base infra-estrutural, que normalmente implica dispêndio de avultados recursos financeiros, mas que acabam por gerar retornos benéficos para toda a sociedade.

Os investimentos feitos pelo Estado em infra-estruturas em áreas como as da saúde, educação, transportes, distribuição de energia e água potável e da construção de vias rodoviárias e ferroviárias, permitem que se criem as condições necessárias para o desenvolvimento da actividade económica e para o aumento da qualidade de vida das populações.

Passados sete anos sobre a conquista da paz em 2002, o nosso país mudou consideravelmente e é inegável o facto de hoje a circulação de pessoas e bens que se faz de forma intensa por todo o país, com a abertura e reabilitação de vias rodoviárias e ferroviárias, ter dado

um grande impulso à actividade económica, com destaque para a criação de múltiplos negócios, que têm sido geradores de empregos.

Entre as infra-estruturas que têm sido construídas de raiz ou reabilitadas, destacam-se as vias rodoviárias, nomeadamente as pontes, que ligam cidades e tomam o tráfego fluído.

Estabelecida a meta a atingir - o desenvolvimento económico e social do país - as autoridades têm-se lançado na execução das grandes tarefas que se traduzem fundamentalmente na edificação da base infra-estrutural, sem a qual não é possível o país crescer para alcançar altos níveis de vida para as suas populações.

Trata-se de um processo que nem sempre é fácil. Haverá, como tem havido, algumas dificuldades de vária ordem. O que é normal.

Afinal reconstruir um país que foi afectado por um longo conflito armado e que tem múltiplos e grandes problemas por resolver não é tarefa fácil.

Não é, pois, razoável que se exija a solução de uma só vez de todos os problemas do país, nas circunstâncias em que o país se encontra, marcadas ainda pelos efeitos da destruição causada pela guerra.

O governo com maior ou menor dificuldade, vai resolver os problemas do país. Conquistada a paz, as autoridades estão agora em condições de concretizar os diferentes projectos de natureza económica e social e orientados para levar os angolanos a viver condignamente.

E essa vontade de se trabalhar no sentido da melhoria das condições de vida das populações angolanas foi expressa recentemente pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que defendeu que se façam "opções correctas a favor da redução das desigualdades sociais, da participação consciente de todos na causa pública, da criação do bem-estar e do progresso, social no São notórios e notáveis os esforços que têm sido empreendidos pelas autoridades angolanas para que Angola saia do subdesenvolvimento.

A luta contra o subdesenvolvimento, embora árdua, está a ser levada a cabo. O tempo há-de encarregar-se de confirmar que o que hoje se está a fazer, em termos de construção ou reabilitação de infra-estruturas, dará frutos que hão-de beneficiar toda a sociedade angolana.

As despesas reprodutivas (investimentos na criação de diversas infra-estruturas) que hoje o Estado faz para

aquecer a economia, a fim de se gerar riqueza e empregos, são indispensáveis e constituem uma opção correcta que vai no sentido de tornar o nosso país num lugar bom para se viver.

1.15 Crimes contra a economia

Jornal de Angola 25 de Agosto de 2009

Angola, pelo seu crescimento e oportunidades que oferece, tem conhecido uma intensa actividade económica.

Os angolanos são um povo trabalhador que, depois de terminada a guerra, se lançou resolutamente na luta contra o subdesenvolvimento, que se vai traduzir futuramente na erradicação da fome, do analfabetismo e de outros males que ainda impedem as "populações de vários pontos do país de terem uma vida condigna.

A economia do país cresce, mas temos assistido a actividades ilícitas que constituem crimes económicos. Trata-se de crimes organizados, já identificados pelas autoridades competentes, havendo indícios de que existem redes que se entregam sistematicamente ao cometimento de actos ilegais, na área económica, na perspectiva do enriquecimento fácil.

Felizmente, as autoridades ligadas à Direcção Nacional de Inspecção e Investigação da Política Económica estão atentas ao fenómeno das violações de normas contidas na legislação penal económica e têm tomado as medidas que se impõem para conter o aumento dos crimes contra a economia, por virtude das consequências nefastas que estes causam à sociedade.

O comissário Alexandre Canelas, director nacional de Inspecção e Investigação da Polícia Económica, disse em entrevista ao Jornal de Angola que "o crime económico constitui um fenómeno que afecta seriamente a credibilidade das empresas e das instituições. Provoca falências e perda de postos de trabalho".

Afirmou ainda ao Jornal de Angola aquele alto responsável da Polícia Nacional que "o crime económico desincentiva o investimento e constitui uma ameaça grave para o desenvolvimento socioeconómico".

Constitui entretanto boa notícia o facto de a Direcção Nacional de Inspecção e Investigação da Polícia Económica ter o crime organizado, segundo palavras do comissário Alexandre Canelas, sob controlo e conhecer bem o modus operandi dos autores das infracções criminais contra a economia.

É possível que a nível da investigação a nossa Polícia Económica esteja no bom caminho, a julgar pelos resultados já alcançados no passado traduzidos na neutralização de actos criminosos nocivos à saúde pública e ao mercado financeiro.

Porque os crimes económicos são já executados de forma organizada em Angola, isso tem exigido da polícia um grande esforço, em termos operacionais, para travar os que teimam em iludir as autoridades policiais para causar de forma premeditados problemas à economia.

E significativo o número de crimes económicos registado pela Direcção Nacional de Inspeção e Investigação da Polícia Económica no primeiro semestre deste ano.

Segundo Alexandre Canelas, foram registados 2.118 crimes de natureza diversa, mais 575 do que em igual período do ano passado.

Esperamos que a Polícia Económica, em face da crescente tendência para a prática de crimes contra a economia em diferentes pontos do país, continue a encontrar os meios mais adequados ao combate àqueles que, teimosamente, insistem em criar factores de obstrução do nosso crescimento económico.

Os crimes económicos são um fenómeno frequente no mundo.

Cabe aos Estados encontrarem as melhores formas de combatê-los, sendo uma delas o apetrechamento com meios humanos e materiais das autoridades encarregadas do seu combate.

Trata-se de um trabalho árduo que exige sobretudo inteligência, conhecimento e paciência, pois as redes criminosas organizadas se munem hoje de meios sofisticados para tentar contornar as forças policiais.

A nossa Polícia Económica é chamada a estar à altura, neste complexo processo de reconstrução do país, dos desafios que se lhe colocam ao nível da luta contra os crimes contra a economia, no interesse de toda a sociedade.

Os crimes económicos já executados de forma organizada têm exigido da polícia um grande esforço para travar os que teimam em "iludir as autoridades para causarem problemas a economia.

1.16 AIA quer eliminação de impostos para produção dos bens nacionais

Jornal de Angola 25 de Agosto de 2009

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) defendeu, ontem, a eliminação do imposto de selo e de consumo sobre todos os bens de produção nacional.

José Severino disse, à Angop, a propósito da aprovação das linhas gerais sobre a reforma fiscal, ser necessária a isenção do imposto de consumo a toda a produção nacional, com excepção das bebidas alcoólicas, gasolina (subvencionada pelo Estado), água e energia.

O presidente da AIA disse existir consenso dentro do Comité da Reforma Fiscal, fundamentalmente dos ministros das Finanças e Economia, faltando apenas a criação de um diploma legal para formalizar a situação.

Tudo aquilo que o governo tirou da importação, no sentido de reduzir os custos das casas, deve ser dado, em contrapartida, à produção nacional, às centenas de carpintarias, serralharias, indústrias de exploração florestal, de caixilharia de alumínio, declarou.

Os produtos nacionais destes sectores, frisou, devem merecer benefícios fiscais, porque produtos semelhantes foram isentos na importação, como são os casos das tintas, maioritariamente produzidas a partir da água, para a construção civil.

"Quando se importa uma lata de tinta não produzida no país, pagando o imposto aduaneiro e o de consumo, para no final das vendas debitar imposto de consumo, chega-se ao ponto em que o imposto passa a cobrar imposto, situação ilegal"; referiu.

José Severino disse, também, existir uma nova pauta aduaneira derivada de um trabalho conduzido pela Direcção Nacional das Alfandegas e pelo Ministério das Finanças, que isentou máquinas, matéria-prima e equipamentos, sobretudo peças de reposição.

"Devido à construção de um milhão de casas, surgiu a necessidade de eliminar impostos sobre a importação de alguns materiais de construção, uma política que deve ser cautelosa porque o sector industrial precisa de mais incentivos por viver dificuldades como energia, água e sistema de segurança", disse.

1.17 Angola terá 54 lojas de proximidade até 2012

Angop 26 de Agosto de 2009

Cinquenta e quatro lojas da rede de proximidade "Poupa Lá" serão construídas em todo país até 2012 pelo Governo angolano, no âmbito do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e Distribuição de Bens Essenciais à População (Presild), disse à Angop o chefe do gabinete de comunicação, marketing e publicidade, João Pedro.

Segundo o responsável do sector de comunicação, marketing e publicidade do Presild, até ao momento já foram construídas 10 lojas dessa rede nas províncias de Luanda e do Huambo e aguarda-se o arranque das obras das outras 44 infra-estruturas.

"Se não fosse os efeitos da crise financeira, disse, seriam construídas 10 mil lojas nas 18 províncias de Angola para facilitar o acesso a produtos com qualidade e a preços mais acessíveis, contrapondo a especulação e a má qualidade de bens vendidos no mercado nacional", afirmou.

Acerca dos mercados municipais, informou que serão construídos mais 16 além dos 14 já existentes, embora o programa prévia, antes da alteração influenciada pela crise, construir em toda extensão do território nacional 163 mercados municipais.

Informou também que estão em curso a construção de dois Centros de Logística e Distribuição (Clod's), em Luanda e Huambo, dos 10 previstos pelo Presild.

Com essas infra-estruturas, salientou João Pedro, o Governo pretende estimular o aumento da produção interna e da comercialização dos produtos locais no mercado nacional.

Cobrir grande parte do território nacional com lojas de proximidade e abastecer os mercados com bens alimentares nacionais em melhores condições de consumo é outro objectivo do Presild.

O Presild é um programa criado em 2005 pelo Governo angolano com o objectivo de assegurar o fornecimento de bens básicos à população, estabilizar preços no mercado, combater a especulação e acabar com o monopólio que se registava no sector comercial do país por parte de um grupo reduzido de empresários.

A implementação do Presild permitiu certo equilíbrio no preço dos produtos básicos, desconcentração e maior oferta de bens essenciais à população.

1.18 Inflação chega a 7,47 por cento

Semanário Factual 21 a 28 de Agosto de 2009

A inflação no mês de Julho atingiu o valor mais alto já registado no ano em curso e a tendência aponta para uma aceleração dos preços nos meses de pico, nomeadamente o último trimestre do ano.

Os preços continuam a subir e a "inflação homóloga se situa agora em 13,97 por cento, o que significa ter havido uma subida 1,47 pontos percentuais em relação ao período homólogo do ano anterior", refere o Instituto Nacional de Estatística (INE), adiantando que "esta subida contribui negativamente para a tendência de redução da taxa do Índice de Preços ao consumidor (IPC) iniciada em meados de 2003".

Na prática, as políticas de estabilização macroeconómica que desde 2003 contribuíram para a estabilidade dos preços mostram-se cada vez mais ineficazes para abrandar a inflação.

Nos primeiros meses de 2009 o "vilão" da subida da inflação foram os candongueiros, enquanto no mês de Julho a alta dos preços foi maioritariamente influenciada pela classe alimentação e bebidas não alcoólicas que registou, no Período, um aumento de preços de 1,91 por cento.

Segundo o INE, o preço do choco cresceu 4,40 por cento, o tomate variou em 4,33 por cento, as coxas de frango aumentaram em 3,86 por cento, a fuba de milho também cresceu acima dos 3,50 por cento.

As costeletas de porco aumentaram de preço em 3,43 por cento.

O frango congelado subiu 3,42 por cento, o pão cassete 3,16 por cento, a farinha fina de mandioca variou em 3,02 por cento e o açúcar branco 2,31 por cento, ao passo que o arroz agulha elevou-se a 1,80 por cento e o arroz corrente 1,28 por cento.

O peso dos produtos alimentares que mais contribuíram para a inflação no pretérito mês de Julho representa uma evidência da perda do poder de compra dos salários perante a conjuntura de alta dos preços dos produtos que representam a "cesta básica". Assim a inflação vai a cada mês "castigando os bolsos" dos trabalhadores.

Salienta-se que o preço da fuba de bombó aumentou 1,96 por cento, a cebola 1,74 por cento, a batata rena 2,15 por cento, o óleo de soja 1,54 por cento, a carne de

vaca de primeira 2,12 por cento e a sardinha 2,04 por cento. Com a aceleração dos preços dos produtos alimentares poderá agravar-se a quebra de demanda por outros bens e serviços.

De Janeiro para cá, por cada cem kwanzas gastos houve uma perda do poder de compra em mais de 7,40 por cento. No entanto, as classes "habitação, água, electricidade e combustíveis", bem como a "saúde", "comunicações" e "educação", sem mantêm estagnadas há vários meses.

"A classe alimentação e bebidas não alcoólicas é a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços, seguida das classes "vestuário e calçado", "bebidas alcoólicas" "Tabaco e Mobiliário", Equipamento Doméstico e Manutenção", destaca a nota do IPC.

O vestuário e o calçado aumentaram de preço em 1,06 por cento, as bebidas alcoólicas e tabaco 0,61 por cento, o mobiliário, equipamento doméstico e manutenção 0,32 por cento e a classe hotéis, cafés e restaurantes também cresceu 0,32 por cento.

A tendência nos preços nos primeiros meses de 2009 e a quebra da trajectória decrescente da inflação em 2008, que se situou em 13,18 por cento, um valor muito acima da taxa esperada de 10 por cento prevista pelo Governo, levaram as autoridades a esticar as previsões para o ano em curso de 10 por cento para 12,5 por cento.

Contudo, os preços com uma tendência alista e crescente leva a crer que a inflação no final das contas vai ficar acima da meta adiantada no Orçamento Geral do Estado revisto.

A inflação no mês de Janeiro foi de 0,94 por cento contra 1,03 em Fevereiro. Já em Março sofreu um abrandamento e se situou em torno dos 0,93 por cento. No mês de Abril voltou a acelerar e atingiu 1,09 por cento contra 0,95 por cento em Maio.

Porém, em Junho disparou em 1,11 por cento.

A inflação acumulada saltou de 13,28 por cento em Janeiro de 2009 para 13,97 por cento em Julho, um agravamento que mostra o quão será difícil manter os preços dentro de uma trajectória que não prejudique o equilíbrio macroeconómico, a estabilidade do investimento e consequentemente o crescimento do Produto Interno Bruto (PIE).

1.19 Missão do FMI volta a Angola em Setembro

Semanário Factual 21 a 28 de Agosto de 2009

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que visitou o país de 03 a 07 de Agosto, poderá estar de volta em Setembro e em Outubro para negociar a assinatura de um acordo especial de financiamento com vista a minimizar os efeitos da crise na Balança de Pagamentos de Angola, segundo a Angop.

De acordo com a fonte, caso as negociações sejam conduzidas favoravelmente pelas partes, o acordo especial com o FMI poderá entrar em vigor a partir de Janeiro de 2010.

A fonte destaca que o diagnóstico da missão do FMI permitiu saber que não obstante os esforços que o país está a fazer para minimizar os efeitos da crise, Angola apresenta-se numa situação que requer ajuda especial daquela instituição financeira mundial.

Segundo o relatório dos especialistas do Fundo, se o Governo angolano não tivesse feito uma restrição da moeda externa em tempo útil, as suas Reservas Líquidas Internacionais seriam actualmente nulas, o que seria grave para um país em reconstrução e em desenvolvimento.

A missão liderada pelo chefe adjunto da Divisão do FMI para a Africa, Lamin Leigh, reconheceu que as medidas de política fiscal e monetária que o Governo angolano tomou nos últimos meses, entre as quais restrições de moeda estrangeira no mercado financeiro, permitiu que o executivo do país estabilizasse as Reservas Líquidas Internacionais, que passaram de 19,5 mil milhões de dólares norte-americanos para 12,4 biliões. A diferença foi usada na estabilização do Kwanza, a moeda nacional.

1.20 Risco de desvalorização do Kwanza persiste

Jornal Económico 28 De Agosto de 2009

Nos últimos dois anos o Banco Nacional de Angola (BNA) tem conseguido manter a taxa de câmbio nos 75 kwanzas por cada dólar recorrendo, maioritariamente, ao mercado cambial pela via do controlo da oferta de dólares no mercado.

Porém, desde Abril que a tendência de valorização do Kwanza foi quebrada à medida que as pressões sobre a moeda nacional foram-se agravando e a política de protecção do Kwanza por parte do banco central começou a ficar mais limitada como consequência da redução gradual das reservas.

Em Agosto, mesmo quando o preço do barril do petróleo sofreu uma subida significativa nos mercados internacionais, o Kwanza continuou a mostrar debilidades ao ser transaccionado nos "92 kwanzas por cada dólar no mercado informal", revela o relatório de Agosto do banco sul africano Rand Merchant Bank (RMB).

De acordo com os últimos dados do BNA, as reservas de divisas voltaram a cair em Junho, para os 12,2 biliões de dólares, pelo sétimo mês consecutivo, alcançando uma correcção superior a 8 biliões de dólares desde Novembro como resposta a uma estratégia centrada na estabilização da moeda nacional.

Ao mesmo tempo, a entidade responsável pela política monetária do País, numa tentativa de estancar futuras descidas das reservas, começou também a reduzir a oferta diária de dólares no mercado que acabou por ser seguida pelos bancos comerciais, ao restringirem o volume de dólares vendido aos seus clientes.

Com esta estratégia, o BNA conseguiu que o "declínio de dólares desencadeasse vendas de kwanzas no mercado informal contribuindo, largamente, para que a unidade local mergulhasse para um valor mínimo dos últimos quatro anos nas lojas de câmbios da capital", revela o relatório do RMB.

Mas também lhe valeu o reconhecimento do Fundo Monetário Internacional que, na última visita a Angola, concluiu que as medidas de política fiscal e monetária que foram tomadas nos últimos meses permitiram estabilizar as reservas líquidas internacionais, lê-se num relatório emitido pelo organismo internacional emitido na passada semana.

A limitação de dólares prejudica o comércio. Se por um lado, ao impor restrições na venda de moeda estrangeira as autoridades têm conseguido estancar a desvalorização momentânea do Kwanza, por outro, a redução da quantidade de dólares no mercado começa a prejudicar as importações, cujo pagamento de bens e serviços, a partir do estrangeiro, depende de dólares, e as próprias exportações que são adiadas para mais tarde, na esperança de se registar uma possível desvalorização da moeda.

Severim de Moraes, ministro das Finanças, numa tentativa de descansar os agentes económicos, já disse que a limitação de dólares no mercado trata-se de uma medida temporária porém, os economistas do RMB perspectivam que esta medida se irá manter por mais tempo pois o "comércio irá manter-se fraco, que poderá significar uma redução ainda maior das reservas

cambiais, e se o banco central tem como objectivo proteger a taxa de câmbio em torno de 78 kwanzas por dólar então as limitações sobre a venda do dólar podem levar mais tempo".

Conclui o relatório do banco frisando a sua previsão para que, até ao final do ano, um dólar seja transaccionado por 83 kwanzas.

1.21 Economia Angolana crescerá 6,4% em 2010

Agora 29 De Agosto de 2009

No próximo ano o Produto Interno Bruto (PIB) deverá registar um crescimento de 6,4%, revela o relatório de Agosto relativo à economia angolana do Economist Intelligence Unit (Eiu).

O documento mantém, todavia, para este ano, uma perspectiva negativa, apontando para uma quebra na evolução do PIB da ordem dos 2,3%.

O relatório adianta que as perspectivas para 2010 assentam no lado da despesa, na recuperação das exportações de bens e serviços (para as quais se estima uma taxa de crescimento de 6,9%, em contraste com a quebra de 7,1 % estimada para o corrente ano, associada à evolução do sector petrolífero) e das importações.

A continuada expansão do sector agrícola, manufactureiro e da construção e o início da recuperação do investimento estão, segundo o documento, na base do crescimento estimado para 2010.

A agricultura passará dos 5% previstos para este ano para 9,5% e a indústria e os serviços inverterão o sinal de quebra que, se estima, registem, em 2009 (-3,6% e -1,2%, respectivamente), atingindo crescimentos de 5% a indústria e 9,5% os serviços.

De realçar ainda que a análise admite o reatamento das relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), referindo a visita recente de uma delegação do Fundo a Angola e apontando para que o FMI venha a adoptar uma atitude mais flexível quanto aos pré-requisitos que tem vindo a colocar à concessão de financiamentos à economia angolana.

1.22 Preços continuam a aumentar

Agora 29 De Agosto de 2009

O Instituto Nacional de Estatística (INE) acaba de divulgar o resultado da informação que recolheu por Luanda, acerca do índice de preços ao consumidor no decurso do mês de Julho de 1998.

O resultado aponta para uma subida de preços, da ordem dos 2,15%, correspondente a uma perda do poder de compra da moeda angolana, em 2,1%.

Isso significa que, do primeiro ao último dia do mês de Julho, em cada milhão de kwanzas gasto, o luandense perdeu 21 mil 047 kwanzas reajustados.

Grupos de bens. Segundo o INE, foram os preços dos serviços de saúde e a assistência médica que aumentaram a maior ritmo - em 41%. Seguiram-se os bens alimentares e bebidas, com um aumento da ordem dos 3,6% e os serviços de educação e cultura, com um aumento médio de 3,1%.

Os preços de mobiliário e electrodomésticos aumentaram em 1,6%, enquanto que o aumento relativo a vestuário e calçado foi de 0,4%. Os preços dos transportes e comunicações e dos serviços de habitação e combustíveis, mantiveram-se praticamente inalterável.

No que respeita a bens ou serviços com si dera dos isoladamente, registou-se um aumento dos preços do peixe seco, cenoura e dendém (acima dos 30%), livros, cigarros e sardinha em lata (entre 20% e 26%) Ginguba, manteiga, peixe fresco, vinho, whisky, gindungo e iogurte subiram de preço em mais de 12%, no decurso do mês de Julho.

Em contrapartida, o peixe congelado baixou de preço em 25%, enquanto que o gás, o tomate e a cama de casal baixaram de preço em cerca de 9%.

O ano de 1998. Durante os primeiros sete meses deste ano, o índice de inflação foi de 32%. Este valor corresponde a uma perda de pouco mais de 24% do poder de compra da moeda.

Portanto, no decurso desses sete meses, em cada milhão de kwanzas gasto, o luandense perdeu 242 mil 195 kwanzas reajustados.

Em 1998, segundo o INE, a maior subida de preços foi a que se registou no grupo de mobiliário e electrodomésticos da ordem dos 182%.

Hiperinflação. Se entretanto em conta os últimos doze meses, a conclusão é de uma inflação acumulada de 92%, corresponde

Índice irreal. O gráfico mostra-nos que o índice calculado pelo INE aponta para uma diminuição da taxa de inflação, nos dois últimos meses.

Portanto, apesar de o consumidor sentir exactamente o contrário (uma. cada vez mais subida de preços, a ritmo eleva do), sobretudo no mercado formal, mas também no mercado informal, o índice estatístico aponta para um ligeiríssimo aumento de preços.

Como é isso possível? Como é possível, pois, que sintamos dia-após-dia uma subida desenfreada de preços, enquanto que o Estado indica um aumento global de preços, apenas da ordem dos 2,2%?

Já no mês anterior havíamos chamado à atenção para isso, dizendo que alguma coisa não ia bem, nos cálculos do Instituto de Estatística. Dissemos isso e reafirmamos agora que só pode haver complicações de natureza metodológica, que conduzam a um indica dor tão irreal, como esse.

É, pois, a altura de começar a mobilizar esforços no sentido de calcular uma taxa de inflação que espelhe a realidade. Numa altura em que se encetam contactos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, tendo em vista a sua contribuição para a estabilização económica, deve procurar-se uma maior credibilidade no cálculo de tão importante índice, como é taxa de inflação.

Esses dois órgãos, assim como organizações internacionais (como é o caso do PNUD) são chamados a contribuir para isso.

Enquanto isso não acontecer, manter-se-á a dúvida (ou mesmo, certeza) acerca da infidelidade dos dados avançados pelo Instituto de Estatística.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Banco concede crédito às peixeiras

Jornal de Angola 04 De Agosto de 2009

As peixeiras do mercado informal do bairro 5 de Abril, periferia da cidade do Namibe, receberam do Banco de Poupança e Crédito (BPC), de um crédito de 300 dólares cada uma, com vista a desenvolver e incrementar o volume dos seus negócios. Este crédito é reembolsável no período de seis meses e abrangeu 150 mulheres.

O representante da agência do Banco de Poupança e Crédito do Namibe disse que "esta não é a solução imediata para a acabar com a pobreza, serve apenas para criar condições e incentivos às pequenas e médias iniciativas, oferecendo um quadro profissional na específica área do micro-crédito para o acompanhamento personalizado dos projectos da primeira à última etapa".

Para o representante do Conselho de Administração do BPC, Hamilton carvalho, o programa "micro-crédito" é um instrumento de extrema importância, pois tem vindo a proporcionar melhorias nas condições de vida das populações, combatendo a pobreza, a miséria, a fome, e tornando as pessoas auto empregadas.

Euria Cassinda, mãe de três filhos, é uma das beneficiárias do crédito. Disse estar satisfeita por ser contemplada e, com este valor, "vou com toda a cautela procurar formas de duplicar o meu negócio, e com ele minimizar algumas inquietações no seio da família, sobretudo o apoio às necessidades escolares dos meus filhos".

Euria Cassinda compromete-se a cumprir o pagamento do empréstimo no período acordado.

O governador da província, Álvaro de Boavida Neto, que testemunhou a entrega formal dos créditos às 150 peixeiras, disse que as beneficiárias do micro-crédito devem cumprir com sua obrigação no reembolso dentro do prazo acordado, para que os valores sirvam também para beneficiar outras pessoas necessitadas.

"É preciso perceber o valor do dinheiro, porque se assim for, vão entender que estes 300 dólares dão para fazer alguma coisa. Esperamos que o valor concedido a cada uma, seja bem aplicado" disse o governador.

A secretária-geral da OMA, Luzia Inglês, "Inga", sugeriu às beneficiárias para investirem o dinheiro com sabedoria nos seus projectos, visando assegurar às suas

famílias uma vida melhor.

No Namibe, o BPC está a executar um programa de crédito para os camponeses, pescadores e pequenas iniciativas. São contempladas as zungueiras, peixeiras, vendedoras do mercado e algumas lojas vulgarmente conhecidas como "janelas abertas" e o "crédito ao consumo" para professores e enfermeiros.

2.2 BPC Mais de mil jovens gerem pequenos negócios com micro-crédito

Angop 06 De Agosto de 2009

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) permitiu que mil e 800 jovens das 18 províncias do país começassem, em 2008, a desenvolver pequenos negócios, geradores de renda e de centena de empregos, através de um financiamento de seis milhões e 500 dólares norte-americanos, anunciou hoje (quinta-feira), em Luanda, a directora de Micro Finanças da instituição bancária, Isabel Miguel Manuel.

Em declarações à Angop, a gestora indicou que o empréstimo, concedido em 2008, beneficiou dois mil 880 mulheres e mil e 920 homens, entre vendedores ambulantes, engraxadores e lavadores de carros, no quadro de um o protocolo de cooperação estabelecido, em Novembro de 2007, entre o Ministério da Juventude e Desportos, o Instituto Nacional de Apoio as Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e o BPC.

Em termos de vantagens, a directora referiu que, desde o início de concessão do Micro-crédito Jovem, em Abril de 2008, muitos jovens, que exerciam a sua actividade informal, sob o risco de perder o negócio, conseguiram continuar com as suas actividades de forma legal, empregando outras pessoas.

"A maior parte destas pessoas que está a ser empregada pelos beneficiados do Micro-crédito Jovem, são cidadãos que têm famílias, pelo que, em termos de valor acrescentado, muitas pessoas estão a beneficiar deste empréstimo", garantiu.

A título de exemplo, disse que uma cooperativa do Namibe, que adquiriu com o Micro-crédito Jovem de mil e 500 dólares uma chata para a pesca artesanal, volvidos seis meses de trabalho já conseguiu adquirir mais duas chatas, que trabalham com dois outros grupos de seis pessoas cada.

Para aceder ao Micro-crédito Jovem, mencionou, antes de assinarem um compromisso com o BPC, os interessados dirigem-se ao Ministério da Juventude e

Desportos, que os encaminha para o INAPEM, para serem capacitados, e posteriormente o projecto de negócio é enviado ao BPC para financiamento.

Além do Micro-crédito Jovem, a direcção de Micro Finanças do BPC desenvolve programas de micro-crédito para cafeicultores, a famílias camponesas das zonas rurais e para produtores de bata rena.

2.3 Crédito agrícola sem O crédito à produção agrícola

Jornal de Angola 6 de Agosto de 2009

A crise económica e financeira mundial afectou muitos países do Mundo, entre os quais Angola, que ainda tem na produção mineira a sua principal fonte de receitas, pois é sabido que na estrutura do Produto Interno Bruto do país a economia mineira tem ainda um peso considerável.

Mas, depois que ocorreu a crise financeira e económica mundial, muitos governos do mundo tomaram medidas destinadas a fazer com que as populações dos seus países não sofressem de forma drástica os seus efeitos. Nuns casos foi possível evitar graves problemas para os cidadãos.

Noutros casos, não foi possível evitar que muitos milhões de pessoas fossem afectados drasticamente e que entre os "flagelados" estivessem milhares de pessoas que perderam avultadas poupanças aplicadas em "produtos" do mercado financeiro.

Em virtude da crise financeira e económica mundial, as autoridades angolanas tomaram igualmente medidas visando atenuar o impacto da crise, enveredando pela diversificação da economia, dando-se especial atenção a sectores não minérios, como o agro-pecuário.

No quadro da diversificação da economia, o Governo já tomou uma série de medidas com vista a estimular a produção interna para a criação de riqueza, a fim de se reduzir a dependência do país às exportações do petróleo e dos diamantes, que podem estar condicionadas a conjunturas menos boas em termos de procura daqueles produtos no mercado internacional.

O Governo tem estado a financiar sectores produtivos, ao nível interno, que possam, por um lado, promover a produção, e, por outro, criar postos de trabalho para empregar muitos milhares de pessoas.

A crise financeira e económica mundial mostrou que não se pode contar apenas com os recursos naturais do país, em termos de receitas, pois estas podem baixar quando há uma diminuição da procura desses recursos

de que dispomos.

As crises são más, mas levam a que os Estados repensem políticas e adoptem medidas que conduzam a evitar que as populações sejam, em virtude dessas crises, gravemente penalizadas. Assiste-se hoje a uma grande intervenção do Estado na economia em muitos países, o que era inevitável, com vista a atenuar uma crise que afectou de forma drástica famílias e empresas.

E por isso que são de aplaudir iniciativas que visam relançar actividade produtiva, para além da produção de petróleo e de diamantes. E preciso destacar que o Ministério das Finanças disponibilizou 350 milhões de dólares para um programa de crédito agrícola, com o objectivo de facilitar o acesso ao crédito a pequenas e médias cooperativas produtoras, para promoverem uma agricultura comercial moderna, competitiva e próspera e capaz de gerar rendimentos com diferentes produtos.

Os fundos surgem na sequência da importância que o Governo atribui ao sector da agricultura. Como disse Afonso Pedro Canga, ministro da Agricultura, os investimentos no sector agrário são importantes para o desenvolvimento do país.

Que os fundos que agora estão a ser investidos no sector agrícola venham a produzir futuramente bons frutos e beneficiem muitos milhões de angolanos nas cidades e no campo.

A crise financeira e económica mundial mostrou que não se pode contar apenas com os recursos naturais do país, em termos de receitas, pois estas podem baixar quando há uma diminuição da procura desses recursos de que dispomos.

As crises são más, mas levam a que os Estados repensem políticas e adoptem medidas que conduzam a evitar que as populações sejam, em virtude dessas crises, gravemente penalizadas.

2.4 Milhares de jovens receberam créditos

Jornal de Angola 7 de Agosto de 2009

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) permitiu que 1.800 jovens das 18 províncias do país comessem, em 2008, a desenvolver pequenos negócios, geradores de rendimentos e de centenas de empregos, através de um financiamento superior a seis milhões de dólares, anunciou ontem, em Luanda, a directora de Micro-Finanças da instituição bancária, Isabel Miguel Manuel.

Em declarações à Angop, a gestora informou que os empréstimos concedidos em 2008, beneficiaram 2.880

mulheres e 1.920 homens, entre vendedores ambulantes, engraxadores e lavadores de carros, no quadro de um protocolo de cooperação estabelecido, em Novembro de 2007, entre o Ministério da Juventude e Desportos, o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e o BPC.

Em termos de vantagens, a directora referiu que, desde o início da concessão do Micro-Crédito Jovem, em Abril de 2008, muitos jovens, que exerciam a sua actividade informal, sob o risco de perder o negócio, conseguiram continuar com as suas actividades de forma legal, empregando outras pessoas.

"A maior parte destes jovens que está a ser empregada pelos beneficiados do Micro-Crédito Jovem, são cidadãos que têm famílias, pelo que, em termos de valor acrescentado, muitas pessoas estão a beneficiar deste empréstimo", garantiu.

A título de exemplo, disse que uma cooperativa do Namibe, que adquiriu com o Micro-Crédito Jovem uma chata para a pesca artesanal, volvidos seis meses de trabalho já conseguiu adquirir mais duas chatas, que trabalham com dois outros grupos de seis pessoas cada.

Para aceder ao Micro-Crédito Jovem, mencionou, antes de assinarem um compromisso com o BPC, os interessados devem dirigir-se ao Ministério da Juventude e Desportos, que os encaminha para o INAPEM, para serem esclarecidos, e posteriormente o projecto de negócio é enviado ao BPC para financiamento.

Além do Micro-Crédito Jovem, a direcção de Micro Finanças do BPC desenvolve programas de Micro-Crédito para cafeicultores, a famílias camponesas das zonas rurais e para produtores de batata rena.

2.5 Muito ainda por fazer

Novo Jornal 7 de Agosto de 2009

Anda há um défice muito grande na distribuição da água a nível de toda província, cuja capacidade instalada neste momento é de 1.200 metros cúbicos/hora e só estão disponíveis 750 metros cúbicos/hora.

Isto numa cidade em que a rede instalada tem um comprimento de 53 quilómetros e os níveis de consumo rondam os 920 metros cúbicos.

O responsável provincial pelas águas, o director João Batista Franque, explicou a este semanário que o projecto água para todos em curso custa mais de três milhões de dólares, mas no total, para que o precioso Líquido chegue em quantidade satisfatórias e sem

interrupções a todos os Locais da província, serão despendidos cerca de 25 milhões de dólares.

Apesar destes constrangimentos, o governador Anibal Rocha (ver páginas centrais deste Suplemento), diz que as principais Localidades da província têm água corrente durante as 24 horas do dia e o consumo está a subir vertiginosamente. Este passou de 120 metros cúbicos/hora, em 2003, para 980 metros cúbicos/hora este ano.

2.6 Crédito à agricultura levanta algumas dúvidas

Novo Jornal 7 de Agosto de 2009

É MUTTO DINHEIRO, talvez nunca antes visto em Angola: o governo concretizou, durante a semana, uma linha de apoio à agricultura nacional, no valor de 350 milhões de dólares. Repartido da seguinte forma: 150 milhões serão destinados a um sistema de "crédito solidário", como descreveu Severim de Moraes, ministro das Finanças; 200 milhões de dólares ficam para o crédito ao investimento agro-pecuário. Segundo o Ministério das Finanças (MINFIN), o Crédito de Campanha Agrícola vai trabalhar com uma taxa de juros de 5% ao ano, reembolsável até 10 meses.

Já o Crédito de Investimentos Agro-Pecuários vai cobrar uma taxa de juros de 6,7% ao ano, reembolsável até 8 anos e com um período de carência até 3 anos.

O MINFIN, numa nota publicada no sua página electrónica, refere também que, "no âmbito deste protocolo", a mobilização dos montantes necessários à sua execução é da responsabilidade do Ministério das Finanças, que conjuntamente com o Ministério da Economia "têm vindo a auscultar os bancos comerciais no sentido de identificar a sua disponibilidade em participar na Linha de Crédito, bem como as condições financeiras que praticam, de forma a garantir a sustentabilidade do programa".

O montante de financiamento será repartido entre os bancos participantes, com o BPC – Banco de Poupança e Crédito, a subscrever 50 milhões de dólares; o BCI – Banco de Comércio e Indústria, 15 milhões de dólares; o Novo Banco, 5 milhões de dólares, todos no primeiro ano. O Banco Sol fica com 50 milhões de dólares em 3 anos.

É precisamente aqui que algumas vozes levantam as suas questões. Sérgio Calundongo, director-geral da ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), organização com bastante experiência no trabalho com camponeses e respectivas associações/cooperativas, não deixa de. "Receber com

agrado esta notícia".

No entanto, teme que, mais uma vez, os beneficiários sejam "os mesmos de sempre", ou seja, "os cidadãos mais poderosos do país que, naturalmente, estão em melhores condições para aceder a estas facilidades".

Calundongo lembra também que "os camponeses têm algumas dificuldades" em cumprir com os requisitos de acesso ao crédito "impostos pelos bancos comerciais". E exemplifica: "Os camponeses, regra geral, não têm meios para apresentar um plano de negócios, por exemplo, mecanismo que é sempre requisitado pelas instituições bancárias".

O dirigente da ADRA frisa ainda que, na sua opinião e devido às razões atrás especificadas, "os bancos não são as melhores entidades para gerir este tipo de programas". Dentro "daquilo que for possível", Sérgio Calundongo afirma que a ADRA vai fazer "os possíveis para influenciar positivamente este processo". Para este projecto, o montante máximo de financiamento por cada beneficiário será o equivalente a 5 mil dólares, com uma taxa de juro de 5% ao ano.

O Governo angolano através do Ministério das Finanças vai bonificar a taxa de juros cobrada aos mutuários com um adicional de 16%, totalizando uma taxa de 21 % ao ano, pelos prazos e valores efectivamente emprestados pelo Banco. Miguel Gomes.

2.7 Concessão de micro-créditos para garantia da alimentação

Jornal de Angola 14 de Agosto de 2009

Famílias necessitadas da comuna do Tromba, a 28 quilómetros da cidade do Kuito, na província do Bié, beneficiaram ontem de um micro-crédito para o fomento agrícola com o objectivo de desenvolver o sector e o aumento da produção de alimentos.

Dois mil e 500 dólares é o valor do crédito cedido pela Associação para o Desenvolvimento e Apoio ao Campo (ADAC), no sentido de ajudar o governo local na implementação dos seus programas, anunciou o coordenador da associação Bernardo Sika.

Bernardo Sika sublinhou que o gesto visa o fomento da produção agrícola, bem como o combate à fome e pobreza no seio das comunidades locais, por isso, o coordenador do programa afirmou que vai facilitar, numa primeira fase, 50 famílias que irão beneficiar do micro-crédito e servir de alavanca nas actividades agrícolas e comercial.

Bernardo Sika assegurou que trezentos e cinquenta

famílias naquela localidade já beneficiaram da ajuda daquela associação filantrópica no decorrer deste ano, nomeadamente meios agrícolas, como tractores, alfaías, enxadas, charruas e gado de tracção animal.

De recordar que a comuna do Trumba, no município do Kuito, possui uma população estimada em 4 mil e 791 habitantes, na sua maioria camponeses.

2.8 Pequenos e médios produtores têm acesso ao crédito mais fácil

Jornal de Angola 18 De Agosto de 2009

Os pequenos e médios produtores de áreas distantes das sedes comunais e municipais vão beneficiar, a partir de Setembro, de uma linha de crédito de 350 milhões de dólares, através de "comités de materialização do financiamento", anunciou, em Luanda, o presidente da Unaca-Confederação, Paulo Uime.

O responsável da confederação de cooperativas de camponeses falava à Angop, a propósito da recente decisão do Ministério das Finanças em dar início a operacionalidade da linha de crédito agrícola de 350 milhões de dólares, aprovada em Março pelo Governo, destinado a pequenos e médios produtores, associações e cooperativas agropecuárias.

Segundo Paulo Uime, "os comités de materialização do crédito" vão facilitar o acesso ao empréstimo a famílias camponesas organizadas, residentes em áreas onde não existem dependências bancárias.

Sobre as vantagens da linha de crédito de 350 milhões de dólares, o líder associativo salientou que o financiamento vai permitir o alargamento das áreas de cultivo das famílias camponesas e o aumento dos rendimentos.

"O micro-crédito que é disponibilizado desde 2005, que concede, no mínimo, cem dólares por camponês, apesar de pouco serve de algum apoio, mas tendo em conta a grandeza da tarefa de relançar a agricultura e diversificar a economia, o Governo aumentou substancialmente este valor para cinco mil dólares, com vista a cobrir as principais necessidades do produtor", afirmou.

O crédito vai minimizar as dificuldades dos pequenos e médios produtores e de famílias camponesas que não beneficiam directamente do apoio do Governo, na compra de sementes, instrumentos de trabalho e aluguer de tractores para a lavoura dos seus campos de cultivo.

"Apesar dos auxílios institucionais e materiais que o Governo presta a produtores e a famílias camponesas,

através do Instituto de Desenvolvimento Agrário, é difícil apoiar os camponeses de todas as comunas e municípios do país, pelo que esta linha visa igualmente permitir que estes possam obter crédito em condições vantajosas, com vista à sustentabilidade das suas actividades", realçou.

Gerida pelo Banco de Poupança e Crédito e o Novo Banco, a linha de crédito de 350 milhões de dólares para o sector agrícola, tem as modalidades de curto e longo prazo.

2.9 Programa "Angola Jovem" está a criar mais empregos

Jornal de Angola 28 De Agosto de 2009

A segunda fase do programa "Angola Jovem", na província do Kwanza-Norte, vai absorver, numa primeira fase, cerca de 80 projectos e criar, aproximadamente, 300 empregos directos em várias de artes e ofícios.

Para o início desta segunda fase, ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, procedeu, ontem, em Ndalatando, à entrega simbólica de kits profissionais a jovens da província.

Os kits são de pesca continental, recauchutagem móvel e fixa, serralheira corte e costura, moto táxi, mecânica, alvenaria e agricultura. Os meios entregues frisou o ministro, vão ajudar os beneficiários e dar um impulso no desenvolvimento da província.

O programa "Angola Jovem" disse, "Tem estado a envolver-se pelo país a cada dia que passa, oferecendo pelo país a cada dia que passa oferecendo várias oportunidades de trabalho".

O ministro mostrou-se satisfeito com o andamento das obras de construção do centro comunitário e do bairro social da juventude.

2.10 Vendedoras do Londuimbale receberam os micro-créditos

Jornal de Angola 29 de Agosto de 2009

Um grupo de 10 vendedoras dos mercados informais do município do Londuimbale receberam, nos últimos dois anos, micro-créditos para desenvolverem os pequenos negócios, noticiou, na quinta-feira, a Angop, citando fonte oficial.

A responsável pelo sector da Família e Promoção da Mulher em Londuimbale, Odília Licchamba, disse que o projecto, iniciativa do governo local e da Micro-Forme II, tem contribuído para a melhoria de qualidade

de vida das famílias das zonas rurais desta região do país.

Cada contemplada, referiu, recebeu um valor equivalente a cem dólares, devendo reembolsar, em seis meses, 130 à direcção da Família e Promoção da Mulher ou a Micro-Forme II.

As beneficiárias, segundo a responsável, têm cumprido os prazos estabelecidos, permitindo a concepção de crédito a outras mulheres da localidade.

2.11 Micro crédito preocupa Mulher

Jornal de Angola 31 De Agosto de 2009

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher, Maria do Rosário Amadeu, está preocupada com o facto de muitas mulheres que beneficiaram de créditos bancários não estarem a honrar os seus compromissos.

Maria do Rosário disse que a instituição dispõe de um capital superior a um milhão de kwanzas para financiar pequenos negócios das mulheres do meio rural, mas o programa pode fracassar porque existe atraso nos reembolsos.

No primeiro semestre deste ano a direcção registou um contraste de reembolso de 312 mil kwanzas. Esta situação pode criar quebras no programa. "Tudo indica que existe uma fraca capacidade de venda de produtos dos beneficiários que até à presente data não cumpriram com os prazos previstos durante o acto de entrega dos valores".

Este pouco poder ou fraca capacidade de reembolso tem estado a limitar a criação de novos grupos solidários.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Como surgiu o mercado Roque Santeiro

Inforsambila 30 a 01 de Agosto de 2009

A partir desta edição vamos procurar saber melhor a história do mercado Roque Santeiro, para não encontrarmos impedimento no nosso trabalho que pretendemos dividir em três partes dirigimos já uma carta ao administrador municipal que vai nos permitir ter também uma entrevista com o administrador do Roque o Senhor Kitecuro que trabalha ali há mais de vinte anos.

Entre o bairro Boa Vista e o Sambizanga (lixreira) não muito longe do mar, num lugar onde o engarrafamento é o postal diário está o Roque Santeiro, um dos mais famosos mercados de África.

Mais do que fonte de receitas mata a fome de milhões de seres humanos. A sua origem é ainda um mistério mas, alguns argumentam que o seu nome veio de uma telenovela brasileira "Roque Santeiro".

Testemunhas contactadas pela nossa reportagem disseram que o mercado surgiu entre 1982 e 1983.

As actividades porem começaram no início da década 80, as que começaram vender ai eram senhoras da Boa vista que traziam peixe, mais tarde vieram as retomadas "langas" e com elas acrescenta-se os deslocados de guerra que assolava o país.

A crer na versão dos nossos interlocutores, pode se adiantar que a origem do mega mercado paralelo está ligado as peixeiras que moravam na zona da Boa vista; Madeira e Lixeira. Pouco a pouco foi se ampliando até chegar onde chegou hoje.

Ali se cumpre a letra " cada caranguejo no seu buraco" já que cada produto é vendido numa secção. Electro domésticos no centro, roupas do Brasil num lado, sapatos noutros, etc.

Cada coisa no seu lugar até os operadores, quer dizer vendedores, trabalham por equipa, preferencialmente da mesma província ou bairro.

Quer dizer os de Benguela por exemplo ficam num lugar específico e dedicam-se também a uma tarefa, os Malanginos, os Langas e assim por diante todos numa zona, os estrangeiros também obedecem a regra, é tudo

tin-tin por tin-tin.

Só os roboteiros saqueiros e outros zungueiros escapam ao esquema. Durante a nossa estada naquele mercado onde vamos voltar não nos esquecemos de visitar as barracas de comidas. Estas, servem tudo mas também são fonte de varias doenças já que em muitas delas, a comida é preparada em céu aberto com as moscas e o lixo a pousar sobre a alimentação. Uma refeição com uma cerveja ou gasosa mais de 200 a 500 Kwanzas, é claro que pode custar mais a que prefere qualidade.

Nas próximas edições vamos mostrar um pouco do dia a dia no Roque Santeiro e como é que os vendedores daquele mercado receberam a notícia da transferência para o Panguila.

3.2 General ordena demolição da Feira Ngoma

Inforsambila 30 a 01 de Agosto de 2009

Segundo José Tavares que falava em conferência de imprensa no dia 19 de Junho do corrente ano, pela sua estrutura o espaço tomou-se fértil em prática de prostituição, delinquência juvenil e até tráfico de drogas já comprovado pelas entidades competentes, situação que obrigou o governo de Luanda através da administração do Sambizanga a tomar tal medida.

Para ordenar melhor o comércio na área e dar um melhor aproveitamento ao espaço, o administrador do Sambizanga disse ser necessário a demolição do espaço que aconteceu na segunda feira, 22 de Junho, sob o olhar doloroso de muita gente que por lá passava e pelos proprietário das lojas que se encontravam naquele espaço.

No entanto, general Tavares descartou qualquer responsabilidade sobre o destino a dar aos antigos ocupantes da feira Ngoma, alegando não existir nenhum vínculo legal entre estes e o governo de Luanda. " Ninguém está legal e todos eles estão conscientes que estão ilegais, se estão ilegais têm que sair" disse José Tavares.

Até ao momento em que e fazíamos este trabalho não se sabia qual o destino a ser dado ao espaço da feira Ngoma, mas um jornal da capital mostrou já a maquete do projecto que vai ser erguido na antiga feira Ngoma. Trata-se de um Shopping Center, enquanto que algumas, vozes adiantaram que também será construído um parque de estacionamento de viaturas.

Na reacção o responsável das organizações SIMICA empresa que geria o espaço entende a posição do general Tavares foi motivada por uma pressão da

hierarquia superior, porquanto há um dossier no tribunal, sobre aquele local que até a data da decisão da demolição ainda não tinha o veredicto final.

Sobre as demolições no Sambizanga, este é só mais um caso dos muitos que administração de José Tavares vem ordenando.

3.3 Bebidas caseiras e drogas estão a matar muita gente

Jornal de Angola 5 de Agosto de 2009

O consumo excessivo de bebidas alcoólicas de fabrico caseiro mata, em média, quatro a cinco pessoas por mês no município do Sambizanga, em Luanda, indicam dados da administração local, que referem igualmente que o uso de estupefacientes também tem causado muitas mortes.

Antigos frequentadores de alambiques do mercado Roque Santeiro e outras comunas do município, são as principais vítimas, segundo a administração, que disse apoiar quatro a cinco funerais por mês.

O Roque Santeiro é um dos principais pontos de fabrico e consumo de quimbombo, kaporroto e Macau, bebidas caseiras fermentadas.

De acordo com a administração, os frequentadores destes locais são cidadãos com idades compreendidas entre 14 e os 45 anos, que realizam pequenos negócios, como acarretar água. Alguns dedicam-se ao furto, para comprar bebidas fermentadas.

O fabrico destes produtos é sempre feito em condições precárias e sem higiene e o preço das bebidas varia entre 30 a 100 Kwanzas. "Estas pessoas estão de tal modo envolvidas no alcoolismo que para elas a alimentação não tem importância, pois tais bebidas fazem a vez da refeição", refere a fonte da administração.

No Sambizanga, além do Roque Santeiro, a comuna do Bairro Operário é outro local com vários alambiques.

A concentração de consumidores começa às primeiras horas do dia.

Recentemente, o administrador municipal do Sambizanga, José Tavares Ferreira, determinou, durante um encontro com proprietários dos alambiques, o encerramento destas casas aconselhando-os a mudarem de negócio.

Alertou para as consequências causadas por estas bebidas e apelou aos munícipes a absterem-se da sua

venda, substituindo-a por sumos, refrigerantes, refeições, cerveja ou vinhos, devendo para o efeito terem autorização das autoridades competentes.

O município do Sambizanga tem dois centros de formação profissional, um do Governo de Luanda e outro da Igreja Católica e ainda um pavilhão de artes e ofícios, situado no interior do mercado Roque Santeiro.

Ali são formados jovens antes envolvidos no alcoolismo e na delinquência. Nestes centros, com capacidade para 120 alunos cada, alguns jovens antes envolvidos no alcoolismo aprenderam profissões como informática, electricidade, corte e costura, alvenaria e reparação de computadores.

3.4 Um negócio que cresce nas ruas de Luanda

Jornal de Angola 5 de Agosto de 2009

A venda de livros na província de Luanda, especialmente os didáctico-literários, há muito deixou de ser actividade exclusiva das livrarias oficiais.

Em várias artérias da capital do país, é cada vez mais visível a figura dos alfarrabistas, profissionais eficientes na distribuição e comercialização de raridades literárias, cujo negócio se propaga, em alguns casos pontuais, sem a devida anuência das autoridades.

O comércio "atrai" diariamente dezenas de estudantes do ensino médio e superior, mas está ainda longe de assegurar os mesmos lucros de uma livraria. Porém, vem sendo impulsionado com sacrifício, desde a década de 80, por cidadãos apaixonados pela leitura, como João António de Carvalho, profissional do ramo desde 1986.

Como ele, outros espalham-se pela cidade adentro, fazendo do livro um instrumento de troca, actividade muitas vezes frustrante para quem teima em tocar o negócio isoladamente, sem aliar-se à futura Associação dos Alfarrabistas, Leitores e Expositores de Angola.

A vida no terreno é dura, mas a esperança em dias melhores toma conta de quem abraçou a profissão para engrandecer a cultura e ajudar a erradicar o analfabetismo, como conta à reportagem da Angop o veterano João de Carvalho, um intelectual "escondido" nas ruas.

Aos 47 anos de idade, 23 dos quais como alfarrabista, ele diz-se orgulhoso da actividade e, numa conversa amena, ajuda-nos a compreender o dia-a-dia da classe. As lentes grossas de um par de óculos cansado de ler, o volume de papéis debaixo dos braços e os prematuros

cabelos brancos em abundância "denunciam-lhe" a sabedoria.

Os primeiros momentos são de tensão e alguma desconfiança, ao ver o microfone chegar-lhe à boca, mas o desejo de expor as dificuldades, lembrar dos primeiros passos, falar das aspirações e dos ganhos de um alfarrabista fazem de si um interlocutor à altura.

João de Carvalho já não vende pessoalmente os livros, ao ar livre. É dono de uma bancada, nos arredores do mercado dos Congolenses, município do Rangel, onde três jovens cuidam do negócio, enquanto trata de assuntos inerentes à associação.

A pouco mais de 200 metros do seu espaço, outras duas bancadas disponibilizam esse mesmo produto cultural, exposto ao Sol e à poeira, mas somente ele, presidente da associação (A.A.L.E.A), está autorizado a falar sobre as peripécias da actividade.

Início do negócio

Experiente e determinado, explica como se iniciou na venda de livros e logo deixa escapar um dado interessante; "comecei com uma obra, mas em pouco tempo endividei-me, para comprar uma remessa de quase 200, consignadas por um cidadão português".

"Eu entrei para esse mundo, porque a cidade de Luanda estava carente de livrarias, na década de 80. Num determinado dia, desloquei-me à Livraria Lello e encontrei vários trabalhos expostos. Chamaram-me a atenção algumas obras fechadas numa vitrina, tendo por baixo um letreiro com os dizeres: livros guardados, dinheiro amealhado".

João de Carvalho explica que a reflexão em torno do "slogan" foi imediata. Todavia, a falta de verbas para concretizar o sonho, que nascera de uma leitura ocasional, viria retardar-lhe o processo por mais alguns anos.

"Fiquei a meditar muito naquela frase encontrada e, a partir daí, passei a dedicar-me à compra e venda de livros, nas ruas de Luanda.

Comecei com apenas um. Conforme comprava, revendia os trabalhos, usando os lucros para a compra de mais produtos".

Principais dificuldades

O alfarrabista é hoje uma referência para quem quer se iniciar nesse ramo, mas, ainda assim, não esconde a frustração por exercer a actividade em condições precárias.

Ele diz-se bem servido em termos de acervo, tendo actualmente mais de 500 livros, parte de uma colecção inicial de quase dois mil. Algumas dessas obras, como "Roteiro da Literatura Angolana", de Carlos Ervedosa, e "Etnias e Culturas de Angola", de José Redinha, são já praticamente inexistentes nas livrarias do país, assegurada.

João de Carvalho reconhece que a actividade tende a crescer, tomando-se aos poucos mais conhecida do público, mas julga já terem dado mostras de seriedade, suficientes para exercer a profissão em lugares dignos, onde possam vender e conservar adequadamente os livros.

Vender ao ar livre, exposto ao pó, Sol e em alguns casos à chuva, é para o comerciante uma das principais dificuldades a solucionar pelas autoridades, de quem confessa receber alguns apoios pontuais, sobretudo convites para expor em actividades de vulto.

Para conservar os livros, explica, são obrigados a usar produtos químicos, como naftalina, de forma a diminuir a quantidade de pó e evitarem a "invasão" de insectos como baratas.

"Algumas pessoas desdenham-nos porque ainda trabalhamos ao ar livre. Estamos a lutar para exercer a actividade em espaços físicos dignos", lamenta o alfarrabista, que diz estarem autorizados a vender na rua.

O profissional esclarece que nem todos podem fazê-lo com a mesma facilidade. Para evitar interferências da fiscalização, o alfarrabista deve estar ligado à associação.

Procedência dos livros.

Os livros do alfarrabista vão à venda de segunda-feira a sábado.

Ele oferece produtos diversos, principalmente obras literárias e académicas. Grande parte do material pode ser encontrado nas livrarias, em estado novo, mas este afirma ter alguns exclusivos.

"A maioria dos livros podem ser encontrados nas livrarias. Mas tenho aqui na bancada alguns que dificilmente o cliente encontra noutros sítios. São produtos usados, porém de grande valor e difíceis de adquirir.

Por isso é que os clientes compram", explica.

Na sua bancada podem ser encontrados igualmente livros académicos, como gramáticas, dicionários e enciclopédias, que diz ter comprado, maioritariamente,

de cidadãos em dificuldades financeiras. Estes usam o produto como moeda de troca, para saldar dívidas.

Preços praticados.

À semelhança das livrarias, os preços dos alfarrabistas são em função da obra, do editor, escritor e da procura. Mas, nesse caso, um detalhe faz a diferença: o estado de conservação.

Eles expõem de tudo um pouco, desde os literários aos didáticos, sendo esta segunda classe a mais procurada, sobretudo por estudantes do ensino médio e superior.

Na bancada de João de Carvalho e demais colegas de profissão, o cliente pode encontrar algumas raridades, vendidas a preços superiores aos de uma livraria, embora grande parte dos produtos tenha um custo menor. A grande vantagem, aqui, é a possibilidade de negociação.

"Tio João", como é conhecido, afirma que por mês podem comercializar entre 12 a 14 livros, dependendo da área e do movimento de cidadãos em volta do local de venda. O preço mínimo é de 700 Kwanzas e pode não haver custos fixos para os produtos mais raros. Tudo depende da procura.

Títulos como "Os Lusíadas", de Luís de Camões, "O Código da Vinci", de DanBrown, "O Príncipe", de Maquiavel, "A República", de Platão, "Cem Anos de Solidão", de Gabriel García Marquez, de longe mais caros que os nacionais.

Porém, um exemplar de "Etnias e Culturas de Angola", de José Redinha, pode superá-los, em alguns casos, chegando a 30 mil kwanzas.

Na bancada de António Hopoteca o cenário é o mesmo. Ele informa que o custo de cada material é fixado em função do autor, do estado de conservação e do índice de procura.

Natural da província do Uíje, o alfarrabista, de 44 anos, desenvolve a actividade nos arredores do Largo do Kinaxixi, município da Ingombota, desde o ano 2000.

Como o outro colega, também entrou no negócio devido às dificuldades sociais por que passou e a paixão pela leitura.

No seu espaço, há muita variedade. Os produtos mais caros são os académicos, entre os quais livros de Direito, Matemática e Medicina, cujos preços podem chegar aos 13 mil kwanzas.

Ambições e futuros passos.

A venda de livros nas ruas de Luanda não é ainda um negócio do tipo industrial. O acervo é limitado, diferente das livrarias, onde podem ser encontrados aos milhares.

Na capital, quase não existem empresas credenciadas para venda de livros antigos. Essa tarefa cabe aos ambulantes, alguns dos quais, como António Hopoteca, dispostos a mudar de vida.

Ele conta que antes de vender livros trabalhava na Escola Nacional do Comércio. Em determinado momento, teve necessidade de experimentar outro negócio e, sem muito por onde escolher, optou pela venda desse valioso produto cultural.

"Eu sempre gostei de livros, embora já não esteja na escola. Foi essa a razão de optar por esse negócio, com o qual posso conseguir pequenos lucros para sustentar a família. Há dias em que podemos vender alguma coisa, cinco a seis livros. Mas não é sempre", confessa.

O negócio começou com alguns livros da sua própria "biblioteca", sacrificados para garantir a subsistência da casa. Hopoteca lembra-se ainda do momento em que vendeu os produtos a pessoas interessadas, tendo esse passo sido fundamental para descobrir os ganhos do negócio.

Diferente de João de Carvalho, ele não está inscrito na futura associação e, como tal, tem tido consequências. O profissional confessa que perdeu recentemente quase 700 livros, apreendidos pela fiscalização, razão porque assegura vir a fazer parte da A.A.L.E.A, para estar protegido.

Com nove anos de actividade, diz-se capaz de exercer outras tarefas. Na sua mente germinam vários sonhos, sendo um deles trabalhar em livraria, onde possa demonstrar todo o aprendizado como alfarrabista, um comerciante que sofre, para aproximar o cidadão do conhecimento.

3.5 A sobrevivência destes profissionais depende de si mesmo

Novo Jornal 7 de Agosto de 2009

Qual a leitura que faz sobre as profissões em via de extinção?

O desenvolvimento tecnológico cria novos equipamentos que permitem simplificar os processos, e até mesmo concentrar funções. Lembro, por exemplo, que a máquina de escrever praticamente desapareceu e foi substituída nessas funções pelos computadores. Por

isso, quase não faz sentido hoje a figura do dactilógrafo.

O sapateiro, o alfaiate, ou mesmo o relojoeiro perderam o seu Lugar por causa do desenvolvimento tecnológico, por causa da produção em série, da produção em grande quantidade.

Essa produção em massa reduziu custos e atende a uma procura cada vez maior. Mas, eu penso que o desaparecimento de determinadas profissões não se deve apenas ao surgimento de novas tecnologias.

A própria dinâmica social criou também outras necessidades, introduziu outros hábitos de consumo, e assim fez surgir outras profissões.

Este facto tem consequências para a chamada economia doméstica (micro economia)?

É claro que acarreta consequências de vária ordem para a economia doméstica, umas negativas, outras positivas. Por exemplo, quem hoje não consegue integrar-se nos novos modelos tecnológicos, perde o seu emprego, deixa de auferir rendimentos, como fazia antes.

O alfaiate ou o relojoeiro estão em extinção, e muitos homens deixaram de poder garantir o sustento das suas famílias. Terão, pois, que fazer uma reconversão profissional, ou então estabelecer um tipo de relacionamento com os clientes que os torne atractivos.

Há, pois, nisso sempre um lado bom e um lado ruim. É ruim para aqueles que são atingidos pelo desemprego ou pela redução dos seus rendimentos.

Muitos destes profissionais, em conversa com o Novo Jornal, defenderam a necessidade de o Governo apoiá-los, no sentido de evitar o seu desaparecimento. Qual é o seu comentário sobre este apelo?

A sobrevivência desses profissionais irá depender muito de si próprios. Vão ter que estimular a procura dos seus serviços ou produtos. Não acredito que uma intervenção do Governo resolva muita coisa. O Governo poderá apenas facilitar a criação de associações, de cooperativas. Associados, eles aproveitarão sinergias e beneficiarão de algumas economias de escala. Na realidade, são as vítimas inocentes do desenvolvimento tecnológico e do processo de urbanização, que criaram novos hábitos de consumo e novas práticas sociais.

3.6 O negócio da "Mamã Veronique"

Novo Jornal 7 de Agosto de 2009

TODOS OS DIAS "Mamã Veronique", como é tratada no mercado de Massabi, deixa a sua casa num bairro dos arredores de Ponta Negra (Congo-Brazzaville) e apanha um "candongueiro" que num espaço de 15 minutos a coloca no posto fronteiriço congolês de Nzassi.

O seu destino é o mercado de Massabi, completamente dominado por vendedoras vindas do Congo e que nele comercializam de tudo um pouco, desde alimentos a peças de vestuário, passando por electrodomésticos e pelas mais variadas bijuterias. "Mamã Veronique" não vem só nestas investidas em solo angolano. Consigo traz sua filha Parfait, uma jovem a rondar os 20 anos e que a ajuda no negócio da venda de vestuário.

Camisas para homem, peças de pano "Wax Holandês", calças, vestidos de cores garridas e de designer africano, Lenços e roupa interior constituem a base do "business" desta senhora que já passou a casa dos 40.

As peças de roupa para homem e senhoras têm um preço quase fixo, baixando sempre em função da capacidade de argumentação do cliente para tal efeito. Como qualquer vendedor (a), a "Mamã Veronique", com a ajuda da filha Parfait, atira sempre de início o preço de dez mil francos CFA, a moeda de vários países da África Central, incluindo o Con90, e que normalmente está cotada nesta região em dois mil kwanzas.

É claro que Veronique e Parfait sabem que se o cliente "cair" já estão a ter um bom lucro. Mas sempre aceitam o regatear dos compradores angolanos que não têm tempo, ou documentação legal, para atravessar a fronteira e dar um salto até Ponta Negra, acabando a mercadoria por ser arrematada por metade do que foi avançado por mãe e filha.

Com esta dupla está na barraca ao lado mais uma congoleza de Ponta Negra, Florence, que vende os mesmos artigos, isto é, vestuário.

Tanto Veronique, como Parfait e Florence, já dispensam o "laisser-passez" para atravessar a fronteira diariamente. Os contactos que o tempo ajudou a cimentar junto das autoridades policiais angolanas permite passar de um lado para o outro sem o indispensável "visa" de curta duração.

O que "Mamã Veronique", Parfait, Florence, Armele e tantos outros vendedores ambulantes que por ali

deambulam têm de fazer é estar às 8 horas da manhã no posto de Nzassi, para quando abrir a fronteira dos dois Lados atravessarem a zona neutra e entrarem em Angola. Depois só têm de sair às 16 horas, quando as cancelas são fechadas.

É claro que estas facilidades só são possíveis com alguma "gasosa" oferecida aos diferentes agentes fronteiriços, prenda que pode ser uma peça de "Wax Holandês", ou um perfume barato vindo de Ponta Negra mas com rótulo de adquirido em Paris. E assim se faz o dia-a-dia de Veronique e da sua filha Parfait.

3.7 Bancos acusados de incentivar venda de divisas na rua

Novo Jornal 7 de Agosto de 2009

«SE AO MAIS ALTO NÍVEL DIZ-SE que a economia nacional regista estabilidade, não entendo o porquê da subida do dólar de oito mil kwanzas a nota de cem dólares, para oito mil e quinhentos a venda, ao passo que a compra era feita anteriormente a oito mil e quinhentos e agora é feita a nove mil e duzentos kwanzas», questionava um funcionário público na província do Kwanza Sul.

O cidadão Domingos António, que fez esta pergunta, dos seus pobres proventos arrecadados em Kwanzas, como é óbvio, é obrigado a retirar dos mesmos um valor para trocar em dólares, para posteriormente proceder ao pagamento de propinas escolares de seus dois filhos, que estudam em colégios privados na capital do país, Luanda onde, teimosamente, os proprietários exigem dos pais ou encarregados de educação o pagamento das propinas somente em dólares.

Outro cidadão nacional que mostrou o seu desagrado é José Manuel Kaungula, igualmente funcionário público.

Este, segundo disse ao Novo Jornal, tem a conta domiciliada numa das agências bancárias locais. Quando pretendia proceder à compra de divisas no seu banco foi lhe negada tal intenção, alegadamente porque o mesmo não estava a efectuar esse tipo de operações.

Como recurso, aconselharam-no a recorrer ao mercado paralelo. Kaungula foi ao paralelo e, para seu espanto, encontrou muitos dólares em mãos de vendedores ambulantes, que vendiam a nota de cem dólares a nove mil e duzentos kwanzas, comprando-a a oito mil e quinhentos. Kaungula pensou que afinal o banco agora anda na rua porque, segundo ele, as quantidades que circulam livremente em mãos de ambulantes são elevadas. «Isso é absurdo.

Não consigo entender nada, então na rua há mais

dinheiro que no banco?», indagou. Para constatar o facto, a reportagem do Novo Jornal deslocou-se primeiro aos bancos, e depois ao mercado negro para fazer um check-up.

Constatámos então que as duas moedas circulam na rua como nunca antes foi visto na região, ao passo que nos bancos a nota circulante e com maior fluxo é o kwanza, para desagrado de muitos clientes.

São incompatíveis os preços praticados entre os bancos e o mercado paralelo, pois meses antes o valor que era pago por uma nota de cem dólares no banco era o mesmo praticado pelos kinguila.

A população local questiona a disparidade agora visível.

É que em todos os bancos as políticas são as mesmas: nada de venda de divisas. Mas a questão deve ser levantada: quem está alimentar o mercado informal? No Kwanza Sul existem diversos bancos, como são os casos do BIC, BFA, BPC, Keve, BCI, BAI, BNI, entre outros. Neste momento, todas as instituições primam pelo mesmo padrão. A população pergunta onde está a mão da polícia económica e quer esclarecimentos. Fernando Mateus, correspondente no Kwanza Sul.

3.8 O pandemónio faz morada

Semanário Factual 07 a 14 de Agosto de 2009

O vandalismo e a anarquia tomaram conta do mercado, de modo acentuado, tanto que os problemas relativos à pertença e concessão de espaço, bem como reclamações de venda e compra, acabam sempre em brigas.

"Confirmo que a situação actual do mercado exige maior intervenção policial, senão todos acabam por perder a cabeça e o mercado tornar-se num verdadeiro espaço de delinquentes", afirmou Rosário Augusto, um dos vendedores.

O mercado regista um número considerável de vendedores, cerca de dois mil, uma cifra que tende a subir devido às facilidades de fiscalização que a administração faz às segundas – feiras.

Aliás, a maioria dos vendedores são oriundos do município do Sambizanga, da comuna do Rocha Pinto, da cidade de Caxito, da vila de Viana e do município do Cazenga.

Fármacos expirados.

O Factual penetrou no mercado do Kikolo para constatar o que antes parecia anedótico: São fármacos como Chloramphenicol eyes drops BP, xaropes

Manadiar, Scorvitex, Paracetamol, Amochacilin e outros de origem indiana e congoleza.

"Nós não vendemos medicamentos expirados, são muitos que não damos conta do resto", perplexo, fala ao Factual um dos vendedores do mercado que preferiu não se identificar.

Tal como esse vendedor, outros recusaram falar, embora fosse visível nas suas bancadas fármacos expirados ou fora de usos.

DVD's pornográficos.

Estes estão espalhados para os olhos de quem passa. Os mais assediados são os menores de 13 e 15 anos de idade, como Lucas, vendedor de sacos: "Eu passo olho mas não dou, assim, muito interesse, confessou.

Maria Luísa, de 50 ano de idade, aponta os culpados: "Os que trouxeram estes discos (DVD) aqui são vendedores do Roque.

Ela, que se diz ser uma das primeiras vendedoras do mercado do Kikolo, confirmou que nunca as crianças tinham o hábito de " ver essas coisas.

Marcos Komba, vendedor ambulante, opinou que há muito que se exibiam, de quando em vez, estes DVD's mas ninguém dizia nada, aconselhando por isso uma intervenção rápida da polícia, a fim de proibir a venda desse produto de lazer.

Os DVD's são na sua maior parte produtos digitais alterados, de gravações domésticas e vendidas a quem pretenda apreciar algo para além dos canais de televisão do país.

A psicóloga Ernília Guimarães, professora, é de opinião que "a fase em que o país ao ruvel social se encontra trará consequências duradouras, quando assistimos um afloramento sexual prematuro das crianças, fruto do não funcionamento dos poderes familiares"

Lixo uma presença incómoda

O mercado está rodeado de grandes quantidades de lixo, sendo os vendedores quem se responsabiliza pela recolha. "Nós já fizemos muita coisa, pedimos à administração para apoiar o mercado. Até aqui, nada", afirmou Dona Eduarda, vendedora de peixe.

O cidadão Helder Miguel, que diz frequentar sempre o mercado, afirmou ao Factual que o lixo começa à entrada do mercado, e apelou aos vendedores e a administração do recinto que olhassem para a saúde de todos.

"Se contribuirmos para a limpeza do nosso mercado, seremos nós a ganhar dando este exemplo", justificou.

Para o sociólogo Zeca Branco, professor universitário, este fenómeno não é recente, pois se está perante uma assistência fragmentada das famílias angolanas e de outras instituições, de modo que o lixo parece ser também familiar.

3.9 Venda ilegal de Combustíveis Uma forma de sustento

Semanário Factual 07 a 14 de Agosto de 2009

E sabido que tem sido contínuo o armazenamento de combustível em locais impróprios, o que constitui um dos motivos principais de incêndios na periferia de Luanda e não só.

A prática é feita sem o mínimo de segurança, o que preocupa a sociedade. O Factual constatou as irregularidades em alguns municípios periféricos da cidade de Luanda, onde a aquisição do combustível é feita nos postos de vendas autorizados em bidões de 25 litros ao preço de mil e 125 kwanzas e é revendido em garrações de cinco litros por 350 kwanzas.

Esta situação tem se intensificado cada dia que passa, pondo em perigo a vida de muitas pessoas.

Numa ronda feita pelo Factual, foi possível constatar no município de Viana a venda de combustível em várias casas.

Joana Nzimba, moradora em Viana, no bairro do Capalanca, vende combustível há mais de dois anos, afirmando que são as dificuldades da vida que a obrigaram a vender gasolina em casa. "E na venda de combustível que eu consigo sustentar os meus três filhos, não tenho um outro negócio. Embora perigoso, tenho de fazer para conseguir o pão do dia", frisou.

Um dos vizinhos de Joana Nzimba, que preferiu o anonimato, fez saber que algumas vezes já aconteceram incêndios na casa de Joana

"Eu acho que manearam mal o combustível e ouvimos uma explosão, um dos garrações rebentou. Graças a Deus o fogo não chegou até aos bidões de gasolina e foi logo apagado. Vejo que é necessária a extinção de venda de combustíveis na vizinhança", asseverou.

A adulteração do combustível também é constante por parte de quem vende. A denúncia é de automobilistas que recorrem a estes postos de venda não autorizados.

Mateus Jacinto, taxista, falou ao Factual que "várias vezes já me venderam combustível adulterado, tendo sido obrigado a abrir o motor do carro para reparação.

Os revendedores aproveitam mais o período nocturno para efectuarem estas práticas. Eu aconselho aos condutores para não comprarem combustíveis a quem não está devidamente autorizado", argumentou.

A venda ilícita de combustíveis não tem só trazido transtornos aos automobilistas, mas também às pessoas que Vivem nas proximidades destes revendedores. As cenas de incêndios têm sido frequentes que acabam muitas vezes em vítimas mortais e na destruição de meios.

Fonte do Departamento de Informação da Sonangol distribuidora deu a conhecer que "este assunto não cabe apenas à Sonangol distribuidora, mas também a Polícia Económica tem o dever e a obrigação de velar pelos actos económicos.

"Sabe-se que a polícia tem mecanismos próprios para actuar mas para isso é necessária também a colaboração da sociedade a fim de denunciarem estes actos ilícitos", acrescentou a fonte.

3.10 O marketing dos zungueiros é um caso de estudo

Jornal de Angola 14 de Agosto de 2009

Nós, aqui na nossa África portentosa, temos uma rica tradição de comércio ambulante, compra aqui, vende acolá, a sair um pouco para fora da bainha larga da praça onde se aglomeram os donos do negócio e os retalhistas, sentados mesmo no chão, enquanto a conversa enche a paisagem do característico burburinho próprio da raça humana.

E a bainha da saia larga da praça esticou tanto até se retalhar e tocar de porta em porta as famílias e, de mão em mão, o transeunte que passa. Parece que sempre foi assim, desde que o dinheiro substituiu a permuta de mercadorias pelo sal-gema da Kissama.

Sempre houve um vendedor com uma maior ansiedade e outra visão do negócio que o levaram a escapar-se do recinto da praça e o conceito de mercado tomou-se mais elástico e utilitário. Assim nasceu o zungueiro, palavra que vem do kimbundo "nzunga" e significa rua.

É deste personagem hoje prolífero em todas as cidades do mundo que vos quero falar. Falo porém concentrado no nosso, o zungueiro da banda, aquele que quando vamos pela rua, nos mede da cabeça aos pés e sabe logo se somos "papoite, mamoiite, pai grande, boss mô velho ou tio", não fôssemos nós, africanos, uma só família alargada do Magrebe ao Cabó da Boa Esperança.

O zungueiro da banda adoptou estratégias de marketing que jamais copiou dos manuais de economia e negócios.

Mas é bem possível que as mesmas já tenham sido objecto de estudo de qualquer cientista social.

Eu sou daqueles que gostam de marchar pelas ruas e passeios da nossa cidade de Luanda. Para ver com olhos abertos e sentir na alma o rumor da vida.

Esta prática, que já vem dos meus tempos de candengue, é que me faz apanhar no pó dos caminhos da vida, as moedas de ouro da criatividade para as peças Jornalísticas e outras peças de arte sacra, a literatura.

Os zungueiros adoptaram uma estratégia de marketing de proximidade muito nossa.

Há dias, a TPA mostrou um destes vendedores vestidos a rigor, na imitação de um paxá com turbante na cabeça.

Verde da cabeça até às meias altas, o nosso zungueiro merece um louvor pela criatividade e originalidade. Mas, o que mais nos toca é a linguagem de atracção do cliente: tem a ver com o tipo de mercadoria e sobretudo com um determinado pendor cultural que nos envolve a todos. Assim, por exemplo, usam engodos verbais como "tio, compra só, é menos preço, tio" ou " mô velho", aqui temos o puro jindungo", quando se referem aos videos pornográficos, ali junto às bombas da rádio nacional.

Uma madame de peitoril plan0, lábios brilhosos de bâton azul e peruca de três cores, no seu rav quatro, pára no semáforo.

E logo abordada por um elemento da zunga, "mamoiite, temos aqui o bâton e o verniz, todas core. "

Um muadié com a minha chipala e o meu peso de vida, é considerado e classificado segundo o carro que o suspende rodovariamente.

Se chegar num Toyota land cruiser é um "boss" de verdade, o zungueiro apresenta forros dos assentos ou do próprio volante, para além dos tapetes do carro ou fatos completos de fino corte.

Se chegar num chevrolet pequeno pode ser chamado de "mô velho". Se tiver mais cabelos brancos então será um "papoite".

Se tiver uma barriga quase a orbitar o volante, então será um autêntico "pai grande", não haverão dúvidas. Pelo caminho, usando essas técnicas vestidas de lirismo e desossadas de rigor científico, nos vendem água fresca, gasosa, cerveja, iogurte, roupas, tapetes, vídeos, música e tudo o que nos coisifica e enfeitiça quando saímos à rua.

Só não vendem a alma, que essa vale toda uma história que a própria rua não tem margens para conter, nem para contar.

3.11 Produtores ilegais de carvão foram apanhados pelos fiscais

Jornal de Angola 16 de Agosto de 2009

O Instituto de Desenvolvimento Florestal apreendeu 150 sacos de carvão na comuna da Calima, arredores da cidade do Huambo, O facto foi anunciado pelo administrador da Comuna em exercício, Silvestre Tomás Quintas justificando que a medida surge uma vez mais para desencorajar o abate indiscriminado de árvores e a invasão dos mais variados perímetros florestais que circunscrevem a região do Planalto Central.

Silvestre Tomás Quintas defendeu a necessidade de disciplinar os exploradores anárquicos de carvão para proteger os efeitos que futuramente passam a surgir na sociedade.

Assegurou que a administração comunal em parceria com Instituto de Desenvolvimento Florestal do Huambo não vai ficar de braços cruzados diante dos exploradores anárquicos e o abate indiscriminado de árvores para fins comerciais.

Diariamente são confeccionados mais de 150 sacos de carvão na comuna da Calima pelos exploradores anárquicos e disse que as autoridades administrativas, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e os efectivos das forças policiais vão continuar a trabalhar, para desencorajar esta prática.

3. 12 Minas da sobrevivência

O país 21 De Agosto de 2009

Com uma picareta ou pá nas mãos, dezenas de cidadãos provenientes dos bairros do Rio Seco, Santa Marta e Burgalheira (no município de Cacucaco) ou Boa Fé (em Viana) deslocam -se às minas de pedra para mais um dia de trabalho.

Não interessa se faz sol ou chuva.

O importante, para os garimpeiros, é conseguir partir sempre maiores quantidades de pedras para juntarem, no mínimo, cinco montes com mais de um metro de

altura. E, de seguida, rezar para que apareçam clientes.

Para localizarem as pedras, não precisam de efectuar estudos geológicos profundos. Eles guiam-se apenas para os locais onde existem enormes quantidades de areia.

Na última terça-feira, 18, uma equipa de O PAIS visitou as minas de pedras de Cacucaco e Viana para constatar "in loco" o dia-a-dia dos indivíduos que têm estes dois locais como as suas fontes de sobrevivência.

À entrada da estrada de terra batida, que começa junto aos estaleiros da empreiteira Tecnovia, na zona da Vidrul, município de Cacucaco, fomos interpelados por Manuel Fernandes: "Estou a vender pedras boas, se estiverem interessados é só falarem. O monte custa 3.500 kwanzas. Mas há desconto", disparou o garimpeiro e vendedor.

Minutos depois, a equipa de reportagem deste jornal encontrou outros dois jovens a cavarem um buraco. Já tinha mais de dois metros de profundidade e cinco de largura. Objectivo era único: retirar pedras.

"Temos noção dos riscos". Referiu um dos mineiros, realçando que " a possibilidade desta terra desabar é quase nula".

Os garimpeiros, que cavam a terra em busca de pedras para a comercialização, contam com a concorrência directa dos jovens conhecidos na gíria como "matocheiro" (termo usado para descrever as pessoas que intermedeiam determinados negócios) que logo à entrada das pedreiras interceptam os presumíveis clientes.

O mineiro Bernardo Manuel considera os intermediários como os principais adversários na actividade que desempenham principalmente quando têm de comercializar o produto. "Eles pensam que são os donos da mina", explicou.

Tendo em conta a posição estratégica que tomam, posicionando-se sempre à entrada das pedreiras e distante dos holofotes dos verdadeiros exploradores, os "matocheiros" vendem os montes por valores que oscilam entre os 25 e os 30 mil Kwanzas. E aos proprietários entregam somente cerca de 12 mil Kwanzas.

Os intermediários, que ficam sentados numa barraca improvisada feita com sacos de serapilheira e barrotes, são também acusados de roubarem o dinheiro dos garimpeiros, quando estes vendem a mercadoria sem a

mediação deles.

Reunidos em grupos de cinco ou sete elementos, eles dirigem -se às minas e obrigam os mineiros a entregar metade do dinheiro ganho com o seu trabalho.

Bairro da Burgalheira

À saída do município de Cacucaco, a equipa de O País encontrou o bairro da Burgalheira. É uma localidade sem água, sem luz, sem hospital, onde as famílias sobrevivem graças ao dinheiro proveniente da extracção e venda de pedras.

Constituída maioritariamente por casas de chapa de zinco, na Burgalheira há escavações e garimpeiros em todos os cantos.

Os seus moradores são cidadãos provenientes da província do Zaire e instalaram -se no local desde que se aperceberam que podiam sobreviver do negócio.

3.13 Negócio de inertes avança em Luanda

Agora 22 de Agosto de 2009

A venda de inertes nos subúrbios de Luanda é uma realidade diária. Os vendedores exibem os materiais nas bermas das estradas para atraírem a atenção dos clientes.

O AGORA deslocou-se, recentemente, a lugares onde o negócio é mais frequente. No bairro do Golfe2, junto às bombas de combustível da Sonangol, é visível o amontoado de areia, burgau e pedras. Mais adiante, em direcção ao cemitério do Camama, próximo do Hospital Geral de Luanda, o cenário repete-se.

Os comerciantes são jovens, homens e mulheres que na luta pelo sustento optam por este tipo de trabalho. Os materiais à venda provêm dos Mulenvos e Dande, onde são extraídos e levados aos revendedores pelos camionistas que também lucram com o negócio.

Ana Lumbo, 38 anos, residente no Golfe2, deixou há seis meses de vender hortaliças para dedicar-se à venda de inertes. A opção por este negócio deveu-se às constantes dificuldades de táxi.

Vende à porta defronte do Cemitério do Camama os inertes que adquire dos camionistas que circulam naquela via.

Compra uma carrada de areia por 33 mil kwanzas, a de brita por 88.mil e de pedras por 50.

"Este negócio exige muita paciência, porque demora às

vezes dois a três meses para acabar", referiu. Vende de segunda a sexta-feira e paga mensalmente 2.500kz pelo terreno onde estão armazenadas as mercadorias.

Ana revende os inertes em baldes de 10 kg e em sacos de 50, sendo que o balde de brita custa 100kz e o saco de areia 250.

"O importante é ter um pouco para comprar um quilo de arroz para que as crianças não durmam à fome e pagar as propinas da escola", sublinhou.

Nos dias de muita concorrência ela chega a amearhar entre 2 a 3 mil kwanzas. "Às vezes não consigo nenhum tostão", lamenta.

Factura em cada carrada de inertes, após a sua venda total, entre 10 a 15 mil Kz.

A areia é o negócio mais procurado pelos clientes que, na sua maioria, aparecem para remodelar as campas dos seus entes-queridos.

Santa Kizomba, 51 anos, é outra vendedora de areia e pedras no Golfe2, junto à paragem de táxis. Encontramos-lhe, bem agasalhada em amena cavaqueira com colegas.

Foi funcionária de limpeza de uma empresa que faliu e para sustentar a família enveredou por este negócio "Compro a areia e as pedrinhas aos camionistas que passam aqui mesmo.

Os preços dependem do tamanho da viatura. Há carrada de 20 e 30 mil kwanzas.

Já de brita é mais cara e os preços variam entre 1.500, 1000, 900 e 700 dólares".

Santa Kizomba revelou ser moroso o negócio e não oferecer muitos lucros, mas prefere continuar para não ficar em casa. Não paga aluguer do seu terreno mas os fiscais já advertiram-na para não vender na rua.

"É um negócio que, por vezes, demora mais do que as nossas expectativas", confessou, sublinhando o fluxo de cliente é maior no final do mês.

No município do Cazenga o cenário é muito mais complicado, principalmente nas ruas do Fiasco e das Conduatas. Quase todos os moradores destas ruas comercializam pedras e areias.

Sany António, 20 anos, mãe de dois filhos, vende há mais de 3 anos. Nunca chegou a fazer outro negócio, senão este.

Desloca-se ao bairro dos Mulenvos e do Dande para comprar os produtos. Por uma carrada de burgau paga 1.300 dólares e de pedras 60 mil kwanzas.

" Nós já temos confiança com os camionistas que trazem e pagámos apenas os valores. Mas, às vezes, temos de procurar porque agora há muita gente neste negócio".

Com o bebé de tenra idade ao colo, vende diariamente naquele local, embora sem condições para ali permanecer com o recém-nascido.

Mesmo sendo um negócio "moroso", mostra-se disposta em continuar com o trabalho.

"Para acabar demora 2 a 3 meses, mas temos de aguentar, vamos fazer mais como? Não sou a única que vende", desabafou.

Deixou de pagar aluguer do terreno por opção do proprietário que pretende brevemente reavê-lo.

Sente-se feliz com a venda que faz, já que com os lucros de 10 a 15 mil kwanzas conseguem dar de comer os filhos.

3.14 Vendedores solicitam boas condições para o mercado municipal do Chitato

Jornal de Angola 23 de Agosto de 2009

Os vendedores do mercado do Caxinde, no município do Chitato, província da Lunda-Norte, defenderam sexta-feira, na cidade do Dundo, a criação de mercados municipais modernos para melhor exercício de actividades comerciais.

O comerciante Miguel Nzau, interpelado pela Angop, disse que a construção de mercados municipais que ofereçam melhores condições de trabalho, ajudaria a combater os problemas de higiene, conservação de produtos e a diminuição de roubos.

A comerciante Margarida Cassoho disse que a modernização dos mercados permitiria melhor fiscalização dos serviços e segurança dos vendedores e compradores.

Mateus Henriques disse que, actualmente, os mercados obedecem a um padrão organizacional que define as áreas específicas de serviços como venda de frescos, legumes e frutas, roupa e calçado, detergentes, material de construção, acessórios para automóveis e motocicletas.

A melhor organização destes espaços ajudaria muito no combate a doenças contraídas por consumo de alimentos mal conservados, acrescentou Mateus Henriques.

Costa Machado afirmou que, tendo em conta o aumento de vendedores no mercado do Caxinde, o único existente no município, a administração do Chitato deveria projectar a construção de um edifício com maior capacidade.

O mercado do Caxinde, único no município do Chitato, alberga cerca de mil vendedores de produtos como roupa, alimentos, material de construção, mobiliários, electrodomésticos, acessórios de automóveis e motocicletas.

3.15 Preços são imbatíveis no mercado da Canjala há tudo menos as condições de higiene

Jornal de Angola 23 de Agosto de 2009

Quem sai de Luanda para Benguela tem uma paragem obrigatória.

É na com una da Canjala. Autocarros públicos e privados, turismos e mesmo motorizadas param ali. Fomos saber porquê.

Passageiros dos autocarros e motoristas fazem uma pausa na Canjala para fazerem as suas necessidades no capim.

Assim as moscas continuam a fazer companhia a vendedores e clientes e a pois ar nos alimentos.

Os mais organizados fazem as suas necessidades em casa, antes da viagem, e quando param na Canjala é para fazer compras. Ali vende-se tudo o que a terra produz, desde as frutas aos cereais.

Também há vendedores de óleo de palma, mas as condições de higiene são tão precárias que o melhor é comprar óleo noutras paragens porque há bactérias perigosas que adoram viver no óleo de palma.

A paragem na Canjala é obrigatória para comer qualquer coisa.

Naquele mundo de caos e falta de higiene há muitas barracas de comes e bebes. Pode ser muito típico comer e beber na Canjala, mas o Instituto de Defesa do Consumidor devia proibir, pelo menos, os "restaurantes" e "bares" do mercado informal. Por uma questão de respeito pela saúde e pela vida dos frequentadores.

A Canjala foi um sítio perigoso no tempo da guerra. Continua a ser perigoso, apesar da paz.

Os passageiros dos transportes públicos têm de ser rápidos a comprar, comer, beber e fazer as suas necessidades. Os motoristas dão 10 a 15 minutos aos viajantes para cumprirem todo o programa ou apenas uma parte.

As vendedoras de frutas, legumes, hortícolas e mesmo de comes e bebes não podem ver um carro a estacionar. Vão logo a correr publicitar os seus produtos e, muitas vezes, impingem-no ao cliente.

"Está aqui o bom mel, o litro é 500 kwanzas. Seis abacaxi 500 kwanzas!", apregoava uma jovem, que levava à cabeça uma bacia contendo os abacaxis e garrafas de mel em cada mão.

Na Canjala não são apenas as vendedoras que "lutam" para despachar, o mais rápido possível, os seus produtos. Quem, também, peleja, para facturar depressa, são os miúdos que vendem sacos de plástico e os lavadores de carros. Estes nem sequer aguardam pela permissão dos condutores. Basta estacionar o automóvel, estão logo a "dar o brilho", a troco de 100 kwanzas, e se o automobilista não tiver dinheiro eles avisam logo que fica a dever. Tiram logo a matrícula ao carro.

Negócio a crédito também rende. "Kota não há problema, se não tem 100 agora, paga quando regressar, ou quando voltar a passar", diz Bernardo Sapalo, que parece ter 15 anos e é lavador de carros naquelas paragens há mais de cinco anos.

O rapaz contou que "por ser preço da igreja, são poucas as pessoas que deixam dívida. Mesmo contra vontade acabam sempre por pagar".

3.16 Angola lidera lista de países africanos empreendedores

Jornal de Economia 25 De Agosto de 2009

A oportunidade de aumentar rendimentos próprios, procura de independência financeira e, até certo ponto, de colmatar a ausência de, Postos de empregos formais e atontada como a razão principal da preferência de grande parte da população pela actividade particular e geradora de rendimentos, aqui entendida como pequenos negócios ou empreendedorismo.

Um estudo, recentemente publicado, em Luanda, pela Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), atestou que o país lidera lista de nações africana com maior índice de empreendedorismo O estudo, que certifica dinâmica da

economia angolana, comparou 43 economias mundiais.

Angola, com 22,7%, lidera os países africanos e posiciona-se em quarto lugar mundialmente. Segundo indicadores do SPI, cerca de um quarto (25,2%) da população adulta do eixo feminino está envolvida em actividades empreendedoras, enquanto para homens a percentagem é de 20,3%.

Crescimento do negócio

Os números referenciados justificam os destaques que mereceu no JE, ao longo das suas publicações, a actividade de pequenos negócios e empreendedorismo. No seu número 27, com o título de estampa "Mercado alternativo", o Jornal abordou vários empreendedores que pela cidade de Luanda trabalham para obter um digno sustento para as suas famílias.

Trançadeiras, lavadores de carro, engraxadores, floristas, manicures e pedicures fazem as delícias de uma enorme e diversificada clientela. Estes, conforme ficou expressa nas diversas reportagens sobre a iniciativa, preferem recorrer a serviços informais que são bastante competitivos nos preços e qualidade dos produtos.

Se a trançadeira Mirei Kanza, 31 anos, no Mártires de Kifangondo, chega a facturar Kz 260 mil ao mês, saldo que de quando em vez reparte com colegas, o engraxador Gaspar Jorge, 20 anos, natural do Bié, disse facturar por mês cerca de Kz 46 mil.

Já a florista Angelina Fernandes, 37 anos, e mãe de 4 filhos, admite sustentar a família com os proveitos da actividade" que em ocasiões especiais, chega a render Kz 37.500, cerca de USD 500.

Com histórias diferentes e oriundos de partes distintas de Angola, todos eles têm algo em comum: decidiram-se pela iniciativa particular antes a ausência de empregos formais para eles, conforme disseram aplicar-se a máxima popular "Mais vale trabalhar nem que seja duro, do que roubar e ganhar a vida com facilidades, em prejuízo de outros".

Ainda sobre está mesma abordagem de pequenos negócios, edição 49 do JE, o florescente negócio sobre os inertes em Luanda e Bengo, mereceu destaque.

Num país cujo desafio é construir um milhão de fogos habitacionais que agrega a auto-construção dirigida para a população assente que mesmo sem a qualidade recomendada pelos especialistas em obras de construção, inertes, como burgau, pedras e areia, vendidos, sobretudo por mulheres, têm facilitado muitos que abraçaram o desafio de construir a sua casa.

Essas mulheres, que justificam a quota de 25,2% com presença nos pequenos negócios, vendem estes indispensáveis produtos à construção em grandes e pequenas quantidades, tomando-os assim acessíveis a todos os bolsos.

Programa de incentivo.

No citado estudo da SPI, nove factores estruturais estão associados à actividade empreendedora a nível nacional, nomeadamente o apoio financeiro dos bancos, políticas e programas governamentais, educação e formação, transferência de investigação e desenvolvimento, ma-estrutura comercial e profissional, maior abertura do mercado, acesso às infra-estruturas físicas, além de normas sociais e culturais acessíveis.

São estes critérios que fazem de Angola, na opinião do especialista Augusto Medina, autor do documento, "um país com inúmeras oportunidades de negócios e novas formas de criar fontes de receitas".

Na perspectiva do financiamento ao pequeno negócio, a redefinição das políticas creditícias no âmbito das micro finanças assume-se como um novo desafio das economias emergentes, sobretudo, por ser geralmente aceite a ideia segundo a qual este segmento é hoje o motor que vai impulsionar o desenvolvimento das economias dos países em desenvolvimento.

Assim, mesmo registando taxas baixas de empréstimos, este negócio que movimenta milhões, em virtude de os potenciais interessados serem também na ordem dos milhões, apresenta uma taxa de liquidação dos empréstimos superior a 90 por cento, o que coloca de parte os argumentos segundo os quais há demasiados riscos no micro-crédito.

Daí, merecerem também destaque, nesta edição especial, e enquanto impulsionadores dos pequenos negócios, instituições e programas públicos e privados como o Kixicrédito, a primeira e única instituição angolana não bancária de micro-finanças; as operações de micro-crédito do Banco Sol (BS), um dos pioneiros nessa actividade, e as suas parcerias com os governos provinciais; o Novo Banco, instituição especializada neste segmento de apoio às populações, por tudo que têm empreendido a favor deste sector.

3.17 Polícia encerra fábrica ilegal de água mineral

O País 28 de Agosto de 2009

Baseando-se em denúncias feitas no princípio de Agosto por um cidadão anónimo, que assistia constantemente a movimentações estranhas e carregamento de enormes quantidades de embalagens

de águas, o comando municipal do Cazenga da Polícia Nacional descobriu a existência de uma fábrica ilegal deste produto e encerrou-a imediatamente.

A fábrica estava instalada no quintal de uma residência na rua Serra de Água, no Hoji-ya-Henda, município do Cazenga. Produzia a água de marca "Fonte da Vida", apresentado pelos produtores como "Águas Pura", conforme se pode ler no rótulo da embalagem.

A embalagem contém igualmente como logótipo uma chávena e dizeres como "consumir antes de 12 meses, não jogue lixo na rua e mantenha a cidade limpa". A composição química do produto possui as seguintes descrições: Acidez, Teor em Cloreto e Teor em Cloretos e Carboneto livre.

A água que servia de matéria-prima para o produto [mal era adquirida dos camiões-cisterna, abastecidos em fontenários.

Segundo o coordenador da operação, o inspector-chefe Domingos da Piedade, depois da insistência do denunciante, a sua corporação projectou um primeiro trabalho de campo para averiguar a terreno e localizar a fábrica clandestina.

"Vimos que a pessoa insistia na queixa. Resolvemos enviar homens para o terreno para localizarem a casa e acharem a produtora de água mineral", contou o oficial da Polícia.

A inocência dos vizinhos e a não confirmação por parte das actuais proprietárias da residência, que se faziam passar por ausentes, fez com que os agentes não fossem bem sucedidas na primeira investida.

Os efectivos da Polícia Nacional regressaram ao local na quinta-feira, 20, e usaram outros métodos de acção para que não fracassassem outra vez.

Na segunda tentativa, usaram um método mais correctivo, segundo o chefe da operação. Domingos da Piedade explicou que tiveram de ameaçar um das jovens que morava na referida casa de que ele iria para a cadeia, casa não mostrasse a fábrica.

"Só assim a rapaz mostrou a fábrica que se encontrava dentro da anexa da sua casa", garantiu a inspector-chefe, acrescentando que "ele foi obrigado a mostrar a casa da suposta proprietária, identificado como Gilberto, que reside na rua Ngala Kiluange, ao lado de uma das agências da Banca de Fomenta Angola".

Actualmente, Gilberto, a proprietário, encontra-se

detido nas instalações da Polícia Económica, encaminhada da Comando da 3ª Divisão da Polícia Nacional.

Segunda apuramos, Gilberto e os seus colaboradores arrendaram o anexo e transformaram em fábrica de água mineral, com licença industrial falsa, segundo os agentes da ordem.

Encerrada, o acesso à fábrica está reservada apenas aos efectivos da Polícia Económica que possuem as chaves do "estabelecimento industrial", enquanto se aguarda pelo trabalho de laboratório para se apurar a qualidade do líquido produzido no local.

Instalado num anexo com menos de 10 metros quadrados, a fábrica servia-se de um tanque plástico com capacidade de 5 mil litros.

Um sistema de canalização transportava o precioso líquido para 5 recipientes de metal, onde a água era supostamente tratada.

Um gerador eléctrico servia de fonte alternativa para garantir energia nos períodos críticos de produção.

O PAÍS ainda constatou a existência no local de inúmeras embalagens plásticas de 50 centilitros algumas vazias e outras com a água aí produzida.

Senhorio nega participação

Os proprietários da residência onde estava instalada a fábrica de água mineral negaram qualquer tipo de envolvimento na actividade industrial que era desenvolvida pelo cidadão Gilberto.

Assumiram apenas que partilhavam o mesmo tanque de cinco mil litros para reservar água.

Sob anonimato, um dos jovens que falava em nome do senhorio, garantiu que só se aperceberam do negócio da água mineral quando a Polícia os questionou sobre o assunto.

Os moradores da rua Serra de Água, onde está a fábrica clandestina, também foram unânimes em afirmar que nunca chegaram a desconfiar de tal prática.

Sebastião Manuel, 61 anos, que vive na mesma rua desde 1975, contou que eles pensavam que os camiões cisternas que entravam no quintal serviam para o consumo dos moradores da casa.

"Mas não aceito que a fábrica foi instalada sem o conhecimento dos donos da casa", desabafou o ancião,

pedindo que todos os senhorios a conhecerem melhor os seus inquilinos.

Por seu lado Joana Lopes Inglês, sentiu-se aliviada com o encerramento da fábrica clandestina, porque representava um sério perigo à saúde pública.

"O produtor é uma pessoa que conversava pouco com os vizinhos por causa da sua proveniência. Ele é congolês, por falar mala português não falava com os vizinhos", disse a senhora, esperando que "Gilberto deve cumprir pelo crime que cometeu".

A nossa interlocutora assegurou que o produto não era comercializado nos arredores do bairro Hoji-ya-Henda e tão pouco nas cantinas aí instaladas.

Alguns proprietários de cantinas ouvidos pelo jornal O PAÍS contaram que já ouviram falar do produto, principalmente nos mercados do Roque Santeiro e do Kikolo. Um deles contou mesmo que a "Fonte da Vida Água Pura" chegou a ser distribuída em outras províncias do país.

3.18 Governo cobra taxas mas não cria condições

Folha 8 29 de Agosto de 2009

Os vendedores afirmam que há muito tempo que pagam taxas, sem receberem as respectivas fichas que comprovam o respectivo pagamento. Antes, quando pagavam as taxas, tinham direito. "Não sabemos se o dinheiro arrecadado pelos fiscais chega aos cofres de Estado e se porventura tenha chegado por completo, pois nada nos garante", disse um dos interlocutores.

Este revelaram que, quando alguém reclama pela ficha a que tem direito, por ter pago a taxa, é ameaçado de represálias pelos fiscais e chamado de agitador. Dizem ainda que muitas vezes se um indivíduo reclamar por um direito, sofre uma suspensão de 15 dias. Vendedores que pediram anonimato revelaram que um dos seus colegas está suspenso neste momento, por ter reclamado diante de um dos fiscais e por ter trocado mimos.

A suspensão é de 15 dias e desconfiam que, tão logo termine, venha a pagar multa. Fonte próxima da Administração do mercado afirmou ao F8 que o que se passa é que muitos vendedores ficam mais de dois meses em casa e o terreno é de Estado e tem de render, acrescenta que o fim da venda de medicamentos no mercado informal deixou vagas que estão a ser rentabilizadas. A equipa de reportagem do F8 tentou contactar a direcção da Administração local, mas sem sucesso.

3.19 Venda de lugares a estrangeiros prejudica angolanos

Folha 8 29 de Agosto de 2009

Os vendedores do mercado Roque Santeiro, que detêm lugares de venda, legalizados há muitos anos, acusam os elementos afectos à Administração do mercado de venderem os seus lugares aos estrangeiros congolezes, malianos, senegaleses e libaneses, em preços muito altos.

De acordo com os acusadores, os preços dos lugares naquele mercado estão avaliados em 300 a 1500,00 dólares, contrariando o que a vice-administradora local afirmou, segundo a qual quem quisesse um lugar para vender devia apenas contactar a direcção do mercado com a devida documentação, sem ter de pagar a quantia avançada pelos denunciante.

Os vendedores nacionais acrescentam que, numa das zonas daquele mercado, localizada no sector 12, um sector maioritariamente ocupado pelos estrangeiros, com destaque para congolezes, foram retiradas mais de cinco barracas suas, cedidas aos congolezes por "1500,00 dólares, o mesmo valor para os lugares onde estacionam os carros de vendas.

Estas vendas de lugares são feitas com muita corrupção pelo meio. Hoje, os vendedores já não ficam à vontade, por saber que, a qualquer momento, lhes podem ser retirados os lugares ou reduzi-los. Outros para não perderem os lugares, por falta de mercadorias, subalugam aos estrangeiros por grandes somas.

Os vendedores afirmaram que não ousaram depor queixa à direcção da Administração do mercado, pois desconfiam que, mesmo fazendo-a, não venham a ser bem sucedidos, temendo que esta esteja ao corrente da situação e que tire os seus dividendos.

4 OGE, INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 OGE revisto, estimado em mais de 28 bilhões de dólares

Agora 1 de Agosto de 2009

Segundo o ministro das Finanças, está calculado com base no preço de 37 dólares do barril de petróleo, uma redução significativa de 17% em relação ao primeiro aprovado no início do ano, calculado em 3,1 triliões de kwanzas (cerca de 35 bilhões de dólares).

Severim de Morais assegurou aos deputados que o Governo baseouse no preço médio do petróleo de 55 dólares por barril, que depois desceu abaixo dos 40 dólares no mercado internacional.

Com receitas fiscais avaliadas em 1.615,2 triliões de kwanzas, contra os 3, 1 triliões inicialmente previstos, a proposta mereceu a confiança de 143 deputados, 16 contra e três abstenções.

Mesmo com a preocupação da oposição em relação aos projectos sociais, construção e reabilitação de infra-estruturas, os dois documentos foram sancionados em definitivo pelo órgão legislativo face à crise económica e financeira mundial que afectou consideravelmente a estrutura macroeconómica do país.

Gabriel Samy, vice-presidente da bancada parlamentar da UNITA, questionou o destino dado ao excedente das receitas arrecadadas com a venda do petróleo que o Executivo fixa neste orçamento em 37 dólares por barril, quando se observa uma relativa subida de preços no mercado internacional.

"Não queremos pactuar com a criação de um novo saco azul, mas somente na criação de novos empregos e na redução das despesas públicas, quando a dívida pública já atinge os 30 bilhões de dólares", afirmou.

Ngola Kabangu, da FNLA, recomendou a boa gestão aos órgãos administrativos do Estado para que haja maior apoio ao sector social, sobretudo no abastecimento de água potável e energia eléctrica, nas zonas suburbanas e rurais.

O primeiro-ministro, Paulo Kassoma, reconheceu, por outro lado, a necessidade de um maior rigor e exigência na gestão dos bens públicos e uma melhor prestação de

serviços do Estado aos cidadãos.

"O Governo, como não podia deixar de ser, tem presente as preocupações relativas à habitação, educação, saúde, agricultura, comércio ou justiça e vai accionar mecanismos para resolver estes problemas", salientou.

"O desafio é fazer com que a materialização do programa se repercuta na vida das pessoas, embora a Crise económica e financeira esteja a dificultar o alcance desse desiderato", lembrou.

O age revisto comporta receitas fiscais totais estimadas em 2.621,2,2 triliões de kwanzas, contra os 3.176,1 inicialmente previstos, representando uma redução de quase 17,47%.

Os parlamentares pediram ainda a implementação de um regime de preços vigiados para os bens e serviços da cesta básica de forma a proteger o cidadão da onda especulativa.

Reiteraram também a necessidade do envio à sua apreciação do relatório e contas devidamente auditadas, do Banco Nacional de Angola (BNA), bem como dos programas executivos provinciais e dos grandes projectos públicos.

4.2 Transparência

Agora 08 de Agosto de 2009

A decisão do Executivo foi tomada, esta semana, numa reunião onde estiveram presentes o ministro das Finanças, Severim de Morais, e os administradores do Banco de Poupança e Crédito (Bpc), Banco de Comércio e Indústria (Bci), Novo Banco e o Banco Sol.

O titular das Finanças disse que o crédito vai funcionar em duas modalidades, sendo o primeiro de campanha agrícola com 150 milhões de dólares e o segundo de investimento agro-pecuário no valor de 200 milhões de dólares.

Sem revelar os critérios de acesso ao empréstimo, garantiu que a mobilização dos fundos para esta iniciativa é da responsabilidade da instituição que dirige e que os camponeses pagarão uma taxa de juro de apenas 5%, com o Estado a bonificar os juros em 16%.

O ministro da Agricultura, Afonso Canga, disse, não ocasião, que o acordo dá uma grande contribuição e ajuda aos camponeses a disporem dos meios necessários para a produção agrícola este ano.

Apesar de ser uma medida que pode ajudar no desenvolvimento do sector agrícola e contribuir para a

diversificação das fontes de rendimento, alguns produtores questionam as modalidades a adoptar para o acesso a este produto financeiro.

"Tomamos conhecimento da abertura desta linha de crédito e dos bancos que assinaram o protocolo para agilizar o processo, mas até ao momento não fomos notificados, para nos inteirarmos das exigências e facilidades de acesso ao financiamento", sublinhou José Moreira, presidente da cooperativa dos deficientes da funda.

As mulheres camponesas daquela região de Luanda que já trabalham com o "kixi-crédito", um produto financeiro oferecido pelo Banco Sol aos pequenos produtores nas zonas rurais, acreditam que se trata de um financiamento político.

"Será para os que vestem as cores do partido. Aqui temos alguns agricultores que foram inscritos, porque são do MPLA", garantiu Joaquina Cassinda, acrescentando que a cooperativa de mulheres camponesas da Funda trabalha com o Governo e não percebe o método de selecção para ter acesso ao crédito bonificado.

No entanto o AGORA sabe que, o Governo vai investir 1,2 bilião de dólares ao longo dos próximos anos para o relançamento da agricultura e promoção da segurança alimentar graças ao financiamento da linha de crédito chinês.

O plano visa tirar proveito dos recursos naturais do país., permitindo ao mesmo tempo estimular a criação de emprego em zonas rurais e carenciadas.

Para esta empreitada a China, através: do Banco de Desenvolvimento da China, vai disponibilizar cerca de 100 biliões de dólares para financiar um programa ambicioso no sector agrícola e a implantação de fábricas transformadoras em todas as províncias.

A nova linha de crédito, que vem juntar-se às do Eximbank avaliadas em mais de 10 biliões de dólares, torna-se realidade o objectivo da diversificação da economia, para além do petróleo, e da reanimação da actividade empresarial, numa altura em que o país ainda sente os efeitos do forte abrandamento do preço do barril de petróleo no mercado mundial.

4.3 PIB de Angola pode contrair em dois por cento em 2009

Semanário Factual De 07 a 14 de Agosto de 2009

Em função desta conjuntura, o BPI reviu a previsão da taxa de crescimento da economia de Angola, perspectivando uma contracção de dois porcentos contra 05 por cento inicialmente prevista.

Contra a expectativa do Governo de Angola, que estima que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça em torno de 6,2 por cento em 2009, a maioria das previsões feitas pelos organismos internacionais estimam que no ano em curso a economia angolana seja afectada por uma contracção motivada fundamentalmente pela conjuntura internacional desfavorável.

O relatório do mês de Julho do Grupo Banco Português de Investimentos (BPI) destaca que "a produção petrolífera angolana atingiu 1.74 milhões de barris (mb/d) em Maio, acima da quota da OPEP Porém, face a esse nível, existe ainda espaço para aumento da produção, em função do novo objectivo de produção média definida na revisão do OGE/2009, 1.79 mb/d".

"De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), a produção petrolífera angolana atingiu 1.74 mb/d em Maio, face a 1.69 mb/d em Abril e 1.64 mb/d em Março". Entre Janeiro e Maio, a produção média diária foi de 1.69 mb/d.

Entretanto, de acordo com as entregas de crude previstas, Angola poderá produzir 1.86 mb/d em Julho e 1.76 mb/d em Agosto. A produção média prevista no Orçamento revisto deverá situar-se em 1.79 mb/d, valor que se encontra ainda assim acima tanto da quota defendida pelas autoridades angolanas (1.67 mb/d) como pela OPEP (1.55 mb/d).

"Assim, face à média verificada até Maio, existe margem de manobra para que Angola aumente a sua produção de forma a atingir objectivos governamentais. A verificar-se, resultará numa contracção real do sector petrolífero menor do que a maioria das estimativas de crescimento presentes", refere o relatório do BPI.

A fonte salienta que o Governo estima uma contracção do sector petrolífero de 6,1 por cento e mantém uma forte expectativa de crescimento acima de 14,6 por cento para o sector não petrolífero, relativamente ancorado no sector da construção.

A manutenção em alta do crescimento do sector não petrolífero poderá confrontar-se com um agravamento da inflação.

Depois de em Maio a inflação ter recuado pela primeira vez este ano, para 13,82 por cento, em Junho, a variação homóloga do Índice de Preço ao Consumidor voltou a acelerar, para 13,95 por cento.

Este desempenho dos preços influencia negativamente a tendência de redução dos preços e compromete o cumprimento da meta oficial.

A instabilidade dos preços apresenta-se também associada aos agregados monetários de que o relatório realça: "Após desacelerarem ligeiramente nos primeiros meses de 2009, os depósitos retomaram a sua trajectória de crescimento, embora a um ritmo menor.

A variação mensal dos depósitos totais foi de 3,7 por cento em Abril e de 1,6 por cento em Maio. A variação homóloga tem desacelerado paulatinamente desde Dezembro de 2008, situando-se em Maio em 48,6 por cento. Porém, frisa que o aumento das taxas de reservas obrigatórias de 20 por cento para 30 por cento onera significativamente a actividade bancária, restringindo a liquidez numa economia com a procura em abrandamento, potenciando assim uma desaceleração mais acentuada.

Perante esta conjuntura económica, o BPI estima que o sector não petrolífero somente cresça 05 por cento e que a retracção do petróleo se situe perto de 06 por cento, contra a expectativa pessimista de 14 por cento adiantada em Fevereiro do ano em curso.

Salienta também que "apesar da melhoria da conjuntura no mercado petrolífero, o PIE nominal angolano sofrerá uma contracção superior a 20 por cento, representando uma importante perda de rendimentos para a economia.

O Fundo Monetário Internacional avança nas últimas projecções feitas em Abril do ano em curso que a economia angolana deverá contrair-se em cerca de 3,6 por cento.

O Banco Mundial, na sua previsão de Junho, adianta para uma quebra de 1,9 por cento, enquanto que a OCDE estima que haja uma retracção de 7,2 por cento.

Porém, todos estes organismos internacionais afirmam acreditar na retoma da economia angolana em 2010 e com taxas de crescimento que variam entre 06 por cento e 09 por cento.

4.4 Formação a gestores públicos sobre o Orçamento de Estado

Jornal de Angola 11 De Agosto de 2009

Os gestores públicos da província do Cunene ligados à elaboração de orçamentos beneficiaram ontem, em Ondjiva, de uma acção formativa para actualização de conhecimentos sobre a elaboração da proposta orçamental para 2010.

A formação, realizada pela Direcção Provincial das Finanças, reflecte o cumprimento dos princípios da universalidade na elaboração de propostas de gestão do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Durante o acto de abertura, o vice-governador da província do Cunene para a área técnica e organizacional, Cristiano Mário Ndeitunga, afirmou que os gestores públicos ligados à elaboração de orçamentos devem introduzir, na proposta do OGE para 2010, as indicações mais importantes que possibilitem o funcionamento de cada unidade orçamental.

O governante disse ainda que os gestores devem compreender os desafios actuais do país para o melhoramento da gestão do erário público, dada a grandeza dos objectivos do governo no processo orçamental.

Durante o evento, os gestores foram capacitados sobre as novas directrizes gerais de elaboração da proposta orçamental, metodologia e os procedimentos de organização orçamental para 2010.

Participaram no encontro vice-governadores, administradores municipais e de unidades hospitalares, gestores de unidades orçamentais e um representante do Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Por outro lado, o governo da província do Cunene reuniu-se, ontem, em Ondjiva, na sua Reunião Ordinária para avaliar as acções desenvolvidas este ano e analisar e discutir as estratégias tendentes à identificação de projectos para o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2010.

O encontro, orientado pelo governador da província, António Didalelua, considerou positivo o grau de implementação, até ao momento, das acções programadas para o presente ano, no quadro dos investimentos públicos.

O executivo apreciou igualmente a implementação do curso básico de formação agro-pecuária na província, as modalidades de funcionamento dos novos autocarros públicos chegados recentemente e o pagamento de

salários nas administrações municipais e comuna.

4.5 AN “chumba” orçamento para conferência de Ombudsman

O País 14 De Agosto de 2009

A Assembleia Nacional entrou em desacordo com a proposta orçamental de 2010 da Provedoria de Justiça, analisado esta quinta-feira em Luanda, por conter um incremento de 164 %, por um lado, e o exorbitante valor de cerca de quatro milhões de dólares para a realização da conferência internacional dos “Ombudsman” a ter lugar durante quatro dias em Abril do ano que vem.

O facto que deixou desapontados muitos deputados, segundo uma fonte parlamentar contactada por O PAÍS, produziu reacções enérgicas de repúdio sobretudo da bancada do MPLA, partido cujos votos foram determinantes para a sua recondução nas funções de Provedor de Justiça.

Estranhou aos parlamentares o facto do programa da conferência prever despesas de 80 milhões de Kwanzas para custear a estadia de 200 convidados nos hotéis de Luanda.

Um parlamentar questionou o facto de essa despesa ser paga pela provedoria angolana, observando pertinentemente a prática corrente em Angola de serem as entidades angolanas a custearem despesas dos seus quadros quando se deslocam ao estrangeiro.

Além disso, o programa ainda contempla a atribuição de gratificações aos trinta técnicos que compõem o secretariado organizador da conferência avaliado em 27 milhões de Kwanzas, à razão de 900 mil para cada um. A tradução dos documentos para Eugénio Mateus inglês, francês e árabe deverá custar 7 milhões e 500 mil Kwanzas e os serviços de marketing um milhão e 500 mil Kwanzas.

Outros itens constantes do programa são nomeadamente a compra de mil blocos A4 no valor de um milhão e 200 mil Kwanzas, menos 200 mil em relação ao custo dos blocos A5.

Já para a estadia de 30 pessoas do secretariado executivo durante 48 dias em unidades hoteleiras de 15 de Janeiro do ano que vem até ao dia 15 de Março do mesmo ano, durante 48 dias está orçada em 144 milhões de Kwanzas, ao passo que para os serviços de marketing foi projectado o montante de um milhão e 500 mil Kwanzas.

Na mesma altura, entretanto, a Assembleia Nacional

também rejeitou a proposta orçamental para o funcionamento da Provedoria de Justiça incrementado em 164 por cento em relação ao orçamento do ano passado, mas os parlamentares, segundo a fonte de O PAÍS, só permitiram esse incremento em 10 por cento.

O valor total para o orçamento para o próximo ano é de pouco mais de 800 milhões de Kwanzas e a Provedoria justifica na nota explicativa de que será necessário preencher o quadro orgânico de pessoal de pelo menos dez províncias a que se vão certamente associar despesas com apetrechamento de meios e pagamentos de salários.

Para o ano que a Assembleia nacional terá um orçamento de pouco mais de 17 triliões de Kwanzas, registando um incremento de quase 3 triliões de Kwanzas, entretanto, já aprovado na mesma sessão extraordinária destinada a aprovar os orçamentos da casa das leis e da Provedoria de Justiça.

4.6 Parlamento analisa proposta de orçamento para 2010

Semanário Factual 14 a 21 de Agosto de 2009

A Assembleia Nacional apreciou quinta-feira, 13, a proposta do seu orçamento para o ano de 2010, que prevê receitas e despesas no valor global de 17.624.501.988 de Kwanzas, o que representa um aumento de 18,78 por cento em relação a 2009.

Segundo o porta-voz da Assembleia Nacional, deputado Carlos Magalhães, uma vez apreciado pelo Plenário e estabelecido o valor da dotação global do seu orçamento, a Assembleia Nacional negociá-lo-á com o Governo, visando a sua inscrição no Orçamento Geral do Estado para o ano de 2010.

Este orçamento da Assembleia Nacional, discutido à porta-fechada, inclui também o da Provedoria da Justiça, que prevê receitas e despesas no valor de 1.175.941.506.95 de Kwanzas, o que representa um aumento de 19,4 por cento em relação a 2009.

4.7 Reforma fiscal na pauta do Governo

O independente 22 De Agosto de 2009

Depois de aprovada pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros, as linhas gerais da reforma fiscal em Angola irão para o crivo do Conselho de Ministros e, posteriormente, à Assembleia Nacional, para aprovação.

Nada obsta, perante a realidade da dinâmica política doméstica, que o assunto emperre em qualquer uma

das instâncias por onde passará, não fosse o inverso um tiro no próprio pé do Governo maioritário do MPLA.

As linhas gerais da reforma fiscal em Angola são um instrumento para o desenvolvimento das acções tendentes à concessão e realização de um moderno sistema fiscal, por via do qual o Governo deverá dar resposta aos objectivos da política tributária e aos desafios do desenvolvimento socioeconómico, através de políticas de atracção de investimento, de promoção de emprego e de integração regional.

No documento ora aprovado pela Comissão permanente do CM, propõem-se acções a curto prazo como a revisão e actualização do Código Geral Tributário (CGT), adopção de um Código de Processo Tributário, racionalização e consolidação legislativa do imposto industrial, simplificação e racionalização do imposto de selo e a revisão do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT).

Par além destas, prevê também a revisão do regime de consignação de receitas fiscais que devem ser atribuídas ao poder local, prossecução das políticas de alargamento da base tributária a nível aduaneiro e a adopção de taxas modelares que promovam a reactivação da produção nacional.

5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 SAMBIZANGA CONTA COM UM FORUM DE DESENVOLVIMENTO

Inforsambila 30 a 01 de Agosto de 2009

Na cerimónia que decorreu no Centro Cultural Mário Santiago e que contou com a presença da Administradora da comuna do Bairro Operário, em representação do Administrador municipal e do representante do Programa de Luta contra pobreza Urbana (Lupp) Willy Piassa entre outros, José Maria de Araújo, presidente eleito, jurou dedicar-se para o bom empenho do Fórum, na busca de soluções dos problemas que afligem o município.

Por sua vez, a representante do administrador municipal ao acto, disse ser uma honra a administração contar com um parceiro que vai ajudar com ideias e sugestões.

Aquela responsável acrescentou ainda que o governo local está aberto a iniciativas positivas e por isso mesmo está disposto a trabalhar com o fórum.

Para além do presidente fazem parte da direcção do fórum, Adriano Laurentino, Odeth Fernandes, Alfeu Simatiuka, Domingos Neto, e nele estão representados membros das organizações da sociedade civil das três comunas que compõem o Sambizanga.

5.2 Conheça os seus direitos Decreto-lei nº 2/01

Inforsambila 30 a 01 de Agosto de 2009

Este decreto que está em vigor desde Janeiro de 1997 estabelece o quadro das atribuições, competências e regime jurídico de organização e funcionamento dos governos provinciais, das administrações municipais e comunais. Mas por falta de divulgação ainda é desconhecido pela maioria esmagadora dos cidadãos.

Nesta nossa primeira abordagem vamos clarificar o que é desconcentração administrativa que não se deve confundir com descentralização administrativa.

Descentralização administrativa - é um processo administrativo através do qual um órgão central do

Estado transfere poderes a outro órgão administrativo local do Estado, portanto é o que está acontecer agora com as administrações municipais, ainda não estão descentralizadas (com poder autónomo) mas estão a verificar um processo de desconcentração (estão a executar tarefas transferidas por um órgão central), neste caso os governos provinciais.

Quais são as competências das administrações municipais?

Na verdade em Angola ainda são excessivas as competências da administração municipal, pelo facto de não estarmos ainda no processo de desconcentração. Por isso aqui vamos enumerar apenas algumas.

Compete a administração municipal:

-Elaborar a proposta de desenvolvimento municipal (ouvido o concelho de concertação e auscultação social) e remete-lo ao governo provincial para aprovação e integração no plano de desenvolvimento provincial;

-Promover e apoiar as empresas e actividades económicas que fomentam o desenvolvimento económico-social do município;

-Organizar os transportes urbanos e suburbanos, intermunicipais e inter-comunais de passageiros e cargas;

-Licenciar terras para diversos fins nos termos da lei bem como dinamizar, acompanhar e apoiar a autoconstrução dirigida.

- Autorizar a concessão de terrenos até 100 metros quadrados, bem como observar e fiscalizar a lei da terra;

- Assegurar a assistência educacional, social e sanitária, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações;

- Assegurar a gestão, limpeza e manutenção de praias e zonas balneares.

Na próxima edição vamos falar das competências e limites do administrador municipal, no exercício das suas funções e do Concelho municipal de Auscultação e Concertação Social um órgão da administração que tem por objectivo apoiar a administração municipal na apreciação e tomada de medidas que a todos nós diz respeito enquanto munícipes e enquanto cidadãos.

5.3 "É justo reconhecer transparência nas contas públicas angolanas"

Jornal de Angola 10 De Agosto de 2009

A secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, afirmou que “é justo reconhecer que Angola começou a dar passos para aumentar a transparência nas contas públicas”.

Hillary Clinton, que fala à imprensa no final das conversações entre delegações de Angola e dos EUA, apontou como referência dos progressos alcançados em Angola em matéria de transparência nas contas públicas a publicação on-line por parte do Governo das receitas que recebe da produção petrolífera industrial.

A secretária de Estado norte-americana apontou igualmente o trabalho que está a ser feito em parceria com oficiais e técnicos de contas do Tesouro americano para aumentar a transparência e eficiência no Orçamento do Estado e em questões fiscais, como vontade do Governo em tornar transparentes as contas públicas.

Hillary Clinton enalteceu igualmente a realização de projectos públicos de recuperação de infra-estruturas, aplicando as verbas obtidas através das receitas do petróleo.

A secretária de Estado da Administração Obama garantiu que questões sobre boa governação, Estado de direito e transparência serão parte da parceria estratégica que os Estados Unidos da América pretendem com Angola.

“Sabemos que a oportunidade e a prosperidade dos angolanos dependem da boa governação e de instituições democráticas fortes, requer uma sociedade civil forte, transparência e vigilância na luta contra a corrupção”, disse.

Hillary Clinton elogiou as autoridades angolanas pelos “passos positivos” que está a dar, desde a necessidade de adopção de uma Constituição à investigação e punição de abusos contra os direitos humanos. A secretária de Estado considerou que Angola vai realizar a tempo as eleições presidenciais, depois do passo dado para que as legislativas fossem “pacíficas, justas e credíveis”.

Os EUA, de acordo com Hillary Clinton, aceitaram uma parceria estratégica com Angola. “Temos muito trabalho pela frente, por isso espero e vejo com bons olhos a nossa cooperação”, disse.

Segundo a secretária de Estado, depois de trinta anos de conflitos em Angola que minaram a participação da sociedade civil, o Governo está a trabalhar na reconciliação da sociedade.

5.4 Comissão Constitucional esclarece sociedade civil

Jornal de Angola 14 De Agosto de 2009

Membros da sociedade civil, integrados em várias Organizações Não

Governamentais e partidos políticos na oposição, defenderam, nesta quarta-feira, 12, em Luanda, a necessidade de as discussões para a nova Lei Constitucional serem mais abrangentes e que cheguem até aos lugares mais recônditos do país para que a maioria dos cidadãos dê o seu contributo.

Este foi o pensamento unânime transmitido pelos parceiros sociais do Governo ao grupo técnico da Comissão Constitucional da Assembleia Nacional durante um encontro que serviu para explicar a metodologia de trabalho desta Comissão.

Orientado pelo seu presidente em exercício, deputado Ferreira Pinto, do MPLA, a maior parte das ONG entende que se houver maior abrangência na consulta aos cidadãos, melhor será o enriquecimento da futura "Carta Magna" do país.

Tunga Alberto, do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos (CCDH), disse que em função da importância do documento, é indispensável que haja consulta um pouco por todo o território nacional para se recolherem subsídios, a julgar pela constituição do nosso mosaico étnocultural e linguístico, evitando desta maneira uma eventual exclusão de cidadãos.

Segundo Tunga Alberto, os projectos que deram entrada na Assembleia Nacional não devem estar limitados apenas aos intelectuais, mas que abranjam todas as franjas de cidadãos, por serem eles os principais beneficiários deste documento que vai dirigir o país nos próximos anos.

"É importante que todos participem activamente na discussão dos projectos para se evitar situações em que os próprios beneficiários saíam prejudicados", disse.

Para uma melhor contribuição dos cidadãos, este activista cívico advogou a necessidade de os projectos em causa serem traduzidos em línguas nacionais para melhor compreensão, pelo facto de haver ainda no país um índice elevado de analfabetismo.

Durante o encontro, Luís Jimbo representante da "Search for Common Ground" - SFCG - (Centro de Entendimento Comum, em português), Reis Luís, do "National Council Center"-NCC- (Centro Nacional de Aconselhamento), e António Ventura da Associação Justiça paz e Democracia (AJPD), questionaram sobre se as contribuições dos grupos serão tidas em consideração, por as opiniões destes não serem de carácter vinculativo no que concerne à Constituição, daí o cepticismo em torno desta matéria.

Este foi um assunto que inquietou os participantes chegando-se ao ponto de alguns afirmarem que as contribuições serão apenas para "inglês ver".

"Se as nossas contribuições não são vinculativas para que opinarmos neste projecto? interrogou-se Afonso Mwanza, representante dos Reis do Reino do Congo que se deslocou propositadamente a Luanda para participar neste primeiro encontro, que serviu como o pontapé de saída dos muitos que advirão, entre o grupo técnico da CC e outros actores sociais e políticos.

Visivelmente preocupado com o assunto, Mwanza disse que "caso a futuro Constituição não abronja as autoridades tradicionais para consulta e satisfazer os anseios dos cidadãos, não soe aceite".

Sobre este assunto, Ferreira Pinto respondeu que "a consulta pública não será vinculativa porque não é obrigatória", tendo em seguida tranquilizado os presentes em como "ainda nada está em discussão".

A questão vinculativa foi interpretada por alguns membros como uma atitude de exclusão aos debates que se esperam que venham a ser acesos, a julgar pela natureza do documento.

De acordo com Ferreira Pinto, os representantes dos partidos políticos e coligações representados na Comissão Técnica da Assembleia Nacional são os que farão a triagem das consultas durante a elaboração desta nova "Carta Magna", dissipando todas as dúvidas levantadas pelos participantes.

Alguns destes, ouvidos por O PAÍS no final do encontro, mostraram-se preocupados com a situação, mas ainda assim aguardam pelo desenrolar do processo de consulta pública.

Como será feita a consulta pública?

A consulta será feita depois da conclusão do trabalho de redacção pela Comissão Técnica e, conseqüentemente, a sua aprovação ao nível da Comissão

Constitucional, e seguir-se-á urna etapa de discussão e consulta públicas junto da sociedade civil, para recolha de contribuições junto de diferentes classes profissionais e individualidades idóneas.

Deste leque, constam autoridades tradicionais, Organizações Não-Governamentais, entidades religiosas, comunidades e estudantes.

As discussões e consultas deverão ocorrer na rádio e na televisão, abordando matérias que conformam os diferentes projectos de Constituição. E mais: deixar à iniciativa dos cidadãos e das organizações nacionais e da sociedade civil, organizando seminários ou outras activas similares.

Haverá a abertura de um site na Internet e tradução dos projectos em línguas nacionais dos principais aspectos dos projectos de Constituição, com a participação dos membros da Comissão Técnica.

A Comissão Constitucional e a comissão técnica acompanharão o processo de discussão para esclarecer eventuais dúvidas sobre o tratamento que a CC vai dar às contribuições da sociedade e do cidadão. Nesta ordem de ideias, as organizações e os cidadãos deverão enviar as suas contribuições ao endereço electrónico desta mesma comissão.

Cabe ainda à comissão técnica produzir para a Comissão Constitucional um relatório [mal sobre os resultados das consultas, incluindo as principais questões suscitadas.

Depois deste processo, a CC aprovará o projecto final a ser submetido à Assembleia Nacional, com um relatório no qual constará a súmula das consultas feitas. Finalmente entre Fevereiro e Março de 2010 serão apreciados os projectos na especialidade, pela Comissão Constitucional, envio do projecto ao Plenário da Assembleia Nacional, e concomitantemente a convocação deste órgão legislador para investidura do poder constituinte para apreciação, discussão e aprovação da Constituição da República de Angola.

5.5 Seminário de divulgação dos "11 compromissos"

Jornal de Angola 14 de Agosto de 2009

Um seminário para a divulgação dos 11 compromissos do Governo com a criança, para analisar o papel das administrações municipais na divulgação do programa, foi realizado, ontem, em Luanda.

Uma nota do Instituto Provincial da Criança distribuída à imprensa refere que o seminário analisou o papel dos

actores não estatais na execução, monitoria e advocacia em prol dos 11 compromissos para com a criança angolana.

De acordo com a nota, depois do encontro, espera-se que os indicadores dos "11 compromissos" e suas metas estejam disseminados entre as organizações comunitárias órgãos das administrações municipais.

O encontro, organizado em parceria com a Cooperativa de Assistência e Alívio em Toda a Parte (CARE) e a Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), decorreu nas instalações da Administração Municipal do Kilamba Kiaxi.

5.6 Governadora de Luanda ouve problemas dos sobas

Jornal de Angola 14 de Agosto de 2009

A governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, reuniu-se ontem com as autoridades tradicionais para auscultar os problemas que inquietam os sobas.

Segundo uma nota do Governo da Província de Luanda (GPL), chegada à Angop, o encontro é a continuação do programa de reuniões entre o GPL e a sociedade civil para dar a conhecer as acções do Governo revistas e aprovadas pela Assembleia Nacional.

No decorrer do encontro, os participantes foram informados das resoluções e conclusões da Conferência Provincial do Urbanismo e Habitação e da mobilização das comunidades para participarem no programa do Governo sobre o resgate de valores e desencorajamento de práticas sociais negativas.

Estão ainda agendadas reuniões com Organizações Não Governamentais femininas, igrejas, cooperativas agrícolas e associações.

5.7 Comissão Técnica reuniu com sociedade civil

Jornal de Angola 14 de Agosto de 2009

Os membros da Comissão Constitucional reuniram-se, quarta-feira, com os operadores não-estatais para explicar a metodologia e cronologia dos trabalhos, com vista a melhor participação dos cidadãos no processo constituinte.

O vice-presidente da Comissão Constitucional da Assembleia Nacional, Ferreira Pinto, que presidiu a reunião, disse que o processo constituinte não é exclusivo dos deputados à Assembleia Nacional. Ferreira Pinto explicou que a participação dos actores

não-estatais no processo é feita através da organização de iniciativas para a recolha de contribuições.

Acrescentou que a Comissão Constitucional tem a responsabilidade de elaborar e aprovar os dois ou três projectos para serem apresentados ao público.

O jurista António Paulo, da Comissão Técnica, explicou que os membros vão participar nas sessões de informação e debate nas províncias sobre os projectos de Constituição.

A comissão técnica é composta por 19 técnicos, indicados pelos cinco partidos e coligações de partidos políticos com assento no Parlamento. São distribuídos em três grupos para a elaboração de igual número de projectos constitucionais.

Modelo é elementar

António Paulo afirmou que os ante-projectos apresentados pelos partidos à Comissão Constitucional obedecem a uma estrutura elementar, que contém os direitos e princípios fundamentais, organização do poder político, organização económica e judiciária.

"A Lei que cria a Comissão Constitucional dá possibilidade de as associações representativas ou grupos de cidadãos, entidades públicas e privadas e partidos sem assento parlamentar, apresentarem à Comissão Constitucional aspectos que a Lei chama propostas e contribuições", sustentou.

A comissão vai acompanhar a discussão, para evitar dúvidas no tratamento das contribuições da sociedade civil. As organizações e os cidadãos devem enviar as contribuições à Comissão Constitucional. No final, é elaborado um relatório sobre os resultados da consulta pública, incluindo as principais questões suscitadas.

António Paulo frisou que a discussão e consulta pública são processos de auscultação que é feito junto da sociedade civil, igrejas, associações, ordens profissionais e autoridades tradicionais.

Projectos vão a debate.

A metodologia e cronologia dos trabalhos da Comissão Constitucional estabelecem que, no período de consulta pública, de 5 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 2010, sejam promovidos debates na Rádio e na Televisão sobre matérias dos diferentes projectos de Constituição.

Entre 29 de Julho e 13 de Novembro deste ano, a Comissão Técnica realiza trabalhos internos para compilação e redacção de dois ou três ante-projectos para os apresentar à Comissão Constitucional.

De 16 de Novembro a 31 de Dezembro, os projectos são apreciados e analisados pela Assembleia Nacional, que vai deliberar na generalidade.

De 5 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 2010 começa a consulta pública sobre os projectos de Constituição.

A apreciação do projecto na especialidade, pela Comissão Constitucional, é feita entre 21 de Fevereiro e 22 de Março de 2010, ao que se segue o envio da proposta ao plenário da Assembleia Nacional.

5.8 Sociedade civil "chumba" federalismo

Agora 15 de Agosto de 2009

O sonho do Partido de Renovação Social (PRS) de criar a República Federativa de Angola está distante da realidade, na medida em que vários segmentos da sociedade advogam que o assunto aconselha muita prudência para não afectar a unidade nacional.

O PRS apresentou recentemente à Assembleia Nacional (AN) o seu ante-projecto de Constituição no qual consagra o federalismo como modelo de governação para a construção de uma sociedade livre e democrática, visando o desenvolvimento socio-económico.

Para Eduarda Valente, falar de federalismo neste momento é como colocar "a carroça à frente dos bois", por não existirem pilares de sustentação para a sua implementação.

A docente universitária que, nesta terça-feira, 11, falou para o programa Café da Manhã da Rádio Lac, entende que só se deve falar em confederação quando existirem indústrias e parceiros fortes dentro do espaço que é o território angolano. "Temos de correr com o tempo, mas com bases sólidas que passam pelo lançamento de pilares que fundamentem um Estado", disse Valente, acrescentando que por não termos uma indústria desenvolvida "não podemos fazer parcerias fortes".

Por seu turno, Rodrigues Tavares, estudante de Ciências Políticas, aconselha a realização de debates inclusivos em torno do assunto, para se evitar tabus. "Não se deve falar sobre o assunto apenas na altura de campanhas eleitorais ou outros casos especiais, como a discussão da futura Constituição. Deve-se levar o assunto a debate público", defendeu o nosso interlocutor.

O Partido liderado por Eduardo Kuangana advoga que caso a sua proposta de Constituição fosse aprovada, a

futura República Federativa de Angola seria constituída em união de Estados federados.

À luz do seu ante-projecto o PRS prevê a criação de seis estados, nomeadamente Cabinda, Congo, Ndongo, Planalto Central, Lunda e Mandume.

Esta formação política descarta a possibilidade de existir qualquer autonomia que possa pôr em causa a divisão do país, tal como disse aos órgãos de comunicação social o seu secretário-geral, João Baptista Ngandagina, depois da entrega formal da proposta de Constituição à AN.

De maneira a tranquilizar as inquietações que pairam em alguns círculos da sociedade, e não só, Ngandagina explicou que o Estado Federal teria, entre outras atribuições, garantir a independência nacional e criar condições políticas, económicas, sociais e culturais para o desenvolvimento dos estados e dos cidadãos.

Em Agosto de 2008, altura em que decorria a campanha eleitoral para as eleições de 5 de Setembro, o PRS prometeu levar à consulta pública a sua tese sobre federalismo, um dos seus "cavalos de batalha" das eleições gerais de 1992. Na altura, Eduardo Kuangana e correligionários foram contrariados por algumas forças políticas, incluindo o MPLA, bem como sectores da sociedade civil.

O ano passado ficou notório que a tese defendida pelos renovadores sociais há mais de 15 anos começou a ocupar um lugar no cenário político doméstico, uma vez que, à semelhança do PRS o PDP-ANA e do extinto PLD, por não ter obtido 0,5% dos votos válidos nas últimas legislativas, também defenderam o federalismo nos seus programas de Governo.

Os defensores desta tese são de opinião de que nas actuais condições concretas do país o federalismo é o único sistema capaz de acabar com as assimetrias regionais e permitir o desenvolvimento integral.

5.9 Sambizanga aposta nos serviços sociais

Jornal de Angola 16 de Agosto de 2009

O administrador municipal do Sambizanga, José Tavares Ferreira, prometeu, ontem, aos munícipes do Sambizanga, em Luanda, que a sua equipa vai continuar a melhorar os serviços sociais básicos aos cidadãos, de modo a elevar o seu nível de vida.

A informação foi dada aos membros das comissões de moradores, durante a abertura da segunda Sessão do

Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social, que visou esclarecer os munícipes sobre os projectos realizados e em curso no Sambizanga, no âmbito do Programa de Investimento Municipal (PIM).

De acordo com o administrador, apesar da crise económica mundial, é possível realizar algumas acções como terra planejem, reabilitação e construção de ruas, chafarizes, postos de transformação eléctrica, saneamento básico, salas de aulas e melhoria dos serviços de saúde.

"O momento de crise mundial, inicialmente de pendor financeiro, hoje avança de forma galopante no sector económico, com os seus efeitos perversos, daí que os cinco milhões de dólares destinados à gestão municipal, estão a ser disponibilizados faseadamente, tendo a administração recebido para o presente ano, apenas 11 por cento do valor global", explicou José Tavares Ferreira.

. Segundo o gestor, este dinheiro está a ser empregue na melhoria de vários sectores sociais, tal como a construção de mais centros de saúde, escolas, saneamento básico e a reabilitação das instalações administrativas.

O encontro serviu igualmente para divulgar os procedimentos para solicitação de terrenos e de acesso a casa própria, a evolução da Gripe. "A", as suas consequências, o modo -J de prevenção e realização das campanhas de vacinação contra as doenças endémicas.

5.10 Sociedade civil quer alargamento do período das consultas públicas

Semanário Factual 14 a 21 de Agosto de 2009

Esta informação foi quarta-feira avançada pelo primeiro vice-presidente da Comissão Constitucional, Carlos Alberto Pereira Pinto, quando se reuniu com representantes da sociedade civil.

Neste encontro os participantes foram informados sobre a metodologia e a cronologia de trabalhos da Comissão Constitucional, tendo em vista a sua melhor participação no processo constituinte.

O primeiro vice-presidente da Comissão Constitucional afirmou na abertura da reunião que a Comissão Constitucional entende que este processo não deve ser exclusivo aos deputados à Assembleia Nacional, mas participativo.

Segundo o deputado do MPLA, a discussão e consulta públicas devem ocorrer igualmente através da

promoção de debates na rádio e na televisão, incidindo sobre matérias que conformam os diferentes projectos de Constituição.

"Concluído o trabalho de redacção pela Comissão Técnica e feita a aprovação a nível da Comissão Constitucional, deve seguir-se uma etapa de discussão e consulta públicas junto da sociedade civil, para recolha de contribuições junto das diferentes classes profissionais e individualidades idóneas, autoridades tradicionais, organizações não-governamentais, entidades religiosas e outras comunidades", informou.

Deu a conhecer que a Comissão Técnica produzirá para a Comissão Constitucional um relatório final sobre os resultados das consultas, incluindo questões suscitadas.

"A Comissão Constitucional, após a apreciação do relatório, fixará as orientações políticas e legislativas a ter em conta no processo de redacção final dos projectos", referiu Carlos Pinto.

O representante da associação AJPD, António Ventura, afirmou na altura que os dois meses para a consulta pública não chegam, defendendo o seu alargamento para dez meses.

"A Comissão Constitucional poderia dinamizar e fomentar a discussão através dos seus deputados nas províncias para que o processo fosse participativo e inclusivo", advogou.

De acordo com António Ventura, os angolanos esperam uma Carta Magna que defenda os seus interesses, acrescentando que a consulta pública deve ser abrangente e participativa.

5.11 "Segundo autoridade de Benguela" Open Society fomenta intrigas e mentiras

Semanário Factual 14 a 21 de Agosto de 2009

O Governo de Benguela manifestou-se quarta-feira, 12, indignado com afirmações de Elias Isaac, funcionário da Open Society, segundo as quais em Angola a corrupção criou uma sociedade onde a maioria da população se sente discriminada pelo Estado.

O representante da Open Society, que falava em Benguela, referiu-se também às demolições que acontecem em Luanda e noutras partes do país, "violando assim os direitos do cidadão à luz do dia".

"Em Angola existe uma corrupção endémica e sistemática enraizada no contexto da governação de uma forma sofisticada", diz ele.

Em resposta a essas acusações, uma nota do Governo de Benguela indica que Elias Isaac se esqueceu de que os ditos defensores dos direitos humanos são os verdadeiros corruptos.

De acordo com a mesma nota, Elias Isaac, da Open Society, deve ser mais responsável quando faz declarações que beliscam a imagem do Governo a nível internacional.

Nas suas declarações Elias Isaac afirma que a maioria dos políticos em Angola, com excepção, estão envolvidos em negócios dos diversos tipos.

A corrupção é na sua essência inimiga da transparência e da justiça social e segundo o responsável da Open Society, "o sistema de governação em Angola está politizado".

De acordo com as autoridades de Benguela, as organizações não-governamentais devem ajudar o Governo no desenvolvimento do país e não fomentarem intrigas e mentiras.

"São organizações que defendem interesses estranhos, não estamos preocupados com este tipo de acusações, visto que o povo angolano tem acompanhado a forma como o Governo tem resolvido os problemas", concluíram as autoridades.

5.12 Anibal Rocha anuncia remodelação em Cabinda

Jornal de Angola 25 de Agosto de 2009

O governo de Cabinda vai ser remodelado nos próximos dias, no quadro do estatuto especial para a província, que resulta do memorando de entendimento para a paz e reconciliação, rubricado em 1 de Agosto de 2006 pelo Governo angolano e o Fórum Cabindense para Diálogo (FDC).

A informação foi prestada à Angop, no fim-de-semana, pelo governador de Cabinda, Anibal Rocha, que considerou o estatuto especial um "valioso instrumento, que vai trazer muitos benefícios e conferir mais poder ou mais autonomia administrativa e financeira à província".

Anibal Rocha disse que, fruto do novo quadro orgânico, as actuais direcções provinciais vão ser transformadas em secretarias provinciais.

No âmbito do estatuto, a província de Cabinda foi contemplada com 195 projectos: nos diversos domínios. Alguns já estão em execução, com destaque para a construção do campos universitário, adstrito à Universidade 11 de Novembro, uma das sete regiões académicas recentemente criada e que abrange também

a província do Zaire.

Ainda no domínio da educação, Anibal Rocha elogiou o arranque do curso da Faculdade de Medicina, que já vai no seu segundo ano.

O Governador manifestou-se satisfeito com o projecto de criação do Instituto Superior de Ciência e Tecnologia porque, frisou, "vai contribuir para a diversificação de opções a favor da comunidade estudante local" governador referiu-se, ainda, a projectos no sector das águas e energia e apelou à participação dos cidadãos para o êxito dos programas, que visam a melhoria das condições de vida das populações.

Ex-militares da FNLA entram no MPLA

Ao todo, 815 ex-militares da FNLA aderiram ao MPLA, no sábado, durante um acto formal alusivo ao VI congresso do MPLA fazem parte dos 815 antigos membros dos secretariados provinciais, municipais comunais da FNLA, da JFNLA (organização juvenil do partido), AMA (organização feminina), antigos combatentes do ELNA ex-braço armado da FNLA) e 30 células do partido da oposição.

Ao jurar fidelidade, os novos membros do MPLA apresentaram como principal razão do abandono da FNLA a indefinição gerada pela crise que se arrasta há cerca de 11 anos e que continua a aprofundar-se, apesar dos apelos à reconciliação interna.

No acto, procedeu-se à entrega simbólica de cartões de membros do MPLA aos novos membros, com destaque para Nestório Delo, o ex-secretário provincial da FNLA, e o secretário para a informação, Francisco Faustino.

O primeiro secretário do Comité Provincial de Cabinda do MPLA, Anibal Rocha, que presidiu o acto, louvou o "gesto e coragem" dos novos militantes e encorajou-o a darem o contributo para o engrandecimento do partido, reconstrução e reconciliação nacional e materialização do programa do MPLA apresentado nas eleições legislativas de Setembro de 2008.

O ex-secretário provincial da FNLA, Nestório Delo, considerou soberano o seu abandono e acusou os dirigentes do seu antigo partido de falta de visão política. "O nosso partido nunca teve uma postura de diálogo e defesa dos interesses da nação. Os nossos líderes sempre viveram momentos de desavenças, lutas tribais, sem qualquer visão política para o bem dos angolanos", desabafou Nestório Delo, em conferência de imprensa.

Delo disse que a decisão de abandonar o partido se deve aos problemas internos que a FNLA atravessa. "Estamos satisfeitos com a nossa justa decisão, já não aturamos o desentendimento dos líderes que não conseguem um diálogo para ultrapassar a crise que divide o partido e as pessoas", lamentou.

Quanto à opção pelo novo partido, reafirmou que foi uma "decisão soberana, livre e consciente, sem pressão de ninguém"; "Estamos a ver que o MPLA está unido, vimos como está á procurar soluções para o bem-estar do povo angolano, estamos a ver o crescimento do País e da província em particular. E isso que o povo almeja ao invés de discussões que dividem o partido", afirmou Nestório Delo.

5.13 Governo prepara censo populacional em 2010

Jornal de Angola 27 de Agosto de 2009

O primeiro censo populacional com Angola começa a ser preparado em 2010, com o objectivo de obter informações fiáveis sobre a estrutura da população, sua distribuição geográfica e evolução.

O levantamento estatístico deve custar cerca de 100 milhões de dólares e tem a duração máxima prevista de cinco anos, disse a ministra do planeamento, Ana Dias Lourenço.

O Orçamento Geral do Estado para o próximo ano deve contemplar verbas para o levantamento estatístico, de acordo com orientações do Governo.

O Governo aprovou, ontem, o programa Global de Recenseamento da População e Habitação, em sessão ordinária do Conselho de ministros.

O objectivo do recenseamento é garantir uma elaboração eficaz do planeamento e ordenamento do território com vista à optimização dos recursos e a concepção e programas sustentáveis de desenvolvimento económico, social e do ambiente, refere o comunicado de imprensa da sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, esclareceu no final da sessão do órgão colegial do Governo que a operação "é bastante complexa e dispendiosa", pelo que pode durar, no máximo, cinco anos até a sua conclusão.

No próximo ano, o órgão com a responsabilidade de coordenar e realizar o processo a reparatório de recenseamento da população entra em funcionamento.

Ana Dias Lourenço anunciou que, ainda este ano, o Governo deve aprovar e encaminhar para a Assembleia Nacional o pacote legislativo que permite a realização do censo populacional. A ministra do Planeamento referiu que falta por concluir um trabalho de cartografia censitária, questões técnicas e de preparação dos recursos humanos para realizar o censo populacional.

5.14 Governo quer conhecer o número exacto da população

Angolense De 29 de Agosto a 05 de Setembro de 2009

Até ao momento ainda não se sabe ao concreto quantos angolanos somos, trabalha-se apenas com estimativas.

Durante a fase do registo eleitoral que, segundo as autoridades, seria aproveitada para conhecer o número exacto da população mas, nem toda a população teve a oportunidade de se registar e votar. Esta semana, na reunião do Conselho de Ministros foi submetida a proposta ao Ministério do Planeamento, um censo da população para 2010. Caso aconteça, será o primeiro censo realizado no país.

Considerado pela ministra do Plano como uma operação de estatística complexa e dispendiosa cuja preparação leva entre três a cinco anos, o estudo da população angolana entrará na planificação do Orçamento Geral do Estado para 2010.

O trabalho, reconhecido pelos governantes, ainda é árduo. No quadro actual, há um trabalho de cartografia deficitário que também tem que ser terminado. Aspectos técnicos de preparação, inclusive dos recursos humanos que vão trabalhar nesta actividade, e somente ultrapassados estes pressupostos, poder-se-á avançar.

Mediante garantias da ministra do Planeamento, o próximo ano entrará em funções o órgão que terá a responsabilidade de coordenar e organizar a estatística da população angolana.

Ao aprovar o programa global de recenseamento da população e habitação, o Governo pretende que se obtenha informações fiáveis sobre a estrutura da população, sua distribuição geográfica e evolução ou seja, "quantos somos, onde estamos e como vivemos e quem somos".

Mediante orientações recebidas, cabe agora a responsabilidade ao Instituto Nacional de Estatística (INE), dar sequência as acções preparatórias do censo. Desde a capacitação do pessoal, condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável da população e outras.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Terra é alternativa ao betão armado

Jornal de Angola 1 de Agosto de 2009

Peritos que lidam com questões ambientais, arquitectos, engenheiros, autoridades tradicionais e entidades de várias instituições começaram, esta semana, a discutir, num seminário, na localidade de Njambasana, município do Tómbwa, as melhores formas de divulgação da construção com terra.

Ainda de acordo com os especialistas, esta é uma das técnicas mais antigas embora tenha o estigma de ser associada às construções das comunidades pobres.

O seminário é uma promoção do Centro de Estudos do Deserto, (CEDO) e pretende levar os especialistas a partilhar as suas experiências e debater as formas de divulgação desta tecnologia para complementar os esforços do Governo na construção de um milhão de fogos habitacionais até 2012.

Características do material.

Um documento do Centro de Estudos do Deserto explica que "uma relação estreita entre os conhecimentos adquiridos ao longo de uma experiência milenar, com o uso deste material, e o recurso às novas tecnologias têm demonstrado uma abordagem sábia".

O mesmo documento acrescenta que várias experiências têm sido realizadas em diversos países, demonstrando a viabilidade do uso da terra como material de construção, não havendo ainda conclusões e certezas da sua aplicação universal, uma vez que se atravessa uma fase de grande experimentação".

Em Njambasana, uma área particularmente árida, em pleno deserto do Namibe, os temas levados ao seminário do Centro de Estudos do Deserto foram considerados sugestivos pelos participantes.

Estiveram em abordagem os seguintes pontos: "A universalidade da arquitectura da terra", "Análise da realidade local: problemas e potencialidades".

"A construção em terra e o habitat sustentável", "a arquitectura da terra e a legislação: o papel das Obras Públicas", "o controlo e qualidade da construção com terra" e o "o ensino da arquitectura de terra".

Paralelamente ao seminário, membros da comunidade

local estão a frequentar um seminário, também promovido pelo Centro de Estudos do Deserto, para despertar nela o interesse que esta tecnologia – arquitectura em terra – tem na melhoria das condições das suas habitações.

População entusiasmada

Os aldeões de Njambasana começaram a fazer blocos de areia com recurso a uma técnica simples que combina areia, argila, capim e água.

Os peritos do Centro de Estudos do Deserto consideram que estas são matérias-primas abundantes e disponíveis em praticamente todas as zonas onde existe a presença humana.

Além de que o sistema utilizado para as construções em terra é económico, tem baixos custos de transporte, é pouco exigente em relação a mão-de-obra especializada e permite a sua execução a curto prazo.

"O material sé ecológico, pois utilizam recursos abundantes na natureza e não carecem de processos de transformação da matéria-prima que consomem meios energéticos dispendiosos", afirma o documento do Centro de Njambasana.

Casas tradicionais.

O Centro de Estudos do Deserto diz que "esta acção não persegue a substituição da habitação tradicional das populações pastoris, que está de acordo com a ecologia, condições económicas e sociais e das suas culturas, mas pretende promover uma melhor qualidade de vida, no que respeita à habitação, nas aldeias e periferias urbanas".

O Centro de Estudos do Deserto informa ainda que o material utilizado é reciclável, reutilizável e não é tóxico. Estão salvaguardados os estudos sobre os custos do impacto ambiental neste sector da construção. "Optámos pela sua divulgação e estudo como premissa do desenvolvimento".

Njambasana, no Curoca, que é terra mítica e com muitas histórias, com as novas técnicas vai melhorar as suas habitações. Para já, terra, que é a matéria-prima, não falta!

6.2 Ministro afirma que crescimento dos centros urbanos provoca queda na qualidade de vida

Angop 01 De Agosto de 2009

Luanda - O crescimento dos centros urbanos em Angola tem causado uma acentuada queda da qualidade

de vida, um crescimento dos problemas sociais e desequilíbrios ambientais, disse sexta-feira, em Luanda, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira.

De acordo com José Ferreira, no seu discurso de encerramento da Conferência Provincial de Urbanismo e Habitação, em Angola a população que vive em áreas urbanas já ultrapassou os 50 por cento do total de pessoas, e deverá atingir um número cada vez maior nos próximos 20 anos.

Assim, referiu o ministro, não se pode encarar o actual quadro das áreas urbanas como resultado de processos conjunturais, mas buscar formas de administrar os processos sociais que as modificam, abandonando a visão das cidades como espaço Caótico.

Segundo o ministro, para isso deve-se trabalhar com os princípios da sustentabilidade incorporados a questão urbana, focalizando factos como a redução dos níveis de pobreza, criação de postos de trabalho, saneamento, educação, entre outros sectores.

José Ferreira afirmou ainda que as políticas adoptadas pelo Governo de Angola e autoridades locais, estão a incidir no reforço da capacidade institucional, no planeamento territorial e gestão urbana, na promoção da realização eficiente das infra-estruturas de abastecimento de água e outros serviços básicos.

A Conferência Provincial sobre Urbanismo e Habitação teve como objectivo promover a apresentação de projectos urbanísticos e habitacionais, com particular incidência para a residência social e de média renda.

O encontro incluiu três painéis, sendo o primeiro dedicado aos "Planos Estruturantes da Província", o segundo a "Requalificação Urbana e Novas Urbanizações" e o último referente ao "Programa de Habitação Social".

No encontro, os participantes discutiram os procedimentos, critérios e modalidades legais e administrativas para o acesso e obtenção de terreno e para a edificação de habitações por pessoas singulares e colectivas.

Participaram no encontro, membros de associações juvenis, comissões de moradores, assembleias de condóminos, agentes imobiliário, agentes de construção civil, ordens e associações profissionais bem como estudantes universitários.

6.3 Ministro do Urbanismo quer Bancos no financiamento da habitação social

Jornal de Angola 2 de Agosto de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação José Ferreira, defendeu, sexta-feira, durante a conferência provincial sobre Habitação, o incentivo à participação do sector bancário e das instituições financeiras nacionais na promoção da habitação social.

José Ferreira, que falava no encerramento da conferência realizada pelo Governo Provincial de Luanda, defende igualmente a participação no quadro imobiliário dos agentes económicos e do sector privado "cabendo ao Estado a facilitação na disponibilidade e obtenção do crédito bancário para os agentes executores e para o cidadão utente".

O ministro José Ferreira entende que com esta política o Estado está a garantir o bem-estar social das populações e a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A constituição e urbanização das reservas fundiárias municipais a serem dinamizadas pelos governos provinciais, sob orientação do Ministério e Urbanismo e Habitação, tem como objectivo restabelecer os mecanismos de ocupação ordenada dos espaços, disse o ministro.

Acrescentou que é responsabilidade do Estado a realização progressiva das infra-estruturas públicas em parceria com os vários agentes privados, com destaque para os promotores imobiliários e cooperativas habitacionais.

"Os terrenos infra estruturados e legalizados devem ser disponibilizados sistematicamente para o atendimento das necessidades das famílias que pretendam construir a casa própria em regime de autoconstrução dirigida", sublinhou José Ferreira.

O ministro do Urbanismo e Habitação assegurou que o esforço do Governo vai ser orientado para a construção de equipamentos sociais, com destaque para saúde e educação, serviços administrativos, comunitários, policial e judicial.

José Ferreira salientou que com esta acção, o Ministério do Urbanismo e Habitação pretende aumentar as relações funcionais para uma melhor gestão das cidades e vilas, envolvendo " todos os intervenientes, como verdadeiros agentes executores das acções constantes do programa do Governo nos domínios do ordenamento do território, urbanismo, habitação e cadastro".

A conferência, organizada pelo Governo da Província de Luanda, teve como objectivo dar a conhecer a execução do Programa de Habitação Social enquanto prioridade do Governo e o processo de simplificação e modernização dos procedimentos para a obtenção de terrenos, habitação, licenciamento e fiscalização de obras.

6.4 Bengo está a construir milhares de habitações

Jornal de Angola 3 de Agosto de 2009

O governo da província do Bengo vai construir 16 mil casas sociais, a partir desde mês e até 2012, nas reservas fundiárias identificadas nos municípios do Dande, Icolo e Bengo e Ambriz.

Segundo o director provincial do Urbanismo e Habitação, Álvaro Pedro David, no final da reunião ordinária do Governo Provincial, 10.000 casas vão ser construídas no município do Dande, enquanto o Ambriz Icolo e Bengo beneficiam de 3.000 cada, cujas obras foram já adjudicadas.

O governo do Bengo pretende executar o programa nacional de urbanização e habitação contemplado para a província, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O programa do governo angolano prevê, nos próximos quatro anos, a construção de um milhão de habitações sociais em todo o país, visando oferecer condições de habitabilidade dignas aos cidadãos.

A reunião ordinária do Governo Provincial do Bengo, que decorreu sexta-feira, serviu para informar os participantes sobre a execução do programa nacional de urbanização e habitação.

No encontro foi avaliado o plano de mobilidade dos novos autocarros.

6.5 Programa de Habitação do Bengo chega as autoridades tradicionais

Jornal de Angola 5 de Agosto de 2009

O governo da província do Bengo explicou, na cidade de Caxito, o programa de urbanização e habitação às autoridades tradicionais, numa acção que visou informar o plano do Governo central traçado para melhoraras condições de vida dos habitantes da província.

No final do encontro o director provincial do Urbanismo e Ambiente, Álvaro Pedra David, disse que os sobas foram informados sobre o programa de

urbanização e habitação da província e sobre a crise económica e financeira em que o país e o mundo se encontram mergulhados.

O soba Ferreira Adão Neto, do município de Nambuagongo, sublinhou que o encontro foi satisfatório e proveitoso, na medida em que tomaram conhecimento dos esforços que o Governo está a empreender para que seja implementado o programa do governo no sentido de melhorar as condições de vida dos habitantes a nível de toda Angola.

Ferreira Neto mostrou a sua determinação em colaborar com o governo local no sentido de informar as populações das aldeias, para que estas contribuam para o melhoramento e no desenvolvimento da região.

O soba João Correia Moniz manifestou-se regozijado pelo projecto que o Governo de Angola decidiu implementar em todo país João Moniz está convicto que as casas que vão ser erguidas em todos os municípios da província vão conferir uma nova imagem à região, porque há muito que as populações reclamam pela melhoria das condições habitacionais.

Participaram no encontro, presidido pelo governador provincial, Jorge Inocência Don1'bolo, 80 sobas de todos os municípios que compõem a província do Bengo, directores provinciais e membros do Governo.

6.6 Jovens beneficiam-se de casas no bairro da juventude

Angop 05 de Agosto de 2009

Caxito - Noventa e dois jovens da província do Bengo deverão beneficiar-se, este ano, de casas no bairro social da juventude em Caxito, informou hoje o director provincial de Juventude e Desporto, António Augusto João.

Falando à Angop, o responsável explicou que os beneficiários serão os desmobilizados, deficientes físicos, estudantes e funcionários públicos que vivem com as esposas.

As moradias, explicou, estão ainda em construção e fazem parte do programa "Angola Jovem", que prevê a edificação de mais de duas mil residências sociais para a juventude em todo o país.

O responsável adiantou que o programa habitacional "Angola Jovem" deverá estender-se, nos próximos anos, a todos os municípios de Ambriz, Nambuagongo, Icolo e Bengo, Kissama, Dembos, Bula-Atumba e Pango-Aluquém.

O projecto casa social para juventude prevê a construção de 100 residências, no âmbito desse programa, das quais estão concluídas mais de uma dezena.

O lançamento da primeira pedra deste projecto foi efectuado pelo então vice-ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, em 2008.

6.7 Lubango acolhe reunião do Ministério do Urbanismo e Habitação

Angop 05 De Agosto de 2009

Lubango – A cidade do Lubango, capital da província da Huíla, acolhe quinta-feira o Conselho Consultivo Nacional do Ministério do Urbanismo e Habitação, a ser presidido pelo titular da pasta, José Ferreira.

De acordo com a agenda do evento, a que a Angop teve acesso, durante dois dias os participantes vão tratar de assuntos ligados ao Programa Nacional de Urbanismo e Habitação para o período 2009/12 e sua estratégia de implementação.

Na reunião, o ministério prevê igualmente analisar temas sobre a estratégia de urbanização das reservas fundiária, a situação dos órgãos do ministério, problemática da actual legislação do sector e os planos de desenvolvimento dos recursos humanos dos órgãos centrais e locais.

Os membros do Ministério do Urbanismo e Habitação vão aproveitar a ocasião para visitar as reservas fundiárias do Nambambe, Eiwa, o estádio principal do Lubango e o projecto de urbanístico da comuna da Palanca, no município da Humpata.

6.8 Programa de Habitação do Bengo chega as autoridades tradicionais

Jornal de Angola 05 De Agosto de 2009

O governo da província do Bengo explicou, na cidade de Caxito, o programa de urbanização e habitação às autoridades tradicionais, numa acção que visou informar o plano do Governo central traçado para melhorar as condições de vida dos habitantes da província.

No final do encontro o director provincial do Urbanismo e Ambiente, Álvaro Pedro David, disse que os sobas foram informados sobre o programa de urbanização e habitação da província e sobre a crise económica e financeira em que o país e o mundo se encontram mergulhados.

O soba Ferreira Adão Neto, do município de Nambuamgongo, sublinhou que o encontro foi satisfatório e proveitoso, na medida em que tomaram conhecimento dos esforços que o Governo está a empreender para que seja implementado o programa do governo no sentido de melhorar as condições de vida dos habitantes a nível de toda Angola.

Ferreira Neto mostrou a sua determinação em colaborar com o governo local no sentido de informar as populações das aldeias, para que estas contribuam para o melhoramento e no desenvolvimento da região.

O soba João Correia Moniz manifestou-se regozijado pelo projecto que o Governo de Angola decidiu implementar em todo país João Moniz está convicto que as casas que vão ser erguidas em todos os municípios da província vão conferir uma nova imagem à região, porque há muito que as populações reclamam pela melhoria das condições habitacionais.

Participaram no encontro, presidido pelo governador provincial, Jorge Inocêncio Dombolo, 80 sobas de todos os municípios que compõem a província do Bengo, directores provinciais e membros do Governo.

6.9 Requalificação sem desalojar ninguém

Jornal de Angola 6 de Agosto de 2009

O chefe da repartição de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, no município do Cazenga, em Luanda, José de Oliveira Bastos, garantiu que o processo de requalificação e melhoria de qualidade de vida das populações locais é feita sem necessidade de realojamento dos actuais moradores do município.

Em declarações à Angop. José de Oliveira Bastos esclareceu que o projecto é desenvolvido numa espécie de "bola de neve", começando a ser urbanizado num espaço livre para depois se ganharem áreas para urbanização e edificação de outros imóveis.

Sem adiantar datas para o início das obras, nem o número de casas a serem erguidas, disse que o Cazenga, em termos de urbanização, é o município mais complexo de Luanda, estando na forja um plano de ordenamento de território que está inserido no plano de desenvolvimento e requalificação da municipalidade.

José de Oliveira Bastos disse que a administração está a recuperar várias ruas que num passado recente estavam intransitáveis e a fazer esforços a abrir novas passagens das águas.

Precisou que, actualmente, existem obras de impacto social a serem executadas, como a recuperação de vias, construção de escolas e centros comunitários de apoio à juventude.

Afirmou também que existem várias empresas a trabalhar no município com o propósito de melhorar o tráfego rodoviário e facilitar o escoamento das águas pluviais.

O Cazenga tem uma extensão territorial de 38.600 quilómetros quadrados, sendo considerado o município mais populoso de Luanda, 1.500.000 habitantes, distribuídos pelas comunas do Cazenga, Tala Hady e Hoji-ya-Henda.

6.10 Prédios do bairro Caputo em obras de beneficiação

Jornal de Angola 06 De Agosto de 2009

Os prédios do bairro Caputo, no município do Rangel, vão receber obras de restauro. Pedro Paulo Ambrósio, presidente da comissão de moradores, disse que o objectivo dos trabalhos é mudar a imagem do bairro e dar exemplo aos outros bairros da capital de que tudo é possível se os moradores estiverem organizados.

Pedro Paulo Ambrósio assegurou que os trabalhos têm a duração de um ano e consistem na mudança e renovação dos telhados dos edifícios, pintura e a reparação dos esgotos. “Porque a rede do saneamento básico dos prédios está totalmente rebentada e a pintura horrível”, disse.

Pedro Paulo Ambrósio acrescentou que para a execução do projecto apenas contribuíram os moradores, que estão a pagar mensalmente a quantia de 30 dólares para custear as obras.

A comissão de moradores tenta agora o apoio de entidades oficiais e de empresas do bairro para ajudar ao sucesso do projecto.

Pedro Paulo Ambrósio acredita com a divulgação do projecto da comissão de moradores do Bairro Caputo novos apoios vão surgir. “Estou em crer que várias empresas e empresários vão colaborar na reabilitação dos prédios”, disse.

Pedro Paulo Ambrósio afirmou que todos os moradores estão de parabéns por se terem cotizado a fim de levar avante a empreitada. “Muitos ofereceram o seu apoio à comissão para as tarefas de restauro”, disse.

Recordou que existem moradores que ainda não efectuaram a sua contribuição mas acredita que dentro

de pouco tempo o vão fazer.

Questionado sobre a participação da Administração Municipal no projecto, Pedro Paulo Ambrósio disse que “temos recebido apoios em técnicas e equipamentos”. Solicitou aos empresários interessados em ajudar, a contactarem a comissão dos moradores.

Moradores satisfeitos.

Nazaré de Sousa, moradora no Bairro do Caputo, disse que a iniciativa foi bem planeada, com a ajuda dos moradores. “É um projecto excelente porque os prédios precisam destas obras”, disse.

A munição do Rangel confirmou que cada morador dos edifícios do Caputo contribuiu com um valor equivalente a 30 dólares.

“Acho que o valor proposto é suficiente para colmatar as despesas da reabilitação dos edifícios porque cada prédio tem 24 apartamentos”, disse.

Nazaré de Sousa reconheceu que existem vizinhos que não pagam as contribuições, “peço a que paguem as suas contribuições para benefício de todos. Vizinhos kilapeiros, paguem as vossas quotas para vermos os prédios novos e bonitos”, disse Nazaré de Sousa.

José Carlos “Smith” diz que está satisfeito com o trabalho que está a ser levado a cabo pela comissão: “está ser feito um trabalho de louvar”. Reconheceu que já são notórias as melhorias nos esgotos, no embelezamento dos edifícios e no fornecimento da água potável.

José Carlos “Smith”, pediu aos moradores para colaborem com a comissão.

6.11 Moradores beneficiam de moradias localizadas no bairro da Juventude

Jornal de Angola 6 de Agosto de 2009

Na província do Bengo 92 jovens locais deverão beneficiar-se, este ano, de casas no bairro social da juventude em Caxito, informou ontem o director provincial de Juventude e Desporto, António Augusto João.

Falando à Angop, o responsável explicou que os beneficiários serão os desmobilizados, deficientes físicos, estudantes e funcionários públicos que vivem com as esposas.

As moradias, explicou; estão ainda em construção e fazem parte do programa "Angola Jovem" que prevê a

edificação de mais de duas mil residências sociais para a juventude em todo o país.

O responsável adiantou que o programa habitacional "Angola Jovem" deverá estender-se, nos próximos anos, a todos os municípios, nomeadamente Ambriz, Nambuangongo, Icolo e Bengo, Kissama, Dembos, Bula-Atumba e Pango-Aluquem.

Augusto João indicou que o projecto casa social para juventude prevê a construção de 100 residências, no âmbito desse programa, das quais estão concluídas mais de uma dezena.

O lançamento da primeira pedra deste projecto foi efectuado pelo então vice-ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, em 2008.

6.12 Programa de habitação é exemplar

Jornal de Angola 7 de Agosto de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, considerou a província da Huíla, "um exemplo vivo" na execução do Programa Nacional de Urbanização e Habitação em curso no país.

"A província da Huíla é um exemplo vivo e nós pretendemos que as restantes províncias façam o mesmo para a execução do Programa Nacional de Habitação", disse o ministro José Ferreira.

O ministro falava na abertura do Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Urbanismo e Habitação, que decorre na cidade do Lubango, com a participação de directores nacionais e provinciais do ministério, arquitectos, engenheiros, vice-ministros e outros técnicos.

José Ferreira afirmou que a província da Huíla foi escolhida para receber o Conselho Consultivo, pelo facto de se destacar na aplicação correcta daquilo que foi orientado pelo Programa Nacional de Habitação.

Por isso, continuou, enquadrámos no programa desta actividade uma visita técnica às áreas urbanizadas do Lubango para verificar as inovações do projecto local e beber da experiência.

O Governo, realçou o ministro José Ferreira, propôs-se construir no quadriénio 2009/12, um milhão de fogos habitacionais. É um desafio que deve envolver todas as forças vivas da sociedade para que a meta seja alcançada".

O ministro José Ferreira afirmou que a realização do conselho consultivo alargado tem como principal objectivo despertar a extensão da sociedade, o sector

privado, a Ordem dos Arquitectos, a Ordem dos Engenheiros, para darem contribuições que facilitem a construção de um milhão de fogos.

Esclareceu que o objectivo do Governo consiste em ter, até ao fim do ano, no mínimo 50 mil lotes disponíveis para entregar à população, uma vez que o programa está especificamente virado para a auto-construção.

Materiais de Construção

O governo está a importar material de construção para promover a construção dirigida, no âmbito do programa de construção de um milhão de fogos até ao ano 2012.

A informação é do ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferrei, que garantiu que o material está à altura de todos os bolsos porque "vamos praticar preços módicos". José Ferreira informou que antes da venda do material, os lotes de terrenos urbanizados devem estar disponíveis para a população, para que logo que adquiram o material, comecem imediatamente as obras.

O ministro afirmou que os lotes a serem vendidos à população devem fazer parte dos terrenos com infra-estruturas que permitam a prestação de serviços de água potável, energia eléctrica, saúde, segurança policial, mercados e escolas.

Em todas as províncias são construídos novos edifícios para as direcções provinciais do Ministério do Urbanismo e Habitação com vista a prestar um trabalho condigno às populações.

"O desafio de construir um milhão de fogos habitacionais é grande, por isso é importante que as direcções provinciais estejam apetrechadas para executar os programas concebidos", realçou.

Construções na Huíla

No âmbito da construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país, até ao ano de 2012, a província da Huíla prevê contribuir com 135 mil casas nos seus 14 municípios.

Para o efeito, foram identificados mais de 25 mil hectares convertidos em reservas fundiárias que vão ser urbanizados e depois distribuídos à população.

O governador da Huíla, Isaac dos Anjos, disse na abertura do Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Urbanismo e Habitação, que "a Huíla não se confronta com falta de terrenos e tem condições de continuidade de demarcação de lotes de terras para fins

habitacionais, industriais, agro-pecuários e para reservas integradas de equilíbrio do meio ambiente", disse.

A Huíla é a província que mais cresce em termos demográficos, a seguir de Luanda, revelou Isaac dos Anjos, que considerou o programa de construção de casas como "uma bela oportunidade para os arquitectos e engenheiros por permitir que o imaginado e projectado no papel passe à prática. As obras de arte dos nossos técnicos estão patentes durante a materialização do Programa do Governo".

O governador da Huíla entende que a realização do conselho consultivo representa uma ocasião única para os melhores quadros do país discutirem as questões da actualidade relacionadas com a matéria de urbanismo e habitação e avaliarem os mecanismos que vão tornar nacional e executável o grande projecto de atingir a meta de um milhão de fogos habitacionais até 2012.

"É uma honra para o governo provincial da Huíla, termos sido distinguidos com este conselho, numa altura crucial do lançamento do grande programa nacional de urbanismo e habitação, lançado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos", sublinhou.

6.13 50 Mil lotes disponíveis para a auto-construção

Jornal de Angola 07 De Agosto de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, considerou a província da Huíla, "um exemplo vivo" na execução do Programa Nacional de Urbanização e Habitação em curso no país.

"A província da Huíla é um exemplo vivo e nós pretendemos que as restantes províncias façam o mesmo para a execução do Programa Nacional de Habitação", disse o ministro José Ferreira.

O ministro falava na abertura do Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Urbanismo e Habitação, que decorre na cidade do Lubango, com a participação de directores nacionais e provinciais do ministério, arquitectos, engenheiros, vice-ministros e outros técnicos.

José Ferreira afirmou que a província da Huíla foi escolhida para receber o Conselho Consultivo, pelo facto de se destacar na aplicação correcta daquilo que foi orientado pelo Programa Nacional de Habitação.

Por isso, continuou, enquadrámos no programa desta actividade uma visita técnica às áreas urbanizadas do Lubango para verificar as inovações do projecto local e

beber da experiência.

O Governo, realçou o ministro José Ferreira, propôs-se construir no quadriénio 2009/12, um milhão de fogos habitacionais. É um desafio que deve envolver todas as forças vivas da sociedade para que a meta seja alcançada".

O ministro José Ferreira afirmou que a realização do conselho consultivo alargado tem como principal objectivo despertar a atenção da sociedade, o sector privado, a Ordem dos Arquitectos, a Ordem dos Engenheiros, para darem contribuições que facilitem a construção de um milhão de fogos.

Esclareceu que o objectivo do Governo consiste em ter, até ao fim do ano, no mínimo 50 mil lotes disponíveis para entregar à população, uma vez que o programa está especificamente virado para o auto-construção.

Materiais de Construção.

O governo está a importar material de construção para promover a construção dirigida, no âmbito do programa de construção de um milhão de fogos até ao ano 2012.

A informação é do ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferrei, que garantiu que o material está à altura de todos os bolsos porque "vamos praticar preços módicos". José Ferreira informou que antes da venda do material, os lotes de terrenos urbanizados devem estar disponíveis para a população, para que logo que adquiriram o material, comecem imediatamente as obras.

O ministro afirmou que os lotes a serem vendidos à população devem fazer parte dos terrenos com infra-estruturas que permitam a prestação de serviços de água potável, energia eléctrica, saúde, segurança policial, mercados e escolas.

Em todas as províncias são construídos novos edifícios para as direcções provinciais do Ministério do Urbanismo e Habitação com vista a prestar um trabalho condigno às populações.

"O desafio de construir um milhão de fogos habitacionais é grande, por isso é importante que as direcções provinciais estejam apetrechadas para executar os programas concebidos", realçou.

Construções na Huíla.

No âmbito da construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país, até ao ano de 2012, a

província da Huíla prevê contribuir com 135 mil casas nos seus 14 municípios.

Para o efeito, foram identificados mais de 25 mil hectares convertidos em reservas fundiárias que vão ser urbanizados e depois distribuídos à população.

O governador da Huíla, Isaac dos Anjos, disse na abertura do Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Urbanismo e Habitação, que “a Huíla não se confronta com falta de terrenos e tem condições de continuidade de demarcação de lotes de terras para fins habitacionais, industriais, agro-pecuários e para reservas integradas de equilíbrio do meio ambiente”, disse.

A Huíla é a província que mais cresce em termos demográficos, a seguir de Luanda, revelou Isaac dos Anjos, que considerou o programa de construção de casas como “uma bela oportunidade para os arquitectos e engenheiros por permitir que o imaginado e projectado no papel passe à prática. As obras de arte dos nossos técnicos estão patentes durante a materialização do Programa do Governo”.

O governador da Huíla entende que a realização do conselho consultivo representa uma ocasião única para os melhores quadros do país discutirem as questões da actualidade relacionadas com a matéria de urbanismo e habitação e avaliarem os mecanismos que vão tornar funcional e executável o grande projecto de atingir a meta de um milhão de fogos habitacionais até 2012.

“É uma honra para o governo provincial da Huíla, termos sido distinguidos com este conselho, numa altura crucial do lançamento do grande programa nacional de urbanismo e habitação, lançado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos”, sublinhou.

6.14 Milhares de moradores estão a ser construídas

Jornal de Angola 7 de Agosto de 2009

O sonho de possuir uma casa própria mora no coração de centenas de jovens do Kuando- Kubango.

Mas o sonho está em vias de se tornar em realidade quanto terminar a construção de 43 mil fogos que o Governo angolano destinou à região, no âmbito do programa nacional de fomento habitacional que prevê erguer em todo o país um milhão de fogos habitacionais.

Actualmente, a província vive num mar de dificuldades no que diz respeito à habitação. E quase impossível arranjar uma casa digna para morar. A falta de dinheiro,

associada aos problemas de emprego e à escassez de materiais de construção, figura entre as principais barreiras para conseguir uma casa.

Com uma extensão territorial de 200 mil quilómetros quadrados e uma densidade populacional estimada em 0,6 habitantes por cada quilómetro quadrado, a província do Kuando Kubango, continua a figurar entre as regiões mais despovoadas de Angola. O número actual de habitantes oscila entre os 600 e os 700 mil habitantes.

A falta de habitações é gritante nos nove municípios da província do Kuando-Kubango. Mas a capital, Menongue, tem os problemas mais sérios de habitação.

A ausência de fábricas de materiais de construção e a escassez de inertes, é realçada pelo vice-governador da província para os serviços técnicos, Simão Baptista, como a principal dor de cabeça para quem pretende construir uma casa.

Simão Baptista diz que o programa do Governo que prevê construção de 43 mil fogos na região "veio mesmo em boa hora, porque a província tem um défice muito grande de quadros, nos mais variados sectores da vida económica e social, justamente por falta de moradias para acomodar as pessoas".

Para o êxito da empreitada, o governo do Kuando-Kubango criou em Menongue três reservas fundiárias e uma reserva em cada um dos restantes municípios da província, que estão a ser catalogadas por técnicos locais para posterior aprovação superior e a sua publicação no Diário da República, como propriedade inalienável do Estado.

Depois de oficializadas, todas as reservas fundiárias são objecto de uma revisão geral dos sapadores do Instituto Nacional de Desminagem (INAD) para verificar se existem engenhos explosivos passíveis de provocar acidentes durante o processo de desmatação e loteamento das terras.

Os trabalhos de desmatação e loteamento arrancam brevemente. O Governo Provincial tem ao seu dispor quatro equipas de obras públicas compostas por uma retro-escavadora, uma pá carregadora, uma moto niveladora, um bulldozer, uma cisterna e um gerador.

Estes equipamentos são distribuídos por Mavinga, Cuchi, Menongue e Kuito Kuanavale. Simão Baptista esclareceu que numa primeira fase, o governo vai concentrar as suas atenções na construção de casas de baixa renda para facilitar o realojamento das pessoas a

residir em zonas de risco.

Os fogos de média e alta renda são da iniciativa privada e há ainda lotes para as construções dirigidas.

Empresa sul-africana constrói 18 mil casas

Uma empresa sul-africana do ramo da construção civil vai colocar a sua tecnologia ao dispor do governo do Kuando-Kubango para construir em todos os municípios da província um total de 18 mil moradias de baixa renda, numa primeira fase, em Mavinga, Kuito Kuanavale Menongue.

O vice-governador salientou que o governo do Kuando-Kubango já acertou todos os pormenores com a empresa sul-africana, durante a visita dos seus responsáveis à região.

De acordo com Simão Baptista, durante o encontro entre o governo da província e os sul-africanos, realizado em Menongue, os responsáveis da construtora manifestaram "um sentimento de culpa" pela destruição de muitas infra-estruturas pelo exército do seu país durante a guerra e agora querem ajudar a reconstruí-las.

A Comissão Provincial da Habitação, face à disponibilidade da construtora sul-africana decidiu construir 8.200 casas em Menongue, 2.100 no Kuito Kuanavale, duas mil em Mavinga, 1.700 no, Cuchi, 1.500 no Rivungo, 700 no Cuangar, 500 no Nankova, 600 no Dirico e igual número no Calai.

O vice-governador disse que o processo de construção de novas casas vai mudar completamente a imagem das sedes municipais, com realce para as do interior da província que apresentam um rasto de destruição muito grande, situação que provocou o êxodo maciço da população das suas zonas de origem.

Comboio é a mais-valia

Questionado sobre a exequibilidade do programa, Simão Baptista manifestou optimismo porque os materiais de construção civil necessários vão chegar aos locais das obras por comboio, a partir do porto do Namibe até à cidade de Menongue.

A medida do Governo de isentar de taxas aduaneiras os empresários que se dedicarem à importação de material de construção, veio em boa hora porque chegam às mãos da população a baixo custo e isso permite acelerar o fomento habitacional.

O isolamento e os acessos são o problema mais grave do Kuando-Kubango.

No capítulo da construção civil falta quase tudo, e os

poucos produtos que aparecem são comercializados a preços muito altos, razão pela qual a província, mesmo no período colonial, conheceu um fraco desenvolvimento na vertente imobiliária. Face a esta questão, "as empreiteiras que trabalham no Sudeste de Angola, fazem das tripas coração para executar uma obra e o governo não está alheio a esta situação", disse Simão Baptista.

"Por isso mesmo depositamos todas as esperanças no recomeço do comboio em Menongue, interrompido há 28 anos por causa da guerra", disse o vice-governador. Catchipundo é solução para centenas de jovens Domingos Cativa, de 42 anos, antigo militar das FAPLA, quando passou à disponibilidade decidiu fixar residência no bairro Soba Matias, arredores de Menongue, num local improvisado por falta de meios para conseguir uma casa condigna.

Desde que terminou o serviço militar, em 1992, até à data, nunca conseguiu emprego devido ao seu baixo nível de escolaridade.

Vende os produtos que cultiva na lavra, mas daí tira pouco rendimento. Não pode sequer pensar comprar materiais para construir a sua casa, dado o custo dos materiais de construção.

Homens na situação de Domingos Cativa contam-se aos milhares e estão espalhados um pouco por toda a província. Para conseguirem uma casa têm de recorrer aos troncos de árvores, capim e barro. São as conhecidas casas "Catchipundo".

As casas "Catchipundo" ou "capuchinho", como também são chamadas devido à sua configuração arquitectónica, são construções típicas da região do Kuando- Kubango e alojam a maioria da população.

6.15 Sambizanga, Prenda e outros projectos no papel

O País 7 de Agosto de 2009

O Governo Provincial de Luanda tem em carteira a implementação de vários projectos de requalificação e implementação de infra-estruturas para a maior parte dos municípios e bairros da capital.

Devido ao andamento das negociações e assinatura de acordos com as empresas promotoras dos projectos, tornou -se um risco a compra de imóveis em algumas artérias da cidade, tendo em conta que existem proprietários que não têm direito de superfície.

O projecto de requalificação do município do Sambizanga (que circunscreve a Rua Soba Mandume e

O Vale do Suroca no eixo este, a Rua Lueji Anconda no oeste e a Avenida N'gola Kiluanje no eixo norte e sul) esteve parado por problemas financeiros que as empresas encontraram para concluir o cadastramento da população, um processo que já decorre a 60 por cento. O GPL procedeu à assinatura do contrato promessa de concessão do direito de superfície a favor da empresa AKS, promotora do projecto em parceria com a empresa Timple.

A zona baixa do Prenda (delimitada pelas ruas comandante Arguelles, na Samba, Vala do Rio Seco e Avenida Revolução de Outubro) será requalificada através de um projecto que está a cargo da empresa Vida Urbana. A implementação deste plano está atrasado devido algumas dificuldades que a empreiteira está a enfrentar na obtenção de vistos para o pessoal técnico a partir da embaixada de Angola em Cabo-Verde.

"Fez-se o cadastramento da população e já foram assinados os contratos de administração urbanística e de concessão do direito de superfície". A empresa Sodimo também está a enfrentar dificuldades em obter vistos para os seus funcionários que estarão encarregados de executar o projecto de requalificação da nova cidade de Luanda, no perímetro da Kinanga a Chicala. O local que servirá para construir residências de alta, média e baixa renda circunscreve-se ao perímetro delimitado pela Nova Marginal, na Rua Doutor Agostinho Neto e na área informal da Chicala.

Segundo o documento que vimos citando, o projecto de requalificação do Bairro Operário está a ser promovido pela Associação de Moradores, GPL e pela empresa Willpers Arquitectos como consultora. A requalificação abarcará as ruas de Massangano e Comandante Bula, no eixo este-oeste, e as ruas Ndunduma e Cónego Manuel das Neves, no eixo norte-sul.

Para além dos projectos de requalificação acima referidos, o GPL tem em carteira outros cujas responsabilidades serão atribuídas a empresas particulares ou colectivas que apresentem planos de requalificação do município do Cazenga, bairros do Mártires do Kifangondo, Catambor e na encosta da Boa Vista.

Dos lotes do Prenda para Viana

Os moradores dos lotes do Prenda que não tiverem condições financeiras para se manter nos edifícios após a sua reabilitação, incluindo os que promovem a ocupação anárquica nos largos e espaços verdes, serão realojados no município de Viana. Esta informação

consta no Plano de Requalificação e Desenvolvimento Urbano de Luanda, apresentado pelo arquitecto Gilberto Rita.

O projecto que está a cargo da empresa Talix – Angola abarca todos os edifícios de quatro a sete andares, do tipo T3 e T 4, já foi aprovado pela Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP) e tem parcialmente em Angola as máquinas e equipamentos que serão utilizados na execução das obras.

De acordo com o documento que vimos citando, o GPL aguarda que o promotor apresente a proposta de realização do consórcio ao IPGUL, por ser a entidade com quem celebrou o protocolo de entendimento.

Segundo informações divulgadas pelo nosso jornal (ver edição 26), as residências para os actuais ocupantes dos lotes começaram a ser construídas ainda este ano e dentro de alguns meses os promotores publicitarão o layout e o plano de urbanização.

As empresas de construção civil Pidi Urbana e Tanix já elaboraram o pacote publicitário, bem como os mecanismos de relacionamento com os actuais ocupantes do referido perímetro.

Segundo revelações feitas pelo arquitecto Hélder José, neste momento os parceiros do Governo estão a envidar todos os esforços necessários para conseguirem o capital financeiro a fim de arrancarem com as obras.

A primeira fase do projecto do bairro Prenda abarca a Avenida Revolução de Outubro, a Comandante Arguelles, a Rua da Samba e toda a zona da vala de drenagem que passa pelo antigo dispensário de tuberculose.

Os actuais ocupantes ou titulares de direito de apartamento serão realojados em edifícios dentro dos padrões estabelecidos que vão servir de moeda de troca com os actuais ocupantes.

O Governo pretende implementar naquela zona o primeiro produto de requalificação urbana no âmbito dessa parceria público-privada, ou o Estado como facilitador na cedência do espaço e a empresa privada que vai buscar os fundos para fazer com que a zona deixe de ser um ponto negativo da cidade.

O projecto a ser implementado será Q de renovação urbana dos Lotes do Prenda que consistirá na manutenção da estrutura dos edifícios actualmente existentes, melhoramento das fachadas e da qualidade da arquitectura, não deixando de parte toda a parte do

térreo dos edifícios que se encontram degradados. Atendendo às dificuldades encontraram para localizar os antecedentes das edificações, em número de três no programa de ordenamento do plano director do período colonial, os técnicos do GPL estão a fazer um novo levantamento dos imóveis.

No princípio deste ano, o Governo lançou um concurso público para a elaboração de projectos executivos de infra-estruturação de algumas zonas da cidade, nomeadamente, Benfica, Palanca, Golfo II, entre outros, tendo em consideração a matriz territorial da habitação.

6.16 Materiais para construção de casas sociais estão isentos de impostos de importação

O independente 08 De Agosto de 2009

Numa altura em que vem a baila as questões relacionadas com as habitações demolidas no perímetro do Cama ma, espaço considerado como reserva do estado, e como a mostrar toda a preocupação para com os cidadãos, o governo de Angola decidiu que, doravante, os materiais de construção de habitações sociais importados, beneficiarão de isenção de direitos aduaneiros, em defesa do superior interesse públicos.

A lei foi aprovada pelo Conselho de Ministros, órgão colegial do governo, para quem o diploma responde as preocupações dos promotores imobiliários, colocadas durante a conferência nacional sobre habitação.

Na mesma senda, o Governo aprovou o princípio da parceria público-privadas estabelecida entre o Governo da Província de Luanda e a Sociedade de direito britânico, designada Grupo GIL Mineral e Telecoms Ltd, Viradas para a construção de casas sociais destinadas a criar melhores condições de vida às pessoas com menor capacidade aquisitiva.

Reagindo à medida feita publicar pelo órgão colegial do governo, o titular da pasta do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, afirmou que o diploma legal "responde as preocupações dos promotores imobiliários, colocadas durante a conferência nacional sobre habitação"

Quanto à lista de materiais de construção isentos de taxas será publicada em Diário da República, para que os cidadãos saibam o tipo de materiais isentos de taxas aduaneiras, avançou o ministro José Ferreira.

Por outro lado e ainda no âmbito do processo de construção habitacional, o Executivo aprovou o projecto "Nossa Casa", do Presild, cujo objectivo é a venda de materiais de construção.

O projecto inclui o sub projecto KitMinhaCasa", cuja finalidade é a venda conjunta de todos os materiais, necessários para a construção de uma casa social.

O kit poderá ser adquirido em qualquer loja do projecto NossaCasa", futura rede de comercialização de materiais de construção a ser implementada pelo Presild, de modo a contribuir para a redução dos preços dos materiais de construção no mercado.

José Ferreira reafirma que o objectivo do projecto "NossaCasa" é facilitar o acesso da população a materiais, para a edificação de casas sociais no sistema de auto-construção dirigida.

Por outro lado, acrescentou, pretende-se que cada província tenha lotes de terrenos disponíveis, para a população, de modo a evitar especulação quando começar a venda de kits de construção.

Na mesma reunião, o Governo aprovou também o decreto sobre as normas regulamentares referentes à estrutura financeira, funcional e organizacional do Fundo de Fomento Habitacional, algo que vai funcionar como um instrumento da política de habitação, visando a promoção, urbanização, construção e gestão da habitação, em especial da habitação social, suportado, numa primeira fase, pelo Orçamento Geral do Estado (OGE).

6.17 Milionário egípcio está em Luanda para lançar a "Cidade Sambizanga"

Jornal de Angola 11 De Agosto de 2009

O grupo Bahgat, pertencente ao milionário egípcio Ahmed Bahgat Abdel Fattah, vai construir, em quatro anos, na sede comunal do município do Sambizanga, em Luanda, uma cidade com casas sociais de baixa, média e alta renda, como forma de participar na reconstrução nacional do país.

O projecto de construção da cidade, na sede comunal do Sambizanga, tem as mesmas características da que foi criada pelo grupo Bahgat no Cairo, denominada "Dream Land Egipto", que tem casas, prédios, hospitais, hotéis, parques de diversões, lojas, campos de golfe, serviços de lavandaria, piscinas e outros equipamentos desportivos e sociais.

O milionário egípcio Ahmed Bahgat Abdel Fattah disse que para além da construção de habitações sociais, também, vão ser construídas indústrias e um projecto de telecomunicações, que vão tornar o Sambizanga "a melhor cidade de Luanda".

"Criámos Projecto Sambizanga, agora vamos trabalhar no plano geral do município, mas antes de iniciarmos os trabalhos, temos que transferir as pessoas que residem na sede comunal para outras zonas.

Também teremos que saber quantas pessoas e famílias são transferidas", disse, sublinhando que "Angola reserva bons projectos futuros para o bem-estar das populações".

O milionário egípcio, que esteve em Angola na semana passada, para o arranque do Projecto Sambizanga, referiu que o Grupo Bahgat tem também em carteira construir em Talatona uma zona residencial, com 10 prédios de média e alta renda e investir no sector do turismo.

"Estamos felizes, porque vamos contribuir para que Angola possa ter novos serviços hoteleiros, a nova geração angolana precisa de participar em todos os serviços possíveis para o desenvolvi meto deste país, concluiu.

Para além do Projecto Sambizanga, onde são construídas habitações de baixa, média e alta renda, e construção de dez prédios na zona do Talatona, o grupo Bahgat vai construir também 10 parques de estacionamento na cidade de Luanda.

O milionário egípcio Ahmed Bahgat Abdel Fattah disse que "constatamos que Luanda é bonita, mas tem muito engarrafamento de trânsito, porque muitos carros são parqueados nas ruas.

Para ajudar a resolver este problema, vamos construir dez parques de estacionamento em várias zonas da cidade capital", disse, referindo que o governo provincial deu o aval ao projecto.

Segundo Ahmed Bahgat Abdel Fattah, governadora Francisca de Espírito Santo já ordenou aos serviços técnicos para identificarem os espaços onde vão ser construídos os parques de estacionamento.

6.18 Novas demolições na forja

AngoNotícias 11 De Agosto de 2009

Depois dos bairros Iraque e Bagdad, na comuna de Camama, o Governo Provincial de Luanda prevê demolir residências na zona em que está a ser erguido o estádio para o CAN 2010.

O vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica, Bento Soito, revelou que o seu executivo tem em carteira um programa de reordenamento da zona

sul da cidade que começará de Viana e terminará nas proximidades do largo da Independência.

O projecto que ainda não tem data para o início de execução foi divulgado sexta-feira passada, durante a apresentação do Programa de Habitação Social, no terceiro painel da Conferência Provincial sobre Urbanismo e Habitação.

Segundo Bento Soito, caso o projecto seja posto em prática, este poderá melhorar significativamente a qualidade de vida da população por possuir um plano director que engloba redes globais de abastecimento de água canalizada, redes de esgotos domiciliare, estações de bombagem e de tratamento de água, redes de drenagem pluvial, de distribuição de energia, de iluminação pública, áreas verdes, zonas destinadas para mercados, lojas, entre outros serviços básicos indispensáveis para o bem-estar das populações.

Atendendo ao facto de o perímetro escolhido para a implementação do projecto ser uma zona de franco crescimento populacional, a sua execução desencadeará mais uma onda de demolições, o que resultará na destruição de milhares de residências.

O arquitecto Gilberto Rita, do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) e que fez a apresentação dos Planos de Requalificação e Desenvolvimento Urbano da cidade, informou quais as zonas que serão abrangidas e as possíveis áreas a demolir.

Já o Projecto Luanda Social (PLS), a ser implementado na margem Bengo e entre o Quilómetro 25 e o 30 de Viana, prevê que "a implementação começará precisamente com o investimento na área destinada à habitação social, para libertar os espaços nobres ocupados por habitações precárias, destinados a alta e média renda", lê-se no documento que O País teve acesso.

Promovido pelo GPL, em parceria com o Ministério das Finanças, o PLS consiste numa proposta de intervenção da empresa espanhola Homt, encaminhada pelo Gabinete de Intervenção de Luanda.

"O projecto está subdividido em duas fases, sendo a primeira de construção de habitação social de média e baixa renda e a segunda de construção de casas de média e alta renda, em áreas nobres da cidade".

6.19 Bairro de habitação social é inaugurado em Setembro

Jornal de Angola 14 de Agosto de 2009

O ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, ficou satisfeito com o nível avançado de execução das primeiras 99 casas inseridas no quadro do programa de habitação social para os jovens na província do Bengo.

O ministro esteve no Caxito onde avaliou a execução do programa "Angola Jovem", o "Projecto Despontar" e a massificação do desporto, para encontrar novos valores.

O fim das obras do bairro social está previsto para o mês de Setembro, segundo informações prestadas ao ministro pelo empreiteiro da obra.

"Viemos acertar com o Governo Provincial do Bengo o início do processo de distribuição das casas e esta situação está a depender da sua conclusão", afirmou o ministro Gonçalves Muandumba sublinhou que o seu ministério está a fazer o acompanhamento de outros projectos, como os centros comunitários da juventude, tendo reiterado que o programa "Angola Jovem" prevê a construção, todos os anos de cem casas, nas 18 províncias do país.

Durante a visita de trabalho do ministro da Juventude e Desportos, foi recebido pelo governador provincial, Jorge Inocêncio Dombolo, com quem trocou impressões sobre a vida socio-económica da região.

6.20 Omunga preocupada com processos de privatização de espaços públicos

Angolense De 15 a 22 de Agosto de 2009

"É com enorme preocupação que a OMUNGA tem vindo a acompanhar a "declarada" privatização de espaços e património público.

Um destes exemplos é a declaração do MPLA como proprietário dos recintos da Feira do Lobito, da Feira de Benguela e do Parque de Campismo de Benguela.

Pior ainda é a finalidade que se pretende dar a tais espaços, justificada pela sua requalificação, que apenas favorece os interesses privados.

Alguns exemplos na cidade do Lobito. O largo 10 de Maio (B.o da Caponte) foi privatizado e hoje é onde se encontra o Supermercado SHOPRIT No bairro da Bela Vista onde deveria ser construído o campo de futebol de salão é hoje o NOSSO SUPER Os viveiros

municipais do Lobito foram derrubados e hoje está em construção o Centro Social da SONAMET (B.o da Caponte).

A associação OMUNGA tomou também conhecimento de que a actual PEDIATRIA DO LOBITO será removida porque, segundo as fontes contactadas e que não quiseram gravar, "o dono está a reclamar pelo espaço." De forma verdadeiramente arbitrária e desumana, todo o espaço que limita a pediatria actualmente a ser utilizado para o armazenamento de contentores.

Esta acção põe em causa a saúde das crianças ali internadas além do risco a todos os utentes devido ao permanente movimento de camiões e de contentores, barulho e poeira. Por outro lado, a própria casa mortuária daquele estabelecimento hospitalar já foi derrubada.

Lembramos ainda que a referida PEDRIATRIA foi alvo (há tempos) de programa de Investimento público para a sua reabilitação. Por isso solicitamos esclarecimentos sobre tal facto.

Mais uma vez a associação OMUNGA aclama por medidas urgentes para se pôr cobro a esta desenfreada privatização do bem comum e por outro lado recomenda a urgente aplicação da resolução da Assembleia Nacional que exige que todas as Administrações Municipais elaborem imediatamente (de forma participativa) os seus Planos Directórios"

6.21 Luanda é um luxo para pouco

A capital 15 De Agosto de 2009

Você reconhece essa nação? O título da publicidade em formato de reportagem que a revista «Foreign Policy» publicou em sua edição de Maio/Junho saudava Angola por seu «espectacular crescimento económico». Por sua segurança e estabilidade política. Por seu poder regional para promover a paz. Quem pode duvidar de um país turbinado pela indústria petrolífera?

Estive em Luanda no fim da semana passada para uma série de encontros pelo OrdemLivre.org, o programa lusófono da Atlas Economic Research Foundation em parceria com o Cato Institute. É a cidade mais cara em que já pus meus pés.

Não há calçadas para pôr os pés. Não há espaços nas ruas para tantos carros. Os veículos novos e importados driblam o tráfego intenso e a miséria que bate nos vidros em busca de clientes para produtos chineses de marcas famosas. Ou de uma mera esmola que drible a fome.

Luanda parece recém-saída de um terramoto. Construções decadentes são a moldura trágica para os poucos prédios novos e para as construções em curso. O lixo espalha-se no chão como folhas da relva. A cidade cheira mal.

O transporte público é precário Autocarro é um luxo reduzido e irregular Não há táxi, Quem tem dinheiro aluga um carro com motorista, Quem não tem anda espremido em carrinhas lotadas Ou a pé Foi o que fiz Os pobres de Luanda vagam pelas esquinas.

Grupos de homens concentram-se em vários pontos da capital. Os trabalhos disponíveis exigem qualificação. Muitos deles nem sequer sabem ler ou escrever. A taxa de iliteracia é de 32,6%, segundo o CIA World Factbook.

Luanda é um estado policial. É mais simples obter um visto de entrada para a China comunista. Quase mediram meu crânio e contaram meus dentes.

No aeroporto, os sempre gentis funcionários da imigração olham com aquele semblante de vampiro esfomeado.

No hotel, um formulário do governo solicita-me informações pessoais e objectivo da visita. Um gesto de boas-vindas um tanto excêntrico. A despedida? Guardas no aeroporto confiscaram todas as notas da moeda local.

Não não deram factura.

Estabilidade política? Como não? O presidente José Eduardo dos Santos está no poder desde 1979. Não vejo outra forma de garantir a estabilidade do que se manter no poder durante 30 anos.

E daí? Vendo fotos de Luanda na década de 1970 e lembrando o que vi pessoalmente há alguns dias é impossível não pensar nas virtudes da estabilidade adquirida naquele país por aquela elite política.

Parte do país vai muito bem, obrigado. Mora em condomínios fechados afastados da miséria do centro. São os beneficiários do «espectacular crescimento económico» que perverte a ideia de um desenvolvimento cuja riqueza permite que grande parte da população saia da miséria.

O estado angolano exerce o monopólio da actividade económica e decide quem poderá desfrutar das benesses do sector petrolífero.

O mercado, lá, não existe. Na lista de 141 países do Índice de Liberdade Económica do Fraser Institute, Angola aparece na penúltima posição. Notável.

As riquezas naturais de um país sob um governo autocrático funcionam como um muro perverso entre o Estado e a sociedade.

Se o orçamento do governo não advém da riqueza produzida pela sociedade, a população perde o poder de pressão sobre a elite política. É convertida num estorvo que deve ser controlado.

A população ainda carrega no espírito e no corpo a desolação da guerra civil, encerrada há apenas sete anos. A riqueza exibida pelos poucos é um apelo muito forte entre os jovens desafortunados. É natural que prefiram integrar a elite a lutar por mudanças políticas que beneficiem os indivíduos e não apenas um grupo protegido pelo Estado.

Mas há uma minoria que nos permite alimentar a esperança, mesmo que a longo prazo, de reforma do statu quo.

São estudantes, professores, jornalistas, advogados, intelectuais, que trabalham de forma isolada ou articulada para "desprivatizar" o governo angolano. São indivíduos que, no futuro, poderão repetir a mesma pergunta sem qualquer ponta de ironia: «Você reconhece essa nação?»!

6.22 Cazenga sem capacidade para a expansão habitacional

Jornal de Angola 16 de Agosto de 2009

O município do Cazenga não possui capacidade territorial para planos de expansão habitacional, considerou, ontem, o arquitecto 1M! Gilberto Rita, representante do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

O arquitecto, que falava durante a apresentação do plano de requalificação do município do Cazenga, 11 actualmente em estudo no Ministério do Urbanismo e Habitação, apontou a densidade populacional 10 como estando na base da ausência de espaços suficientes para a execução dos programas habitacionais.

No quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, explicou, o Governo Provincial de Luanda identificou apenas uma reserva fundiária no município.

"A necessidade de mais reservas está relacionada com o problema da falta de disponibilidade territorial, que, neste momento, existe no Cazenga. Para que haja o

desenvolvimento de novos programas habitacionais, é necessário um plano de d, requalificação", esclareceu.

O arquitecto, que falou ainda da ocupação anárquica de terrenos e do sistema administrativo processual para a modernização e simplificação de procedimentos para o atendimento dos cidadãos, obtenção de terrenos e edificação de residências, considerou que o importante não é ter reservas fundiárias, mas uma requalificação que permite reordenar a população.

"O importante não é ter reservas fundiárias dentro do Cazenga, mas vemos um potencial de requalificação, para que possamos reordenar a população, que está familiarizada com os seus problemas e bel1eficiós, com habitação digna, escolas, hospitais, energia, água e uma boa rede viária", disse.

Gilberto Rita afirmou que só depois da conclusão do estudo do plano é que se vai saber o número de moradores a ser deslocado dentro e fora do município. "O que pretendemos é que haja uma requalificação de habitação social, média e alta no Cazenga, com serviços industriais, de educação, saúde e sistema financeiro", concluiu o funcionário do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

6.23 Bancos financiam programa habitacional

Expansão 21 de Agosto de 2009

Gestores dos bancos Africano de Investimentos (BAI) e de Fomento Angola (BFA), reafirmaram o compromisso de atribuir crédito à habitação a pessoas interessadas em construir residências, no âmbito do programa de fomento habitacional que o Governo está a executar até 2012.

Os responsáveis dos bancos reafirmaram esse compromisso ao abordarem o tema "O Papel do Sistema Bancário no Fomento Habitacional", durante a conferência provincial sobre urbanismo, realizada na província de Lubango.

6.24 Modelo conseguido de requalificação

Jornal de Angola 21 de Agosto de 2009

Os habitantes de Chiazzi já beneficiam dos principais serviços sociais básicos, nomeadamente escolas, internatos religiosos, centros profissionais de artes e ofícios, residências sociais, estradas, hospitais e, como grande obra de referência, o Estádio de futebol, designado provisoriamente Chiazzi, enquanto se aguarda por uma denominação definitiva.

Os nove mil habitantes das cinco aldeias que congregam a regedoria de Caio Litoral, nomeadamente Mbuco, Chinga, Chiazzi, Banda Sanvi e Caio Litoral, orgulham-se de tudo quanto hoje aquela localidade possui.

O regedor Faustino Vieira Landazi, falando à reportagem do jornal de Angola, disse não ter palavras para justificar a satisfação que carrega na alma por tudo o que o Governo está a fazer em prol do bem-estar dos aldeões, destacando o Centro Médico de Chinga e o Instituto Médio Politécnico de Chiazzi, que hoje são pólos de atracção de muitos visitantes.

O Estádio Internacional de Chiazzi, que constitui o principal pólo de atracção de turistas, vai certamente, depois de concluído, proporcionar, por arrastamento, novos serviços. Outro empreendimento que muito vai valorizar a localidade é o hotel de cinco estrelas.

Para o regedor Faustino Vieira Landazi, o que o deixa particularmente preocupado é a situação de falta de água potável, pois a população, para obtê-la, tem de percorrer vários quilómetros.

A autoridade tradicional acredita que não tarda esta dificuldade será sanada, na medida em que os trabalhos de colocação da nova rede de distribuição de água já se encontram na fase final. Este projecto, segundo Faustino Landazi, prevê a construção de fontanários ao longo de todas as aldeias da regedoria de Caio Litoral.

A escassez de salas de aula é outro constrangimento que inquieta o regedor. "Os alunos são obrigados a fazerem um desdobraimento, ou seja, a terem aulas em períodos muito limitados, de apenas duas horas e meia, em vez de cinco horas e meia, para permitir quer todos tenham acesso a conhecimentos".

Estádio de futebol

A província de Cabinda vai, nos próximos dias, ganhar mais uma infra-estrutura desportiva. Trata-se do Estádio Internacional de Chiazzi, que está a ser erguido para acolher uma das fases do Campeonato Africano das Nações (CAN) a partir de Janeiro de 2010.

As obras de construção do citado empreendimento tiveram início em Abril do ano em curso e estão a cargo da empreiteira "China Jianguo".

Os trabalhos decorrem a bom ritmo e prevê-se a sua conclusão a 31 de Outubro.

O engenheiro Leonor Satxiema, da empresa Arquidesign Consurb Lda, responsável pela fiscalização das obras, disse à reportagem do "JA" que neste momento a empresa realiza trabalhos de acabamentos,

nomeadamente a ligação dos sistemas de incêndio, drenagem, canalização, refrigeração, pintura, revestimento de quartos de banho, pavimentação, instalação eléctrica e aplicação do tecto falso.

Leonor Satxiema revelou ainda que os trabalhos de arrelvamento do rectângulo de jogos já tiveram lugar, estando neste momento a processar-se a incubação de sementes.

Com capacidade para 20 mil espectadores sentados, o Estádio de Chiazi é uma obra de engenharia moderna, com uma superfície de 27 mil metros quadrados e um parque de estacionamento para mil viaturas, para além de um reservatório de 660 metros cúbicos de água.

O Estádio tem 862 lugares VIP e 128 para deficientes físicos.

Para os jornalistas estão reservados 317 lugares. O recinto dispõe ainda de uma área presidencial e sete elevadores, dos quais dois duplos.

A empresa China Jiangsu está também a erguer o campo de apoio na mesma localidade, para treino das quatro selecções que vão competir em Cabinda.

Instituto Médio Politécnico

Das cinco aldeias que congregam a regedoria de Caio Litoral, a de Chiazi é a que está melhor servida em termos de crescimento de infraestruturas sociais. Para além de ter beneficiado das obras do Estádio e da requalificação da estrada, possui um moderno Instituto Médio Politécnico com capacidade para mil e 80 estudantes por cada turno, incluindo o nocturno.

As aulas no Instituto Médio Politécnico de Chiazi tiveram início somente a 29 de Junho, por causa da conclusão tardia das obras. Estão lá matriculados 347 alunos.

O empreendimento escolar localizado na periferia do Estádio de Chiazi contempla ainda residências para docentes, refeitório, laboratórios, compartimentos para serviços administrativos, entre outras áreas não menos importantes para o ensino e aprendizagem.

O director considera o Instituto Politécnico de Chiazi uma mais valia para as populações de Cabinda, de um modo geral, já que as condições técnicas de aprendizagem disponíveis "permitem aos estudantes uma fácil absorção de conhecimentos profissionais, elemento indispensável para a sua inserção no mercado do emprego".

6.25 Omunga preocupada com processos de privatização de espaços públicos

Angolense 15 a 22 de Agosto de 2009

"É com enorme preocupação que a OMUNGA tem vindo a acompanhar a declarada privatização de espaços e património público.

Um destes exemplos é a declaração do MPLA como proprietário dos recintos da Feira do Lobito, da Feira de Benguela e do Parque de Campismo de Benguela. Pior ainda é a finalidade que se pretende dar a tais espaços, justificada pela sua requalificação, que apenas favorece os interesses privados.

Alguns exemplos na cidade do Lobito. O largo 1º de Maio (B.o da Caponte) foi privatizado e hoje é onde se encontra o Supermercado SHOPRITE. No bairro da Bela Vista onde deveria ser construído o campo de futebol de salão é hoje o NOSSO SUPER o Os viveiros municipais do Lobito foram derrubados e hoje está em construção o Centro Social da SONAMET (B.o da Caponte).

A associação OMUNGA tomou também conhecimento de que a actual PEDIATRIA DO LOBITO será removida porque, segundo as fontes contactadas e que não quiseram gravar, "o dono está a reclamar pelo espaço." De forma verdadeiramente arbitrária e desumana, todo o espaço que limita a pediatria actualmente a ser utilizado para o armazenamento de contentores.

Esta acção põe em causa a saúde das crianças ali internadas além do risco a todos os utentes devido ao permanente movimento de camiões e de contentores, barulho e poeira. Por outro lado, a própria casa mortuária daquele estabelecimento hospitalar já foi derrubada.

Lembramos ainda que a referida PEDIATRIA foi alvo (há tempos) de programa de investimento público para a sua reabilitação. Por isso solicitamos esclarecimentos sobre tal facto.

Mais uma vez a associação OMUNGA aclama por medidas urgentes para se pôr cobro a esta desenfreada privatização do bem comum e por outro lado recomenda a urgente aplicação da resolução da Assembleia Nacional que exige que todas as Administrações Municipais elaborem imediatamente (de forma participativa) os seus Planos Directórios".

6.26 Governo provincial promoveu no Kuito conferência sobre urbanismo e habitação

Jornal de Angola 25 de Agosto de 2009

A comissão provincial de implementação do programa habitacional no Bié realizou, ontem, na cidade do Kuito, a conferência provincial sobre urbanismo e habitação, no âmbito do programa que visa a construção, em todo o país, de um milhão de fogos.

A conferência, presidida pela governadora provincial, Cândida Celeste, decorreu sob o lema "habitação um desafio para todos".

Cândida Celeste, na abertura dos trabalhos teceu considerações que serviram de base à abordagem dos assuntos agendados e das linhas de força do programa provincial de habitação.

A governadora lembrou que a habitação constitui grande preocupação e desafio para todos, pelo que a conferência servia para obter contribuições que "reflectam, numa visão abrangente e consertada, tornar exequível o programa de fomento habitacional na província.

Cândida Celeste frisou que o problema da habitação deve ser encarado numa "perspectiva de planeamento integrado e dirigido, considerando o enquadramento com outros sectores de índole social e económico" e, também, ligado à tipologia, examinando o número de agregado da população.

A governadora pediu aos integrantes da comissão do programa habitacional, que considerassem o tipo e qualidade do material de construção a Serem empregues, os custos e modalidades de aquisição.

A governadora frisou, ainda, a importância do ordenamento de território, apelando ao exercício de uma acção coordenada entre os diferentes planos directores e as intervenções intersectoriais.

Cândida Celeste pediu à população que não proceda à ocupação anárquica de terrenos delimitados como reservas fundiárias do estado, vista que vão ser implantados projectos nas zonas.

6.27 Mais um projecto habitacional apresentado no Kilamba Kiaxi

Jornal de Angola 26 De Agosto de 2009

A governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, plantou, ontem, durante o acto de apresentação do projecto habitacional Vila rubra, que será erguido no bairro da Camama, município do Kilamba Kiaxi, em

Luanda, a primeira acácia que irá dar corpo à arborização daquela zona habitacional.

A governadora disse que a iniciativa está enquadrada no programa do Governo, que consiste em criar um cenário favorável para que o cidadão possa comprar a sua habitação fazendo recurso ao crédito bancário.

O projecto Vilarubra é um espaço destinado às famílias de rendimento médio, que podem adquirir casa a preços compatíveis com o seu poder de compra.

Concebida para ser uma "cidade" sustentável, funcional e segura, a Vilarubra vai ocupar uma área de 150 hectares, dos quais 635 metros quadrados estão reservados a espaços verdes, 52 mil metros quadrados a zonas comerciais e espaços públicos e sociais de qualidade, com destaque para escolas, centros de saúde, esquadras policiais e espaços desportivos.

6.28 Mais um projecto habitacional apresentado no Kilamba Kiaxi

Jornal de Angola 26 de Agosto de 2009

A governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, plantou, ontem, durante o acto de apresentação do projecto habitacional Vilarubra, que será erguido no bairro da Camama, município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, a primeira acácia que irá dar corpo à arborização daquela zona habitacional.

A governadora disse que a iniciativa está enquadrada no programa do Governo, que consiste em criar um cenário favorável para que o cidadão possa comprar a sua habitação fazendo recurso ao crédito bancário.

O projecto Vilarubra é um espaço destinado às famílias de rendimento médio, que podem adquirir casa a preços compatíveis com o seu poder de compra.

Concebida para ser uma "cidade" sustentável, funcional e segura, a Vilarubra vai ocupar uma área de 150 hectares, dos quais 635 metros quadrados estão reservados a espaços verdes, 52 mil metros quadrados a zonas comerciais e espaços públicos e sociais de qualidade, com destaque para escolas, centros de saúde, esquadras policiais e espaços desportivos.

6.29 Comissão Nacional de Habitação aprova orçamento para comissões técnicas provinciais

Angop 27 De Agosto de 2009

Comissão Nacional de Habitação aprova orçamento para comissões técnicas provinciais.

Luanda – A Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação aprovou hoje, em Luanda, durante um encontro dirigido pelo primeiro-ministro, António Paulo Kassoma, o orçamento de 170 milhões de Kwanzas para as comissões técnicas provinciais.

Segundo o ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, que deu a conhecer o facto no final da reunião ordinária da Comissão Nacional, este orçamento global será repartido pelas 18 províncias.

O porta-voz da Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação, referiu ainda que o encontro serviu para analisar o trabalho desenvolvido durante o mês de Agosto.

Acrescentou que neste quarto foi analisado o trabalho que os governos provinciais estão a realizar, especificamente na execução dos planos de urbanização, assim como as questões ligadas aos problemas de loteamento.

José Ferreira explicou que quando se aborda a questão de loteamento estão implícitos aspectos como a desmatção e arruamentos, no sentido de que os lotes estejam disponíveis para serem entregues ou vendidos à população.

Por outro lado, disse, durante o encontro fez-se uma avaliação do cumprimento das orientações baixadas para as províncias no sentido da constituição das comissões provinciais, assim como das unidades técnicas provinciais, bem como o registo das reservas fundiárias ao nível das províncias.

Neste sentido, acrescentou, o balanço feito corresponde àquilo que é o programa da Comissão Nacional.

Os membros da comissão aprovaram ainda o programa para o mês de Setembro, que prevê que até ao dia 20 deste mês se tenham iniciado o trabalho de desmatção, abertura de arruamento e loteamento ao nível de todas as províncias.

José Ferreira acrescentou que apesar deste prazo algumas províncias deram já início a este trabalho de loteamento das áreas nas reservas fundiárias.

Já em relação à produção de cartilhas, das quais já foram lançadas a número um (aquisição de terreno) e dois (minha casa), deu a conhecer que foi igualmente discutido e aprovado no encontro de hoje a cartilha referente ao registo predial, que será brevemente publicada.

Deu a conhecer também que os membros da comissão fizeram uma primeira abordagem sobre as cartilhas quatro e cinco, referentes aos investidores imobiliários e o crédito habitação. Foi igualmente feita uma apreciação, durante o encontro, ao projecto kit Minha Casa, que tem como objectivo atender a auto-construção, tendo ficado agendado uma visita técnica para se aferir a qualidade destes materiais e se possa submeter ao governo para a sua aprovação.

6.30 Comuna do Zango nasce a nova cidade

Semanário Factual 21 a 28 de Agosto de 2009

Construído num terreno vasto a sul de Viana, depois de desarborizado com máquinas, o Zango ganhou "fama" depois de o governo angolano ter decidido retirar das barrocas do Miramar e zonas adjacentes os moradores em situação de risco, e onde, após enxurradas, casas caíam com o deslizamento de terra, perigando a vida dos seus habitantes.

Para a instalação das primeiras vivendas no primeiro Zango, em 2006, as autoridades tiveram que proceder à limpeza do terreno, onde abundavam capim e outras plantas num perímetro semelhante a um campo de futebol. Limpo o terreno, foram construídas as casas para albergar os moradores das barrocas do Miramar. São casas de rés-do-chão, construídas de blocos de cimento e cobertas de chapas de zinco.

Embora tendo sido uma oferta do governo, as dezenas de casas do Zango 01 não foram rebocadas, a pintura, azul, foi feita sobre os blocos de cimento, o chão das casas é de argamassa, com três quartos, uma sala de jantar, uma cozinha e uma casa de banho.

Porém, nessas casas não foram instaladas nem a rede eléctrica nem a canalização de água potável, um empreendimento que esteve a cargo da construtora brasileira, Odebretch.

Só quase um ano depois e com a chegada de mais populações é que foi instalada uma tubagem de água que chegou ao quinta1 de cada casa e foram instalados postos de iluminação pública. Foi um passo dado e que melhorou a vida do novos inquilinos do Zango.

Mas, como pôde constatar o Factual, os moradores do Zango 01 são na sua maioria de renda baixa, o que originou a venda de casas a terceiros com mais capacidade financeira para darem continuidade às obras internas e externas, como fizeram saber utentes.

Por isso é que poucas casas no Zango 01 estão a ser ampliadas e melhoradas, depois de vendidas a 20 mil, 30 mil ou quarenta mil dólares, retomando os que venderam os seus edifícios às zonas de risco em Luanda.

As casas vendidas ganharam nova estrutura e melhor aspecto interno e externo, com quintais altos e ladrilhados, graças aos novos moradores, saídos de Luanda.

Devido à necessidade de alojar mais populações que habitavam em várias áreas de Luanda, pelo facto de serem precisas para obras de vulto, o governo criou mais três Zangas, todos com o mesmo modelo, ou seja, por merecerem obras de ampliação e melhoria.

A vida nos quatro Zango

Devido ao tempo, os moradores dos quatro Zangas acostumaram-se à nova vivência, pois também se sentem satisfeitos por terem cada área uma escola para os mais novos, que frequentam aulas até à quarta classe, sendo a primeira e a segunda classes no turno da manhã e a terceira e a quarta classes no período da tarde.

"Nós vendemos porque é a nossa actividade de há muito tempo. Lá nas barrocas do Miramar já vendíamos cerveja e comida, por isso é normal", afirmaram ao Factual duas vendedoras de barracas onde comensais degustavam algumas iguarias e bebiam cerveja.

Dezenas de carros estacionados ao longo da estrada são o testemunho de que o Zango tem atraído muita gente, quer em turismo como em negócio, nomeadamente de alguma casa nos Zangas.

"Estou aqui para pesquisar, pois me disseram que aqui nos Zangas há casas à venda e como pretendo comprar uma vim para aqui", fez saber o cidadão Pedra Cardoso, de 30 anos, que, na companhia da esposa, almoçava numa das barracas do locais.

Na ronda feita pelo Factual foi possível notar que dezenas de crianças sujas e descalças brincavam distraídas, umas correndo pelas ruas em diversão.

"Estão bem, a vida? perguntou o repórter do Factual, ao que responderam em uníssono e sorrindo: Tá lá!

E esse sorriso das crianças é o exemplo de que se sentem mais seguras no Zango do que nas antigas moradias em zonas de risco por Luanda afora, pois aqui têm tranquilidade, segurança e, acima de tudo, cantinas para adquirirem bens de primeira necessidade, sem ser preciso que os seus familiares se desloquem para grandes distância a fim de fazerem compras.

A futura cidade do Zango

Como foi explicado no princípio do texto, os prédios em construção já chegaram ao Zango 01, vendo-se ao longe também edifícios a nascerem todos os dias, com esqueletos de betão e altos guindastes, o que indica que esses imóveis terão entre 16 e 20 andares.

Pelo rápido desenvolvimento do Zango, moradores concordam que em breve toda a área será coberta, porque os terrenos à volta já estão cercados, o que quer dizer que a construção de prédios altos vai continuar e envolver os quatro Zangos, dando a ideia que as casas dos moradores serão demolidas a médio prazo para dar lugar à continuidade do projecto que é grandioso, como afirmaram pedreiros que almoçavam numa das barracas do Zango.

Porém, moradores abordados pelo Factual disseram não desesperar, porque se, afinal, o Zango existe para o desenvolvimento do município de Viana, "merece crescer mesmo", frisaram, convictos.

No entanto, frequentadores do Zango deram a conhecer que muitos empreendimentos estão a ser erguidos na zona, vendo-se armazéns aqui e acolá, um sinal de que, na verdade, uma nova cidade deve nascer com todos os serviços adequados e que satisfaçam, a população desejosa de ver Luanda crescer a todos os domínios, incluindo a sua periferia, ainda carente de projectos de requalificação.

6.31 Proprietário acusa inquilina de tentar usurpar imóvel

Folha 8 29 de Agosto de 2009

A juíza dos Tribunais de Família e de Menores da Província de Luanda, Anabela Couto de Castro Valente, é acusada de tentar usurpar uma casa situada no Complexo Habitacional da Samba, Maianga, da ex-empresa Logitécnica, antes afecta ao MIREX, mas extinta por decreto ministerial, ainda França Van-Dúnem era primeiro-ministro.

"A magistrada locou a casa da cidadã Domingas Vaz Pedro, por estar aflita, na altura, mas agora pretende apoderar-se dela, valendo-se da sua posição", denunciou ao F8, Nelson Vaz", filho da proprietária.

A acusada, que é sublocatária do imóvel, desde 12 de Dezembro de 2007, nega as acusações contra a sua pessoa, acusando a outra parte de calúnia e tentativa de mancharem a sua imagem.

"O contrato acabou, no dia 12 de Dezembro de 2008, mas ela nega-se a sair, apresentando sempre argumentos para ludibriar a minha mãe e tentar, através de uma máfia com um ex-trabalhador da Logitécnica, apoderar-se da casa.

Isso é chantagem! É abuso do poder!", assegura, Vazo Os lesados não descartam a hipótese de Anabela Couto, poder estar a abusar da sua condição de magistrada para abandonar o imóvel através de posições dilatórias, negando-se a abandonar, alegando só o fazer a ex-Logitécnica, que no caso em concreto não é parte no contrato e só por má-fé, pode se estar a avocar a sua figura.

"Porquê que só agora a senhora quer entregar a casa a Logitécnica, se não assinou contrato com ela e na altura, ela não era analfabeta, que não sabe a condição em que as pessoas arrendam os imóveis no Complexo da Samba. Nós não somos os primeiros e não seremos os últimos a agir nessa posição, mas não pode isso ser aproveitado por quem conhece a lei, para nos vigarizar".

E a suspeição de tráfico de influência surge do facto do Tribunal Provincial de Luanda. Ter concedido uma Providência Cautelar a favor de Anabela Couto, por sinal, magistrada judicial, sem nunca ter notificado a outra parte para ouvir das suas razões.

"Esta decisão do TPL de lhe conceder mais seis meses é uma sentença parcial e de solidariedade entre juízes, que vem penalizar, um cidadão que agiu de boa fé, mas é penalizado, por não ter padrinhos na Justiça".

Diante da situação, a titular da residência não tinha alternativa senão voltar a negociar com a litigante, com o propósito de esta pagar os seis meses que ficará na residência, em virtude de o Tribunal ter decidido assim.

Mas aqui a "porca torce o rabo", pois a juíza Anabela, diz a contraparte, não quer pagar a renda, ou seja, pretende continuar a viver na referida casa a custo zero.

Nelson diz que "ela furta-se ao diálogo de forma arrogante, tentando tudo, para se querer aproveitar de uma coisa alheia, aproveitando-se do nível de escolaridade da minha mãe. Mas segundo o nosso advogado, esse acto pode ser considerado, pela justiça, como burla por fraude, que é um crime".

Segundo informações prestadas ao F8, após ter tomado conhecimento das diligências efectuadas pela parte descontente, a juíza, afirmam, terá tentado persuadir a direcção composta por ex-trabalhadores da Logitécnica, que estão na gestão do Condomínio da Samba, a fim de retirarem de Domingas Vaz Pedro o direito de superfície, mas não foi tentou ir pagar a renda num dos balcões do BPC, sem prévia autorização da direcção do complexo ou da titular da habitação, mas aí também foi recusada a sua pretensão".

Após a morte do pai e da filha arrendatária inicial, a minha mãe, com base na lei, quanto aos herdeiros, assumiu a condição, antes ocupada pela minha mana. E como vivíamos pelo facto algumas dificuldades uma viúva, com filhos menores que ainda não trabalhavam, locamos a casa a senhora juíza, que agora não quer devolve-la", de nunca Nelson Vaz.

Mas ela defende-se dizendo não estar a agir de má fé, mas defendendo os seus direitos, pois efectuou obras de benfeitorias na casa, que devem ser descontadas nas rendas, por esta razão refuta as acusações.

A magistrada alega ainda haver actos de arrogância da parte da família detentora do imóvel, o que a obrigou a recorrer ao Tribunal Provincial de Luanda. "Prometeram tirar-me as cuecas na rua e matar-me.

Já foram na minha casa fazer confusão, mas eles devem ficar tranquilos, por o Tribunal mandar-me entregar a chave no dia 10 de Fevereiro de 2010", concluiu de forma serena, ao F8 a juíza do Tribunal de Família e de Menores, Anabela Couto de Castro valente.

7 TERRA

7.1 Mulher enforcou-se devido à demolição da sua casa

Agora 1 de Agosto de 2009

O ministro da Defesa, Kundi Paihama, negou, nesta terça-feira, o envolvimento de elementos das Forças Armadas na recente demolição de casas nos bairros do Iraque e Bagdad, na Camama.

Paihama reagiu às afirmações do deputado do PRS, Sapalo António, segundo as quais houve participação de um aparato militar no decorrer das demolições naqueles bairros periféricos de Luanda.

O titular da Defesa afirmou que nenhuma unidade militar está autorizada a fazer movimentações, sem ordem expressa do Comandante-em-chefe.

"O Parlamento tem uma comissão específica que vela por questões de defesa, segurança nacional e ordem interna", disse o ministro, sugerindo que o assunto devia ser analisado por este órgão da AN.

A mesma opinião foi comungada pelo presidente da AN, Fernando da Piedade Dias dos Santos, argumentando que o assunto devia merecer maior atenção caso fosse remetido à 2ª comissão.

Sobre as declarações de Kundi Paihama, alguns moradores disseram ao AGORA que nas demolições participaram efectivos das FAA e da Unidade da Guarda Presidencial. "Foram mais de 20 elementos das FAA e polícias fortemente armados.

Alguns de nós nem tiveram tempo de retirar das casas os haveres", disse Marinela, umas das afectadas pelo "camartelo demolidor".

A nossa interlocutora afirmou, ainda, que uma mulher enforcou-se devido à demolição do seu mini-prédio. "A senhora não suportou os danos causados pela demolição do seu imóvel", acrescentou.

Mingota, outra moradora da zona em conflito, afirmou que os militares chegaram a prender alguns portadores que tinham câmaras fotográficas para não registarem as demolições. "Muita gente, sobretudo homens, foram presos num contentor porque estavam a filmar e a tirarem fotos através dos seus telemóveis", sublinhou.

Recentemente, os moradores dos bairros afectados pelas demolições pretendiam realizar uma manifestação na cidade alta, tendo sido impedidos pela brigada canina e efectivos da polícia de intervenção rápida. Cerca

de 4 mil residências e casebres foram destruídos desde o passado dia 20 de Julho.

7.2 Iraque e Bagdad Mais quente que o inferno

A capital 01 De Agosto de 2009

Os gritos lancinantes de homens e mulheres, o choro das crianças jogadas ao relento, à mercê das noites frias e de todas intempéries, deixou de se fazer ouvir apenas nos bairros do Iraque e de Bagdad, e ecoaram pelos cantos da Cidade Alta, onde se acha o Palácio Presidencial, e suas cercanias, incluindo as instalações da Assembleia Nacional, onde funciona o Parlamento angolano.

São gentes das mais variadas idades, que bradam aos céus, a rogar pela ajuda de Deus, da mesma forma que apelam pela sensibilidade dos homens, que há coisa de duas semanas resolveram deitar abaixo as casas onde até então residiam, precavendo-se do sol, das chuvas e, agora, do frio.

Os gritos, os choros e as lágrimas pelo amanhã que se desenha incerto não encontram respaldo por parte das autoridades, que, uma vez mais, à semelhança do que vem acontecendo há semanas pelas bandas da zona da Camama, recorre de forças militares e paramilitares, para abortar uma manifestação que se pretendia pacífica. «Pretendíamos apenas uma explicação aos deputados sobre qual será, daqui em diante, o nosso futuro, agora que partiram as nossas casas», esclareceu Nelson Cadete, um dos responsáveis da comissão de moradores do bairro Iraque.

Naquela manhã de terça-feira, o trânsito parou literalmente no sentido descendente da avenida da Samba, porque homens com armas de guerra empunhadas, porretes com sistema eléctrico e cães, foram destacados para o local, de forma a impedir o avanço de populares, agastados com a situação deplorável a que se viram atirados da noite para o dia.

A presença militar é considerável e estende-se das imediações do Hospital Josina Machel contíguo ao ministério da defesa, onde se acha uma carrinha unimog, de cor branca com efectivos pertencentes a unidade da guarda presidencial.

«O que vivemos e estamos a viver é um verdadeiro terror, onde as máquinas só não esmagam as pessoas por sorte, mas destroem as casas», queixou um dos moradores, que integrou a comitiva dos manifestantes.

Foi este facto, aliado aos maus-tratos por que passam os populares, que justificou a concentração de

populares no platô da Avenida da Samba, quando se preparavam para fazerem ouvir as suas vozes e clamores defronte à Assembleia Nacional, na sede dos chamados representantes do povo.

«Queremos reivindicar os nossos direitos, porque estamos a viver uma autêntica guerra, somos vítimas de maus-tratos, somos ameaçados de morte, por parte de elementos das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional presentes no local», reclamaram.

Os cartazes exibidos, mesmo ante a presença ameaçadora de efectivos da Polícia de Intervenção Rápida e da Ordem Pública, são sintomáticos do grau de descontentamento que campeia entre os reivindicadores. O que os agasta é o facto das demolições terem acontecido sem aviso prévio.

Foi só o Diabo piscar o olho, para que tudo o que construíram com bastante esforço, sacrifício, noites perdidas e, claro está, algumas economias, acabasse aos destroços, pedra sobre pedra. «Nem no tempo da guerra se isto aconteceu», exclamou um dos reivindicadores.

Das mais de quatro mil casas demolidas, mais de 15 mil famílias acabaram atiradas à sua sorte, algumas ao relento, sem ter para onde se protegerem das intempéries da mãe natureza, outras em pequenas cabanas ergui das no local, com as poucas chapas de zinco que ainda restaram dos destroços resultantes da acção impiedosa do camartelo.

Impedidos de se manifestarem diante do Parlamento e, quiçá, do Palácio da Cidade Alta, na manhã de terça-feira, ficaram dependentes de um encontro com o administrador do Kilamba Kiaxi, José Correia, mas no dia combinado para o encontro de esclarecimento, na quarta-feira, aquela edilidade simplesmente abortou o encontro, alegando que «teria uma reunião importante naquele instante», colocando-se a monte pouco tempo depois.

Em função de tal comportamento, na ausência de uma resposta positiva, os desalojados entendem não haver interesse por parte das autoridades, quer Municipais províncias e central, razão pela qual irão manter-se de pedra e cal no local, pelo menos até que lhes seja indicado um lugar que os acolha de forma segura e condigna.

«Estaremos lá, até eles acabarem de nos matar a todos», prometeu Nelson Cadete, da Comissão de Moradores, para quem não deveria ter acontecido, pelo menos da forma como aconteceu, uma vez que «temos

documentos, que certificam os passos dados para ficarmos com aquelas terras».

César Diogo jura a pés juntos que o que está a acontecer consigo actualmente, agora que se encontra atirado ao relento, depois que a sua casa foi destruída, é uma completa injustiça. Enquanto fala, ele tenta impedir que a lágrima que lhe espreita canto do olho, serpenteie o seu rosto. É que foram dias e noites perdidos e as parcas economias gastas, para erguer a sua casa, para num piscar olhos ver tudo vir para baixo.

«Fiz de tudo, há dois anos, para legalizar o meu terreno junto da administração do Kilamba», contou o morador, que no dia 18, quando a máquina demolidora se fez sobre a sua casa, nem «tive tempo para retirar todos os haveres».

Diz-se frustrado pelo facto de as mesmas pessoas que, na altura, concederam os terrenos e a autorizaram a construção das casas, serem as mesmas que, actualmente, consentem as demolições. «Dizem que somos teimosos e desordeiros», lamentou.

Acrescentou que a «maioria das pessoas tem documentos comprovativos, mas que não tidos pelos responsáveis dessas operações de demolições». «Cáimos todos na armadilha da administração municipal, que agora se juntou à voz do Governo Provincial de Luanda e colocou-nos na rua». Admitindo que, caso as autoridades não legalizasse os terrenos, «ninguém construiria no local, com receio de perder a casa a qualquer momento».

Ana Maria não se fez rogada. Abordou a mesma pessoa que emitiu o documento comprovativo da titularidade do terreno, mas este, desculpando-se, argumentou que «as ordens das demolições vieram de cima» e que, por este facto, «não tinha mais nada a fazer, que não fosse obedecer».

Por este facto, não pensou duas vezes, quando lhe surgiu o convite para a manifestação de terça-feira, manifestando-se disponível para as futuras acções do género, tendente a persuadir as autoridades governamentais a desistirem de práticas que atentam contra um dos mais elementares dos direitos do Homem: a habitação. «Os governantes que se enriqueceram às nossas custas, têm que pensar em nós também», sugeriu

Há dois nos, recorda, esteve no local uma delegação encabeçada pelo então administrador Rank Franque, após demolição dos bairros Camama I e II, tranquilizando-os, razão pela qual «muita gente Prosseguiu com as construções».

Ela desconhece qual será o Seu futuro, mas não tem a mínima dúvida que toda a movimentação que se assiste por aquelas bandas, visa apenas um fim: vão construir um condomínio para os governantes e estrangeiros», em detrimento dos pobres.

É assim que sempre nos habituaram, concluiu.

As justificações do Governo central, através do Governo Provincial de Luanda e das administrações, segundo a qual as zonas demolidas integram as áreas consideradas reservas de Estado, não encontram eco junto das populações.

Os populares partem do princípio que não estão definidas as áreas consideradas reservas do Estado. «Os argumentos são sempre os mesmos, ou seja, ora dizem que são construções ilegais, ora porque são casebres e outras vezes, fala-se ainda de casas inseguras ou ainda reservas do Estado».

Juliana Silva, que também viu a casa demolida, há muito que já não engole este tipo de justificações, pois já recebeu garantias do governo que as suas casas nunca seriam destruídas.

Diziam, na altura, segundo revelou, que a área não se encontrava numa área visada pelos planos de urbanização da cidade de Luanda. «Passados dois anos, as mesmas autoridades vieram a público, descaradamente, para esclarecer que o referido terreno é reserva do Estado», reclamou.

Para a senhora, «ninguém sabe até onde vão as reservas do Estado e o que sobra para o povo», da mesma forma que desconhece a quem recorrer para ver-se indemnizada em função dos gastos feitos para a construção da sua casa.

Para Abel Ferraz, outro dos desalojados, o Governo recorre de todas as expressões possíveis para desqualificar o tipo de casas que destrói. «O Governo sabe muito bem que o que encontrou na Camama não foram cubatas, tanto é que fora demolidos edifícios de um e dois pisos», frisou.

Grande parte das pessoas que residiam nos bairros do Iraque e Bagdad provinham de casas de renda, outros transformaram as suas lavras em residências, enquanto para alguns jovens, o sonho de ter a casa própria, levou-os a adquirirem terrenos na referida área. Mas, este sonho, para muitos, acabou adiado.

Jorge de Sousa, 26 anos, diz-se destroçado. Casou-se há três meses e decidiu viver com a mulher, numa casa

ainda em construção. Mas, viu a casa destruída, de tal forma que está sem rumo. «Quero a minha casa», reclamou, mais a mais, por a empresa de construção em que trabalha como pedreiro, já não paga os seus ordenados há seis meses.

O sentimento de revolta é generalizado.

São poucos os que encontraram a solução para esses dias aziagos, motivo mais que suficiente para Lucinda António apelar para que se faça qualquer coisa; para que se lhes mostre um lugar onde morar com os filhos, alguns dos quais em idade escolar.

No dia em que as máquinas demolidoras chegaram ao local, para destruir tudo, o que encontraram pela frente, ela encontrava-se em trabalho de parto, mas

Ainda assim não foi poupada. «No momento em que a casa estava a ser demolida, tive que proteger o corpo da bebé com uma bacia, para ela não ser atingida pela enorme quantidade de poeira que se registava no local», contou.

Recorda que só o bom senso do operador de máquina é que o pior não aconteceu. «Ele apercebeu-se da situação e deixou-me terminar o trabalho de parto», defendeu.

Para mais, a martelo demolidor apanhou a todos desprevenidos «Era cedo demais e as crianças foram obrigadas a saírem das casas quase nuas», queixou-se Jóia Francisco, que, no seu entender, o acto em causa combinava vários cenários nocivos à dignidade humana.

«Mas, é este o país que temos, onde as pessoas só são um pouco valorizadas na fase pré-eleitoral», desabafou, salientando que caso houvessem eleições este ano, as demolições não aconteciam jamais.

7.3 Administrador de Cacuaco apela jovens a denunciarem ocupantes ilegais de terrenos

Angop 05 De Agosto de 2009

O administrador municipal de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquila, apelou hoje, quarta-feira, os jovens da circunscrição a denunciarem os ocupantes ilegais de terrenos na circunscrição, localizada cerca de 18 quilómetros a norte de Luanda.

O responsável fez este apelo durante o acto de entrega de diversos kits profissionais no âmbito do projecto "Angola Jovem", a membros de algumas associações e cooperativas da zona.

“Quando as pessoas estiverem organizadas, mais facilmente o Estado pode apoiá-las. O exemplo concreto é este, os jovens organizaram-se e o Estado os apoiou”, justificou.

Acrescentou ainda que o Estado angolano continua com o programa de satisfação das necessidades básicas das populações, e o método do bem-estar social para proporcionar condições aos jovens, para que tenham condições dignas para a sua sustentação.

“Algumas pessoas justificam as ocupações ilegais dos terrenos como necessidade de ter uma casa.

Mas eu sempre disse que a necessidade não pode justificar que cometam crimes, devendo cada cidadão que quiser construir uma casa, pedir ao Estado que é o gestor dos terrenos”, precisou.

Informou ainda que, nos finais de semanas o município de Cacuaco regista centenas de pessoas a fazerem ocupações ilegais de terrenos nas zonas de Candelabro, Sequel, entre outras zonas da circunscrição, acto que considera de manifestação organizada que tem como objectivo, impedir a viabilização dos projectos do Estado.

Foram beneficiários dos kits jovens que se dedicam a pesca marítima e continental, recém-formados dos pavilhões de artes e ofícios nas especialidades de corte e costura, electricidade de baixa tensão, pedreira, agricultura, canalizador, mecânica auto, soldadura e recauchutagem móveis.

A distribuição de kits profissionais enquadra-se no Programa da Luta contra a Delinquência Juvenil, do Governo da Província de Luanda.

7.4 Governo vai dar cem mil lotes de terra

Macanhub 06 De Agosto de 2009

As reservas sobre o exterior de Angola caíram para 12,1 mil milhões de dólares em Junho depois de em Maio se situarem em 12,2 mil milhões de dólares, informou quarta-feira em Luanda o Banco Nacional de Angola.

Angola, que depende das exportações de petróleo para 90 por cento das suas receitas, assistiu no primeiro semestre à queda de 30,5 por cento das reservas sobre o exterior.

De acordo com dados oficiais do banco central, as reservas sobre o exterior ascendiam a 17,49 mil milhões de dólares em Dezembro de 2008.

Os preços do barril de petróleo nos mercados internacionais aumentaram depois de uma queda abrupta na segunda metade de 2008 mas mantém-se a menos de metade dos 147 dólares atingidos em Julho de 2008.

7.5 Novas demolições na forja

O País 7 de Agosto de 2009

O vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica, Bento Soito, revelou que o seu executivo tem em carteira um programa de reordenamento da zona sul da cidade que começará de Viana e terminará nas proximidades do largo da Independência.

O projecto que ainda não tem data para o início de execução foi divulgado sexta-feira passada, durante a apresentação do Programa de Habitação Social, no terceiro painel da Conferência Provincial sobre Urbanismo e Habitação.

Segundo Bento Soito, caso o projecto seja posto em prática poderá melhorar significativamente a qualidade de vida da população por possuir um plano director que engloba redes globais de abastecimento de água canalizada, redes de esgotos domiciliários, estações de bombagem e de tratamento de água, redes de drenagem pluvial, de distribuição de energia, de iluminação pública, áreas verdes, zonas destinadas para mercados, lojas, entre outros serviços básicos indispensáveis para o bem-estar das populações.

Atendendo ao facto de o perímetro escolhido para a implementação do projecto ser uma zona de franco crescimento populacional, a sua execução desencadeará mais uma onda de demolições, o que resultará na destruição de milhares de residências.

O arquitecto Gilberto Rita, do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) e que fez a apresentação dos Planos de Requalificação e Desenvolvimento Urbano da cidade, informou quais as zonas que serão abrangidas e as possíveis áreas à demolir.

Já o Projecto Luanda Social (PLS), a ser implementado na margem Bengo e entre o Quilómetro 25 e o 30 de Viana, prevê que "a implementação começará precisamente com o investimento na área destinada à habitação social, para libertar os espaços nobres ocupados por habitações precárias, destinados a alta e média renda". Lê-se no documento que O PAÍS teve acesso.

Promovido pelo GPL, em parceria com o Ministério das Finanças, o PLS consiste numa proposta de

intervenção da empresa espanhola Homt, encaminhada pelo Gabinete de Intervenção de Luanda. "O projecto está subdividido em duas fases, sendo a primeira de construção de habitação social de média e baixa renda e a segunda de construção de casas de média e alta renda, em áreas nobres da cidade".

A Comissão Nacional de Implementação do Programa de Habitação já analisou o projecto e vai submetê-lo a aprovação do Conselho de Ministros. No que toca as tarefas executadas, o documento esclarece que fez-se o levantamento e definição das áreas onde serão construídas as residências nobres do projecto na zona do Rocha Pinto e as habitações sociais na Margem Bengo. I

7.6 Jurista provocador

O Independente 08 De Agosto de 2009

A Associação de Juristas e Jornalistas na Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania promoveu, ontem, sexta-feira, 7, uma conferência de imprensa, por via da qual pretendeu denunciar as "graves arbitrariedades protagonizadas pelo Governo Provincial de Luanda", no caso das expropriações de terrenos e demolições de casas nos bairros Iraque e Bagdad.

A actividade ficou manchada com o que entendemos ser uma atitude de provocação do jurista David Mendes ao dirigir-se em tons pouco amigáveis aos nossos colegas da Televisão Pública de Angola. Num tom deselegante, DM desafiou a equipa de reportagem da TPA "a passar" as imagens.

O advogado esqueceu-se que os repórteres da TPA são cidadãos e chefes de família como ele, daí que sejam também merecedores de todo o respeito, tal como foram os agentes aduaneiros quando o apanharam com milhares de dólares, escapulindo-se para a África do Sul.

7.7 Demolições em Camama inquietam poder político

O independente 08 Agosto de 2009

Pedro António legalizou, através de um fiscal da Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, um terreno que adquiriu de uma camponesa há cerca de seis anos, na zona do Camama, arredores do Campus Universitário.

Construiu nele uma casa com um piso, onde viveu com uma família de dez membros nos últimos três anos.

Pedro viu o bairro crescer em grande escala em 2003,

durante a invasão americana ao Iraque, o que inspirou a população a cognominar os dois bairros de "Iraque" e "Bagdad", o país e a sua capital.

A população, longe das infra-estruturas sociais básicas que o Estado tem a obrigação de levar aí onde haja vidas humanas, se organizou à sua maneira e, entre muitas coisas para garantir a sua sobrevivência, conseguiu obrigar os taxistas a definir uma concorrida rota para aqueles confins do Camama.

A vida era tranquila no Iraque (e Bagdad) desde 2003 com as construções a se multiplicarem, diante do silêncio da Administração Municipal, que começou a ser interpretado pelos populares como consentimento tácito.

O crescimento dos bairros chegou mesmo a ser proporcional ao vizinho da porta ao lado, o Campus Universitário.

Nos últimos dois anos, o Governo começou a caracterizar parte da zona e a população começou a perceber que um conflito iminente estava a nascer. As urbanizações do Estado e de algumas instituições privadas na zona começaram a ser delineadas e os primeiros confrontos resultaram em fúria dos populares no "Iraque", que chegaram mesmo a incendiar máquinas dos empreiteiros que desmatavam a zona.

As autoridades perceberam a dimensão do conflito e, segundo Pedro António, começaram então uma ronda de negociações com os populares de zonas que tinham sido definidas para projectos habitacionais.

Alguns progressos tinham sido alcançados, mas a população começou a desrespeitar os entendimentos verbais, até gerar uma confusão.

As autoridades deitaram tudo a baixo, transformando os bairros em pó. Pedro e a família estão à deriva. Não sabem para onde ir, nem vislumbram uma saída em breve da desgraça, para o que considerou «o pior momento da minha vida», depois de um investimento milionário, graças aos tostões que foi amealhando da sua actividade laboral por conta própria.

Iraque e Bagdad estão agora na «boca» do mundo por ter registado um processo de demolições e desalojamento record na história do país, superando a me ática Barrocas da Boavista.

Fala-se em cerca de 15 mil famílias desalojadas em poucas horas e que agora não sabem para onde ir.

A Polícia Nacional tem actualmente no local patrulhas permanentes para impedir o regresso dos populares.

O que se conhece da Assembleia Nacional, onde o povo está representado pelos deputados eleitos em todos esses anos de legislatura desde que se fez a opção pela democracia representativa, são discussões que resultam em aprovação de leis, ora por iniciativa do Governo, ora por iniciativa do próprio Parlamento.

Pela primeira vez, os deputados da Assembleia Nacional se despiram de falsos optimismos sobre a vida social das populações e, em consequência das demolições massivas nos bairros Iraque e Bagdad, reconheceram que a "população vive em situações precárias decorrentes da insuficiente oferta de serviços sociais, nomeadamente saneamento básico, o fornecimento de água potável e electricidade, transportes públicos, as infra-estruturas e habitação social, assistência médica e medicamentosa".

Como a Assembleia Nacional terá chegado a esta resolução "histórica" não interessa, mas é reveladora de que as demolições na zona de Camama deixaram apreensivos alguns órgãos do poder instituído.

Mas quase tudo podia passar como gesto solidário, não fosse o lugar comum acrescentado à resolução de que a situação precária que a população vive resulta da "sobrelotação populacional agravada no período durante e pós-conflito armado".

Os populares afectados pelas demolições, se ainda não sabem disso, então gostariam que fosse aprovada uma outra resolução que resolvesse com urgência o seu problema antes que chegue Setembro, mês de chuva.

Na resolução, que apresenta uma série de situações gerais e recomendações, a Assembleia Nacional não acrescenta quase nada de novo, considerando que "as demolições, quer em Luanda, quer em qualquer outra cidade, vila ou aldeia do país, quando necessárias, devem ser conjuga das com a criação de condições mínimas e aceitáveis para o realojamento dos cidadãos afectados e com o diálogo e o envolvimento dos mesmos nas soluções de alojamento".

Será esta uma lição, um recado ou o Parlamento está nas entrelinhas, embora não diga claramente, a qualificar as demolições como desnecessárias, sem condições mínimas e sem possibilidade de diálogo com os destinatários das medidas administrativas.

Quase tudo que está contido na Resolução consta do programa do Governo, desde o apelo à celeridade nos processos que permitam a aquisição do direito fundiário, de alvarás para a construção e de todos os meios e instrumentos que permitam a rápida mas condigna reinstalação e a aquisição de terrenos para a construção, ao apelo aos cidadãos para o respeito à lei e à abstenção da prática de actos como a ocupação ilegal de terrenos, construções anárquicas ou às atitudes de desobediência aos órgãos da administração pública.

7.8 Mãos livres marcha contra demolições

Agora 08 De Agosto de 2009

A intenção é mostrar ao Governo que a população tem direito à habitação, segundo avançou o presidente da associação, David Mendes.

"Desta vez queremos pôr mais de 25 mil pessoas na rua. O Governo deve compreender que não pode estar a criar um país só para os estrangeiros ou para os que têm milhões".

O advogado defendeu que as pessoas têm de começar a sair à rua e protestarem contras as atitudes do Estado.

"Quando uma pessoa é violada em pleno hospital público, numa esquadra policial, quando quatro crianças morrem por dia no hospital Pediátrico de Luanda e milhares de pessoas passam fome e não têm assistência médica e ninguém se pronuncia é porque estamos a ir para uma situação incontroável"

David Mendes defendeu ainda, a atribuição de condições dignas aos trabalhadores que inclui um salário compatível. "A maioria de nós não tem milhões, a maioria de nos vive como vive.

E se a população vive em casebres, como eles dizem, é responsabilidade do Governo que não é capaz sequer de dar um salário mínimo nacional que satisfaça as pessoas, para que possa comprar as casas que custam milhão de dólares".

O intelectual avançou também que o regime tem de compreender, o mais rápido possível, que é preciso aceitar as mudanças que passam por proporcionar ao cidadão o bem-estar e não estar permanentemente a maltratá-lo como se fosse um animal.

Angola não é um país de meia-dúzia de indivíduos. Cada um de nós tem de ter um pedaço desta terra. Há que atribuir a cada um no mínimo um pedaço de terreno", salientou David Mendes.

As demolições feitas pelo governo provincial de Luanda (Gpl), no passado mês, foram justificadas pelo facto da população ter construído numa área considerada reserva do Estado. A acção culminou com a destruição de 15 mil casas dos bairros Iraque e Bagdad, no Camama I e II.

7.9 Aquisição anárquica de terrenos

Jornal de Angola 09 De Agosto de 2009

A forma actual de aquisição de terrenos tem provocado o crescimento desordenado de Luanda e o encarecimento dos projectos habitacionais do Governo da província.

Para a execução de projectos de investimento, o governo "vê-se obrigado a expropriar e indemnizar a população residente no local", disse Joseph Canga, director do Programa de Habitação do Governo Provincial de Luanda (GPL).

Isto faz com que os projectos se atrasem e, às vezes, a implementação dos planos fica adiada "sine die", o que automaticamente os encarece, acrescentou o responsável.

7.10 Novas demolições na forja

AngoNotícias 11 De Agosto de 2009

Depois dos bairros Iraque e Bagdad, na comuna de Camama, o Governo Provincial de Luanda prevê demolir residências na zona em que está a ser erguido o estádio para o CAN 2010.

O vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica, Bento Soito, revelou que o seu executivo tem em carteira um programa de reordenamento da zona sul da cidade que começará de Viana e terminará nas proximidades do largo da Independência.

O projecto que ainda não tem data para o início de execução foi divulgado sexta-feira passada, durante a apresentação do Programa de Habitação Social, no terceiro painel da Conferência Provincial sobre Urbanismo e Habitação.

Segundo Bento Soito, caso o projecto seja posto em prática, este poderá melhorar significativamente a qualidade de vida da população por possuir um plano director que engloba redes globais de abastecimento de água canalizada, redes de esgotos domiciliares, estações de bombagem e de tratamento de água, redes de drenagem pluvial, de distribuição de energia, de iluminação pública, áreas verdes, zonas destinadas para mercados, lojas, entre outros serviços básicos

indispensáveis para o bem-estar das populações.

Atendendo ao facto de o perímetro escolhido para a implementação do projecto ser uma zona de franco crescimento populacional, a sua execução desencadeará mais uma onda de demolições, o que resultará na destruição de milhares de residências.

O arquitecto Gilberto Rita, do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) e que fez a apresentação dos Planos de Requalificação e Desenvolvimento Urbano da cidade, informou quais as zonas que serão abrangidas e as possíveis áreas a demolir.

Já o Projecto Luanda Social (PLS), a ser implementado na margem Bengo e entre o Quilómetro 25 e o 30 de Viana, prevê que "a implementação começará precisamente com o investimento na área destinada à habitação social, para libertar os espaços nobres ocupados por habitações precárias, destinados a alta e média renda", lê-se no documento que O País teve acesso.

Promovido pelo GPL, em parceria com o Ministério das Finanças, o PLS consiste numa proposta de intervenção da empresa espanhola Homt, encaminhada pelo Gabinete de Intervenção de Luanda.

"O projecto está subdividido em duas fases, sendo a primeira de construção de habitação social de média e baixa renda e a segunda de construção de casas de média e alta renda, em áreas nobres da cidade".

7.11 Terrenos para hospitais e escolas estão a ser acautelados no Zango

Jornal de Angola 12 De Agosto de 2009

Os espaços para a construção das infra-estruturas de ensino, saúde e cultura nos bairros do Zango e Sapú, no município de Viana, estão acautelados, garantiu o director do Programa de Habitação do Governo Provincial de Luanda (GPL), Joseph Canga.

Em declarações à Angop, Joseph Canga afirmou que a primeira preocupação do GPL, quando transfere pessoas de uma zona de risco para outra localidade, é a criação de habitações para posterior implementação de equipamentos sociais.

De acordo com o responsável, existem espaços livres para a construção de infra-estruturas sociais e em breve, com o lançamento do Zango III, o GPL vai começar a trabalhar em simultâneo, construindo os equipamentos sociais na medida em que forem erguidas as habitações.

Joseph Canga é de opinião que Viana é o município com mais obras de âmbito social para apoio às populações desfavorecidas, e onde as pessoas residentes em zonas de risco têm sido realojadas.

Os beneficiários das residências são pessoas desalojadas de diferentes zonas de Luanda consideradas de risco, e paralelamente à construção das residências, os projectos contemplam postos de saúde, centros comerciais, padarias, igrejas, instituto médio de gestão, esquadra de polícia e supermercados, entre outros empreendimentos de carácter social.

Nas fases anteriores, Zango I e II, foram construídas cerca de oito mil residências económicas, sistemas de abastecimento de energia e água e infra-estruturas sociais, como escolas até ao nível médio, unidades sanitárias e policiais e instalações desportivas e comerciais.

As primeiras famílias beneficiadas saíram da encosta da Boavista (abrangendo partes dos municípios da Ingombota e do Sambizanga), na sequência de vários deslizamentos de terras no ano de 2000, que provocaram a morte de cerca de 30 pessoas.

Para evitar novas mortes, o Governo decidiu a retirada dos moradores da área, colocando-os, temporariamente, em tendas, até que ficaram construídas as residências, transformando terrenos baldios num espaço urbanizado.

Nos anos seguintes, o programa passou a beneficiar a população desalojada pela chuva noutros pontos da cidade ou que viviam em zonas abrangidas por projectos de construção de infra-estruturas, como saneamento, energia e água.

7.12 Terrenos para a construção estão prontos na província da Huíla

Jornal de Angola 13 De Agosto de 2009

AO todo 25.071 hectares de terrenos demarcados como reserva fundiária do Estado, estão prontos para a construção de moradias na província da Huíla, no âmbito do programa do governo de construção de um milhão de casas até 2012.

Os dados foram anunciados, terça-feira, no Lubango, pelo governador da província da Huíla, Isaac dos Anjos, na abertura da Conferência Provincial sobre Urbanismo e Habitação.

"O Governo da República de Angola decidiu materializar o Programa Nacional de Construção de um milhão de casas e, quando tomámos posse na Huíla,

assumimos o compromisso de materializar esta promessa eleitoral", disse Isaac dos Anjos, que acrescentou em seguida: "Expressámos este compromisso, efectuando visitas aos 14 municípios da província, no sentido de promover a demarcação de reservas fundiárias para fins habitacionais, o que resultou, até ao momento, na demarcação de 25 mil e 71 hectares".

O governador provincial sublinhou que o seu executivo não tem poupado esforços, no sentido de transmitir às populações as modalidades de acesso aos terrenos para construção de moradias em espaços ordenados.

Isaac dos Anjos sublinhou que o Governo não vai oferecer terrenos a ninguém, mas vai "considerar o preço de parcelas como um elemento de controlo" das autoridades municipais, a fim de "acabar com a especulação e venda anárquica de lotes" para fins habitacionais.

"Pretendemos ceder lotes a quem deseja construir por conta própria num lote de terreno de até mil metros quadrados, conforme estabelece o decreto nº 101007 de 3 de Janeiro que confere esta competência ao administrador municipal", referiu o governador provincial.

Participaram na conferência provincial arquitectos, especialistas em urbanização, administradores municipais, classe empresarial, líderes religiosos e outros, que analisaram questões ligadas ao urbanismo e habitação, demarcação de terras, concessão de lotes, acessos aos créditos bancários, material de construção.

Temas como a estratégia de implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação na província, reservas fundiárias projectos urbanísticos, o papel sistema bancário no fomento habitacional e tecnologias adaptadas infra-estruturas básicas, fosse abordados na conferência.

Impacto ambiental vai ser respeitado

O impacto ambiental é um factor que está a ser respeitado nas novas urbanizações na província da Huíla pelas autoridades governamentalmente de formas a mater o equilíbrio a ambiental. Além das infra-estruturas básicas, as novas urbanizações prevêem, também, a criação de zonas verdes, criação de reservas ambientais do Estado e a protecção de determinados espaços verdes e cursos de água.

De acordo com o governador, o licenciamento ambiental e a avaliação do impacto ambiental são as-

pectos que estão a ser levados em conta para projectar as novas cidades, equilibrando o interesse dos homens e dos espaços públicos e a conservação do ambiente.

7.13 Viver sob o Medo

O País 14 De Agosto 2009

Os moradores dos bairros Destaque, 51 e Cabarril, na comuna da Barra do Kwanza, município de Viana, em Luanda, receiam ser despejados a qualquer momento, embora a administração comunal garanta que o bairro é legal.

Segundo apurou O PAÍS, a desconfiança dos populares residentes entre os quilómetros 49 e 55 do litoral sul de Luanda resulta do facto de o Governo da Província de Luanda (GPL) ter demolido recentemente os bairros ilegais do Iraque e Bagdad, no município do Kilamba-Kiaxe, como referiu Ferreira António, de 49 anos de idade, o morador mais antigo do bairro Destaque.

"Isso é sempre assim, a administração diz que se pode construir, mas depois das casas construídas, dizem que não se devia construir numa área reservada para o Estado. Por isso é que nós não estamos a fazer construções definitivas", explicou o cidadão.

A maior parte das casas do referido bairro são construídas de terra, pau e capim, outras poucas foram erguidas com chapas de zinco. Segundo o nosso interlocutor, esta opção dos habitantes constitui uma precaução contra a demolição e os gastos em vão.

"O povo daqui acha que não adianta construir bem para depois ver as suas casas partidas", avançou Ferreira António e também fundador do Bairro Destaque.

Residente do Destaque há nove anos, o cidadão lembra que o bairro começou em 2000, quando dez pescadores, vindos das zonas do Miradouro da Lua e do Buraco, resolveram pescar naquele lugar, onde mais tarde acabaram por se fixar.

O soba esclareceu que naquela altura ele já vivia aí, à beira-mar, numa cubata de pau e luando.

Anteriormente, o bairro estava localizado a pouco menos de 100 metros do mar. Com o avanço constante das águas, a administração comunal autorizou os antigos moradores a construir os seus casebres mais distante do mar, lugar antes ocupado por lavras, como explicou o soba da zona. De lá para cá, as ocupações de terreno têm sido frequentes, e hoje a população do referido espaço está estimada em cerca de mil pessoas.

Manuel José Martins, coordenador do bairro, descartou

a possibilidade de venda de terrenos, mas admite que recebem um préstimo financeiro dos beneficiários.

"Concedemos parcelas de terra a quem quer construir a sua residência. Não cobrimos nada, mas os favorecidos dão-nos uma «gasosa» orçada entre 200 e 300 dólares por cada terreno".

O coordenador esclareceu que estes terrenos não podem exceder os 20 metros de área. "Caso alguém necessite de um terreno com mais de 20 metros, encaminhamo-lo à administração comunal", disse a fonte, tendo acrescentado que nunca houve uma situação do género.

Entretanto, o dirigente admite que há pessoas que

Destaque é Legal.

Uma senhora que preferiu falar sob anonimato, revelou que, no mês passado, a equipa da administração local esteve no Destaque e voltou a garantir a legalidade do bairro.

"Disseram-nos para construir, mas sem nenhum documento que prova essa autorização é muito arriscado, preferimos viver assim a acatar com a autorização", disse a moradora, alegando que não tenciona lamentar pelos gastos no futuro.

Para ela, a administração já devia orientar o registo das casas existentes no bairro, para posteriormente conceder a escritura aos proprietários.

O PAÍS envidou, sem sucesso, um esforço para contactar a administradora da Barra do Kwanza a fim de se pronunciar sobre o assunto. Entretanto, abordado por este jornal, o secretário-geral daquela repartição comunal de Viana, Poira José de Castro, assegurou a legalidade dos mesmos bairros, tendo avançado as possíveis alterações que podem ocorrer aí.

"Até agora podemos afirmar que os bairros são legais. Por isso temos vindo a aconselhar aos moradores para fazerem construções definitivas, de modo a melhorarem as suas condições de vida".

O Secretário anunciou ainda a intenção da sua direcção em retirar o pessoal dos Quilómetros 51 e 54, para serem realojados mais distante da estrada, ideia é afastar os residentes do perigo que causa o trânsito automóvel e abandonar a área abrangida no projecto de alargamento da via", aclarou, acrescentando que a administração projecta juntar esses bairros para transformá-lo num só.

Poira de Castro reconheceu que surgimento desses bairros foram uma iniciativa ilegal de povos que se

dedicavam à agro-pecuária e pesca. Por isso aponta a necessidade de organizá-los agora, para não criarem outros problemas.

Quilómetros 51 e cabarril avançam Contrariamente à atitude dos moradores do bairro Destaque, a maior parte dos habitantes do Quilómetro 51 e do Cabarril já têm os blocos preparados para a construção definitiva. Os mais ousados já construíram os alicerces e parte de suas casas com blocos, mas foram desencorajados pelos seus vizinhos que alegam terem ouvido rumores sobre desalojamento.

Arminda Albino, de 59 anos de idade e moradora do km 51 desde 1986, diz que tiveram de parar com as construções devido as demolições ocorridas em Luanda. "Não dá para continuar a construir, uma vez que, em Luanda, os outros perderam as suas casas e ficaram na rua".

Apesar de ter recebido incentivo de construção definitiva, por parte da administração local, a cidadã alega que "o governo decide o quer e quando quiser, nós só temos que obedecer".

Já os moradores do bairro Cabarril consideram as promessas das entidades governamentais como uma profecia habitual que demora para acontecer. "Os dirigentes vêm a prometer desde há muito tempo, mas não cumprem com as promessas", disseram agastados.

Neste bairro são também visíveis algumas residências não acabadas, erguidas com blocos.

Saúde anda doente

Nenhum desses bairros possui sequer um posto médico. Quando alguém está doente é levado para a Barra do Kwanza. A baleia custa algum tempo, porque na zona não circulam transportes públicos.

Os casos patológicos que se registam durante o penado nocturno não têm outra solução senão esperar pelo amanhecer. As mulheres grávidas são as que mais sofrem nessas situações, acabando, às vezes, por dar à luz em suas casas, sem quaisquer condições. Alguns partos realizados nesses bairros resultaram em mortes dos recém - nascidos, por falta de cuidados específicos.

Os residentes consomem a água salobra que retiram dos poços escavados próximo do mar. Os bairros não têm energia eléctrica, mas os que podem recorrem a pequenos geradores, abdicando do silêncio habitual nessas paragens.

No capítulo da educação, os populares dos três bairros beneficiam apenas de uma escola, a número 975, localizada no Cabarril. Por causa disso, as crianças do Quilómetro 51 e do Destaque são obrigadas a percorrer a pé cinco e seis quilómetros.

A escola possui duas salas de aula e lecciona da 1ª à 4ª classe. As classes seguintes (5ª e 6ª) remetem os adolescentes à sede comunal que dista mais de 15 quilómetros. O sonho dos mais velhos de quererem prosseguir com os estudos vê-se cada vez mais adiado.

7.14 Professores e estudantes universitários em sobre a aquisição de casas e terrenos

Semanário Factual De 14 de Agosto de 2009

O governo de Angola criou o programa "Meu sonho, minha casa" para estimular a construção de habitações sociais em todo o país, dando assim abertura às portas para se ter uma casa.

O semanário Factual procurou saber da posição dos professores e estudantes universitários sobre a cartilha agora em vigor, publicada no Jornal de Angola, referente à aquisição de terrenos e casas.

A primeira cartilha expõe os caminhos de como a pessoa, que mostra a vontade de adquirir um terreno, deve proceder. Já a segunda revela como os cidadãos podem fazer para aquisição de uma casa.

O sociólogo Zeka Branco afirmou ao Factual que planos dessa natureza demonstram a vontade do governo provincial de Luanda de trabalhar para os cidadãos. "É algo elaborado por um conjunto de pessoas, sujeitos a erros, a cartilha está viciada por um elemento que se chama burocracia", referiu.

Ele acrescentou que "as pessoas que mais necessitam não possuem capacidade para cumprir com alguns processos básicos da cartilha 1, como a falta de bilhete de identidade (B.I). O pior é que aqueles que possuem tais documentos não sabem escrever nem ler. Qual é a explicação?", perguntou-se.

O estudante de psicologia, Ismael Gomes, afirmou que "é característica dos países em vias de uma administração exequível, os cidadãos mais necessitados não possuem capacidade de correspondência administrativa face às competências legais do governo.

Ismael Gomes indicou que "perante este problema social cortam-se os anseios dos cidadãos, criando frustrações e fuga de responsabilidade familiar".

O estudante de gestão comercial, Matias Júnior, questionou o serviço prestado pelas conservatórias que, na sua opinião, é cansativa e concluiu que "o processo de registo dos documentos será a próxima consequência.

E de reiterar que o ponto nº 7º da cartilha nº 1 sobre a aquisição de terrenos, no seu ponto 2º, exige capacidade financeira técnica e da pessoa para pôr em prática o projecto, condição essa, no dizer do economista Eduardo Lapes, que é um factor exclusão para os mais necessitados.

"É necessário não "litoralizarmos" o nosso país. Angola é grande e nela há cidadãos com problemas diversificados. Essa cartilha tem uma incidência mais luandina do que angolana. Por favor, vamos olhar àqueles que a razão os abandonou e reintegrá-los ao invés de excluí-los", rogo eu.

o Factual dirigiu-se ao governo provincial de Luanda, na tentativa de ouvir os responsáveis da área urbanística e do planeamento, mas a informação recebida na porta no 16 foi: "Estamos reunidos, o chefe saiu".

Respostas semelhantes não são novas, tanto mais que o Factual espera há seis meses o deferimento de uma carta a pedir uma entrevista com a governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo.

7.15 A lei e as demolições

Novo Jornal 14 De Agosto de 2009

Muito recente, foram removidas mais de 15 mil pessoas dos bairros Iraque e Bagdad. Estas tentaram levar o seu agravo ao Palácio Presidencial, mas foi lhes cortado o caminho pela polícia montada e a brigada canina.

Essa é a democracia em que vivemos, quando os cidadãos não se podem manifestar, ou quando as leis põem tantos entraves à manifestação, o melhor é não sair à rua. Estas pessoas que perderam as suas casas foram forçadas a sofrer caladas.

Ao contrário do que se tem escrito em muitos sítios, eram mesmo casas que foram demolidas e não simples casebres. Foram pagas licenças, e foram investidas grandes Somas de dinheiro na construção das mesmas.

E isso contra a teoria dominante que explica a proliferação dos bairros de lata do seguinte modo: os construtores são pessoas industriais que invadem terrenos quando à noite cai, armadas de chapas e pregos e martelos, e que, como formigas, laboram pela noite adentro, e aos primeiros raios do dia têm as casas

feitas, e estão prontos a negociar as indemnizações.

A base legal para a demolição e das casas é terem sido construídas nas reservas fundiárias do n Estado. Porém, foram órgãos do Estado que passaram estes terrenos aos cidadãos.

E foram assinados diplomas legais, segundo os quais os cidadãos podem requerer o usufruto do direito de superfície em documento que caso não seja respondido em prazo de 45 dias passa a diferimento tácito.

Se muitas destas pessoas chegaram a fazer isso, é bem provável que o Estado perca legitimidade na demolição das casas A nestes bairros. E isso constitui também material suficiente para que quer a Assembleia Nacional quer a Procuradoria Geral da República, lancem-se ao trabalho de investigar a legalidade das demolições.

Porque o que faz falta é saber quando é que estas zonas foram declaradas reservas fundiárias do Estado. Ou isso quer simplesmente dizer que todos os terrenos do país, quando não são de privados, constituem reserva do Estado, e que podem ser apropriados a bel prazer? Se assim for, é bem provável que existam neste momento funcionários do estado a transformar terrenos baldios em reservas do Estado.

Sabe-se qual é o fim último destas demolições reordenamento da cidade de Luanda. Muito poucas pessoas não estariam ao lado do governo neste objectivo.

O problema reside apenas nos meios. A vontade em expandir e modernizar a rede de infra-estruturas não se pode sobrepor ao básico direito de as pessoas terem casa. Ou passar-se-á a ideia de que o investimento em infra-estruturas é mais importante que o bem-estar das pessoas.

Esta foi a via seguida pelo colonialismo na sua avidez em trazer a civilização para a África. Luandino Vieira fala disso em "A Cidade e a Infância".

A destruição dos casebres do Kinaxixi, a perda dos seus amigos negros empurrados para outros bairros, a construção de prédios nos sítios onde Luandino caçava rolas e perdizes, foi um trauma maior na sua infância, que o levou primeiro para a escrita. E mais tarde para o nacionalismo.

A apologia da modernidade e da civilização faz-se sob a total ignorância dos efeitos das infra-estruturas na vida das pessoas. Não me parece que existam estudos sobre isso.

Mas que efeitos têm as estradas que não levam a lado nenhum? Estradas que cortam caminhos para o pasto, ou caminhos para a água, e que para muitas aldeias espalhadas pelo mato só trazem acidentes, por causas dos condutores embriagados ao volante de carros rápidos? Aos destituídos, subjugados neste caso pela necessidade da construção de infra-estruturas, só resta apelar aos direitos humanos.

Ironia, quase, que angolanos tenham de fazer uso dos direitos humanos quando existem leis em Angola. Ou será talvez por isso os direitos humanos como o último refúgio daqueles para os quais a lei não se aplica.

Porque nos países em que as leis nacionais funcionam, em que as pessoas não podem ser torturadas, ou mesmo fuziladas, sem julgamento, em que as pessoas não podem ser expulsas das suas próprias casas, ninguém tem de recorrer aos direitos humanos.

Apelar aos direitos humanos é dizer, pois, que em Angola só existe uma lei. A lei do Estado, da força em toda a sua abstracção, que pode apropriar-se indevidamente do terreno onde as pessoas têm as suas casas. Dentro deste esquema jurídico não há lugar para o cidadão. Em última instância, é como se a lei expulsasse o indivíduo do próprio ordenamento jurídico.

É uma pena que o estado das nossas ciências sociais não permite ainda fazer a ligação entre vários fenómenos sociais. Se isso fosse feito ver-se-ia, por exemplo, que a crescente violência urbana é menos a consequência da guerra e mais o resultado dos altos índices de consumo de bebidas alcoólicas e as miseráveis condições de habitualidade. E remover cidadãos sem que se lhes ofereçam condições dignas, em nada melhora o Quadro.

7.16 Bento Soito

Agora 15 de Agosto de 2009

Depois de ter tratado de "casebres" as residências demolidas recentemente na zona da Camama, ao Kilamba Kiaxi, o vice-governador de Luanda para a área técnica, Bento Soito (BS), disse tratar-se de "grupos organizados" que estão por detrás da ocupação ilegal de terrenos considerados reservas do Estado.

BS que falou ao Semanário Angolense sublinhou que a posição oficial do Governo é a de "reiterar aquilo que, em princípio, está estabelecido por lei, em que as

reservas do Estado são áreas a serem respeitadas pelo cidadão".

Até aqui tudo bem. Mas, a verdade é que os funcionários do Cpl, afectos a administração municipal estão a ser citados como tendo permitido os populares a construir naquela zona depois de lhes ter passado as respectivas licenças.

As desculpas do pelouro da tia "Xica" estão a ser consideradas esfarrapadas, na medida em que não foram poucas as vezes que surgiram notícias dando conta do envolvimento de administradores municipais, e quiçá mesmo governadores, na venda de terrenos.

7.17 De quem partiu afinal a Ordem?

A capital 15 De Agosto de 2009

NUM encontro com a comunicação social angolana, decorrido na passada sexta-feira, 07, a Associação Mãos Livres, liderada pelo advogado David Mendes, apresentou elementos contrários aos últimos pronunciamentos do ministro da Defesa, Kundy Paihama, sobre o envolvimento de militares nas demolições de residências nos bairros Iraque e Bagdad.

Confrontado, no Parlamento, com uma reclamação nesse sentido do líder da bancada parlamentar do Partido de Renovação Social (PRS), Kundy Paihama foi categórico a negar qualquer envolvimento de efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), como protecção aos encarregados de demolição de residências nos bairros em referência.

Mais do que isso, o ministro negou a possibilidade da presença, no local, de qualquer aparato militar transferindo, na verdade, as responsabilidades ao Presidente da República sob ordem de quem, disse, se movimentam as unidades militares no país.

Citado na edição de 29 de Julho do Jornal de Angola, Paihama disse mesmo que as unidades militares não estão autorizadas a movimentar-se sem a autorização do comandante em-chefe das Forças Armadas (FAA), servindo-se deste argumento para desmentir o parlamentar do PRS.

Dias depois, porém, a Associação Mãos Livres tratou de por os pratos limpos.

Exibiu, numa conferência de imprensa, vários vídeos, datados do dia em que se deram as demolições, onde se vêem claramente destacamentos, de certo modo numerosos, de militares das FAA a passearem-se pelos escombros do bairro Iraque, munidos de metralhadoras

e de máscaras respiratórias brancas para protegerem-se da poeira causada pelo trabalho das máquinas demolidoras.

Este semanário acedeu a alguns desses vídeos onde se nota, com clareza, a presença de militares, comprovando a presença destes, e em bom número, no local e no momento da demolição, havendo, por outro lado, um destacamento mais numeroso ainda de forças policiais, quer de intervenção rápida, quer de ordem pública.

Atribuindo, como o fez, a responsabilidade pela movimentação de tropas ao Presidente da República, resta saber se José Eduardo dos Santos terá, de facto, dado a ordem para a presença desses militares nas demolições de Iraque e Bagdad Mas a Associação Mãos Livres, na pessoa do seu líder, David Mendes, aponta mesmo o dedo a Kundy Paihama, queixando-se de que este «mentiu» aos parlamentares e deve, por isso, ser demitido do cargo que ocupa.

7.18 OMA contra ocupações anárquicas de terrenos

Jornal de Angola 18 De Agosto de 2009

A secretária-geral da OMA, Luzia Inglês Van-Dúnem, incentivou ontem as militantes desta organização a desenvolverem palestras que expliquem questões relacionadas com a aquisição legal de terrenos junto das administrações municipais, para evitarem ocupações anárquicas.

Luzia Inglês, que falava durante o acto de abertura da sexta reunião ordinária do Comité Nacional da OMA, disse que as militantes estão a ser informadas sobre a Lei de Terras, para que, ao nível das suas províncias, ajudem os cidadãos a entender quais as áreas reservadas pelo Estado para a auto-contrução dirigida.

A secretária-geral da organização feminina do MPLA considerou que as ocupações anárquicas de terrenos "só atrapalham o processo de ordenamento do território e o realojamento das populações sinistradas para locais mais seguros e com melhores condições de saneamento e apoio social".

Luzia Inglês apelou às mulheres para trabalharem cada vez mais unidas para que juntas ajudem o Governo a combater a violência doméstica.

A secretária-geral da OMA lamentou o facto de a Lei contra a violência doméstica não ter sido ainda aprovada. "Há agressividade contra mulheres, praticadas por homens, que devem merecer penas duras. Só que ainda não foi aprovada a lei.

Assim, continuamos a sofrer pancadas e ofensas morais, o que atenta contra a harmonia das famílias e os bons costumes", referiu.

No encontro, que reúne militantes das 18 províncias do país, está a ser feito o balanço das actividades do Secretariado Executivo, de 2008 até à presente data. A reunião termina hoje.

7.19 Urbanização de terrenos nas reservas fundiárias

Jornal de Angola 21 de Agosto de 2009

O vice-ministro do Urbanismo e Habitação, António Teixeira Flor, anunciou terça-feira, em Menongue, que já foram identificados mais de cinco mil hectares de terra na província do Kuando-Kubango para a construção de 43.500 casas, no quadro do programa do Governo que visa a execução de um milhão de fogos habitacionais até 20 12.

Em declarações à imprensa no final da sua visita de trabalho à província do Kuando-Kubango, António Teixeira Flor avançou que, nas reservas fundiárias já identificadas teve início, numa primeira fase, o projecto de urbanização de 300 hectares para posteriormente serem erguidas algumas casas.

António Flor considerou que a execução deste programa na província do Kuando-Kubango está a correr a bom ritmo e deve ser harmonizada.

Salientou que a falta de quadros é umas das grandes preocupações que o sector que dirige na província do Kuando-Kubango enfrenta.

António Flor disse ainda que o Governo e parceiros sociais devem estudar e equacionar as melhores vias a nível da província para se resolver a problemática da habitação, no quadro da estratégia nacional.

Para o governador da província, Eusébio de Brito Teixeira, a visita do vice-ministro do Urbanismo e Habitação é fundamental para acelerar o projecto de construção de 43.500 casas gizado pelo Governo no Kuando-Kubango.

Durante a sua estadia na província, o vice-ministro visitou as obras de requalificação das artérias de Menongue e do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, reservas fundiárias do Tukuve, Vioto e do Mupambala, britadeiras da Zagope e da Edifer.

7.20 A saga das demolições sem garantias de realojamento

Angolense De 15 a 22 de Agosto de 2009

Por um lado satisfeita com a resolução que sugere a observância da dignidade da pessoa humana, dos valores de solidariedade e da justiça social na hora da requalificação das urbanidades, recentemente aprovada pela Assembleia Nacional, a associação OMUNGA defende, por outro, a existência de garantias face a ameaças que apontam para o fim de, pelo menos, três bairros em Benguela, naquele que é visto como o ponto mais crítico das demolições que ocorrem nos principais municípios da província.

A fazer jus ao estatuto de Observador da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, sobretudo agora que a força do "camartelo" parece ter atingido o cume, a organização do já bastante mediático José Patrocínio diz ter conhecimento de um plano governamental que deverá "varrer" bairros como São Pedra e Luongo, no Lobito, e Damba Maria, arredores da cidade de Benguela. Não avança, todavia, a composição das comunidades (número de famílias) que, à beira do desabrigo, precisam das garantias de dignidade e valores de solidariedade e justiça social.

Em carta dirigida ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", a 7 de Agosto último, mostra-se expectante quanto a medidas que assegurem o integral cumprimento da resolução acima descrita, que constitui o foco dos elogios que acaba de tecer.

A par de treze associações similares, solicitou a criação de uma comissão parlamentar que investigue o conhecido caso de ameaças e desalojamento forçado de cidadãos que se encontram na Feira do Lobito, propriedade do MPLA, conforme assumiu, precisamente em declarações ao Angolense, o porta-voz do Comité Municipal do Lobito, Alberto Ngongo.

A carta aberta consultada por este semanário refere que a petição encontra suporte no artigo 101 da Lei Constitucional.

Assim, instam o Governo a cumprir com as normas nacionais e internacionais sobre a expropriação por utilidade pública, desalojamentos e reassentamentos forçados, nos termos dos artigos 90, 99 e 102 da Lei Constitucional.

Nesta ordem de ideias, a OMUNGA louva a iniciativa do governador provincial, general Armando da Cruz Neto, direccionada à identificação de terrenos para as

250 famílias que vivem na Feira do Lobito. A inquietação persistente é que, além dos terrenos, cuja cedência envolverá a Administração do Lobito, não existem todas as garantias que dão corpo à resolução aprovada pela Assembleia Nacional.

É por isso que este Observador da Comissão Americana dos Direitos do Homem e dos Povos propõe ao administrador Amaro Ricardo Segunda a constituição de uma comissão técnica de trabalho que congregue a Comissão de Moradores e quadros seus, podendo vir a envolver outros interessados.

Até ao momento do fecho desta edição, o Angolense tudo fazia para obter um pronunciamento do administrador do Lobito, Amaro Ricardo, de quem pretendia saber se está por dentro do alegado plano para a destruição dos bairros do Luongo e de São Pedro, sua área de jurisdição.

O telefone chegou a tocar, mas as chamadas encontravam como destinatário o correio de voz. Confrontado com a denúncia, o administrador adjunto de Benguela, Leopoldo Muhongo, disse não ter conhecimento de nenhum plano tendente a desalojar comunidades da Damba Maria. "Pode haver requalificação ou alguns ajustes, não destruições". Afiançou o responsável.

7.21 A saga das demolições sem garantias de realojamento

Angolense De 15 a 22 de Agosto de 2009

Por um lado satisfeita com a resolução que sugere a observância da dignidade da pessoa humana, dos valores de solidariedade e da justiça social na hora da requalificação das urbanidades, recentemente aprovada pela Assembleia Nacional, a associação OMUNGA defende, por outro, a existência de garantias face a ameaças que apontam para o fim de, pelo menos, três bairros em Benguela, naquele que é visto como o ponto mais crítico das demolições que ocorrem nos principais municípios da província.

A fazer jus ao estatuto de Observador da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, sobretudo agora que a força do "camartelo" parece ter atingido o cume, a organização do já bastante mediático José Patrocínio diz ter conhecimento de um plano governamental que deverá "varrer" bairros como São Pedra e Luongo, no Lobito, e Damba Maria, arredores da cidade de Benguela.

Não avança, todavia, a composição das comunidades (número de famílias) que, à beira do desabrigo, precisam das garantias de dignidade e valores de

solidariedade e justiça social.

Em carta dirigida ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", a 7 de Agosto último, mostra-se expectante quanto a medidas que assegurem o integral cumprimento da resolução acima descrita, que constitui o foco dos elogios que acaba de tecer.

A par de treze associações similares, solicitou a criação de uma comissão parlamentar que investigue o conhecido caso de ameaças e desalojamento forçado de cidadãos que se encontram na Feira do Lobito, propriedade do MPLA, conforme assumiu, precisamente em declarações ao Angolense, o porta-voz do Comité Municipal do Lobito, Alberto Ngongo.

A carta aberta consultada por este semanário refere que a petição encontra suporte no artigo 101 da Lei Constitucional. Assim, instam o Governo a cumprir com as normas nacionais e internacionais sobre a expropriação por utilidade pública, desalojamentos e reassentamentos forçados, nos termos dos artigos 90, 99 e 102 da Lei Constitucional.

Nesta ordem de ideias, a OMUNGA louva a iniciativa do governador provincial, general Armando da Cruz Neto, direccionada à identificação de terrenos para as 250 famílias que vivem na Feira do Lobito. A inquietação persistente é que, além dos terrenos, cuja cedência envolverá a Administração do Lobito, não existem todas as garantias que dão corpo à resolução aprovada pela Assembleia Nacional.

É por isso que este Observador da Comissão Americana dos Direitos do Homem e dos Povos propõe ao administrador Amaro Ricardo Segunda a constituição de uma comissão técnica de trabalho que congregue a Comissão de Moradores e quadros seus, podendo vir a envolver outros interessados.

Até ao momento do fecho desta edição, o Angolense tudo fazia para obter um pronunciamento do administrador do Lobito, Amaro Ricardo, de quem pretendia saber se está por dentro do alegado plano para a destruição dos bairros do Luongo e de São Pedro, sua área de jurisdição.

O telefone chegou a tocar, mas as chamadas encontravam como destinatário o correio de voz. Confrontado com a denúncia, o administrador adjunto de Benguela, Leopoldo Muhongo disse não ter conhecimento de nenhum plano tendente a desalojar comunidades da Damba Maria. "Pode haver requalificação ou alguns ajustes, não destruições".

Afiançou o responsável. •

7.22 A declaração de Benguela sobre as Demolições

Agora 22 de Agosto de 2009

Esta semana tiveram lugar três acontecimentos que prenderam particularmente a minha atenção: a Conferência Internacional sobre a vida e obra de Óscar Ribas, a visita do Presidente Zuma e a Declaração de Benguela sobre as Demolições.

Em relação a Óscar Ribas falaremos em texto próprio, na próxima semana. Sobre a visita do Presidente da África de Sul deixo apenas algumas considerações para me poder debruçar com mais amplitude sobre a barbárie das demolições que foi, em Benguela, objecto de uma declaração da sociedade civil.

A visita de Zuma (e da importantíssima delegação que o acompanhou) significa antes de mais que as relações entre os dois Estados, para lá da retórica habitual, entram numa nova era.

Esta tem como principal característica a transformação das "boas relações políticas entre as duas lideranças" em projectos de desenvolvimento ou, pelo menos, em frutuosas relações (e acções) de negócios.

Revoluta o tempo das simples cumplicidades ideológicas, poderíamos dizer que parece que o novo nome da diplomacia é a economia. Mas, esta visita significa também uma mudança de atitude de ambos os lados que aceitam agora uma liderança conjunta da África Austral, o que pressupõe não mais a rivalidade das "duas potências" por essa liderança.

O que permite a entrada a corpo inteiro de Angola na região e um incremento nos planos de desenvolvimento regionais.

Possibilita também à África de Sul uma entrada na África Central, pela porta de Angola, onde esta afirma já um lugar de potência regional. É claro que isto significa que os interesses económicos dos grupos de poder, num e noutro país, são agora coincidentes, o que não acontecia antes.

Quanto a "Declaração de Benguela sobre as Demolições" ela é, antes de mais, um sinal de que a sociedade civil angolana quer ter voz própria na senda do desenvolvimento nacional e não quer ser cúmplice da voracidade dos grupos de poder pela especulação imobiliária, denunciando o facto de trinta mil famílias terem sido desalojadas (entre 2001 e 2007) e da ira do camartelo ter demolido três mil casas, o mês passado,

no Kilamba Kiaxi, em poucos dias e aos nossos olhos.

Esta declaração é pois uma tomada de posição dos seus subscritores em relação a "recrudescência de desalojamentos forçados já havidos ou anunciados que constituem uma violação dos direitos dos cidadãos a uma vida digna".

É também um veemente protesto contra os desalojamentos perpetrados e a exigência do respeito, pelas instituições do Estado, dos direitos dos cidadãos, nomeadamente à uma habitação condigna, possível no quadro de uma política habitacional participativa, abrangente e que apoie os mais desprovidos de recursos.

A política do camartelo é justificada, pelo discurso oficial, pela necessidade da reconstrução nacional, traduzida em requalificação de espaços, expropriação por utilidade pública, realização do CAN ou implementação de investimentos públicos ou privados.

É verdade que cabe ao Governo, nos termos da Constituição, artigo 9º, orientar o desenvolvimento da economia nacional mas tem que o fazer, por força desse articulado, de forma a garantir (1) o crescimento harmonioso das regiões do país, (2) a racional e eficaz utilização dos recursos e capacidades produtivas (do país) e (3) a elevação do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos".

Isto quer dizer que o desenvolvimento não pode ser senão um desenvolvimento integrado, feito com os cidadãos, sob pena de ser inconstitucional, ilegal e um verdadeiro acto de violência.

A expropriação não pode ser utilizada como um acto arbitrário do Estado. Embora sendo um acto discricionário tem que estar fundada numa razão de interesse público. E, por isto, a expropriação não pode ser um meio que faça do Estado um instrumento para privilegiar um grupo de cidadãos, em desfavor de outros.

As demolições das casas dos moradores dos bairros populares que vão acontecendo ou virão a acontecer por todo o país não podem servir para proporcionar terrenos baratos à especulação imobiliária de qualquer grupo de poder.

Pelo seu teor se percebe que para a "Declaração de Benguela sobre as Demolições" não é o desenvolvimento que é objecto de inquietação mas a forma como são encarados os "futuros grandes investimentos no país, seja para a produção de bio-combustíveis, em Malanje, alumínio, em Benguela,

prata, no Kwanza-Norte, cobre, no Uíje ou urânio, no sul do país", Se estes investimentos estimulam o crescimento económico e proporcionam a criação tão necessária de empregos, perante uma política despreocupada do Governo de protecção das populações locais, vai seguramente haver um aumento dos confiscos de terras e de desalojados, "sem alternativas nem compensações".

Os subscritores da "Declaração de Benguela sobre as Demolições" têm pois razão de "pensar que esta onda de desalojamentos forçados pode aumentar e violar os direitos de muitas outras famílias" e, por isto, tomam posição" contra o recurso sistemático a desalojamentos forçados, demolições de casas e expropriação de terras".

E apelam também a criação de "comissões, em cada município, com ampla participação da sociedade civil e representantes de cada bairro e comunidade" que se pronunciarão sobre "os planos de construção, desalojamento e realojamento na área", Incentivando assim o Governo a colocar "o direito a uma habitação adequada" no centro "da sua política, programas e orçamentos habitacionais, urbanísticos e de utilização do espaço".

7.23 Administração municipal do Sumbe indignada com construção anárquica

Jornal de Angola 27 de Agosto de 2009

O administrador municipal do Sumbe, Sebastião Daniel Neto, disse, ontem, que as construções anárquicas não estão a poupar os locais sagrados.

A denúncia foi feita no termo da jornada de campo efectuada nas localidades da Terra Prometida, Sandinos e Pedra I, arredores do Sumbe, em que verificou várias irregularidades na construção de casas nas imediações dos túmulos e nas vias condutoras de águas pluviais.

Sebastião Daniel Neto mostrou-se preocupado com o facto de alguns cidadãos manifestarem resistência às normas estabelecidas pela administração municipal e advertiu para as consequências desse comportamento.

"Lamentamos que depois a administração proibir a construção de casas em determinados lugares elas sejam feitas, muitas delas dentro ou próximo das campas. Vamos agir de forma enérgica", sublinho.

O governante disse haver um caso, no bairro da Pedra I, em que um homem desenterrou quatro corpos para construir a casa, mesmo tendo sido advertido pelo soba da área para não fazer.

Neto Makandumba lembrou que o "resgate de valores morais deve envolver toda a sociedade".

"É inacreditável que um indivíduo desenterte corpos para construir uma casa, o que é não só ser um atentado à saúde pública como a profanação dos cemitérios".

O administrador municipal referiu que a cedência de terrenos é uma tarefa exclusiva da administração municipal e lamenta a atitude, em determinadas localidades, de "alguns oportunistas e desonestos que vendem parcelas de terras a mais de uma pessoa, situação que está a gerar conflitos".

Sebastião Daniel Neto informou que a situação não abrange as duas reservas fundiárias no município, uma na parte sul em direcção à estrada que liga o Sumbe ao Seles, com 150 hectares, e outra, no quilómetro 13, junto ao Instituto Nacional de Petróleo.

As zonas mais polémicas em termos de construções anárquicas na cidade do Sumbe, frisou, são os bairros Pedra I Terra Prometida, Sandinos e o espaço da cintura verde, que aguarda pelo loteamento.

7.24 Loteamento de terrenos começa em Setembro

Jornal de Angola 28 De Agosto de 2009

Os trabalhos de arruamento e loteamento dos terrenos integrados no programa de construção de um milhão de casas em todo país arrancam até ao dia 20 de Setembro em todas as províncias.

A decisão foi tomada, ontem, em Luanda, pelos membros da Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação e consta da programação para o mês de Setembro aprovada numa reunião orientada pelo Primeiro-ministro, António Paulo Kassoma coordenador da comissão.

O porta-voz da reunião, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, disse à imprensa que a Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação apreciou os trabalhos realizados pelas comissões provinciais de loteamento, arruamento, tratamento das reservas fundiárias e desmatção dos espaços onde não ser construídas as casas.

O encontro, realizado na Cidade Alta, serviu balancear também as actividades realizadas durante o mês de Agosto pela comissão.

Os participantes concluíram que os trabalhos realizados correspondem aos objectivos do programa, embora seja necessário maior aproximação da Comissão Nacional às

Comissões Provinciais.

A Comissão Nacional aprovou a Cartilha 3 do registo predial que estabelece as formas como registar os terrenos e as casas depois de adquiridos. Na s próxima reunião a Comissão vai e aprovar as Cartilhas 4 e 5, que estabelecem as regras

Estabelecem as regras de participação dos investidores imobiliários e acesso ao crédito à habitação.

Os membros da Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação apreciaram o conjunto de material para a construção de uma casa, denominado "Kit Minha Casa", que vai atender o projecto de autoconstrução dirigida às casas de pessoas de baixo rendimento.

A Comissão Nacional de Habitação e Urbanismo está a divulgar as Cartilhas 1 e 2, que informam sobre como ter acesso a um terreno e a uma casa.

A Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação aprovou, ontem, o orçamento de 170 milhões de kwanzas para o funcionamento das 18 comissões provinciais e unidades técnicas enquadradas no programa de construção de um milhão de casas.

Na reunião orientada por António Paulo Kassoma, os membros da Comissão Nacional avaliaram, também, a constituição das comissões e unidades que vão apoiar a aplicação prática do programa a nível local e estabeleceram directrizes que orientam os governos provinciais a gerirem o orçamento das unidades técnicas.

7.25 Sociedade civil contra despejo

Novo Jornal de 28 De Agosto 2009

Como forma de protesto contra as demolições e desalojamentos forçados que têm acontecido um pouco por todo o País, circula pela Internet e por outros meios, desde a semana finda um abaixo-assinado subscrito por membros da sociedade civil e associações que ficou conhecido como a "Declaração de Benguela"

O documento emanou durante uma tomada de posição pública aquando da realização de mais uma edição do "Quintas do Debate", que aconteceu na quinta-feira, 20 de Agosto, na cidade de Benguela.

"Nós, membros da sociedade civil angolana aqui presentes, em nome das organizações e indivíduos que assinaram este texto, declaramos estar extremamente preocupados pela recrudescência de desalojamentos forçados já implementados ou anunciados, que constituem uma violação dos direitos dos cidadãos a

uma vida digna", frisam os signatários no comunicado.

Esta é mais uma tomada de posição da sociedade civil em relação aos despejos. Em Julho último, em Luanda, várias organizações redigiram e fizeram chegar ao gabinete do presidente da Assembleia Nacional uma carta aberta onde protestavam contra a onda de desalojamentos em Angola, e em particular em Benguela, onde 250 famílias que habitam no recinto da Feira do Lobito correm o risco de serem desalojadas.

Embora não tenham recebido nenhum feedback, como diz o presidente da associação Omunga, José Patrocínio, os deputados discutiram esta questão no parlamento, o que, considera, "já é um bom sinal".

Na sua mais recente declaração, os participantes do "Quintas dos Delates" apelam ainda ao respeito pela vida e pelos direitos fundamentais dos cidadãos e defendem que "as instituições do Estado são os principais responsáveis pela garantia de direitos numa base universal e, no caso, devem fazê-lo através de uma política habitacional participativa, abrangente e pró-pobres, ou seja, adequada à realidade da grande maioria das famílias vivendo neste país".

Para José Patrocínio, acções do género são importantes" para estimular o debate sobre vários assuntos". O activista de direitos humanos considera que em função das várias acções que têm desenvolvido há uma luz no fundo do túnel em Benguela, já que recentemente foram convidados pelo governador da província e pelo 10 secretário provincial do MPLA para falar "sobre o caso dos moradores da feira do Lobito e outros.

No encontro ficou patente "que as autoridades vão arranjar terrenos para o realojamento dos cidadãos e criar condições condignas" avançou o activista.

7.26 Lobito está sob pressão devido a pedidos de terrenos

Angolense De 29 de Agosto a 05 de Setembro de 2009

Movida por pedidos para a concepção de terrenos, a Administração do Lobito acaba de delinear, para lá das três reservas fundiárias criadas, uma estratégia que culminará com o alargamento da cidade, assente na «ressurreição» da aldeia da antiga Açucareira 1º de Maio, onde está em curso um dos vários projectos de urbanização.

Entre a vila da Catumbela e a cidade do Lobito, a área que albergará a rejuvenescida aldeia da extinta unidade fabril, serão construídas duzentas casas, informou Amaro Segunda Ricardo, convicto de que o trabalho

oferece garantias.

É necessário que as pessoas tenham olhos para ver o que está a ser feito», alertou. Amaro Ricardo falou de um programa habitacional bastante flexível, que abre espaço a construções no âmbito de intervenções do Estado, de parcerias público-privadas e da autoconstrução.

Em resposta à pressão para a concepção de terrenos, as autoridades locais continuam envolvidas em vários projectos de urbanização. "Não estamos parados», resumiu o dirigente, visivelmente optimista, pouco depois de ter passado em revista o essencial sobre as reservas fundiárias existentes na sua circunscrição.

Foi neste capítulo que preferiu esclarecer que, contrariamente ao que se possa imaginar, as reservas fundiárias não estão apenas para a construção de habitações, a julgar pelas petições para fins industriais, transportes, hotelaria e extracção de inertes.

Amaro Ricardo revelou que o Lobito conta com as reservas fundiárias da Cabaia, Luongo e Golfe, esta última com 150 hectares, metade da cifra estabelecida para cada capital de província, destinados aos arruamentos, instalação de redes para energia e água e saneamento básico. Ela vem substituir a área reservada à Refinaria.

O administrador municipal descreveu o Luongo como uma "zona atractiva» em termos urbanísticos, tal como a Cabaia, já na mira de promotores imobiliários que se propõem melhorar a qualidade de vida ou mesmo criar um novo Com pão e Restinga. "É preciso, em suma, descongestionar as áreas mais habitadas, daí o alargamento da cidade», frisou.

Se existe algum problema capaz de "beliscar» o Programa Nacional de Habitação, é o da electricidade e da água, conforme reconheceu Amaro Ricardo, para quem as insuficiências que hoje se verificam devem ser solucionadas em tempo oportuno.

7.27 Sociedade Civil nacional levanta-se contra demolições do regime

Folha 8 29 de Agosto de 2009

Nós, membros da sociedade civil angolana aqui presentes, em nosso nome e em nome dos representantes de organizações e indivíduos que assinaram este texto, declaramos estar extremamente preocupados pela recrudescência de desalojamentos forçados já implementados ou anunciados, que constituem uma violação dos direitos dos cidadãos a uma vida digna.

Neste contexto, assumimos uma posição clara a favor do respeito pela Constituição, pela lei e pelos direitos fundamentais dos cidadãos, razão pela qual nos declaramos veementemente contra os desalojamentos perpetrados, e exigimos que as instituições do estado, principais responsáveis pela garantia de direitos numa base universal, adotem uma política habitacional participativa, justa e abrangente dos diversos grupos e camadas sociais, ou seja, adequada à realidade da grande maioria das famílias deste país.

De acordo com a Observação Geral nº 7 do Comité da ONU sobre os Direitos Económicos, sociais e Culturais entende-se "desalojamentos forçados" como sendo "o facto de fazer sair pessoas, famílias e/ou comunidades das suas casas e/ou das terras que ocupam, de forma permanente ou provisória, sem oferecer-lhes meios apropriados de protecção legal ou de outra índole nem permitir-lhes o acesso a eles".

Ainda de acordo com o mesmo documento, o referido Comité chegou à conclusão que "os desalojamentos forçados são *prima facie* incompatíveis com os requisitos do Pacto [Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais]" Entre 2001 e 2007, organizações locais e internacionais documentaram o desalojamento forçado de mais de 30 000 pessoas uma parte delas viu as suas casas serem demolidas sem serem avisadas menos ainda consultadas sem protecção legal nem habitação alternativa adequada.

Muitos desalojamentos foram executados por agentes da polícia membros das forças armadas ou ele empresas de segurança privada com uso excessivo da força.

No mês passado, 3000 casas foram demolidas no Município do Kilamba Kiaxi em Luanda, o que significou o desalojamento de 3000 famílias, ou seja, pelo menos 15 000 pessoas. No Lobito, desde Fevereiro deste ano, 250 famílias vivendo na feira vêm sendo ameaçadas de desalojamento.

Na previsão do CAN e de projectos turísticos entre Benguela e Lobito, as administrações locais anunciam futuros desalojamentos de bairros inteiros, comportando milhares de famílias.

Elas não foram ainda avisadas e nenhuma actividade de consulta está prevista.

Muitos outros casos ocorrem em várias províncias, não só nas cidades mas também no meio rural onde terras são confiscadas das comunidades locais, que sobrevivem da agricultura de subsistência.

Por causa das numerosas deslocações internas durante a guerra, de um sistema administrativo débil e da falta de uma política habitacional pró-pobres, entre outros factores, estima-se que em Luanda, por exemplo, 75% das famílias não têm títulos formais sobre as suas casas e terras.

Várias vezes, como no caso de famílias da feira da Lobito, elas foram realojadas naquele local pela própria administração municipal, mas sem que nunca lhes tenha sido dado um título de propriedade, deixando-as vulneráveis a novos desalojamentos, cada vez que a administração precisar do terreno para outros fins.

As razões oficialmente dadas pelo Governo, central ou local, para esses desalojamentos, vão da reconstrução do país à requalificação das áreas, à expropriação por "utilidade pública", à preparação do CAN, ou ainda a investimentos públicos ou privados.

Mesmo que algumas destas razões possam considerar-se justificadas e legítimas, existem normas internacionais, reconhecidas pelo sistema jurídico angolano, que regulam a forma de desalojar.

De qualquer modo, não é aceitável que este tipo de medidas seja sistemático e julgado normal pelo Governo, porquanto deve-se recorrer a eles apenas em última instância, e só depois de terem sido organizadas, entre outras condições, alternativas adequadas.

Estamos ainda mais preocupados porque outros factores nos fazem pensar que esta onda de desalojamentos forçados pode aumentar e violar os direitos de muitas outras famílias, se não forem adoptados, processos adequados.

Trata-se do novo Código Mineiro que, se for aprovado como está a ser apresentado agora, colocará todas as áreas contendo recursos minerais, inclusive os destinados à construção civil, como zonas restritas de onde as populações locais terão de ser desalojadas.

Trata-se também da implementação da Lei de Terras, no sentido do pouco que está a ser feito para que as comunidades rurais e as famílias nas cidades registem sistematicamente os seus terrenos, afim de ter maior segurança jurídica no futuro.

Trata-se finalmente dos futuros grandes investimentos no país, seja para a produção de biocombustíveis em Malanje, alumínio em Benguela, prata no Kwanza-Norte, cobre no Uíge ou urânio no Sul do país.

Estes investimentos são necessários e podem criar empregos e crescimento, mas se o Estado angolano não proteger as famílias que vivem nos locais visados, o número de desalojamentos e confiscos de terras, sem alternativas nem compensações, poderá crescer em proporções alarmantes nos próximos anos. E, mais uma vez, o crescimento económico não será acompanhado de desenvolvimento social.

É de lembrar que no seu Artigo 2º, a Lei Constitucional angolana vigente declara que A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos", entre outros, "a dignidade da pessoa humana" e "o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem", O seu Artigo 20º afirma que "O Estado respeita e protege a pessoa e dignidade humanas", e o 21:2 que "A família, núcleo fundamental da organização da sociedade, é objecto de protecção do Estado".

Além disso, o Artigo 21º da mesma Lei reconhece que "As normas constitucionais e legais relativas aos direitos fundamentais devem ser interpretadas e integradas de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, e dos demais instrumentos internacionais de que Angola seja parte", De facto, Angola ratificou a Carta Africana, em 1990, e os Pactos Internacionais sobre os Direitos Cívicos e Políticos, e sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, em 1992, Como Estado parte, Angola aceitou então as obrigações de respeitar, proteger e realizar os direitos humanos, inclusive o direito a uma habitação adequada.

Por último, gostaríamos de lembrar que aquando da revisão de Angola, em Novembro de 2008, pelo Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, foi recomendado que Angola deve:

a) Adoptar medidas firmes para conseguir que só se recorra a desalojamentos em última instância e leis e directivas que definam rigorosamente as circunstâncias e condições para levar a cabo um desalojamento em conformidade com a Observação Geral n.º 7 do Comité sobre o Direito a uma Habitação Adequada (Cart. 11.1) e os desalojamentos forçados (997);

b) Investigar todas as alegações do uso excessivo da força por parte dos agentes da polícia e de funcionários do Estado que participam nos desalojamentos forçados, e colocar os autores à disposição da justiça;

c) Velar para que se ofereça a todas as vítimas dos desalojamentos forçados uma alternativa de Habitação Adequada ou indemnização, e para que as vítimas tenham acesso a recursos jurídicos eficazes;

d) Garantir que todos os desalojamentos forçados que sejam levados a cabo no contexto do CAN, cumpram com os requisitos e as directrizes da Observação Geral N.º 7.

Neste contexto e tendo em mente preocupações para o presente e o futuro do nosso país:

1. Posicionamo-nos contra o recurso sistemático a desalojamentos forçados, demolição de casas e expropriação de terras;

2. Apelamos aos governos provinciais a criarem comissões, em cada município, com ampla participação da sociedade civil e representantes de cada bairro e comunidade, para discutir, com antecedência, sobre todos os planos de construção de casas, desalojamentos e realojamentos na área, e para facilitar a realização de consultas e negociações, caso por caso;

3. Exigimos que os direitos à informação, à participação e os recursos jurídicos, todos reconhecidos pela Lei Constitucional angolana, sejam respeitados;

4. Pedimos que o direito a uma habitação adequada para todos, o que inclui os componentes de segurança jurídica da ocupação, habitabilidade, acesso a serviços públicos, acesso físico e financeiro, localização e adequação à cultura, seja integrado na nova Lei Constitucional do país;

5. Apelamos ao Governo a utilizar o direito à habitação como base da sua política, programas e orçamentos habitacionais, urbanísticos e de utilização do espaço, que devem ter sistematicamente uma componente pró-pobres, afim de começar a inverter o quadro das desigualdades sociais no nosso país;

6. Apelamos ainda ao Governo a respeitar o direito à habitação e todos os outros direitos humanos nos Decretos que promulga, assim como nos acordos bilaterais e multilaterais que assina com outros países;

7. Recomendamos que a Relatora Especial da ONU para a Habitação Adequada seja oficialmente convidada pelo Governo de Angola, para encetar um diálogo construtivo com o mesmo, e apoiá-lo a cumprir com as suas obrigações de respeitar, proteger e realizar o direito à habitação.

Benguela, 20 de Agosto de 2009

7.28 Negociação com proprietários de direito sobre terrenos tem sido controversa

O Independente 29 De Agosto de 2009

Uma praça financeira do país vai ser erguida nos quarteirões onde está a Nando's, Alfândegas, Bolsa de Valores e o BPC, na Baixa de Luanda. No local, onde devem ser instalados bancos, seguradoras, repartições fiscais e outras empresas, estão edifícios antigos em estado de conservação degradante que podem ser substituídos por outros modernos.

Mas, se acontecer o que se regista em vários projectos, o centro financeiro pode levar muitos anos para ser concluído. O processo de negociação e indemnização com populares que vivem em áreas visadas para a construção de projectos públicos tem-se mostrando lento e polémico, sobretudo na contrapartida oferecida pelas entidades do Estado afins.

No Aeroporto Internacional que está a ser erguido na zona do Quilómetro 3D, arredores de Viana, o entendimento com os populares que tinham lavras no perímetro definido para a construção da obra levou muito tempo para a sua conclusão.

As obras no local arrancaram, mas mesmo no interior do cerco ainda eram visíveis cubatas de camponeses que reclamavam uma justa compensação, por não terem chegado a acordo com o Estado, em função do montante proposto.

Na Samba, na zona traçada para a construção da via rápida, o processo de indemnização não agradou aos populares que tinham casas no percurso definido para o projecto de construção das valas de drenagem das águas pluviométricas e da rede de esgotos.

Até o início do ano em curso os populares ainda reclamavam das condições das casas para onde foram realojados. As casas, segundo os populares, são pequenas e sem as infra-estruturas básicas. Muitos destes populares aguardam ainda pelo seu realojamento.

Na zona escolhida para construir a praça financeira a negociação pode ser mais acesa por se tratar de uma zona urbana, onde os terrenos são cada vez mais sobrevalorizados com o tempo.

O Plano de requalificação da zona baixa do país, a cargo do Governo Provincial de Luanda, tem o suporte do Ministério das Obras Públicas para acelerar e facilitar o projecto.

O estudo para a construção da versão angolana do

«Wall Street» de Nova York está na sua fase prática, segundo decisão do Conselho de Ministros esta quarta-feira.

7.29 Estado partiu e não indemniza

Folha 8 29 de Agosto de 2009

Em 1984, o Governo Provincial de Luanda enviou o maldito Martelo demolidor contra a casa do cidadão José Tango que ficava precisamente na área da ex-Estação de Comboio – Bungo, para dar lugar a actual Base Porto também conhecida como "UNICARGAS". "Essa, meus senhores era uma grande casa e de jeito nenhum se tratava de um casebre", reclama a vítima.

Enquanto a UNICARGAS vai facturando balúrdios de dinheiro, cidadãos andam errantes lançados na desgraça. Em situação de desalojados forçados, expostos em plena rua há anos e pela vontade de quem manda, este cidadão viu sua filha de nome Esperança Mateus Tango morrer em 1993 submergida nas águas da chuva no momento que sua mãe se ausentara na busca de qualquer coisa para matar a fome, já que o pai, João Mateus Tanga como chefe de família encontrava-se fora de Luanda devido a guerra. Juntamente a filha, o casal Tanga perdeu todos seus haveres.

Dali para aqui, Tanga e sua família vão vegetando por tudo quanto é canto, alugando casebres e com eles enfermidades e a indigência imunda.

Como prova disso, outra filha com apenas 12 anos de idade foi engravidada quando andava desamparada. O caso, foi submetido as instâncias competentes cujo processo tem o número 175/05, arquivado desde então no Tribunal de Julgado de Menores. Naquela altura sua esposa não deu culpas a ninguém, senão ao estado de abandono em que estavam votados.

7.30 Sobras de um bairro

Novo Jornal 31 de Julho de 2009

"Queremos as nossas casas! Queremos as nossas casas", gritavam de forma compassada, defronte ao Hospital Josina Machel, em Luanda, os moradores do demolido bairro do Iraque, no Kilamba-Kiaxi, perto da Camama, ruínas foram demolidas na madrugada de segunda-feira, 20 de Julho.

A intenção dos manifestantes era protestar defronte à Assembleia Nacional e na Cidade Alta (Palácio Presidencial) contra a forma "bruta e desumana como estão a ser tratados pelas autoridades".

No entanto, a Polícia interveio e afastou-os até ao hospital de onde foram escoraçados pelas forças

antimotins que se fizeram acompanhar de cães e carros blindados equipados para o efeito.

"É desta forma que eles acham que vão resolver o problema?", questionava-se um homem, ligeiramente assustado com a represália da Polícia, apesar de a situação já ter sido ultrapassada na altura.

Os manifestantes, espalhados pela zona do Nzamba II, na Samba, e temendo que as forças policiais as perseguissem, voltaram para as suas casas, no "Iraque", onde as sobras das demolições são visíveis logo à entrada do bairro.

"Mataram-nos mesmo com vida", disse Manuel outra vítima, prostrado sobre os escombros da sua moradia, com as mãos na cabeça. Manuel permaneceu calado, tentando conter as lágrimas que lhe avermelhavam os olhos.

Os vizinhos ajudaram-no a relatar como as coisas aconteceram: Nunca na minha vida vi tantos homens armados como na segunda-feira", conta Nzola Victor, pai de seis filhos, com quem passa as noites ao relento.

Victor lembra ainda o seu espanto ao ser acordado às cinco da manhã devido o roncar estrondoso dos veículos militares, cujos trilhos dos pneus ainda se viam no chão, domingo, 26 de Julho "saltámos da casa e nem tivemos tempo de retirar as coisas, está tudo estragado", acrescenta, enquanto tirava dos escombros, com a ajuda de uma mulher idosa, as chapas de zinco menos danificadas.

"Esta é a minha mãe. Estou sem palavras, sinceramente", desabafou A mãe, uma senhora de 60 anos de idade, trémula, com os lábios secos e o rosto nitidamente pálido, apenas aproveita as reclamações do filho para confirmar com a cabeça e as mãos.

Segundo moradores, mais de 30 veículos deslocaram-se ao bairro e a ninguém foi dada a oportunidade de evacuar os haveres de dentro das residências. A pior cena, contam, foi de uma senhora retirada da casa logo após dar à luz.

"Os polícias riam-se apenas e assistiam a senhora fazer o parto", relatam. "Fomos muito humilhados, mas muito humilhados", acrescenta Manuel, já recuperado, limpando do rosto a poeira com a única camisa que lhe restou.

A espera do parto

Clarinha Montinho e Teresa António Manuel estão grávidas há nove meses e esperam apenas pelo dia do parto. As suas casas também foram demolidas no bairro Bagdad e não sabem onde se refugiar para ter os

bebés.

Clarinha, mais tranquila do que Teté, conta que o marido, com quem tem três filhos, anda de viagem, desconhece o que aconteceu à família. "Todas fomos vender e só no regresso é que soubemos que as casas tinham sido partidas", narra a vendedora ambulante, que se levanta a quatro da manhã devido à sua actividade comercial.

"Quem nos vai devolver os nossos haveres? Que mal fizemos?", interroga-se Teté a choramingar e queixa-se de terem sido abandonados ao relento. "Nossa vida é só sofrer. Partiram-nos até os tanques de água. Há mais de cinco dias que não banhamos. Nem mudamos de roupa", deplora.

As crianças sorriem apesar da gravidade da situação. Com os trocos nus, descalças e sujas, elas fazem poses e pedem ao fotógrafo que as capture. Umam correm de um lado ao outro, gritando, outras, aparentemente condoídas, ouvem as lamentações dos adultos.

"As coisas não funcionam assim. Se nós já estamos ilegais, como é que o governo, que quer repor a ordem age à margem da lei?", questiona-se Alberto, de 25 anos.

O jovem retirava dos escombros os bens aproveitáveis e transportava-os para uma viatura de marca Dina, onde já estavam os blocos que serviam para a conclusão das obras da casa.

Obrigados a refugiarem-se em casas de amigos e familiares, os antigos moradores da zona adstrita às instalações da TPA na Camama mostram-se conformados com a situação, apesar das perdas.

Aqui as terras encontram-se completamente abandonadas, com algumas construções deixadas ao meio, montes de areia cobertos com lonas e as dezenas de casas existem no local foram demolidas. Ao longe, vêem-se pessoas carregando chapas de zinco sobre a cabeça e blocos de cimento em carros demão.

David Manuel, camponês, conta que a única informação que teve, isto no dia da demolição, foi que os terrenos são reservas do Estado. "Ao menos que houvesse um sinal, porque se encontrássemos essa informação não compraríamos terreno nenhum".

André Zagi, outro homem encontrado no local a arrumar os blocos que sobraram intactos, narra que trabalhou em lavras de camponeses durante muito tempo. "Como era difícil o transporte, os proprietários

venderam-nos parcelas de terra para construir uma casa para as nossas famílias".

A parcela de terra, adquirida em 2005, custou mil dólares, mas até a data da demolição estes só haviam pago metade. Cansados, depois de terem trabalho durante mais de uma duas horas a arrumar os blocos, André e David sentaram-se debaixo de um cajueiro para tomar o pequeno-almoço, apesar de serem doze horas.

8 AGUA E SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Projecto "Água para todos em acção nas zonas rurais"

O Independente 01 De Agosto de 2009

Este ano vão beneficiar do projecto "Água para Todos" as cidades de Ambriz, Dembos Quibaxi, Nzeto, Tomboco, Maquela do Zombo, Quimbele, Nzagi, Cacolo, Luau, Bocoio, Cubal, Ganda, Caála, Caconda, Gabela, Waku Kungo e Bailundo.

Fazem igualmente parte do projecto as cidades de Dondo, GolungoAlto, Camabatela, Buco Zau, Cacusó, Kambundi Katembo, Mussende, Andulo, Kunje, Camacupa, Matala, Virei, Calai e Cahama.

Para o efeito, a Secretaria de Estado das Águas está a promover um concurso para a selecção de 15 empresas para administrar os sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, que prevê instalar em 31 cidades do país até 2012.

O chefe do gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística da instituição, Paulo Jorge Ringote, disse ao semanário "O Independente" que as empresas seleccionadas estarão encarregues de garantir a sustentabilidade e rentabilidade dos empreendimentos, assegurando a sua auto-suficiência financeira.

Gestão de água em Luanda e Moxico

Por outro lado, 520 mil pessoas das zonas peri-urbanas de Luanda e Moxico vão beneficiar, a partir deste ano, de um programa de gestão de água e saneamento básico, a ser implementado pela Organização das Nações Unidas, com apoio da Cooperação Espanhola.

O programa, lançado recentemente, está orçado em sete milhões e 600 dólares americanos, financiado pelo Governo da Espanha, em parceria com a Secretaria de Estado das Águas, Ministério do Ambiente, PNUD, UNICEF, OII, OIM e ong Development Workshop.

A iniciativa pretende criar uma gestão comunitária sustentável dos serviços de água e saneamento básico, reforçando a governação do sector e implementando políticas que assegurem a participação das comunidades no fornecimento de água e saneamento.

O projecto visa ainda financiar projectos comunitários de água e saneamento e melhorar a responsabilidade

para o referido sector nas áreas periféricas, urbanas e rurais.

Das 520 mil pessoas beneficiadas, 120 mil se beneficiarão de forma directa e 400 outras indirectamente.

Luanda terá nova estação de captação Luanda vai contar, ainda este ano, com um nova estação de captação e tratamento de água potável, na zona do Bitá, em Viana, numa iniciativa da Secretaria de Estado das Águas, visando o melhoramento do fornecimento do produto às populações da capital do país.

Três milhões de dólares (na cotação oficial um dólar equivale hoje a 77.612 Kz a compra e a 78.000 Kz a venda).

A edificação do empreendimento levará três anos e permitirá a criação de 50 postos de trabalho.

Com mais de quatro milhões de habitantes, divididos por nove municípios, a província de Luanda conta actualmente com quatro estações de captação e tratamento de água potável.

Aproveitamento das águas subterrâneas

No âmbito da captação de água subterrânea com bombas manuais e sistemas artesianos, serão abertos mais de 220 sistemas, nos próximos três anos, na província da Huíla, no âmbito do mesmo programa "Água para Todos".

O programa, avaliado em quatro milhões de dólares norte-americanos, visa aumentar a oferta de água potável às populações.

A nível do país, o governo prevê a abertura de mais de cinco mil furos equipados com bombas manuais, eléctricas, bem como a construção dos seus respectivos fontanários, no âmbito do mesmo projecto.

8.2 Água potável chega à periferia de Porto-Amboim

Jornal de Angola 04 De Agosto de 2009

O administrador municipal de Porto Amboim, Francisco Prazeres Kapassola, anunciou ontem, na referida cidade, que será construída uma conduta de água para os bairros da Kiassala, Palanca, Kuvo e Ngola Mussungu, no quadro da gestão municipal.

Em declarações à Angop, disse que a obra está adjudicada à empresa portuguesa Conduril, que terá a responsabilidade de construir uma conduta desde o rio Kuvo (onde existe uma estação de captação e

tratamento de água) até aqueles locais, num percurso de 17 quilómetros.

"Esta acção do governo vai beneficiar, ainda este ano, perto de 2.500 pessoas, que receberão água a partir de seis chafarizes, a serem igualmente construídos", explicou.

Para minimizar a situação, até à construção dos chafarizes a administração municipal vai pôr ao dispor dos municípios locais tanques de água com capacidade de dois mil litros, que vão ser abastecidos através de cisternas, todos os dias.

8.3 Operação contra roubo de água desactiva ligações clandestinas

Jornal de Angola 6 de Agosto de 2009

Um total de quarenta e oito ligações clandestinas de água foram desactivadas nos municípios da Maianga e da Samba, em Luanda, no decurso de uma operação de combate à perfuração ilegal de condutas de água da EPAL.

A acção teve lugar entre 30 de Julho e 3 de Agosto, e foi realizada pela Direcção Nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas (DNIIAE), em coordenação com a EPAL, as divisões de polícia locais e a policia militar.

De acordo com o balanço da operação, foram desactivadas, e posteriormente rectificadas pelos técnicos da EPAL, 20 ligações clandestinas na rua Congeral no município da Samba, 141 ligações na rua 62 no bairro Cassequel e o mesmo número na rua Projectada a rua Direita da Samba, ambas localizadas no município da Maianga.

Em declarações ao Jornal de Angola, o chefe do departamento de inspeção da DNIIAE, Intendente Cristiano Francisco, explicou que a medida vem em resposta às denúncias da população e da própria constatação das entidades policiais sobre violações à rede de água.

Acrescentou que, sem avaliar as consequências materiais e financeiras da acção que praticam em prejuízo do Estado, alguns cidadãos optam por furar condutas da EPAL, e de seguida desviam a água para os reservatórios que constroem nos quintais, não só para consumo próprio como também para venda.

"Trata-se de uma situação que tem causado transtornos ao abastecimento do precioso líquido à comunidade, quando esta deveria beneficiar todos sem excepção", disse.

Cristiano Francisco advertiu aos prevaricadores e a sociedade em geral que a operação de combate a este tipo de prática vai prosseguir, "porque existem regras de convivência em qualquer sociedade, e os órgãos policíacos existem para manter e repor a ordem e a tranquilidade".

8.4 Bairros alagados a tempo inteiro

O País 7 de Agosto de 2009

Ainda estamos na época seca, o cacimbo, mas o Rangel, Marçal, Cazenga, Samba, Cassenda, Mártires de Kifangondo, só para citar, bairros míticos de Luanda, permanecem alagados, submersos, a tempo inteiro, dando a sensação que estamos em tempo chuvoso.

Água pútrida, lama e lixo são a imagem de marca ostentadas por algumas ruas desses bairros, como se em Luanda chovesse durante o ano todo, de forma ininterrupta.

No entanto, quem viveu ou vive em cada um desses bairros sabe, de cor e salteado, a essência do problema. Embora, cada caso seja um caso e que cada bairro tenha a sua história, todos eles têm o mesmo denominador comum.

A maior parte, senão mesmo todas as ruas dos bairros acima referenciados, estão rebentadas pelas costuras devido à infiltração, devido à presença impiedosa e permanente de água pútridas, o que retirou o brilho original a essas localidades.

Marcas do tempo

A cada época do ano, é um ciclo que se renova na imagem degradante desses bairros. As águas das chuvas de vários anos estão ali aglomeradas, com cores massacradas pelo tempo, capim e mosquitos à mistura.

Para além das chuvas, os bairros de Luanda estão submersos devido a um outro factor: o reforço do abastecimento de água, por parte da EPAL. Muitos desses bairros andaram privados do precioso líquido há mais de 30 anos e não viram renovadas as condutas de transportes, daí as rupturas constantes.

Não tendo uma sarjeta operante por onde desaguar, as águas residuais produzidas diariamente pelos cidadãos em suas casas, transbordam para as mas, permanecendo dias a fio, até a natureza se encarregar da sua transformação física.

Estando nas mas, as águas residuais dão de caras com um caduco ou inexistente sistema de saneamento básico, daí as passagens se transformarem no seu

verdadeiro poiso, com todas as consequências possíveis e imaginárias decorrentes.

Devido a essa situação, Luanda passou a ter ruas cuja circulação rodoviária ~ é possível com viaturas de tracção às quatro rodas, e os moradores estes efectuam ginásticas mil para o acesso ao interior das suas próprias residências.

Na Samba, no Rangel e no Cazenga, por exemplo, chegaram-nos histórias de moradores que abandonaram as casas, escolas que encerraram as portas, de ruas intransitáveis há mais de 30 anos, de lagoas que jamais secaram devido à presença de águas pluviais, sem contudo haver formas de os suplantar.

Salve-se quem puder

Devido a presença constante de água pútrida em quintais, os moradores tiveram de encontrar alternativas de sobrevivência, numa espécie de salve-se quem poder, para livrarem-se dela que teima em não secar, em não desaparecer do seu meio.

Uns tantos são obrigados a mobilizar crianças e demais membros da família para de forma ingente, com baldes, banheiras e outros utensílios acarretarem a água imprópria dos seus quintais e lançá-las, na calada da noite, na rua, o único local disponível para esse efeito.

Os mais abastados investem em moto ou electro-bombas para sugarem as águas acumuladas nas fossas, nos tanques e nos quintais e estendem as mangueiras para as ruas, deixando estas à mercê de todos os males aí decorrentes. A nível da periferia, deitar água pútrida na rua virou o acto mais normal do mundo, aproveitando muitos cidadãos para atirarem para o espaço público dejectos, em total desrespeito ao ambiente sadio que se quer nessas zonas.

Negociatas

Enquanto a maioria dos moradores do Rangel luta para se livrar da presença de água salobra, acumulada em seus quintais, outros tantos fazem desta água, imprópria para consumo, como meio de subsistência.

Numa altura em que a maior parte das residências não beneficia de água canalizada, os que extraem a água salobra em quantidades industriais, vendem na aos mais necessitados que aproveitam na para banhos e lavagem de roupa.

Apesar de alimentar alguns bolsos, o sentimento é generalizado. Tanto os moradores da Samba, Rangel, Kassenda, Mártires de Kifangondo ou Cazenga ninguém estão satisfeitos com a presença desse tipo de água nas ruas ou em seus quintais, porque é um

verdadeiro incómodo.

Essa água, representa perigo para a saúde pública, na medida em que é o albergue de larvas de mosquitos anopheles, o causador do paludismo, a endemia responsável pelo maior número de mortes no país.

Em alguns desses bairros, a construção deixou de fazer parte dos projectos dos moradores. Não se pode cavar um buraco, seja para que fim for, ainda que ele tenha menos de um metro de profundidade.

Após a abertura de tal buraco, denota -se a presença de água como se tivesse uma canalização com ruptura, pelo que os entendidos em construção desaconselham a sua prática, a julgar pela permanente humidade do solo.

Em Dossier que damos à estampa, na presente edição, O PAÍS traz histórias mirabolantes vividas em cada um dos bairros de Luanda, as suas gentes, os seus problemas.

8.5 Empresas seleccionadas para abastecimento de água

Jornal de Angola 7 de Agosto de 2009

O governo da província da Lunda-Norte abriu um concurso público para empreiteiros interessados em construir sistemas de captação, tratamento e fornecimento de água potável nos municípios de Caungula, Chitato, Lubalo, Lucapa e Xá Muteba.

Segundo uma nota do governo provincial local, a que a Angop teve ontem acesso na cidade do Dundo, o concurso termina dia 10 deste mês e as empresas concorrentes devem comprovar a sua capacidade profissional e técnica com obras executadas e apresentar o alvará de empreiteiro de obras públicas actualizado.

8.6 Cassenda em decomposição

O País 7 de Agosto de 2009

A degradação do Bairro Cassenda, município da Maianga, acentuou -se nos últimos três anos. Teresa Gonçalves, 67 anos, uma das mais antigas moradoras, diz que já nem caminha com tranquilidade pelo bairro.

Ruas lamacentas e esburacadas, sistema de saneamento das águas residuais e pluviais inoperantes, passeios degradados e circulação intensa de viaturas ligeiras, dificultam o trânsito dos peões.

"Na época das chuvas é pior", clarifica Bernardo Campos.

Com isso, saltar pequenos charcos e montes de lama são hoje das modalidades "desportivas" mais praticadas pelos moradores do Cassenda, ironiza o jovem Bernardo Campos, 22 anos, estudante do Instituto Médio de Educação Física.

Carlos Gonçalves, 73 anos, diz que a degradação é inevitável, já que nos últimos 35 anos houve uma ausência completa de manutenção das ruas e dos sistemas de drenagem das águas pluviais e residuais.

Porém, a situação do Cassenda piorou com a melhoria de um serviço vital: o abastecimento de água potável. Trata-se de algo que também ocorreu em outros bairros de Luanda, como o Nelito Soares, Terra Nova, Rangel, devido à inoperância do sistema de esgoto.

Assim, resolveram um problema, melhorando o fornecimento de água ao bairro, mas em paralelo, deveria ser restabelecido o sistema de drenagem das águas residuais (esgoto) e pluviais (chuva), explica Carlos Gonçalves.

Isto significa que o trabalho que está a ser executado com vista a melhoria da rede viária do bairro, não vai resultar a curto ou médio prazo, caso a problemática das águas residuais pluviais não seja resolvida, sublinha o mais velho Gonçalves.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a incidência de doenças diarreicas, febre tifóide e a malária, pode ser maior, quando a eficiência da distribuição de água não é compatibilizada com a melhoria do sistema de drenagem das águas pluviais e residuais.

Por isso, o Projecto de Abastecimento de Água do Sudeste de Luanda, que permitiu ampliar a oferta de água a bairros como a Terra Nova, Nelito Soares, Cassenda, Kassequel, é apontado como a causa principal da degradação destas zonas da cidade. Há mais água com uma qualidade aceitável, mas o foco de geração de doenças também foi ampliado, devido ao colapso do sistema de esgotos.

Afinal, um litro de água corresponde a quase um de esgoto. E sem um sistema de drenagem funcional, tal significa presença de águas residuais nas ruas e passeios, depreciação da qualidade de vida e aumento do foco de doenças, explica Hélder Silva, 37 anos, engenheiro civil, residente no Cassenda há 32 anos.

Hélder relembra o Cassenda dos anos 80, época em que andava de bicicleta pelas ruas do Bairro. Lamenta, por isso, o facto de as novas gerações não poderem

desfrutar de tais prazeres, já que as ruas esburacadas e lamacentas não permitem aos adolescentes desfrutarem de tais actividades.

Não poder caminhar à vontade pelo seu bairro e ver os netos a jogar futebol em espaços baldios e seguros, é uma das lamentações da dona Teresa Gonçalves, 67 anos. Esse privilégio, relembra com ar nostálgico, foi usufruído intensamente pelos seus filhos.

Por isso, com um misto de esperança e dúvidas, acompanha com atenção o trabalho de melhoria das vias do bairro que iniciou recentemente.

Quer "ver primeiro resultados do trabalho que está a ser feito", diz com um olhar perscrutador.

Porém, fonte da Administração Municipal da Maianga, garante que vai ser feito um trabalho de modo a garantir a sustentabilidade e eficiência das obras.

8.7 Samba: água em abundância

O País 7 de Agosto de 2009

Algumas zonas do município da Samba são por excelência, «submersas». Faça chuva ou faça sol, e mesma durante a cacimba, os charcos de água, as ruas alagadas e as valas que servem de esgotos dão sempre o ar da sua graça, para desgraça das munícipes.

O problema que vem se arrastando há décadas é visto como sendo causada pelo facto de a município estar muito próximo do mar, a que faz com que haja, no subsolo, um lençol freática.

Como resultado, muitas residências têm sido «atacados» pelas águas que nascem mesma nos seus quintais.

Dona Teresa Alexandre, há mais de 30 anos moradora do bairro, na Rua Augusta, refere que já perdeu a conta de quanta dinheiro gastou durante todos estes anos para tentar impedir que no seu quintal continua-se a nascer água.

"Já fiz várias obras, mandei partir e cimentar a chão da quintal várias vezes, mas nem com isso a água parou", conta, referindo que a única solução foi comprar uma electrobomba.

Agora, a dona de casa tem de bombear para fora da seu quintal a água que emerge de uma fossa criada para o efeito, um exercício que faz duas vezes por dia de manhã e à noite.

Esta foi, aliás, a solução encontrada para a maioria das residências com o mesmo problema, ou pelo menos

para aqueles que tiveram condições financeiras para adquirir uma electrobomba. Entretanto., daí surgiram outros problemas: a quantidade de água que é bombeada dos quintais para a rua alimenta ainda mais os charcos já existentes.

Por outro lado, as pequenas valas que tem servido para escoamento das águas residuais ficam constantemente assoreadas, também devido as águas que nascem do subsolo.

Valas crónicas, ruas intransitáveis

Um dos dilemas vividos na Samba é o facto de muitas ruas se terem tornado intransitáveis, sobretudo para viaturas, como consequência das chuvas, mas também como resultado das águas salobras nascidas nos quintais.

Oswaldo, um jovem nascido há 25 anos naquele município, conta que durante toda a sua vida nunca viu um carro a atravessar a rua em que reside, conhecida como Rua Samba Mar, tudo porque a mesma encontra-se "eternamente" alagada.

"Há aqui uma vala que serve de esgoto para todas as residências desta área e que passa mesmo no meio da rua; esta vala chega a ser mais velha do que eu, porque desde que tenho memória, ela sempre existiu", realça.

Outra rua crítica é a chamada Rua da Nova Samba. Trata -se de uma via que é percorrida, na sua totalidade, por uma enorme vala que recebe as águas residuais do bairro.

Em tempo seco, como agora, ainda é possível transpor a mesma, mas quando chove torna -se o martírio dos seus moradores e para quem passa por lá, quer sejam automobilistas, quer sejam peões.

Entretanto, a Rua Augusta, asfaltada há poucos anos e que vinha servindo como alternativa para os automobilistas que fogem do engarrafamento da principal rua da Samba, encontra -se neste momento em estado crítico e em iminência de se tornar igualmente intransitável.

A via, abrangida pelo projecto de requalificação daquela zona levado a cabo pela empresa brasileira "Odebrecht, nunca chegou a receber trabalhos de manutenção. A situação agravou -se ainda mais desde que muitos moradores decidiram comprar electrobombas para retirar as águas dos seus quintais.

Escola 'cento e água'

A infra-estrutura chama a atenção de qualquer

transeunte, tal é o estado lastimável em que se encontra. A escola do primeiro nível número 1002 sempre teve problemas devido às águas da chuva, mas nunca tão sérios como agora, a ponto de ter que fechar as suas portas.

Devido a tais problemas, a escola que antes tinha o número 102 passou a ser chamada pelos munícipes de escola "cento e água". Nem por isso deixara de funcionar.

Em tempos de chuva, a escola ficava totalmente inundada, mas, num gesto de grande heroísmo, professores, alunos e encarregados de educação tudo faziam para devolver à instituição o objectivo para o qual foi criada.

Há dois anos, um grupo de jovens ligados à associação Juventude Dinâmica da Samba (JDS) ainda efectuou alguns trabalhos de reabilitação na referida escola, pintando as salas de aula e o exterior e levantando o muro de vedação.

No ano passado, porém, situação agravou -se. A meio do período lectivo, a escola teve mesmo de ser encerrada.

Os alunos da mesma passaram a receber aulas numa residência vizinha, arrendada para o efeito. Este ano, os mesmos tiveram de ser distribuídos pelas escolas circunvizinhas. Hoje, a escola 102 permanece fechada e inundada, mantendo o nome fictício de escola "cento e água".

Engenharia precisa-se

O administrador municipal da Samba Pedro Fançony, referiu que a situação da Samba é muita mais crítica, se comparada com a de outras localidades da cidade capital.

Em conversa telefónica mantida com O PAÍS, Pedro Fançony explicou que as casas na Samba foram construídas sobre antigas salinas, o que justifica o facto de emergir água nos seus quintais.

Outra questão apresentada pelo administrador tem a ver com a água das chuvas que desce do bairro do Prenda (município da Maianga) para a zona da Samba e que agrava ainda mais o problema do município que dirige. O administrador referiu-se também ao facto das ruas serem mais altas do que as residências.

Para Pedro Fançony, é necessário que se faça um grande trabalho de engenharia na Samba, referindo que pela dimensão do mesmo, o melhor seria se tratasse de

um projecto estudado a nível central, ou seja, pelo Ministério das Obras Públicas.

Solução passa pela demolição

Romualdo Tavares, "licenciado em Geofísica pela Universidade Agostinho Neto, é de opinião que a solução para os bairros «inundados» da Samba passaria pela demolição dos mesmos.

Contactado pelo jornal O PAÍS, o geofísico, coincidentemente morador daquela zona, referiu que o lençol de água existente naquela zona deve-se ao facto de o município ser dominado por terrenos cujas areias são pouco compactas, o que provoca uma maior saturação dos solos.

Segundo a fonte, em zonas onde os terrenos são argilosos, é menos provável que haja lençóis de água ou freáticos, "porque a argila funciona como selo ou barreira para a passagem de água".

O geofísico explicou que a plantação de eucaliptos na zona não resolveria o problema, pois o município está muito próximo do mar.

Romualdo Tavares ressaltou que é necessário que se faça um estudo mais detalhado da situação, sugerindo mesmo que se ponha na zona outros tipos de solos e que se eleve o bairro a um nível mais acima do mar.

8.8 Rangelistas na diáspora desiludido com o bairro

O País 7 de Agosto de 2009

“O bairro está assim?”, começou por interrogar, o jovem Sebastião António Correia, nascido no Rangel, mas que reside em Londres, há 12 anos, numa primeira reacção à imagem degradante que apresenta actualmente a rua 8 de Novembro (ex-Dona Amália), em particular e do bairro em geral que o viu nascer, há 38 anos.

Do aeroporto internacional⁴ de Fevereiro até às imediações da ex-DNIC, o jovem estava mais ou menos animado com a imagem que lhe ia sendo proporcionado. Prédios em construção passeios e largos requalificados, estrada asfaltada, sem lixo, com o pessoal das operadoras a varrerem e novos sinais luminosos.

A sua desilusão começou logo no momento em que a viatura que o transportava efectuava manobra para entrar na sua rua, a 8 de Novembro, a mais badalada e mais movimentada daquela urbe.

Bateria, como também é conhecido, queria saber aonde estava, porque na verdade, o bairro Rangel já não é

aquele que deixou, há 16 anos, quando rumou primeiro para Portugal e depois para a terra de Sua Majestade.

De repente, uma voz ao lado disse que estavam a entrar para a famosa rua da ex-Dona Amália, ali onde antes de imigrar para a Europa, viveu, jogou à bola, namorou e constituiu família.

"Aqui é aonde?", voltou a perguntar, de repente a resposta: "aqui é na Casa Banga, ali é na loja do senhor Santos, acolá é no velho Chico Tamomo", um conhecido ancião do bairro, entretanto, já falecido.

A estupefacção era tanta que levou por diversas vezes a não acreditar no que via. A rua 8 de Novembro está de tal forma degradada que o jovem recém regressado não conseguiu reconhecer os lugares míticos em que conviveu quando residia ali.

Ao entrar no quintal dos seus pais, Bateria lacrimejou ao deparar com a presença de água salobra, as suas marcas e os estragos causados quer no solo, quer nas paredes da casa dentro.

Tal como Sebastião Correia, a mesma sensação de desilusão tiveram também o Lero, o Naná e Caito, este também último chegado de Lisboa no passado dia 31 de Julho do corrente ano, depois de uma ausência no país de mais de 16 anos.

Água salobra, a marca registada

O Rangel hoje enfrenta dois dilemas, sendo um derivado da água salobra que arrasa as residências, pois ela não pára de jorrar, e outro o das rupturas constantes das canalizações da água corrente, que maltratam as ruas.

As ruas 8 de Novembro, Ámbaca, Pica - Pau, Vaidade e Estudantes são as mais críticas de todas existentes no bairro Rangel no tocante a água salobra e o próprio administrador da comuna, José Carlos Gourgel, confirma os factos.

Elas, na sua generalidade, apresentam uma imagem de arrepiar e em algumas delas, já não se consegue circular a pé e à vontade, nem mesmo no tempo seco e quando chega a época chuvosa, tudo se complica.

De todas essas ruas, a da Vaidade é a que sempre teve maiores problemas. Há muito deixou de fazer jus ao nome. Perdeu a banga devido à presença de água salobra, não só na rua, mas também na maioria das casas da redondeza.

Nos últimos anos, nessa mesma rua, nas imediações da residência do falecido general Imperial Santana, mais de

cem famílias abandonaram as casas por não suportarem a água salobra, que até hoje teima em não desaparecer. O administrador da comuna do Rangel confirmou a existências de algumas casas abandonadas pelos seus proprietários, tendo algumas delas, segundo suas palavras, sido já recuperadas com a introdução de betão arrn1.tlo no solo.

Livrar-se das águas

Xieto da Costa Lopes, nasceu há 34 anos no Rangel e desde então viveu na rua 8 de Novembro. A sua casa, está mesmo defronte à estrada. Até há bem pouco tempo, o rapaz munia-se de baldes para retirar a água salobra e também pluvial acumulada na fossa.

Quase todas as noites, essa era a sua missão. No bairro, quando pairasse no ar algum cheiro nauseabundo, era sinal de que o Xieto estava a desentupir a fossa. E era verdade, a julgar pela rotina.

Cansado da prática, Xieto decidiu-se pela compra de uma moto-bomba para sugar a água que teimava em invadir a sua fossa e o seu quintal. Sem ter uma rede de esgotos público, o despejo era feito na rua, para tristeza de tantos outros.

A iniciativa de Xieto contagiou outros moradores que inicialmente pediam por empréstimo a máquina para livrarem -se daquela maldita água, mas mais tarde, os mais abastados enveredaram pela compra do mesmo meio.

Administração esboça solução

A administração da comuna do Rangel aproveitou o tempo seco, altura em que diminui o caudal freático, para implementar algumas obras visando a melhoria do saneamento básico na circunscrição.

Com a intervenção que está a ser feita na rua da Vaidade foram também descobertas algumas tubagens da EPAL, que se supõe estarem a contribuir para o aumento do lençol freático no Rangel, disse a O PAÍS o administrador José Carlos Gourgel.

Em termos de perspectiva, a administração comunal projectou a instalação de pequenas valas de betão ao longo das ruas da Vaidade, Estudantes e 8 de Novembro para facilitar o escoamento das águas.

Quando a obra estiver concluída, garantiu a fonte de O PAÍS, as águas provenientes dessas ruas irão desembocar no colector principal que está a ser construído pelos chineses, na Precol.

Para o administrador comunal do Rangel, o trabalho

que está a ser feito neste momento na sua área de jurisdição é a alternativa encontrada para escoar as águas das chuvas, "até que se encontre uma solução mais viável para a requalificação total do Rangel".

"A entrada em funcionamento do colector da Precol irá facilitar o encaminhamento das águas provenientes do Rangel, enquanto que a vala a ser construída na rua do Pica-Pau interligará com o colector da Brigada", referiu o administrador comunal.

Quanto a requalificação do bairro Rangel, a sede da comuna, o administrador José Carlos Gourgel "Casão", diz haver alguma esperança, porquanto há garantias de um grupo de empresários do burgo dispostos em criar uma parceria público privada para a melhoria daquela zona.

Para facilitar o trânsito, as ruas estão a ser terraplanadas, estando as intervenções a serem feitas nas ruas dos Estudantes e 8 de Novembro, trabalho extensivo à construção de pontos de recepção de água para a sua devida sucção.

Numa altura em que se aproxima a época chuvosa, a administração da comuna do Rangel está a envidar esforços no sentido de "dar maior dignidade e conforto aos seus munícipes".

8.9 Consumidores de energia não pagam custos reais

O independente 08 De Agosto de 2009

No âmbito do processo de reforma do sector eléctrico o governo angolano perspectiva, para breve, um ajustamento tarifário que vai incidir sobre o custo da produção e o preço de consumo das tarifas de electricidade.

A informação foi prestada pela titular do cargo, a ministra da Energia, Emanuela Vieira Lopes, no decorrer do seminário sobre a Regulamentação e Estrutura Tarifária do Sector Eléctrico, organizado pelo Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE).

A bem da verdade, existe um desfasamento deveras lacto entre o preço real de produção e de consumo, cujas tarifas, via de regra, vêm sendo subvencionadas pelo governo, por causa da instabilidade política que o país viveu.

A ministra da Energia, Emanuela Vieira Lopes disse, a propósito, que o preço pago actualmente pelo consumidor não corresponde ao custo de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica.

E, sem nos colocarmos na pele de agitadores, o pronunciamento da ministra, não deve apanhar em dispneia, qualquer cidadão que se mostre minimamente atento ao sector de electricidade, com todo o défice que o sector conhece, mesmo depois de construído a monstruosa barragem de Kapanda.

A perspectiva de ajustes assenta na Lei Geral de Electricidade, cujas tarifas da energia devem reflectir os custos de produção, transporte e de distribuição das empresas ligadas ao sector eléctrico.

Para tal, o Governo de Angola pretende que a relaxação entre o custo e o preço das tarifas de electricidade seja progressivamente equilibrada, uma vez que o preço pago pelo consumidor está muito desfasado dos custos reais de Operação, afirmou Emanuela Vieira Lopes, tendo ainda garantido que, "caso se concretize este objectivo, o Governo vai subsidiar outras áreas da vida social que carecem de apoio financeiro".

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador do Sector Eléctrico, Luís Felipe, a quem também já coube a tutela do sector energético angolano, considerou que o processo de reforma do sector eléctrico tem de perspectivar um processo de ajustamento tarifário. Durante o encontro, os presentes analisaram várias experiências do sector eléctrico e as principais preocupações do consumo da energia eléctrica, para além de reflectirem sobre um novo sistema e método de cálculo das tarifas, para que as operadoras possam praticar preços equilibrados.

O Regulamento Tarifário foi já elaborado pelo Instituto Regulador do Sector Eléctrico carecendo da aprovação pelo Conselho de Ministros.

Segundo apuramos, as intenções de negócios cifraram-se em pouco mais de 500 milhões de euros.

8.10 Projecto "água para Todos" chega a famílias nos Gambos

Jornal de Angola 11 de Agosto, 2009

Mais de 400 famílias, residentes na comuna do Chiange, município dos Gambos, (150 quilómetros a Sul da cidade do Lubango), vão a partir do princípio do próximo ano, consumir água potável, com a reabilitação e reposição do sistema de abastecimento de água, em curso naquela localidade.

A informação foi divulgada ao Jornal de Angola, pelo administrador municipal dos Gambos, Elias Sova, tendo referido que o projecto está enquadrado no

programa de intervenção municipal.

"Decorre nos Gambos o projecto de reabilitação e ampliação da rede de abastecimento de água potável às populações, no âmbito do programa de melhoria e aumento da oferta dos serviços sociais básicos, através do plano de intervenção municipal".

Segundo Elias Sova, as obras custam 10 milhões de kwanzas, e incluem a substituição da tubagem da antiga rede, centro de captação, abertura de dois novos furos e construção de uma tanque de armazenamento.

"O município foi inserido pela primeira vez no programa de intervenção municipal. Recebemos 25 milhões de kwanzas que estão a ser empregues em vários projectos de impacto social, com realce para o sector da educação, energia e água", disse.

Elias Sova referiu que no sector das águas, o município vai beneficiar de um novo sistema de abastecimento, com a reabilitação e substituição da rede antiga, criação de uma captação e colocação de um tanque com capacidade para mais de 60 metros cúbicos.

"Com a reabilitação e ampliação da rede de distribuição de água na sede comunal do município dos Gambos vamos dar resposta às inquietações dos mais de 400 pessoas residentes no Chiange e seus arredores, relativamente ao consumo de água potável". No sector da educação, Elias Sova afirmou que consta no projecto a construção de uma escola de 12 salas de aulas na sede da comuna do Chiange, o que vai permitir inserir mais de mil crianças no próximo ano lectivo.

"O município conta com cinco escolas novas construídas há dois anos pelo Fundo de Apoio Social. No quadro do Programa de Intervenção Municipal, projectou-se a construção de nove outras novas escolas que vão receber mais de 1.500 crianças no próximo ano lectivo", adiantou.

8.11 Programas de Água e Saneamento beneficiam mais de 750 mil cidadãos

Angop 12 De Agosto de 2009

A Organização Não-Governamental Development Workshop Angola (DW) tem instalado mil e 200 pequenas estações de produção de água potável, entre poços, furos e cacimbas, em cinco províncias do país, que estão a beneficiar mais de 750 mil pessoas.

A informação foi prestada nesta quarta-feira, à Angop, em Luanda, pelo director-geral da instituição, Allan Cain, quando falava à Angop a propósito do tema a

"Contribuição das Organizações Não-governamentais (ONG) na Melhoria de Vida das Populações".

Segundo o responsável, o programa, o maior de âmbito social da DW Angola, foi implementado nas províncias de Cabinda, Luanda, Bié, Huambo e Cunene, através da abertura de poços, cacimbas e a construção de chafarizes que são colocados posteriormente à gestão das próprias comunidades.

Além de programas de água e saneamento, de acordo com Allan Cain, a Development Workshop, primeira Ong a surgir no período pós-independência em Angola (1981), tem estado a colaborar com as autoridades governamentais, na pesquisa e identificação de diversos projectos ligados aos ministérios da Saúde, Urbanismo, Ambiente e governos locais, visando a melhoria, cada vez mais, do nível de vida da população, particularmente à rural.

"Nós realizamos pesquisas, elaboramos projectos e programas nos domínios de água, saneamento básico, emprego, assentamento de deslocados, cujos resultados são encaminhados às instituições afins do governo angolano", frisou o fundador e director geral e fundador da "DW Angola", ressaltando igualmente a contribuição da sua organização na construção de escolas e postos de saúde.

Indicou que, no âmbito do esforço de paz, a sua organização trabalhou em 16, das 18 províncias de Angola, em projectos de educação cívica e participação democrática dos cidadãos, cujos resultados revelaram-se bastante satisfatórios.

Allan Cain, canadiano de nacionalidade, formado em arquitectura, defende que depois da sua participação em programas de manutenção da paz, através de educação comunitária e capacitação dos respectivos líderes, os desafios são, actualmente, maiores, tendo em conta a sua participação nas prioridades do Governo angolano que estimam em quatro anos a construção de um milhão de casas de baixa, média e alta renda.

"Todos devemos participar neste esforço", afirmou, sustentando que a DW Angola está já empenhada em acções de assistência técnica a favor dos sectores de Urbanismo, Ambiente e ao programa "Água Para Todos" do Governo Central.

A Ong Development Workshop, fundada em 1973 no Canadá, surgiu em Angola em 1981, depois de ter sido convidada pelas autoridades do país, durante a missão angolana na Conferência das Nações Unidas sobre o Habitat, em Vancouver, Canadá.

Como única agência filantrópica a permanecer em Angola, durante os anos 80, a DW Angola era o "ponto de chegada para algumas das maiores Ong que desejavam instalar seus programas no país e foi também capaz de angariar mais fundos dos seus doadores que eram canalizados aos seus parceiros locais.

8.12 Novo sistema de captação de água no, Dondo

Jornal de Angola 14 de Agosto de 2009

As populações residentes na velha cidade do Dondo, município de Cambambe beneficiam, a partir de sábado, de água potável abastecida a partir do novo sistema de captação, tratamento e reservatório, a ser inaugurado pelo Secretário de Estado das Aguas, Luís Filipe da Silva.

O sistema produz 700 metros cúbicos de água, contra os anteriores 300. Construído pela empresa "Hidro Fali" (Hidráulica, Construção Civil e Obras Públicas), com custos avaliados em mais de um milhão de dólares, os trabalhos tiveram 11 duração de um ano e incidiram na reabilitação total do sistema de captação e transporte e tanque reservatório com capacidade de um milhão de metros cúbicos.

A deslocação de Luís Filipe da Silva ao Kwanza-Norte inclui ainda, em Ndalatando, uma visita ao sistema de captação de água do rio Mucari, sistema de furos no bairro 28 de Agosto, reservatório do Miradouro e reunião com os membros do Governo Provincial.

O sistema de captação de água do Mucari já está em fase de execução avançada, tem capacidade de 96 litros por segundo e foi construído nos anos 80.

Com duas fases, a primeira encontra-se já concluída, e o novo sistema de abastecimento de água incluiu a reabilitação oito quilómetros de tubagem em "PVC" e ferragem adutora, para além da nova captação, conduta adutora e estação de tratamento. Também foi erguido um reservatório de distribuição com capacidade de cinco mil metros cúbicos de água.

Para além da distribuição de água ao domicílio, a segunda fase reserva ainda a construção de 96 fontanários nas zonas suburbanas de Ndalatando, estando já concluídos 86. Este trabalho deverá terminar em Janeiro do 2010.

A requalificação da rede de distribuição de água potável da cidade e arredores de Ndalatando permite a ligação e distribuição a 1.500 casas, numa extensão de 45 quilómetros de rede urbana e suburbana.

8.13 Projecto "Água para Todos" chega a comuna do Luinga"

Jornal de Angola 15 De Agosto de 2009

Um sistema de captação e tratamento de água potável, com a capacidade de 80 mil metros cúbicos por segundo, vai garantir, a partir de Setembro próximo, o fornecimento de água potável aos mais de 5 mil habitantes da comuna do Luinga, município de Ambaca, província do Kwanza-Norte.

Enquadrado no programa nacional denominado "Água para Todos", a nova fonte está localizada a 00 metros da vila e vai funcionar o sistema de bombagem, que vai canalizar o líquido para os chafarizes, a partir dos quais as populações vão consumir o produto.

O projecto iniciou em Dezembro assado, a cargo da empresa Hidrofal, e garantiu emprego a 18 jovens locais.

Actualmente os trabalhos estão na fase final, restando apenas a construção da estrutura onde funcionará todo o sistema de composição química para o tratamento da água e a residência para os operadores.

Moisés João, natural do Luinga, que ganhou o seu primeiro emprego como ajudante de obra, disse estar feliz pelo facto de trabalhar no projecto que vai garantir água de qualidade aos seus familiares e conterrâneos.

Esta situação entusiasma, igualmente, Simão Dala, de 61 anos de idade, pelo facto da comunidade em que vive contar com uma infra-estrutura tão importante para a vida dos residentes.

Vias estão em reparação os trabalhos de terraplanagem para a asfaltagem da via que liga a comuna do Luinga às províncias de, numa extensão total de 37 quilómetros, em curso desde Abril de 2008, decorrem a ritmo acelerado, apesar de um ligeiro atraso devido às fortes chuvas que se verificaram na região durante o ano passado. A estrada terá uma largura de nove metros e uma faixa para cada sentido.

Até ao momento já foram terraplanados 31 quilómetros dos 37 previstos. O passo a seguir será a implementação da camada de desgaste. A conclusão da empreitada estava prevista para Dezembro próximo, mas devido a situações naturais, próprias da região foi prorrogada para Agosto de 2010.

A empreitada gerou emprego para 190 trabalhadores, 50 dos quais expatriados, e custou aos cofres do Estado 27 milhões de dólares.

De acordo com constatações feitas, os inertes para a sua construção estão ser extraídos nos arredores do troço (o burgau) e no bairro kahima (a brita) onde se encontram já disponíveis cinco mil metros cúbicos, produzidos por uma máquina com capacidade para triturar 120 metros cúbicos de pedras por hora.

A comuna tem quatro postos de saúde, situados nas povoações da sede, Kahima, Tamaba e Kilonga, assegurados por sete técnicos, dos quais um médio e seis de nível básico. As patologias mais frequentes são a malária, diarreias parasitoses, infecção urinária e algumas doenças respiratórias.

A demanda populacional (15 mil habitantes) obriga a implementação de pelo menos mais quatro unidades sanitárias nas aldeias Kixina-Kia- Tuko, Kinzuia, Luamba e em Dala-Kingungo.

A educação está representada por uma coordenação escolar com 21 escolas em 55 aldeias. O total de alunos matriculados é de 2.384 alunos. Existe, igualmente, necessidade de mais 20 escolas e 40 professores. Na sede comunal está em curso a reabilitação e ampliação de mais uma de carácter primário que antes possuía uma sala, passando agora para quatro.

A energia eléctrica é garantida por fontes alternativas individuais (geradores). A situação tende a melhorar, com a construção de uma sub-estação eléctrica na localidade de Pambo de Sonhi, para o fornecimento de energia aos municípios de Samba-Cajú, Ambaca e 2 província do Uíje".

Agricultura

A localidade, que antes da independência foi um dos maiores celeiros da cultura do arroz do Norte de Angola, prevê, nos próximos tempos, a reabilitação do antigo arrozal, bem como a reactivação intensiva do cultivo do milho.

As infra-estruturas agrícolas existentes, como a fábrica de descasque de arroz, sistema de captação de água e valas de drenagem dos perímetros irrigados, carecem de trabalhos de reabilitação profundos.

A produção da batata, que já teve a sua época áurea em tempos passados, neste momento está a ser efectuada por um grupo limitado de famílias camponesas que a cultiva apenas para o auto-sustentado. O sector agrícola, segunda maior actividade da região, possui 49 fazendas, das quais 14 em funcionamento.

A comuna tem 2.419 famílias camponesas, organizadas em 13 associações e duas cooperativas, constituídas por 902 camponeses, que cultivam maioritariamente a

mandioca, o amendoim, feijão, batata-doce, milho, tomate, cebola e inhame inhame.

8.14 Estradas atrasam desenvolvimento de Marimba

Jornal de Angola 17 De Agosto de 2009

Marimba fica distante de Malanje. São 210 quilómetros de estrada em mau estado e para chegar ao município é preciso ter muita energia, preparar a viatura em condições e ter paciência, cuidados redobrados e muita atenção.

O município de Marimba está situado no Norte da província de Malanje e tem 30.828 habitantes. Além da comuna sede existem ainda as de Mangando e Dala Samba. A falta de uma estrada em condições provoca enormes dificuldades às populações. As obras na estrada já começaram, mas existe um troço de 30 quilómetros que é um autêntico cemitério de carros.

Eduardo Calunga é um automobilista que usa a via com frequência e disse à reportagem do Jornal de Angola que no cacimbo, a viagem ainda se faz com alguma facilidade, apesar das longas horas de marcha. Mas no período das chuvas, a viagem chega a consumir oito dias chegando a custar aos passageiros sete mil Kwanzas.

A sede do município do Marimba foi invadida por barracas e as casas foram destruídas durante a guerra.

Em Marimba falta tudo, em termos de infra-estruturas. Faltam escolas, um hospital condigno para atender os pacientes, que em muitas ocasiões recorrem à República Democrática do Congo em busca de assistência médica.

Esta situação pode ter os dias contados porque o empresário Monteiro Pinto Kapunga, um dos filhos da terra, está a patrocinar a construção de um hospital de raiz, que vai ter todas as especialidades. Um milhão de dólares é o valor da obra, iniciada em Junho último e a conclusão está prevista para Abril do próximo ano.

Para além da farmácia interna, o hospital tem bloco operatório, pré-natal, duas salas para consultas, uma para oftalmologia, administração, uma morgue e outros espaços necessários.

Monteiro Capunga anunciou a construção de duas moradias para acolher os médicos e enfermeiros.

Outras acções de âmbito social vão continuar, sobretudo no que diz respeito ao apoio às populações.

Para começar, o empresário levou para o local 40 toneladas de alimentos, motorizadas, bicicletas e rádios para além de arroz, feijão, açúcar e roupa usada.

A população local ficou satisfeita e pediu que iniciativas do género se estendam aos outros filhos da terra para minimizar os graves problemas.

O administrador municipal, Domingos Dembue, manifestou a sua satisfação pelo contributo daquele homem de negócios e solicitou aos demais filhos da terra a seguirem o seu exemplo para dignificar a região. “A concretização desta obra vai contribuir para a solução dos problemas da saúde no município”, assegurou Domingos Dembue.

O administrador disse que no quadro do Fundo de Apoio à Gestão Municipal, o seu executivo prevê dedicar maior atenção ao sector social, com a construção de postos de saúde, escolas e de edifícios para albergar a administração municipal e outras instituições do estado para além de residências para funcionários.

Tendo em conta os problemas que o município vive no domínio da água, e da luz o responsável municipal assegurou que parte significativa desse valor é empregue nesse domínio.

8.15 Estradas atrasam desenvolvimento de Marimba

Jornal de Angola 17 De Agosto de 2009

Marimba fica distante de Malanje. São 210 quilómetros de estrada em mau estado e para chegar ao município é preciso ter muita energia, preparar a viatura em condições e ter paciência, cuidados redobrados e muita atenção.

O município de Marimba está situado no Norte da província de Malanje e tem 30.828 habitantes. Além da comuna sede existem ainda as de Mangando e Dala Samba. A falta de uma estrada em condições provoca enormes dificuldades às populações. As obras na estrada já começaram, mas existe um troço de 30 quilómetros que é um autêntico cemitério de carros.

Eduardo Calunga é um automobilista que usa a via com frequência e disse à reportagem do Jornal de Angola que no cacimbo, a viagem ainda se faz com alguma facilidade, apesar das longas horas de marcha. Mas no período das chuvas, a viagem chega a consumir oito dias chegando a custar aos passageiros sete mil Kwanzas.

A sede do município do Marimba foi invadida por barracas e as casas foram destruídas durante a guerra.

Em Marimba falta tudo, em termos de infra-estruturas. Faltam escolas, um hospital condigno para atender os pacientes, que em muitas ocasiões recorrem à República Democrática do Congo em busca de assistência médica.

Esta situação pode ter os dias contados porque o empresário Monteiro Pinto Kapunga, um dos filhos da terra, está a patrocinar a construção de um hospital de raiz, que vai ter todas as especialidades. Um milhão de dólares é o valor da obra, iniciada em Junho último e a conclusão está prevista para Abril do próximo ano.

Para além da farmácia interna, o hospital tem bloco operatório, pré-natal, duas salas para consultas, uma para oftalmologia, administração, uma morgue e outros espaços necessários.

Monteiro Capunga anunciou a construção de duas moradias para acolher os médicos e enfermeiros. Outras acções de âmbito social vão continuar, sobretudo no que diz respeito ao apoio às populações. Para começar, o empresário levou para o local 40 toneladas de alimentos, motorizadas, bicicletas e rádios para além de arroz, feijão, açúcar e roupa usada.

A população local ficou satisfeita e pediu que iniciativas do género se estendam aos outros filhos da terra para minimizar os graves problemas.

O administrador municipal, Domingos Dembue, manifestou a sua satisfação pelo contributo daquele homem de negócios e solicitou aos demais filhos da terra a seguirem o seu exemplo para dignificar a região. “A concretização desta obra vai contribuir para a solução dos problemas da saúde no município”, assegurou Domingos Dembue.

O administrador disse que no quadro do Fundo de Apoio à Gestão Municipal, o seu executivo prevê dedicar maior atenção ao sector social, com a construção de postos de saúde, escolas e de edifícios para albergar a administração municipal e outras instituições do estado para além de residências para funcionários.

Tendo em conta os problemas que o município vive no domínio da água, e da luz o responsável municipal assegurou que parte significativa desse valor é empregue nesse domínio.

8.16 Bairro do Paraíso volta a ter água potável

Angop 17 De Agosto de 2009

Os moradores do bairro Paraíso, localizados na comuna do Kicolo, município de Cacuaco, voltam a beneficiar-se de água potável a partir do fim-de-semana, devido a desactivação de dez tanques clandestinos instalados na conduta, por funcionários da Empresa Publica de Agua de Luanda (EPAL), informou hoje à Angop o administrador municipal, Carlos Alberto Caruquilha.

Segundo administrador, no âmbito do Fundo de Apoio a Gestão Municipal, em 2008, construiu-se uma conduta de cerca de seis quilómetros, para levar água ao local e nos últimos dias tomou conhecimento que a mesma não estava a chegar ao local.

Acrescentou que averiguou a causa e viu-se que a conduta estava a ser vandalizada por ligações anárquicas, que alimentavam tanques privados, impedindo a população de ter água nos chafarizes e lavandarias.

“Administração construiu a conduta e entregou-a à gestão da EPAL. Cabe a ela fazer boa gestão da mesma. Mas como surgiram alguns funcionários movidos de interesses pessoais e fizeram o que fizeram, autorizando particulares a fazer ligações clandestinas na conduta, tomamos as medidas de desencorajar essa prática”, explicou.

Disse que já informaram ao Governo Provincial de Luanda, para tomar as medidas necessárias.

Com uma população estimada de 71.485 habitantes, o bairro Paraíso surgiu, em 1998, por consequência do conflito armado que o País viveu.

8.17 Dondo conta com novo sistema de captação e tratamento de água

Angop 17 De Agosto de 2009

Um novo Sistema de Captação e Tratamento de Água para a cidade do Dondo, Kwanza Norte, foi inaugurado, no último fim-de-semana, em acto orientado pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, e presenciado pelo governador Henrique André Júnior.

Orçado em 134 milhões 620 mil e 480 kwanzas, o empreendimento, cujas obras iniciaram em 2008, foi financiado pelo Governo do Kwanza Norte, com execução a cargo da empresa Hidrofal. O sistema tem uma capacidade de bombear 75 metros cúbicos de água por hora.

A sua construção compreendeu a ligação de duas

electrobombas a uma plataforma adutora flutuante, instalada no rio Kwanza, bem como a montagem de um sistema de filtração, desinfecção, armazenamento e distribuição.

Um tanque subterrâneo com capacidade de armazenar cem metros cúbicos de água abrupta e outro para água já tratada integram o conjunto de infra-estruturas do projecto.

Na ocasião, Luís Filipe da Silva disse estar assim implementada a primeira fase do projecto, enquanto a segunda, a iniciar brevemente, a cargo da Secretaria de Estado das Águas consistirá na reabilitação da rede de distribuição domiciliar, para o melhoramento do fornecimento de água à população.

A actual rede de distribuição remonta desde a década de 50, encontrando-se actualmente obsoleta.

A empreitada será executada no quadro de um programa que contemplará também a melhoria dos sistemas das sedes municipais de Kazengo, Golungo-Alto e Ambaca, visando corresponder ao crescimento populacional na zona urbana, referiu o governante.

Disse ser uma tarefa complementar aos esforços dos governos locais, visando a recuperação dos sistemas de abastecimento de água a nível nacional, destruídos ou abandonados em consequência do terminado conflito armado angolano e que têm merecido intervenção do Governo desde 2004.

Decorre presentemente a elaboração dos planos directores de intervenção nos municípios em que as redes serão reabilitadas, para submissão ao concurso e posterior assinatura dos contratos de execução das obras.

8.18 Projecto "Água para todos" prevê atingir 300 mil localidades

Jornal De Angola 17 De Agosto de 2009

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, assegurou no fim-de-semana em Ndalatando, província do Kwanza Norte, que o seu pelouro vai garantir o abastecimento de água a 300 mil localidades do país até 2012, no quadro do programa "Água para todos".

Em declarações à imprensa no final de uma visita de algumas horas que efectuou à província, Luís Filipe da Silva disse que o referido programa prevê garantir o abastecimento de água a cerca de três milhões de habitantes das zonas rurais, efectivar a abertura de cinco mil novas captações subterrâneas e recuperar

outras duas mil já existentes até ao ano 2012.

O secretário de Estado das águas revelou que o referido programa que prevê uma taxa de cobertura de cerca de 80 por cento da população do país vai absolver um fundo global orçado em mais de 100 milhões de dólares americanos.

Em relação ao Kwanza Norte, Luís Filipe disse que a Secretaria de Estado das Águas tem já um plano director que prioriza a construção de novas redes de captação e melhoria da distribuição de água às cidades do Dondo (município de Cambambe), Camabatela (Ambaca) e do Golungo-Alto.

Ainda no Kwanza Norte, referiu, a Secretaria de Estado das Águas predispõe-se em apoiar o governo local na elaboração de estudos e concessão de financiamento que vão permitir o abastecimento de água aos demais municípios da província, sobretudo aqueles que enfermam graves problemas no abastecimento, nomeadamente, Samba-Cajú, Bolongongo, Ngonguembo e Kiculungo.

Luís Filipe garantiu ainda um breve apoio do seu pelouro na execução de estudos e pesquisas do solo com vista a elaboração de furos artesanais na localidade do "Zenza do Itombe", município de Cambambe, para atenuar as necessidades das populações que enfrentam graves problemas de falta de água.

Em relação à cidade de Ndalatando, capital da província, Luís Filipe disse ter registado um certo progresso no projecto de construção de reservatórios e de reabilitação da rede de distribuição que vai permitir aumentar a oferta de água às populações.

Ainda em Ndalatando, o responsável revelou que a Secretaria de Estado das Águas prevê a criação de uma unidade gestora do sistema de distribuição e da rede de saneamento com vista a garantir a sustentabilidade do novo sistema.

A mesma deverá ser uma empresa de âmbito local que possa garantir a gestão futura do projecto de forma adequada e sustentável e que deverá ser uma empresa distinta da administração do Estado mas submetida à supervisão do governo local.

A cidade de Ndalatando conta actualmente com um novo sistema de fornecimento de água, cuja edificação (no âmbito de um projecto denominado "Mucari"), que compreende duas fases, nomeadamente, a primeira, consubstanciada na construção da estação de captação da conduta adutora desde o rio Mucavari até aos

tanques do bairro Miradouro, num percurso de 17 quilómetros, a cargo da empresa "Sino Hidro", já concluída.

As tarefas da primeira fase compreenderam ainda a instalação de um sistema de tratamento capaz de bombear 48 litros de água/segundo, (por sistema de gravidade) e a construção de um reservatório com capacidade para armazenar cinco mil metros cúbicos de água que vai abastecer os 150 mil habitantes de Ndalatando.

A segunda fase, adjudicada à empresa "Abrantina construtora", em execução desde Novembro de 2008, abarca a montagem de uma rede de distribuição domiciliar de 47 quilómetros de comprimento e a construção de 93 chafarizes em todos os bairros da cidade.

8.19 Novo sistema de tratamento de água foi inaugurado na cidade do Dondo

Jornal de Angola 18 De Agosto de 2009

Um novo sistema de captação e tratamento de água para a cidade do Dondo, província do Kwanza Norte, foi inaugurado, no último fim-de-semana, em acto orientado pelo secretário de Estado das Aguas, Luís Filipe da Silva, e presenciado pelo governador Henrique André Júnior.

Orçado em mais de 134 milhões de kwanzas, o empreendimento foi financiado pelo Governo do Kwanza-Norte, com execução a cargo da empresa Hidrofal. O sistema tem capacidade para bombear 75 metros cúbicos de água por hora.

A sua construção, iniciada em 2008, compreendeu a ligação de duas electrobombas a uma plataforma adutora flutuante, instalada no rio Kwanza, bem como a montagem de um sistema de filtração, desinfecção, armazenamento e distribuição.

Um tanque subterrâneo com capacidade para armazenar cem metros cúbicos de água bruta e outro para água já tratada integra o conjunto de infra-estruturas do projecto.

Na ocasião, Luís Filipe da Silva disse estar assim implementada a primeira fase do projecto, enquanto a segunda, a iniciar brevemente, a cargo da Secretaria de Estado das Aguas, vai consistir na reabilitação da rede de distribuição domiciliar, para o melhoramento do fornecimento de água à população.

A actual rede de distribuição remonta a década de 50,

encontrando-se actualmente obsoleta.

A empreitada vai ser executada no quadro de um programa que contempla também a melhoria dos sistemas das sedes municipais de Cazengo, Golungo-Alto e Ambaca, visando corresponder ao crescimento populacional na zona urbana, referiu o governante.

Disse ser uma tarefa complementar aos esforços dos governos locais, visando a recuperação dos sistemas de abastecimento de água a nível nacional, destruídos ou abandonados em consequência do terminado conflito armado angolano e que têm merecido a intervenção do Governo desde 2004.

Decorre presentemente a elaboração dos planos directores de intervenção nos municípios em que as redes serão reabilitadas, para submissão a concurso e posterior assinatura dos contratos de execução das obras.

8.20 Governo do Huambo garante melhorias na distribuição de energia e água potável

Jornal de Angola 19 de Agosto de 2009

O director da Energia e Águas do Huambo disse, nesta cidade, que o governo da província está empenhado em melhorar o fornecimento da energia e da água nos 11 municípios e nos bairros periféricos da cidade e vilas.

Adolfo Elias, que falava sobre os projectos que estão a ser desenvolvidos na província, afirmou que o Governo envida esforços para melhorar o fornecimento da energia eléctrica e água em todos os municípios e bairros.

Nos últimos quatro anos, o governo conseguiu expandir a rede eléctrica aos 11 municípios e respectivas comunas e trabalha para que chegue aos bairros periféricos e localidades distantes dos centros urbanos. O projecto prevê a construção de pequenas centrais eléctricas em todas as sedes dos municípios da província do Huambo.

Adolfo prometeu que vão ser aproveitados todos os pontos geográficos que ofereçam condições para aproveitamento hídrico. Neste projecto a cidade sede vai ser contemplado com cinco pequenas centrais de energia.

As cidades do Huambo e da Caála são fornecidas por energia produzida a partir da central montada pela ENE no Benfica, bairro periférico das cidades.

Comparativamente aos anos anteriores, a cidade do

Huambo está a melhorar e, frisou o director provincial, nos próximos tempos vai haver um aumento acima dos 12 megawatts que alimentam actualmente a rede da cidade.

Adolfo Elias reconheceu que para a cobertura total da cidade do Huambo são necessários 30 megawatts, para suportar a rede doméstica, a iluminação pública e as zonas industriais.

Acções de vandalismo nas linhas de transporte director provincial de Energia e Agua do Huambo denunciou acções de vandalismo nas linhas de transporte de energia na cidade e prometeu duras medidas contra os autores desses crimes.

Muitas ruas e avenidas da cidade ficam às escuras por problemas técnicos, causados por indivíduos. "O Governo vai tomar medidas severas contra todo o cidadão que for apanhado a danificar este bem público", avisou o director.

Na cidade do Huambo, a iluminação pública é garantida por grupos de geradores que funcionam ao longo as ruas. O director de Energia e Aguas deplorou a atitude de alguns munícipes que têm sabotado as acções do Governo para recolocar a iluminação onde não existe. "Cortam os cabos, levam quadros eléctricos e deixam as ruas às escuras", denunciou.

Alguns bairros periféricos estão sem energia geral desde o princípio da década 90.

"É importante que as pessoas reconheçam que a energia à base de geradores é apenas uma alternativa." Os cidadãos reconhecem não ser um trabalho fácil, mas como disse José Artur, tudo pode ser possível se a população colaborar também.

A maioria dos bairros periféricos do Huambo ficaram privados de energia eléctrica há mais de 15 anos. Com o momento de paz que o país vive, o Governo quer repor a iluminação em todo o território.

Adolfo Elias denunciou, também, casos de vandalismos em alguns municípios e disse que a direcção está a trabalhar com efectivos da Polícia Nacional para se controlar a situação.

Fornecimento de água na extensão da província
Os 11 municípios do Huambo já beneficiam de água potável. Ao todo, 28 sistemas de captação e abastecimento foram implantados em todo o território.

Adolfo Elias disse que outros seis projectos de grande

envergadura estão em curso nos municípios de Londuimbale, Bailundo, Catchiungo, Tchikala Tcholohanga, Ukumà e Huambo, que depois de concluídos vão aumentar a capacidade de abastecimento.

No município sede da província estão a ser reabilitados todos os sistemas de captação de água e foram construídos 21 chafarizes nos bairros periféricos.

Também no âmbito de melhoramento de abastecimento de água, cerca de 70 quilómetros da rede, dos cem que se pretende implantar na nova malha da cidade, já foram estendidos.

O sistema de captação e tratamento de água do Huambo tem a capacidade de 1.360 metros cúbicos por hora e a garantia dada pelo director é de aumentar para 80 por cento na cidade do Huambo.

Nesta segunda fase de desenvolvimento dos trabalhos, mais 20 chafarizes estão a ser construídos e uma nova central de captação e tratamento de água com capacidade de quatro mil metros cúbicos está a ser projectada a partir do rio Cunhongamua, para que a água canalizada chegue aos bairros mais distantes da cidade do Huambo e do município da Caála.

8.21 Reabilitada mais de 20 quilómetros de passeios na Ingombota

Angop 19 De Agosto de 2009

Pelo menos 29 quilómetros dos 35 previstos para reabilitação de estradas e passeios, foram já executados, desde o princípio deste ano, no município da Ingombota, no âmbito de um projecto de Investimentos Públicos do Ministério das Obras Publicas.

Maria José, engenheira da empresa de construção civil Angest, principal interveniente, da empreitada, revelou hoje, quarta-feira à Angop, que o projecto engloba também, trabalhos da reabilitação e manutenção de valas de drenagem, iluminação pública e colocação de sinalização do trânsito rodoviário e ruas.

As intervenções estão a ser feitas, nos bairros da Praia do Bispo, Azul, Miramar, ruas Amílcar Cabral, respectivamente nas comunas da Kinanga, Ingombota (sede) e Patrice Lumbumba.

Estão envolvidas dez empresas de especializadas em reabilitação de estradas, iluminação pública e sinalização.

No município da Ingombota estão em cursos vários

projectos de construção civil, a cargo do Ministério das Obras Publicas, Governo Provincial de Luanda e Administração Municipal.

Com uma população estimada em 600 mil habitantes, a Ingombota é limitada pelos municípios do Sambizanga, Samba, Rangel, Maianga e pelo oceano Atlântico.

Congrega as comunas da Ingombota (sede), do Maculusso, Ilha de Luanda, Patrice Lumumba e Kinanga. Fazem parte da circunscrição as comunas da Ingombota (sede), Kinanga, Patrice Lumumba, Ilha do Cabo e Maculusso.

8.22 EPAL abre Centro da Mulemba

Jornal de Angola 20 de Agosto de 2009

O centro de abastecimento de água da Mulemba, no Sambizanga, começa a funcionar nos próximos dois meses e vai beneficiar as comunas do Ngola Kiluanje e Sambizanga.

Esta informação foi prestada, quarta-feira, à imprensa, após uma reunião entre delegações da Empresa de Abastecimento de Aguas de Luanda (EPAL) e da administração municipal do Sambizanga, que procurou encontrar as vias para melhorar o abastecimento de água àquelas zonas.

A construção do centro está contemplada no pacote do Governo que visa o aumento do fornecimento de água à população para evitar que as pessoas percorram longas distâncias para a adquirir.

De acordo com o porta-voz da EPAL António Belsa da Costa aguarda-se pela indicação dos locais onde vão ser construídos os fontanários que vão ligar aos ramais da rede da EPAL. Para a eficácia na distribuição da água, o responsável da empresa afirmou ser necessário construir uma conduta de 400 milímetros, na 7a Avenida, partindo da Mabor e até à Refinaria, para as ligações domiciliarias.

António Belsa da Costa desaconselhou as ligações clandestinas de que têm sido alvo, as condutas da EPAL, que provocam o corte do fornecimento de água aos chafarizes. Anunciou, para breve, a desactivação das ligações clandestinas.

No município do Sambizanga, as comunas do Ngola Kiluanje e Sambizanga (sede) são as que mais preocupações apresentam, devido a ausência da rede de distribuição de água.

8.23 Abastecimento de água garantido em Quilengues

Jornal de Angola 21 de Agosto de 2009

Dezenas de populares residentes na sede municipal de Quilengues, 140 quilómetros a Norte da cidade do Lubango, vai, a partir do próximo ano, beneficiar, de um sistema de abastecimento de água potável.

O programa de reabilitação e ampliação da rede de distribuição em curso visa melhorar o abastecimento de água potável e evitar que os beneficiários percorram longas distâncias para carregar o produto.

O administrador municipal de Quilengues, Salomão Agostinho, disse que a rede de distribuição já existente no município é incapaz de fornecer água a toda a população.

A conclusão do projecto, inserido no programa "Água para Todos", vai aumentar a capacidade de abastecimento a mais dez mil famílias da sede de Quilengues.

Sobre as comunas de Empulo e Bimbi, o administrador lamentou dizendo que, apesar de existirem 36 furos com bombas manuais, ainda não se consegue atender todas as famílias abertura de mais furos.

8.24 Há cinco anos que os moradores não têm água potável

Angolense 15 de 22 de Agosto de 2009

Dona Amália é uma das ruas mais famosas do município do Rangel, mas há cinco anos que os moradores não beneficiam do líquido precioso.

Laurinda Lobo, moradora da rua Dona Amália, há mais de sessenta anos, conta que o principal problema que enfrentam é a falta do líquido precioso, em consequência de um dos moradores ter aumentado o espaço da sua residência, construindo, inclusive, uma foça por cima do lancil, onde se encontrava o tubo que levava a água para as demais residências.

"Começamos a receber água suja, fomos reclamar na administração comunal, estes mandaram desligar a água e disseram que iriam resolver o problema, mas não resolveram, tomos para administração municipal do Rangel prometeram resolver, mas até hoje já se passaram cinco anos e nada", lamentou a anciã.

Actualmente, os moradores são obrigados a acordarem as cinco da manhã para comprarem água nas cisternas que passam pela rua.

"Um bidon de quarenta litros compramos a seiscentos Kwanzas, por vezes, não temos esse dinheiro, para além da falta de sossego, porque somos obrigadas acordar muito cedo, com a idade que tenho, 72 já não consigo meter um balde na cabeça para acarretar água, os pés já não aguentam. Por vezes tenho que ir lavar roupa na minha filha na Maianga, assim não dá", frisou.

De forma a verem o problema resolvido, os moradores endereçaram uma carta a governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, e aguardam pela resposta.

8.25 "Esta rua nos envergonha"

Angolense 15 a 22 de Agosto de 2009

Há sensivelmente um ano, apareceram na rua da Ámbaca, segundo os moradores, alguns senhores que queriam arranjar a estrada, mas só pioraram, pois cavaram e abandonaram a obra. Como naquela zona existe um lençol freático, sempre que se cava a água sobe a superfície, o que contribui para o cenário que se assiste.

"Muitos, que não têm quarto de banho, deitam as fezes aqui na vai, já encontramos fetos aqui, isso está demais!", lamentou Joana da Silva, moradora, acrescentando que o cheiro que sai do local "é insuportável", alertando para o perigo que tal situação acarreta para a saúde das populações.

Para além do cenário acima narrado, na rua há também muitos carros estragados. As casas, algumas de chapa e madeira, se encontram em péssimo estado de conservação, devido a água. "Na minha casa a água sai pela terra, desde que começaram com essas obras, por ISSO, tivemos que nos mudar para o anexo", contou Maria Domingos, moradora.

"Aqui não tem sítio para passarmos, todos os dias presenciamos várias crianças caindo e, na semana passada, quando vinha da igreja, acabei por cair no lodo, coloquei o pé numa parte que parecia seca, mas enganei-me. Fui parar no hospital, sentia dores no pé e na coluna, assim não dá para viver", lamentou.

Diogo Adão, morador, lamentou o facto de que, dado o estado da rua, saem com calçados limpos de casa, mas chegam sempre sujos ao local de trabalho ou à escola. "Fizemos limpezas regulares aqui, mas não está adiantar, retiramos o lixo, mas como a água não pára de sair, volta a sujar tudo de novo. Já não podemos convidar ninguém para vir nos visitar, porque essa rua nos envergonha", disse.

Bernarda Luiz, moradora, disse que a sua maior preocupação é com os mosquitos que proliferam na área.

"Ninguém na minha casa dorme sem mosquiteiro, do jeito que isso está, não dá, senão todos vamos ficar doentes, agora, estou a levantar mais o chão da minha casa, coloco entulho para que a água não penetre", contou.

Os moradores disseram também que, para além do péssimo estado da rua, desde que começaram a mexer na estrada, cortaram a água e a energia eléctrica está com muitas falhas.

No final, os moradores pediram a intervenção do Governo para asfaltarem a rua e fecharem os tubos que abriram. "Isso está mal será que o governo não vê? Estamos a sofrer nos ajudem", apelaram.

8.26 Há cinco anos que os moradores não têm água potável

Angolense 15 a 22 de Agosto de 2009

Dona Amália é uma das ruas mais famosas do município do Rangel, mas há cinco anos que os moradores não beneficiam do líquido precioso.

Laurinda Lobo, moradora da rua Dona Amália, há mais de sessenta anos, conta que o principal problema que enfrentam é a falta do líquido precioso, em consequência de um dos moradores ter aumentado o espaço da sua residência, construindo, inclusive, uma foça por cima do lancil, onde se encontrava o tubo que levava a água para as demais residências.

"Começamos a receber água suja, fomos reclamar na administração comunal, estes mandaram desligar a água e disseram que iriam resolver o problema, mas não resolveram, fomos para administração municipal do Rangel, prometeram resolver, mas até hoje já se passaram cinco anos e nada", lamentou a anciã.

Actualmente, os moradores são obrigados a acordarem as cinco da manhã para comprarem água nas cisternas que passam pela rua.

"Um bidon de quarenta litros compramos a seiscentos Kwanzas, por vezes, não temos esse dinheiro, para além da falta de sossego, porque somos obrigadas acordar muito cedo, com a idade que tenho, 72 já não consigo meter um balde na cabeça para acarretar água, os pés já não aguentam.

Por vezes tenho que ir lavar roupa na minha filha na Maianga, assim não dá", frisou. De forma a verem o problema resolvido, os moradores endereçaram uma carta a governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, e aguardam pela resposta.

8.27 "A Dona Amália de hoje não se compara com a do passado"

Angolense 15 a 22 de Agosto de 2009

A mais velha Laurinda Lobo foi viver no bairro quando tinha dez anos, hoje tem setenta e dois e faz a comparação: "No princípio, isso tudo ra mata, alguns usavam isso como cemitério, havia lavras, mas com o passar do tempo surgiu a primeira loja, na altura chamávamos de Praça de Augusto, cujo o proprietário chama-se Zé Bastos, era a minha mãe que fazia comida para os trabalhadores da loja.

Depois de alguns anos, o Zé Bastos vendeu a casa para Dona Amália, como era o maior atractivo do bairro, pois nos encontrávamos aí, a rua começou a ser conhecida como Dona Amália e assim ficou até hoje", explicou.

Laurinda e outros contemporâneos seus apreciaram a criação da estação do musseque e outras infra-estruturas que acabavam por preencher o bairro.

"Outrora estávamos melhor. A educação era outra, todos se respeitavam, considerávamo-nos família, hoje, os nossos filhos faltam-nos respeito, meteram-se no uso de drogas e de bebidas alcoólicas", comparou.

Falando das vias, a nossa interlocutora disse que no passado estavam melhor.

Diz que as estradas eram boas, "construção do colono", ressalta. "Entramos num grande sofrimento, para sair de casa temos que ter cuidado devido os buracos que existem na via. Outro problema que temos aqui é a criminalidade, até nós, como velhas, também somos assaltadas, por isso, peço ao governo que não esquecem essa rua, pois ela é histórica aqui no município", disse.

8.28 Programa Nacional Agua Para Todos" beneficia três milhões de habitantes.

Jornal de Angola 24 De Agosto de 2009

O programa nacional "Figura para Todos" pretende atingir, em todo o país, no total, até 2012, três milhões de habitantes, em 300 localidades, realizar cerca de cinco mil novas captações subterrâneas e recuperar outras mil.

Estes números correspondem a uma taxa de cobertura de cerca de 80 por cento da população.

O programa gasta, anualmente, para todas as províncias, entre cem a 120 milhões de dólares, disse, recentemente, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, que esteve no Dondo para inaugurar o sistema de captação de água e reservatório da cidade,

que tem cerca de 57.344 habitantes.

O novo sistema de captação tem duas bombas subterrâneas, com capacidade de 75 metros cúbicos, uma conduta de 110 milímetros e dois tanques, com 80 metros cúbicos cada.

A conduta dispõe de dois reservatórios, um novo de 700 metros cúbicos e outro reabilitado, com capacidade de 300 metros cúbicos. O projecto orçou em mais de 134,5 milhões de kwanzas.

Luís Filipe da Silva revelou que, no âmbito do Programa "Água para Todos", "é intenção do Governo atingir, sobretudo, as áreas rurais e pequenas localidades do país".

O secretário de Estado disse que a avaliação do grau de execução do programa só é possível após o balanço ser realizado no final do ano, mesmo considerando que "algumas províncias apresentam bom nível de execução".

"Existem projectos em todas províncias, umas em fase adiantada, enquanto que noutras estão concluídas etapas importantes", sublinhou.

Luís Filipe da Silva referiu que é necessário continuar a trabalhar para reactivar os sistemas de abastecimento de água paralisados no período de guerra para que toda a população beneficie do programa.

O programa de abastecimento água começou em 2004 e 2005 nas capitais de províncias e alargou-se aos municípios, num esforço conjunto do Governo central e dos governos provinciais, em parceria com as administrações locais.

Em Ndalatando assiste-se à implementação de um projecto de água, a partir da represa do rio Mucari, localizada 17 quilómetros a Leste da cidade.

A primeira e a segunda fase, relacionadas com a captação e tratamento, estão já concluídas. Decorrem trabalhos de recuperação da rede de abastecimento domiciliária que complementam a terceira e última fase do projecto.

O secretário reconheceu que os projectos se revelam insuficientes, pelo que vão ser programadas novas etapas com vista a lhes dar mais sustentação.

A Secretaria de Estado das águas vai intervir no Kwanza Norte, particularmente nas redes de distribuição de águas das sedes municipais de

Cambambe, Golungo Alto e Ambaca, que são muito antigas, aumentando-lhes a capacidade.

A intervenção do governo provincial vai salvaguardar os aspectos ecológicos.

Luís Filipe da Silva disse, ainda, que as localidades de Zenza-do Itombe e Dange- Ya-Menha devem Merecer uma análise profunda do Governo da província e da Secretaria de Estado das Águas.

Para Dange- Ya-Menha, sublinhou, a solução passa por uma pesquisa em termos de águas subterrâneas para, numa fase emergencial, se poder resolver o problema desta localidade, enquanto que o Zenza, pode ter uma captação de cerca de sete quilómetros a partir do rio Kwanza.

8.29 Recolha de lixo vai melhorar

Jornal de Angola 26 de Agosto de 2009

A vice-governadora da província de Luanda para a área social disse, ontem, que se está a trabalhar para o melhoramento da recolha de lixo nos municípios da cidade.

Juvelina Imperial, que falava num seminário nacional sobre a malária, reconheceu que a cidade de Luanda tem problemas graves de saneamento e de abastecimento de água potável, mas que estão a ser estudadas soluções dentro do Programa Estratégico do Governo Provincial.

No âmbito da realização do programa, anunciou, foi criada a figura do agente comunitário de saúde que tem a responsabilidade de orientar, fiscalizar e educar as famílias sobre o uso adequado das medidas profiláticas, incluindo o mosquiteiro impregnado.

O fortalecimento de parcerias, frisou, é muito importante, pois "podem ser conjugadas sinergias para o fortalecimento de uma colaboração construtiva entre os vários actores que intervêm na execução do programa de luta contra a malária".

8.30 População do Cantão com água potável

Jornal de Angola 31 De Agosto de 2009

A comunidade de Cantão, município do Chinguar, beneficiou de três pontos de água perfurados pela Empresa de Estradas de Angola em gesto humanitário para beneficiar mais de mil e quinhentas famílias.

De acordo com o empresário Juvenal Lopes Moreira, o gesto visa fornecer água potável às populações e reduzir

as distâncias que percorriam para se abastecerem. Os furos de água foram feitos nas aldeias da Sanzala, Calende e Chitado.

Juvenal Lopes Moreira informou que os furos foram montados com bombas a uma profundidade de 12 metros e bombeiam um metro cúbico de água por hora. Cada furo e os seus equipamentos custaram 7.500 dólares.

Antes a população consumia água das cachimbas e das nascentes que circundam as localidades o que causava doenças às crianças e aos idosos. No acto da inauguração, a governadora provincial do Bié, Cândida Celeste, agradeceu o gesto e convidou os demais empresários na província a seguirem exemplo do empresário que teve este gesto para com as populações

Aconselhou a população que cuide bem dos poços.

Avelino Hossi, em nome das residentes das localidades agradeceu o gesto e comprometeu-se a mobilizar a população para a sua conservação.

Solicitou ao governo, ONG e empresários a construírem mais infra-estruturas de impacto social tais como escolas e hospitais e a reabilitação de estradas e pontes para que haja mais intercâmbio com as vilas e cidades.

9 AMBIENTE

9.1 Ministra quer sociedade na defesa do ambiente

Jornal de Angola 5 de Agosto de 2009

A ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, disse ontem, em Luanda, que a política angolana relativamente às mudanças climáticas deve ser cada vez mais participativa e deve reflectir os padrões de conduta da sociedade.

Fátima Jardim, que falava durante um seminário sobre "Mudanças climáticas e energias renováveis", apelou ao envolvimento de todos "na defesa do meio ambiente e na preservação da nossa riqueza natural, uma vez que Angola é dos países que menos polui".

Referindo-se às energias renováveis, Fátima Jardim sublinhou ser necessário transformar "as nossas produções em avanços biotecnológicos, para fazer e criar diferenças".

Angola é um país de oportunidades, Porque é um país rico em potencial, independente, em crescimento ímpar e atento, sublinhou a ministra, reafirmando que Angola quer desenvolver um modelo sustentável fazendo com que os seus recursos naturais privilegiem a qualidade de vida das suas populações, afirmou a ministra.

A vice-ministra das Pescas, Vitória Barros, que procedeu à abertura do seminário, disse que as alterações climáticas "já não são um mito, elas existem e os seus impactos são sentidos pelas populações". Vitória Barros deu como exemplo o facto de nesta época do ano em algumas regiões do país se registarem chuvas.

"O tema das mudanças climáticas deve ser amplamente divulgado e debatido para que os governos estejam prevenidos e reduzam os seus efeitos negativos", sustentou a vice-ministra das Pescas.

Alexandre D'Avignon, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), disse que é preciso que governos de países como Angola criem condições de adaptação para que os sectores da indústria, pescas e agricultura, desenvolvam as suas actividades utilizando a variável de mudanças climáticas para um planeamento futuro. O especialista em alterações climáticas disse que o Governo brasileiro adoptou medidas alternativas no que diz respeito às energias renováveis.

O seminário sobre mudanças climáticas e energias renováveis foi promovido pela Associação Angolana de Biólogos.

9.2 Abate indiscriminado de árvores

Jornal de Angola 06 De Agosto de 2009

A governadora da província do Bié, Cândida Celeste, lamentou na comuna do Mutumbo, município de Chitembo, a acção de cidadãos que se dedicam ao abate indiscriminado de árvores na localidade, atitude que afirma ser prejudicial para o ambiente.

Cândida Celeste proferiu estas declarações durante um comício, no âmbito da visita que efectuou àquela comuna, e disse estar a crescer o número de casos de corte indiscriminado de árvores realizado por cidadãos, para a transformação em carvão, razão pela qual exortou as autoridades a tomarem medidas para o combate à deflorestação.

Aconselhou igualmente os produtores de carvão e comerciantes de madeira para que, sempre que praticarem acto de abate de árvores, fazerem a reposição das mesmas plantas, para que a situação não se agrave.

Encorajou as autoridades administrativas a trabalharem afinadamente na protecção dos recursos florestais, hídricos, assim como de algumas espécies animais em fase de extinção devido à caça furtiva.

A governadora pediu ainda à população para que denuncie todos àqueles que, teimosamente, estão a praticar actos que prejudicam a natureza.

9.3 Garimpeiros sugam areia no Panguila

Agora 08 De Agosto de 2009

O garimpo de areias no Panguila está a afectar negativamente a flora e a fauna. Segundo moradores daquela localidade do município do Cacucaco, camiões de grande cilindrada continuam a transportar ininterruptamente inertes da costa, provocando o avanço das águas do mar para a terra firme.

Os habitantes acusam as empreiteiras de estarem a destruir o meio ambiente e temem que o mar chegue às suas casas.

Quando em 2004 começou a exploração das areias, depois do Ministério da Geologia e Minas (Mgm) ter travado a mesma actividade no Buraco, a sul de Luanda, nunca se imaginou que a situação viesse atingir a actual dimensão.

O Mgm licenciou muitas empresas a 'sugar' areia no

Panguila, onde ainda se calcula haver em abundância o material muito usado na construção civil.

Ambientalistas abordados pelo AGORA afirmam que retirar areia do mar para a construção civil prejudica o ecossistema. "É na praia onde se reproduzem as tartarugas, por isso, estar a remover areias com a actual intensidade terá consequências desastrosas quer para os animais marinhos como também para o próprio homem", defenderam.

A venda de areia é rentável.

Calcula-se em 15 mil dólares a facturação diária dos camionistas que transportam o material para os clientes. "De dia ou à noite, as máquinas não param porque o negócio é lucrativo", disse à nossa reportagem "Joca", um trabalhador de uma empresa de exploração de areia do Panguila.

No mercado local a céu aberto as conversas giram em torno deste negócio que está a fazer milionários. "Trabalhamos dia e noite. Parar é morrer" / brinca Mário que está ao serviço de um camião de 17 toneladas de fabrico chinês.

Estragos. Além da destruição da paisagem, os camiões carregados partiram recentemente o muro de vedação da Fazenda Alice.

O seu proprietário, José Monteiro, visivelmente insatisfeito/ fala em prejuízos de mais de 10 mil dólares e lançou um apelo ao governo provincial de Luanda (Gpl) e ao Ministério do Ambiente para evitarem a degradação da praia que considerou "um bem comum".

O agricultor Monteiro vê com muita tristeza o que se está a passar e realça que as grandes cidades do mundo, como Nova York, não foram erguidas com areia do Panguila mar.

Exemplificando que as autoridades têm muitas alternativas, defendeu que se poderia retirar areia dos rios o que traria múltiplos benefícios aos respectivos caudais.

"A exploração de inertes do leito dos rios contribui para o assoreamento e evitam-se inundações na época das cheias", revelou o agricultor.

A lista das empresas licenciadas para explorar areia é longa, tendo a nossa fonte citado apenas, além da Odebrecht, a Societal, detida por Gualberto Marques, Adlopes, de Adão Lopes, bem como a Muia e a Senco, propriedade do director provincial e do vice-ministro da Geologia e Minas, respectivamente. Junta-se

igualmente a Socominfa do ex-ministro dos Petróleos, Desidério Costa.

As licenças foram emitidas aos angolanos mas são os estrangeiros que movimentam o negócio com os equipamentos, referem as nossas fontes.

"Concordo que a capital do país cresça, evitando os musseques à sua volta, mas isso não deve ser feito no meio desta anarquia que poderá custar caro às futuras gerações", defendeu Meneses, um professor do ensino primário.

Os moradores não têm aonde se queixar. Por isso acham que uma das saídas para se pôr ordem no circo passaria pela instalação de uma administração. "Se esta comunidade tivesse estruturas devidamente implantadas penso que já teria sido feita alguma coisa para parar esse garimpo de inertes", acrescentou.

9.4 Governo manifesta disponibilidade de cooperar com EUA na preservação do meio ambiente

Expresso 9 de Agosto de 2009

A ministra do Ambiente de Angola, Fátima Jardim, manifestou hoje a disponibilidade do país para cooperar com os Estados Unidos no domínio da preservação do meio ambiente, especialmente através de uma melhor integração regional na problemática das alterações climáticas.

A governante falava à Lusa no final das conversações oficiais entre as delegações ministeriais de Angola e dos Estados Unidos, no quadro da visita hoje iniciada pela secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, a Luanda. "Aqui foi manifestado, não só pelo Governo de Angola, mas também pelos EUA, o interesse em cooperar nessa área (meio ambiente)", salientou.

"O programa da bacia do Congo e também da protecção da biodiversidade das florestas requer financiamento internacional, pelo que saímos daqui conscientes de que é uma área nova e moderna, mas que qualquer um de nós estamos interessados em poder apoiar e cooperar", frisou. A ministra do Ambiente disse ainda estar convicta de que, o programa de cooperação (no domínio do ambiente) pode ser diversificado até à componente do desenvolvimento comunitário.

Durante uma conferência de imprensa hoje realizada Hillary Clinton anunciou que o seu governo vai

trabalhar com Angola para proteger a bacia do Congo, região que considera que absorve o carbono.

Outra área de cooperação referida pela secretária de Estado norte-americana tem a ver com a queima do gás nas refinarias, evitando que tal ocorra e a utilização deste produto para fins úteis. "Vamos trabalhar não só com o Governo, mas com o sector privado e a sociedade civil para reduzir as emissões de gás", garantiu Hillary Clinton.

9.5 Paula Godinho

Agora 22 de Agosto de 2009

Na sequência da notícia publicada neste espaço na qual fazíamos referência que a advogada Paula Godinho (Pg) estaria a ser citada nos corredores do Tribunal Provincial de Luanda como tendo influenciado a juíza Lisete da Costa e Silva a proferir uma sentença a favor de Deolinda Canifa Sena sem que o réu, Manuel Luvambano, fosse ouvido, algumas pessoas acorreram à nossa redacção e apresentaram-se como sendo também vítimas das "trafulhas" da advogada.

Como consequência da sua negligência, duas crianças ficaram sem tecto, esquecendo-se que também é mãe. A advogada prometeu indemnizar, mas até agora não deu um passo neste sentido.

Pg está a ser acusada de má fé e violação de sigilo profissional. Cogita-se que terá já sido ouvida em vários processos que lhe foram movidos, em alguns dos quais condenada a pagar caução.

As vítimas pretendem que a OAA coloque um ponto final de maneira a preservar o bom-nome da classe. O presidente da OAA, Inglês Pinto, está ao corrente e com certeza não vai cruzar os braços perante tamanha injustiça contra pacatos cidadãos.

9.6 As negociações sobre o clima e os seus Mitos

Jornal de Angola 24 De Angola de 2009

Realiza-se em Dezembro a Conferência de Copenhaga (Dinamarca), cuja finalidade é rever e actualizar as decisões tomadas em Kyoto (Japão), em 1997, quando os países participantes da Convenção do Clima - pela primeira vez - decidiram fazer algo para tentar evitar o aquecimento da atmosfera e as mudanças climáticas que dele decorrem, adoptando o Protocolo de Kyoto.

Desde 1997 ficaram cada vez mais claras as consequências desse aquecimento, bem como as suas causas, sendo a principal a queima dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás).

Sucedem que esses combustíveis são o motor da nossa civilização e reduzir o seu consumo enfrenta enormes resistências, e não só, das empresas que os produzem, como também os nossos padrões de consumo. Mudar padrões de consumo é difícil, de modo que para reduzir o consumo de combustíveis fósseis é preciso encontrar substitutos para eles, sem o que a nossa civilização deixaria de existir.

O único grupo de países que está a levar essa tarefa a sério é o dos europeus, que decidiram, até 2020, reduzir as suas emissões de carbono e produzir 20% de sua energia a partir de fontes renováveis. Os Estados Unidos permaneceram até agora à margem do Protocolo de Kyoto.

Os países em desenvolvimento, mesmo os grandes emissores - China, Índia e Brasil (este por causa do desmatamento da Amazônia) -, recusaram-se a fazê-lo, usando o argumento de que reduzir as emissões vai prejudicar o seu desenvolvimento, que é a primeira - e provavelmente a única - prioridade dos seus governos.

Esse é o primeiro dos mitos que cercam as negociações sobre o clima.

O desenvolvimento desses países resulta na emissão de quantidades crescentes de gases que produzem o chamado "efeito estufa", porque estão a seguir precisamente a mesma trajectória usada no passado pelos actuais países industrializados, baseada no uso intensivo de combustíveis fósseis com tecnologias pouco eficientes.

Com os avanços da tecnologia nos últimos 50 anos é possível obter os mesmos serviços com menos energia - e, portanto, menos emissões de gases de "efeito estufa", mesmo usando combustíveis fósseis.

Além disso, fontes renováveis de energia desenvolveram-se muito e é possível hoje usar a energia solar, a dos ventos e a hídrica de maneira muito mais eficiente do que se fazia no passado.

O segundo mito é o de que os países em desenvolvimento só poderão adoptar essas tecnologias caso os países industrializados paguem por elas, o que se estima custaria entre 100 mil milhões a 200 mil milhões de dólares por ano.

Essa é uma expectativa irrealista. Por que razão um país que lança satélites no espaço, constrói bombas atómicas e tem reservas de trilhões de dólares, precisaria de doações dos países ricos para modernizar a forma de

usar energia? Esse argumento poderia valer para os países mais pobres de África, mas não para alguns da Ásia e América que já possuem um certo desenvolvimento económico e tecnológico.

O terceiro mito é o de que é injusto exigir esforços dos países em desenvolvimento - que são mais pobres enquanto os mais ricos não fazem nada. Esse argumento não só tem o ranço de um forte ressentimento, como também não é verdadeiro: os países da União Europeia estão a fazer o seu dever de casa e os Estados Unidos vão aprovar até ao fim do ano uma lei que, em linhas gerais, é similar às adoptadas na União Europeia.

O quarto mito é o de que os países ricos estão a emitir há mais de 150 anos, quando começaram a se industrializar, e os países em desenvolvimento só se tomaram emissores importantes mais recentemente.

Actualmente as emissões anuais da China já superam as dos Estados Unidos. O argumento da "responsabilidade histórica" pode ser útil no jogo político, mas tem fundamento técnico muito discutível, porque parte das emissões de carbono feitas há 150 anos já foi absorvida pelos oceanos.

A gravidade das consequências resultantes da emissão de gases de "efeito estufa" somente foi reconhecida cientificamente na década de 80 do século 20. Não é razoável culpar, hoje, os emissores do passado por um "crime" que não era reconhecido como tal. Mas agora não é possível alegar ignorância. Metade das emissões de gases de "efeito estufa" provém dos países industrializados, o restante tem origem em países em desenvolvimento.

Mesmo que eles deixassem de emitir, seria impossível evitar o aquecimento global. Por outras palavras, a participação dos países em desenvolvimento é essencial, quaisquer que tenham sido as "injustiças" do passado.

O quinto mito é o de que instrumentos de mercado, como a venda de créditos de carbono, são suspeitos e imorais, não passando de uma forma de os países em desenvolvimento resolverem os problemas dos países industrializados.

Essa suspeita deriva da convicção de que eles são os responsáveis pelo problema e a eles cabe, portanto, resolvê-lo. Com base nesse argumento, nem o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) deveria ser aceite.

Essas ideias equivocadas advêm do facto de que não se

deseja reconhecer que reduzir emissões de carbono nos países em desenvolvimento é mais barato do que reduzi-las nos países industrializados e que usar mecanismos de mercado terá como resultado a transferência de tecnologia para eles.

9.7 Agência de Investimentos Privados assina contrato sobre biocombustíveis

Jornal de Angola 24 De Agosto de 2009

Um contrato para a procuração que açúcar e energia eléctrica na província de Malanje, no âmbito da exploração de biocombustíveis, foi assinado sexta-feira, na cidade de Malanje, entre a Agência Nacional de Investimentos Privados (ANIP) e a Companhia de Bio energia de Angola (Biocom).

O referido acordo foi rubricado entre o coordenador da comissão de reestruturação da Anip, Aguinaldo Jaime, e o presidente do Conselho de Gestão da Biocom, Rui Gourgel, formalizando a proposta de investimentos em bio combustíveis na região de Malanje, cujo projecto está a ser implementado pela Biocom, no município de Cacusó, 72 quilómetros a norte da sede provincial.

Rui Gourgel, responsável d, Biocom, disse que o investimento está avaliado em 220 milhões de dólares norte-americanos e prevê numa primeira fase, a produção anual de 268 mil toneladas de açúcar e 45 megawatts de energia eléctrica, o que vai permitir a extracção de enormes quantidades de álcool.

Para os próximos tempos, indicou, prevê-se a duplicação da quantidade de açúcar, a fim de aliviar a necessidades de consumo no país avaliadas em 400 toneladas importadas/ano), através da redução significativa das importações.

Para o responsável da Anip, este projecto "vem materializar a política do Governo relativamente ao investimento privado como alavanço, do desenvolvimento do país".

Ao concretizar-se este tipo de investimentos em diversas regiões de país, espera-se um grande contributo na redução das assimetrias regionais, sobretudo nas províncias mais afectadas pela guerra.

"Queremos que os investimento privados sejam promotores de empregos, permitam a redução das importações e consequentemente a expansão do comércio angolano ao exterior", ressaltou.

Aguinaldo Jaime referiu ainda que a implementação do

projecto de biocombustíveis em Malanje, vai permitir reduzir a importação de açúcar e aumentar a oferta de energia eléctrica, além de gerar pelo menos 500 empregos directos e 700 indirectos.

Manifestou a disponibilidade da instituição que dirige em colaborar com a Biocom, na qualidade de investidor, na resolução de eventuais problemas ao longo da materialização do projecto de produção de açúcar e energia.

Entretanto, o governador de Malanje, Boaventura da Silva Cardoso, disse que, para além de outros benefícios, a utilização da bio-energia constituiu uma inovação que pode contribuir na redução do gás carbónico na atmosfera.

Ressaltou que a implementação do projecto poderá também propiciar a criação de um centro de investigação das aplicações da bio energia, uma vez que a província possui potencialidades agro-económicas, condições essas que considera ideais para o investimento privado nos diversos sectores económicos.

"Interessa sublinhar que, além da importância que os bio combustíveis começam a ter no mundo, a implementação deste projecto, designado "Unidade Agro-industrial de Cacuso", vai contribuir no desenvolvimento do país e de Malanje particularmente, potenciando a emergência de unidades industriais e produtos derivados", sustentou.